LULISMO 13jan2010

LULISMO – TRABALHISMO – FHC

Organizado por Paulo Timm – Editor www.torres-rs.tv para consultas

INDICE:

Livros

Artigos

Entrevistas

Frases

Legado

Lula no Oriente Médiol]

Lula – Vargas - FHC

LIVROS

Lulismo: um fenomeno politico - Ruda Ricci

Pessoalmente, não concederia tanta importância ao chamado "lulismo" quanto esses sociólogos e cientistas políticos que imaginam tratar-se de algo consistente, quando eu vejo mero conjunturalismo, falta de substância e total vazio de idéias. Difícil, assim, associar o pretenso lulismo ao varguismo, ao peronismo e outros ismos que existiram por aí, embasados em ideias, discursos, enfim alguma coerência qualquer, o que está longe de ser o caso com esse oportunismo político...

LULISMO: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira - Rudá Ricci
Editora Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira
ISBN 978-85-89216-28-9

Este livro analisa dois temas que se entrecruzam: a emergência do lulismo no mesmo instante em que os movimentos sociais surgidos nos anos 1980 (que grande parte da literatura especializada denominou de novos movimentos sociais) caminhava para sua institucionalização, alterando, na prática, o ideário anti-institucionalista que os caracterizava. Ambas as situações – o surgimento do lulismo e a mutação dos movimentos sociais brasileiros – nascem sob o mesmo signo e motivação. O esforço aqui contido é o da tentativa de mergulhar no mérito desta transformação política do Brasil, que cruzou ousadia e inovações, configurando uma página da história política de nosso país sem paralelo.
A lógica dos movimentos sociais foi se transmutando em algo próximo do que Claus Offe denominou de estatalização, ou seja, a dependência das ações sociais e coletivas em relação à proteção, anuência ou controle do Estado. Já o lulismo forja-se a partir da vitória de Lula à Presidência da República. Esboçou-se com maior nitidez na primeira gestão de Lula, amparada inicialmente pela Carta ao Povo Brasileiro (2002). Mas foi na campanha de 2006 (que reelegeu Lula) e do primeiro ano da sua segunda gestão que o lulismo ganhou sua roupagem final. Constituiu-se num demiurgo da finalização da modernização do país iniciada por Getúlio Vargas. O que os gramscianos denominariam de “revolução passiva”, pelo

alto, conservadora porque pautada pela hipertrofia do Estado, que administra a vida social, impregna todos os poros da sociedade brasileira e estabelece um pacto social pelo desenvolvimentismo caracterizado pela conciliação de interesses. O fato relevante é que o lulismo gerou e se alimenta da emergência da nova classe média brasileira. Mais da metade dos 190 milhões de brasileiros é, hoje, classe média, sendo 49% Classe C. Programas de transferência de renda associados ao aumento do valor do salário mínimo geraram este novo "milagre brasileiro". E alimentaram o lulismo porque deram sentido ao estilo discursivo e ao projeto estatal-desenvolvimentista. Lula fala para esta nova classe média. Milhões de brasileiros que rompem com histórias familiares de exclusão do consumo de massas. Por este motivo, são brasileiros pragmáticos como o lulismo. Não são afetos a teorias ou ideologias. São descrentes da política. Seus vínculos sociais são comunitários, muitas vezes familiares, o que dá vida ao conceito de "ideologia da intimidade" elaborado nos anos 1970 por Richard Sennett.

Sobre o Autor
Rudá Ricci é sociólogo e doutor em ciências sociais. Membro da coordenação nacional do Fórum Brasil do Orçamento. Foi assessor nacional da CUT e coordenou a elaboração do programa agrário na campanha presidencial de Lula, em 1989. Dedica-se à implantação de metodologias de monitoramento em políticas públicas, educação para a cidadania e gestão participativa. É diretor geral do Instituto Cultiva (www.tvcultiva.com.br).
"Trata-se de uma exposição séria, que discute com propriedade e embasamento doutrinário as principais questões do chamado lulismo."
Fábio Konder Comparato

"Uma reflexão abrangente sobre dois movimentos importantes e complementares no cenário social e político do Brasil recente: a estatalização dos movimentos sociais e a emergência do lulismo. No diálogo com a produção recente sobre o tema, emergem as características mais importantes do lulismo na percepção do autor: de um lado, a incorporação das camadas excluídas da população ao mercado de consumo, de outro, o abandono de todo projeto participativo em favor da cooptação, da relação verticalizada com as instâncias do aparelho de Estado."
Caetano E. Pereira de Araujo, sociólogo, professor da UnB e presidente da Fundação Astrojildo Pereira

O período contemporâneo, durante o qual sobressaem a intensa ação do Partido dos Trabalhadores e a afirmação consagradora de seu líder principal, tem sido um dos mais fascinantes da vida política brasileira. Sob diversos ângulos, este provavelmente tem sido o ciclo presidencial mais relevante de nossa trajetória republicana. Mas a inquietante pergunta permanece: avançamos ou apenas experimentamos um novo transformismo, tudo mudando para permanecer onde sempre estivemos? Afinal, muitas continuidades permanecem domiciliadas na vida social, ainda que as rupturas sejam também a marca desses anos, assim como as inovações e a ousadia em muitos âmbitos. Lulismo, de Rudá Ricci, interpreta esta quadra histórica com raro brilhantismo, unindo os fatos e os debates mais cruciais com os conceitos centrais da teoria social, assim tecendo uma compreensão que ilumina esta época. É um livro que imediatamente se torna referencial, caudatário da densa experiência política e profissional do autor e sua admirável capacidade analítica. Oferece uma leitura abrangente e refinada sobre um período recente e disseca um fenômeno sócio-político demarcador na história brasileira – o lulismo.
Zander Navarro (sociólogo, professor da UFRGS e pesquisador associado ao Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, na Inglaterra)

Fonte : ~~http://praresenhas.blogspot.com/2010/07/lulismo-um-fenomeno-politico-ruda-ricci.html~~

***

"**Os Anos Lula"** [Garamond, 424 págs., R$ 35], editado pela Garamond, por iniciativa dos economistas do Rio Janeiro, reunidos no Conselho Regional de Economia, no Sindicato dos Economistas e no Centro de Estudos para o Desenvolvimento.

"Brasil, Entre o Passado e o Futuro" [Fundação Perseu Abramo, 200 págs., R$ 35

"Brasil em Debate" e "2003/2010 - O Brasil em Transformação" ., Fundação Perseu Abramo,

Lula, o Filho do Brasil", Denise Paraná

"Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil - Avanços Recentes no Emprego e na Distribuição dos Rendimentos" [Fundação Perseu Abramo, 102 págs., R$ 10]

"O Lulismo no Poder" , Merval Pereira [Record, 784 págs., R$ 79,90]

Os livros leem Lula – Resenha dos livros por Clóvis Rossi

Falta a narrativa independente do lulo-petismo

Resumo

Lançados em profusão nos últimos meses, livros procuram fazer um balanço supostamente

crítico dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, mas ora pecam pelo adesismo e pelo tom laudatório, ora por um oposicionismo exacerbado, que impede uma avaliação equilibrada da sociedade brasileira durante o período.

Clóvis Rossi

Em entrevista de intelectuais do PT com a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o historiador Marco Aurélio Garcia fez uma pergunta precedida do seguinte preâmbulo:

"Nós tivemos, na história da República, três grandes momentos de mudança: os anos 1930, o final dos 1950 e o começo dos 1960 e agora [o período Lula]. É interessante observar que, nas duas primeiras conjunturas, houve grandes movimentos de reflexão sobre o país. Caio Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque são figuras emblemáticas daqueles anos. Grandes expressões culturais, como Villa-Lobos, e mesmo o surgimento da arquitetura brasileira marcam aquele momento"."Na virada dos 50 para os 60", prosseguiu Garcia, "temos o Raymundo Faoro, o Celso Furtado, o Iseb [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], a sociologia paulista e, do ponto de vista cultural, o cinema novo, a bossa nova, a pintura e as artes visuais. No momento atual, porém, vive-se um retraimento do pensamento crítico."

SUBINTELECTUALIDADE

É claro que, para um historiador de esquerda, ainda por cima membro do governo Lula -como assessor diplomático do presidente, função que manterá no próximo governo-, Marco Aurélio culpa pelo "retraimento do pensamento crítico" apenas "uma subintelectualidade de direita, de muito baixa qualidade". A entrevista com Dilma faz parte de "Brasil, Entre o Passado e o Futuro" [Fundação Perseu Abramo, 200 págs., R$ 35], um dos muitos livros de balanço dos anos Lula recém-editados pela Fundação Perseu Abramo, o centro de estudos do PT.

Se tivesse estendido também à parte da esquerda que se manteve fiel ao PT o seu lamento pelo "retraimento do pensamento crítico", Garcia teria acertado em cheio. É quase impossível encontrar na profusão de livros sobre Luiz Inácio Lula da Silva e/ou sobre seus oito anos de governo uma narrativa que não seja nem a propaganda descarada daqueles que a direita chamaria de "subintelectuais de esquerda" nem a raiva incontida dos oposicionistas ao presidente e a seu partido.É possível que a lacuna se explique pela falta, como é óbvio, do distanciamento que só o tempo permite para que se faça um balanço mais objetivo dos anos Lula, tão objetivo quanto possível num território tão carregado de emoções como a política.

ESPÍRITO CRÍTICO

Mas falta, principalmente, o espírito crítico que deveria ser a característica essencial do intelectual. Não a crítica para destruir um governo que, a todas as luzes, teve bom desempenho, a ponto de terminar com aprovação de 83% do eleitorado. Falta é a crítica que ilumine o que saiu errado, as lacunas deixadas, os desafios que foram pouco ou nada enfrentados -e assim por diante.Talvez o exemplo mais eloquente da lacuna no espírito crítico da intelectualidade petista se dê no tratamento da queda da

desigualdade, uma lenda, pura lenda.

Para entender por que é lenda, basta ler artigo de Marcio Pochmann, hoje presidente do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), escrito quando ainda era professor da Unicamp e não membro do governo. Publicado no jornal "Valor Econômico", em 12 de julho de 2007, isto é, já no segundo mandato de Lula, o artigo de Pochmann fazia uma perfeita análise do fenômeno da redistribuição de renda.

Assim: a melhora na redistribuição "parece estar, todavia, circunscrita ao fenômeno da redistribuição fundamentalmente intersalarial". Ou seja, reduzia-se a diferença entre os assalariados, mas não se tocava na verdadeira obscenidade que é a diferença de renda entre o capital e o trabalho.

Dizia Pochmann: "A parte da renda do conjunto dos verdadeiramente ricos afasta-se cada vez mais da condição do trabalho, para aliar-se a outras modalidades de renda, como aquelas provenientes da posse da propriedade (terra, ações, títulos financeiros, entre outras)".

Continuava: "De fato, verifica-se que, em 2005, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional foi de 39,1%, enquanto em 1980 era de 50%. Noutras palavras, a renda dos proprietários (juros, lucros, aluguéis de imóveis) cresceu mais rapidamente que a variação da renda nacional e, por consequência, do próprio rendimento do trabalho".

De 2005 em diante, a situação não mudou, até porque o capital continuou sendo contemplado, do primeiro ao último ano de governo de Lula, com os mais altos juros do mundo.

LOUVAÇÃO

Se a situação não mudou, Pochmann mudou ao ser alçado a um posto importante no governo. Em um dos muitos livros que a Fundação Perseu Abramo editou para comemorar os anos Lula, o economista gastou 102 páginas para exercer impiedoso espírito crítico sobre gestões anteriores e inoxidável louvação ao governo de que faz parte.

O livro chama-se "Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil - Avanços Recentes no Emprego e na Distribuição dos Rendimentos" [Fundação Perseu Abramo, 102 págs., R$ 10], mas, apesar de título e subtítulo, omite escandalosamente a diferenciação que Pochmann fazia quando não era do governo.

Não diz em momento algum que "a renda dos proprietários (juros, lucros, aluguéis de imóveis)" continuou crescendo mais rapidamente do que o rendimento do trabalho.

Essa característica de propaganda despudorada impregna todos os oito livros editados em duas coleções da Fundação Perseu Abramo, "Brasil em Debate" e "2003/2010 - O Brasil em Transformação" .

Os livros de ambas as coleções seriam perfeitamente substituídos, com vantagem para o leitor, pelos calhamaços (mais de 2 mil páginas) que Lula registrou em cartório como feitos de seu governo. Pelo menos, o leitor fica avisado de antemão que é a história oficial acrítica, não uma suposta análise dos anos Lula.Nessa historiografia oficial, corre solto o culto à personalidade, com momentos que seriam até ridículos, se houvesse senso do ridículo entre quem se dedica a esse tipo de culto.

GROTESCO

O exemplo mais grotesco está numa legenda do livro "Lula, o Filho do Brasil", escrito por Denise Paraná e que serviu de base para cinebiografia de mesmo nome, que, como não poderia deixar de ser na era do culto à personalidade, representará o Brasil na disputa pelo Oscar de melhor filme estrangeiro.

O livro, em si, é até útil, porque mostra a vida de Lula e família antes de se tornar personagem frequente na mídia, a partir das greves promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. É claro que, como biografia autorizada, desenha um perfil extremamente favorável, inevitável nesse tipo de livro.

Mas, na seção "álbum de fotos", vem o escorregão: uma fotografia de 1974 mostra Lula oficializando em cartório seu casamento com Marisa Letícia. A legenda: "O sorriso feliz já indicava uma relação duradoura".

Como se o sorriso pertencesse a um visionário, o novo Messias, capaz de divisar o futuro.

EXACERBAÇÃO

No lado contrário, o do espírito crítico exacerbado demais, uma obra também é eloquente a partir da capa. O livro do colunista do jornal "O Globo" Merval Pereira tampa o rosto do presidente com o carimbo do título, "O Lulismo no Poder", e do nome do autor.

Merval é quase sempre impiedoso. Raramente faz concessões às qualidades do governo e de seu chefe, o que acaba sendo um contraponto aos livros da intelectualidade petista. Mas tem o mérito de relembrar assuntos que o lulo-petismo cuida de jogar para baixo do tapete, como, por exemplo, o escândalo do mensalão.

"O Lulismo no Poder" [Record, 784 págs., R$ 79,90] repassa todos os principais momentos do período 2003/2010, até porque é a reprodução das colunas que o jornalista escreveu para "O Globo". Esse tipo de, digamos, "história não oficial" tem a vantagem de apresentar os fatos na temperatura ambiente de cada época.

O problema é que a história do lulismo não é linear. Ziguezagueia da esquerda para o centro, do centro para a direita e volta ao centro-esquerda, na crise mundial de 2008/2009.

ZIGUEZAGUE

Esse ziguezague, ao menos no território da economia, é mais adequadamente capturado em **"Os Anos Lula" [Garamond, 424 págs., R$ 35], editado pela Garamond, por iniciativa dos economistas do Rio Janeiro, reunidos no Conselho Regional de Economia, no Sindicato dos Economistas e no Centro de Estudos para o Desenvolvimento.**

Este, sim, contém o espírito crítico reclamado por Marco Aurélio Garcia. Até no subtítulo, que é "Contribuições para um balanço crítico 2003/2010". São 25 autores, o que tem a vantagem do pluralismo e a desvantagem de uma certa dispersão de enfoques. Na apresentação, Paulo Passarinho, ex-presidente do Conselho Regional de Economia, enfatiza com precisão e firmeza o papel que os intelectuais deveriam desempenhar:

"Nossa pretensão foi procurar nos reportar ao que experimentamos ao longo desses quase oito anos de governo, dentro de uma visão crítica e independente e a partir de premissas políticas e proposições que sempre julgamos mais adequadas ao país, e das quais jamais abrimos mão".

Emenda: "Com isso, queremos também reafirmar que não compactuamos e não concordamos com qualquer tipo de silêncio [palavra grifada no original], ou perplexidade, ante os aparentes paradoxos que o mundo da política nos reserva.

[...] Queremos explicitamente resistir às tentações de compatibilizar o necessário e permanente exercício da crítica às conveniências e interesses políticos de ocasião".

É uma bela definição, que permeia os diversos textos. É uma pena que o livro fique limitado à análise da economia dos anos Lula.

Os acadêmicos brasileiros ficam devendo "uma visão crítica e independente" do conjunto da obra lulista.

Talvez o exemplo mais eloquente da lacuna no espírito crítico da intelectualidade petista se dê no tratamento da queda da desigualdade -uma lenda, pura lenda

FONTE: FOLHA DE S. PAULO

ARTIGOS

A revolução que não pode parar, artigo de Demétrio Magnoli

"O caudilho está na posição do ciclista, que não tem a opção de parar de pedalar. Ele precisa alimentar, incessantemente, a máquina política na qual

depositou todas as grandes expectativas de transformação da Venezuela e da América Latina"

Demétrio Magnoli é sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP. Artigo publicado em "O Estado de SP":

Algo ainda misterioso aconteceu durante a apuração do referendo na Venezuela. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) devia divulgar boletins parciais de votos, mas no lugar deles pipocavam declarações de fontes governamentais reproduzindo as pesquisas de boca-de-urna e exigindo que a oposição reconhecesse o resultado.

A expectativa criada pelas pesquisas e pelas declarações dessas fontes provocou um início de aglomeração de chavistas para comemorar uma vitória que não viria. A oposição usou a inteligência, uma vez na vida, e não ofereceu ao presidente Hugo Chávez um grito de "fraude".

Então, e só quando a apuração se aproximou de 90% dos votos, o CNE anunciou a derrota do "sim". Ato contínuo, Chávez reconheceu seu primeiro revés eleitoral.

No pronunciamento, Chávez ofereceu um indício, que permanece inexplorado. Ele disse que "debateu-se com um dilema" nas horas precedentes, aquelas nas quais os cidadãos ficaram privados das informações previstas.

Depois de tudo dito e feito, os simpatizantes do chavismo - na Venezuela, em Cuba, na Bolívia e também no Brasil - tocaram tambores de homenagem às "convicções democráticas" de Chávez, enaltecendo seu gesto de reconhecimento da derrota.

Esse gesto, que é parte dos usos e costumes das democracias, ganhou contornos surpreendentes na Venezuela chavista. Por bons motivos: a "revolução bolivariana", como é da natureza das revoluções, não pode parar.

A derrota chavista começou a ser engendrada pela própria lógica de ferro da radicalização revolucionária. No início do ano, Chávez proclamou a constituição de um partido unificado chavista - o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

O novo partido, que nasce das entranhas do Estado, reuniu assinaturas de 2,5 milhões de aderentes e engajou-se na organização de 900 mil ativistas em "batalhões".

O termo militar evidencia o significado da máquina política em gestação e indica o rumo do movimento chavista, que se reveste de nítidas características do fascismo. Mas a iniciativa corroeu como um ácido a

coalizão chavista, da qual se desprenderam o partido Podemos e líderes históricos, como o general Raúl Baduel, que desempenhou o papel de protagonista na repressão ao golpe de Estado de 2002 e ocupou depois o cargo de ministro da Defesa.

Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro comunista e atual editor do jornal de oposição TalCual, acerta em cheio quando avalia que a vitória do "não" inaugura uma nova oposição, liberta dos vícios insanáveis da AD e do Copei, os partidos tradicionais, e dos dirigentes empresariais do grupo golpista de Pedro Carmona.

A nova oposição tem muitas faces, entre as quais partidos adventícios e o movimento estudantil. Mas ela incorpora as dissidências do chavismo que não aceitaram seguir adiante na via da implementação da ditadura.

Chávez atribuiu seu revés ao elevado índice de abstenção, que alcançou a marca de 44% dos eleitores. Ele está errado. O chavismo, de fato, perdeu 3 milhões de votos em relação às últimas eleições presidenciais e a oposição ganhou poucas centenas de milhares de votos.

Mas os que não foram votar, quase todos eleitores tradicionais do presidente, traduziram na forma da abstenção o fenômeno da divisão da base social chavista.

Diante de uma campanha oficial que identificou a pátria ao caudilho e designou o voto "não" como um ato de traição, eles preferiram o silêncio. Se fossem às urnas, provavelmente completariam a trajetória de ruptura com o chavismo.

Na hora da vitória, líderes oposicionistas conclamaram o governo a um processo de "reconciliação nacional".

O programa de reconciliação deveria expressar a vitória da resistência democrática, que é incompatível com a manutenção dos poderes de exceção enfeixados por Chávez e sintetizados na Lei Habilitante.

Mas o caudilho não renunciará ao instrumento que lhe permite governar por decreto, não reabrirá a emissora de TV que empastelou e não desistirá do sonho do Estado totalitário.

Nas suas palavras, pronunciadas junto com o reconhecimento da derrota, o projeto ditatorial "continua vivo e não morreu".

Revoluções têm sua própria dinâmica. A "revolução bolivariana" já fabricou um partido de massas que funciona como aríete do regime chavista.

No desenho da nova Constituição chavista, os "batalhões" do PSUV se

entregariam à formação de conselhos locais de "poder popular" - com a vocação de substituir os poderes eleitos nos Estados e municípios.

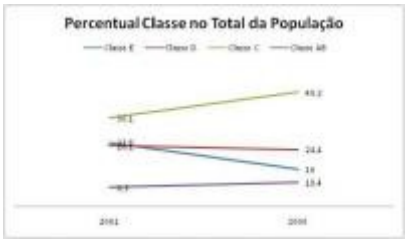
O caudilho está na posição do ciclista, que não tem a opção de parar de pedalar. Ele precisa alimentar, incessantemente, a máquina política na qual depositou todas as grandes expectativas de transformação da Venezuela e da América Latina.
(O Estado de SP, 5/12-2007)

Colunas Rudá Ricci

11/11/2010

Lulismo: mais que um governo

~~Figura 1~~



~~Figura 2~~

Denominar um modelo de gerenciamento do Estado brasileiro de lulismo tem como intenção ir além do seu principal personagem – o Presidente Lula – para ressaltar o escopo deste projeto. O lulismo é uma arquitetura política, de gerenciamento de políticas públicas, assim como ocorreu com o getulismo. Ambos se completam num esforço de modernização conservadora de nosso país. Getúlio Vargas gerou um aparato estatal de tutela da sociedade civil e das relações entre classes sociais. Criou, deliberadamente, um jogo de espelhos entre sua imagem pública e a do próprio Estado Providência que arquitetou. E desconsiderou todo sistema de representação autônomo ao Estado-Executivo. Desconsiderou as bases constitucionais com o Estado Novo. Manipulou o sistema partidário. Criou o sindicalismo de Estado. Dirigiu e orientou o desenvolvimento da indústria nacional. Muitos autores, como Edgard De Decca e Sérgio Silva, sugerem que não houve propriamente uma ruptura entre o

capital agrário, comercial e industrial a partir de 1930. Tratava-se de conciliação para a modernização.

O lulismo se aproxima, mas não opera sobre a mesma lógica. Seu foco é o mundo urbano e industrial. Mas, como Vargas, trabalha no sentido de construir um bloco no poder, uma trama de desenvolvimento estratégico do país a partir do Estado. Dialoga abertamente com organizações, sindicatos, mas os incorpora ao Estado a partir de políticas específicas, fundadas em convênios e parcerias, algo que se aproxima de tutela, já que não incorpora efetivamente esses atores sociais na formulação de políticas públicas e processo de tomada de decisão. O lulismo completa a modernização conservadora iniciada por Vargas porque reafirma o Estado como demiurgo da sociedade civil e das relações de estabilidade das relações sociais no Brasil. Não inova em termos de processo decisório na gestão pública. Ao contrário, reafirma o que Francisco Weffort identificou como sistema dual da política nacional que limita a competição entre forças políticas (ou as controla). O lulismo não rompe objetivamente com este sistema. Ao contrário, apóia-se no presidencialismo de coalizão que reafirma a dualidade política. E incorpora as massas até então marginalizadas socialmente (a mais significativa mudança ao longo de sua gestão) pelas mãos do Estado, eliminando qualquer controle social ou sistema integrado de participação dos beneficiados na gestão das ações estatais.

O lulismo opera a partir da integração, pela tutela do Estado, massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente. A inclusão pelo consumo define sua relação com sua base social e dá o tom do conservadorismo lulista. Por outro lado, a relação atávica do lulismo com o sindicalismo de massas e de ruptura com a ordem ditatorial e o partidarismo originalmente filiado à esquerda democrática, constitui um diferencial em relação ao varguismo. Mesmo assim, o respeito ao pluralismo formal não elimina, paradoxalmente, o controle político centralizado.

2. Sua estrutura

Como seu foco é a conciliação de interesses, o lulismo configura-se como um pacto imperfeito. Imperfeito porque não oriundo de um acordo negociado, mas motivado por uma declarada ação de Estado. Sua estrutura básica pode ser assim esboçada:

Figura 1 - veja no canto superior direito

Uma estrutura gerencial centralizada que adota como seus dois principais suportes programáticos a política de fomento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e plasmado no PAC (Programa de Aceleração do Desenvolvimento). O BNDES possui hoje recursos superiores aos disponíveis pelo Banco Mundial. O orçamento do banco brasileiro foi, em 2005, de 25 bilhões de dólares, superior aos 20 bilhões de dólares do orçamento do Banco Mundial no mesmo período. Segundo o Boletim de Desempenho do BNDES, em 2008 as micro e pequenas empresas receberam 10% do orçamento disponível ficando com as grandes empresas e investimentos 76%. Em 2010, as micro e pequenas empresas receberam 14% do orçamento e as grandes ficaram com 73%. O boletim de

desempenho divulgado em outubro deste ano indica que neste ano foram investidos 6% do orçamento na agropecuária, 50% em projetos industriais, 29% em infraestrutura e 15% em comércio e serviços. A região mais beneficiada foi o sudeste (61% dos investimentos), seguida pelo sul (17%) e nordeste (10%). Na área social, desenvolvimento urbano foi responsável pela maior fatia: 36%.

O BNDES e PAC selam não apenas uma política de fomento, mas um importante pacto produtivo que se articula com outra ponta do escopo do lulismo: as políticas de transferência de renda. Segundo a FGV-RJ, o Programa Bolsa Família (PBF) representou 16% dentre os fatores de ascensão social nas duas gestões Lula, que fez emergir, em especial, a nova classe média (classe que envolve 49% dos brasileiros e que compreende o estrato entre 4 e 10 salários mínimos mensais de renda familiar). O crédito consignado representou algo similar ao peso do PBF. O fator mais significativo para a ascensão social no período, contudo, foi o aumento real do salário mínimo (70%). O gráfico apresentado a seguir, produzido por Marcelo Neri (FGV-RJ) ilustra a mobilidade social no período:

Figura 2 - veja no canto superior direito

Um terceiro elemento constitutivo do lulismo é o Presidencialismo de Coalizão. Coalizão de tipo parlamentarista, ou seja, uma estrutura de gestão híbrida. Na prática, um expediente que garantiu maioria governista no parlamento, mas que também esfacelou o já frágil sistema partidário nacional. Os partidos governistas perderam qualquer disposição em elaborar agendas e programas próprios. O lulismo avançou sobre todo sistema partidário e promoveu o esvaziamento dos quadros da oposição, em especial, do Democratas, estimulados a migrarem para siglas da base governista. No caso do PSDB, o estímulo à divisão entre tucanos paulistas e não paulistas foi evidente. Assim, os partidos passaram, sob a égide do lulismo, a se subordinarem ao neo-caciquismo. Lideranças locais e seus apoiadores passaram a negociar, quase nunca à luz do dia, entre si, mesmo não fazendo parte da mesma agremiação. Este silencioso movimento forjou alianças eleitorais – e políticas – pouco compreendidas pelo eleitor, transformado em espectador da ação de profissionais da política.

Como último elemento do desenho operacional do lulismo tivemos a segmentação da pauta social (em conferências nacionais que raramente redundaram em políticas de Estado concretas ou mesmo orçamento público) e financiamento de organizações sociais e populares que diminuíram seu ímpeto de mobilização e pressão política sobre o governo federal.

Enfim, como conseqüência, o lulismo estreitou os espaços de oposição e pluralidade em nosso país. Mas promoveu um ciclo de desenvolvimento dos mais significativos para a história republicana e promoveu uma acelerada inclusão social pelo consumo.

Trata-se de uma importante ruptura na história do PT e dos movimentos sociais que, nos anos 1980, alimentaram o partido do Presidente da República.

Com o lulismo, o PT nunca mais será o mesmo. E nem o Brasil.

Últimos artigos / Rudá Ricci

- 23/12/2010 | ~~O desencontro da notícia com a grande imprensa~~
- 14/10/2010 | ~~A face fundamentalista do Brasil~~
- 30/09/2010 | ~~Eleições 2010 e a Questão Meridional~~
- 23/09/2010 | ~~O 'day after'~~
- 12/08/2010 | ~~Os políticos ficaram chatos~~

Fonte : http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=1662

Brasil cresceu na era Lula menos que emergentes e AL

DEU EM O GLOBO

A economia brasileira pisou no freio no terceiro trimestre deste ano. O Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) avançou apenas 0,5% frente aos três meses anteriores, depois de ter crescido 1,8% no trimestre anterior. Os números são do IBGE e mostram que a indústria e a agropecuária tiveram queda no período. Em relação ao terceiro trimestre de 2009, no entanto, o país cresceu 6,7%. Apesar do freio, analistas reviram as projeções e já apontam expansão de 7,4% a 7,8% este ano. Seria, portanto, o melhor resultado em 24 anos. O IBGE divulgou ontem ainda que a recessão de 2009, na esteira da crise global, foi maior do que se pensava. O PIB brasileiro encolheu 0,6% e não apenas 0,2%. A ""marolinha", como disse o presidente Lula, foi maior do que o esperado e representou uma perda de R$19,1 bilhões para o país. Nos oito anos de govemo Lula, o país cresceu, em média, 4% ao ano. O resultado é inferior ao de China (10,95%), Índia (8,2%), Rússia (4,8%) e América Latina (4, 64%), de acordo com o FMI.

Esquerda, a filha enjeitada do PT de meia-idade

Nos 31 anos do partido, estudiosos debatem o vazio ideológico que ele deixou e o futuro das utopias socialistas

Gabriel Manzano

Houve muita festa, bolo com velinha e convidados ilustres, mas, se alguém na sala gritasse "fora FMI" ou "o mundo marcha para o socialismo", iria estragar o clima. O PT de meia idade que comemorou 31 anos na quinta-feira, em Brasília, é um senhor comportado - ideologicamente - que ao chegar ao governo trocou, como já fizeram tantos outros partidos-camaradas, as bandeiras da utopia socialista pela lógica da manutenção do poder. Ao subir a rampa do Planalto, em 2002, o petismo deixou para trás uma esquerda órfã, que foi se esvaziando, ficou desimportante e sem horizontes. E nenhum dos pequenos grupos radicais conseguiu reverter esse quadro.

O debate sobre esse vazio, num terreno onde antes pululavam grupos trotskistas, o velho Partidão e o PTB da era Vargas, leva a uma polêmica interminável. Há os que entendem que o sonho socialista morreu. Uma minoria acredita que dá para revivê-lo. E, para muitos outros, a esquerda vai muito bem, obrigado, só deixou de lado a briga por mais-valia ou uma sociedade sem classes e se concentrou no controle puro e simples da economia e da política pelo aparelho do Estado.

"A esquerda se esvaziou com o colapso do comunismo nos anos 90 e a guinada da China rumo ao mercado. Pode-se dizer que não há hoje um sistema alternativo ao

capitalismo", resume Aldo Fornazieri, diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Para ele, "o espaço encurtou e isso influiu no processo político do Brasil. O PT foi para o centro".

Sonho vivo. Mas a utopia socialista continua de pé para grupos à esquerda do PT, dos quais o PSOL é o mais expressivo, embora o PC do B ainda mantenha, misturado às suas aventuras esportivas, algumas bandeiras e forte militância estudantil. "O fato é que o PT peemedebizou-se", diz o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). "Hoje ele é um grande partido social liberal, de centro-esquerda, com práticas convencionais, frouxidão ideológica e seguidas concessões éticas". Alencar, ao lado de vários outros petistas, foi expulso da legenda em 2005, por votar contra a reforma da Previdência do governo Lula.

"Nós apostamos ainda na ressignificação do socialismo" , diz ele. "Não se trata de "rupturismo total", pois a conjuntura não é revolucionária, mas de uma reforma profunda, dentro das instituições. Reforma agrária, urbana, política, tributária e outras, sempre estimulando a organização e o protagonismo populares".

A polêmica passa pelos que tentam, sem sucesso, um debate sério da social-democracia - uma agenda que não atrai os políticos nem o eleitorado. E passa também pelos que veem no fortalecimento do aparelho do Estado a prova de que a esquerda está avançando. "O socialismo declinou, como proposta e como regime", admite o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, "mas sempre ressurge. No estatismo, na rejeição do mercado, da democracia representativa, do liberalismo, do individualismo e na defesa do partido único".

Alguma chance de a utopia socialista ressurgir? "Até onde se pode ver no horizonte, não", diz Aldo Fornazieri. O grande conflito do mundo, diz ele, não é mais entre patrões e operários, mas uma diferença civilizacional entre Ocidente e islamismo". No Brasil, ou lá fora, os paradigmas mudaram. O que existe agora, e o Egito acaba de dar um exemplo, são rebeliões para derrubar regimes autoritários.

Fornazieri faz uma certa ponte com Leôncio Rodrigues, ao admitir que "cresceu a percepção, pela esquerda, do Estado como mediador da ascensão social". Leôncio vê a esquerda crescer nas grandes bancadas do PT na Câmara e no Senado e na ocupação do aparelho de governo. "Aumentou a separação entre esquerda e socialismo", adverte. "Hoje a esquerda incorpora temas que nada têm com a classe operária, como proteção ambiental e defesa das minorias".

A dificuldade de outros grupos de esquerda para se firmar, segundo Leôncio, resulta da salada ideológica montada na origem do PT, que misturou marxismo com catolicismo progressista. "Ele era o partido dos operários e também do povo de Deus". Projetos com os quais o PT já não se comove, diz Alencar, para quem "ser de esquerda no Brasil de hoje é moer no áspero."

FONTE: O ESTADO DE S. PAULO

Por Fernando Dantas, estadao.com.br, Atualizado: 1/1/2011 0:42

Herança de avanços e desequilíbrios

Há consenso de que o Brasil melhorou muito durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de que hoje o País atravessa uma das mais promissoras fases de sua história econômica. Para alguns analistas, porém, a política econômica piorou no segundo mandato, levando a desequilíbrios, como a inflação em alta, o déficit externo e o câmbio valorizado.

Críticos e defensores da política econômica de Lula acham necessário um ajuste no início do governo de Dilma Rousseff, com maior controle da despesa pública. A diferença entre os dois grupos é que os primeiros defendem uma correção mais forte.

'O governo Lula começou fazendo reformas microeconômicas extremamente importantes e termina a um passo do populismo econômico', diz Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. Já Marcos Lisboa, diretor executivo do Banco Itaú e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda na gestão de Antonio Palocci, considera que 'são oito anos que terminam muito bem'.

O Brasil cresceu em média 4% ao ano no governo Lula, bem mais que a média de 2,3% de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, como observa Nelson Barbosa, secretário executivo do Ministério da Fazenda de Dilma, 'o que importa não é só o número, mas a qualidade do crescimento no governo Lula'.

Assim, a renda dos 10% mais pobres cresceu a mais de 6% ao ano do fim de 2002 ao fim de 2009 (último dado disponível), enquanto a dos 10% mais ricos subiu 1,8% ao ano. No mesmo período, o número de miseráveis caiu de 16,5% para 8,4% da população, e o de pobres, de 38,3% para 23,9%. Cerca de 15 milhões de empregos formais foram criados no governo Lula, o triplo do registrado na era FHC. E a taxa de desemprego média de 2010, projetada em menos de 6,9%, é a menor desde 2002, início desta série. A classe C, a nova classe média popular, incorporou 29 milhões de brasileiros no governo Lula, e já corresponde a mais da metade da população.

O grande sucesso de Lula em promover a retomada do crescimento com inclusão social é atribuído a diversos fatores, e o grande debate é sobre a importância de cada um deles.

Dessa forma, não há dúvida de que a bonança dos últimos anos se deveu à manutenção do tripé macroeconômico montado no governo anterior (câmbio flutuante e metas de inflação e de superávit primário), o que levou à queda do juro real e da dívida pública líquida como proporção do PIB; às reformas de regras e legislação que impulsionaram o crédito; à enorme alta das commodities exportadas pelo Brasil, como ferro e soja, na esteira do crescimento chinês e asiático; aos juros internacionais baixos na média do período; à agressiva política social de Lula, com a criação e a expansão do Bolsa Família e os grandes aumentos reais do salário mínimo; e aos efeitos cumulativos no mercado de trabalho de melhoras quantitativas na educação iniciadas na década de 90 e mantidas por Lula.

Além disso, também contribuíram para o sucesso econômico do governo Lula o acúmulo de reservas internacionais e a eliminação da dívida externa líquida; a ousada política anticíclica durante a crise global de 2008 e 2009, com expansão do crédito público, desoneração tributária de bens de consumo e liberação de compulsórios pelo BC (o impulso foi turbinado também, por coincidência, pela decisão, tomada antes da turbulência, de aumentar gastos fixos de funcionalismo, Previdência e programas sociais); e, finalmente, pela descoberta do pré-sal, que coroou a onda de entusiasmo internacional pelo Brasil.

Para Barbosa, secretário de Política Econômica no segundo mandato de Lula, outro fator do sucesso foi a redefinição do papel do Estado, que organizou e estimulou um novo ciclo de investimentos públicos e privados, por meio da estruturação de projetos e do grande

aumento dos financiamentos do BNDES. A expansão do investimento, para ele, ajudará a reduzir o juro real de 6% para 2% até 2014. Já Armínio Fraga, ex-presidente do BC no governo de Fernando Henrique, acha pífia a alta dos investimentos até agora (veja abaixo).

Pastore, por sua vez, preocupa-se com a 'redefinição' do papel do Estado, que vê como indução ao consumo por meio do aumento dos gastos públicos. 'A crise internacional nos convidou para a dança do consumo', diz. Ele nota que o déficit em conta corrente já estaria acima de 5% do PIB não fosse a melhora nos termos de troca nos últimos 18 meses.

Como o consumo excessivo não abre espaço para a poupança doméstica financiar a alta do investimento, Pastore prevê que o País acabará tendo déficits externos insustentáveis se a taxa de investimentos caminhar para 25% do PIB, o que considera necessário para sustentar um crescimento anual acima de 5%.

Para Lisboa, do Itaú, uma das questões cruciais agora é eliminar deficiências e lacunas do marco regulatório dos investimentos em infraestrutura que, na prática, não definem quem decide o quê na hora de liberar uma obra. 'Acaba precisando de unanimidade entre vários órgãos e níveis de governo, o que impede, atrasa ou torna mais caros os investimentos', diz. Ele também defende melhor gestão dos recursos públicos, com avaliação de programas, aumentando a seletividade e permitindo expandir serviços públicos junto com a redução da carga tributária.

NADA SERÁ COMO ANTES - Lula não inventou a roda, nem começou do zero, mas mudou o país. Quem há de se vangloriar ou se lamentar disso?

Marco Aurélio Nogueira * - Cientista Politico Ano 2010

Nunca antes na história deste País houve um presidente como Luiz Inácio Lula da Silva. Encerrada sua dupla presidência, nada será igual. O País que ele nos deixa é outro, para o bem e para o mal. Nem melhor, nem pior, simplesmente diferente. Lula fez e desfez, aconteceu, circulou e apareceu, mudou o discurso do poder e o modo como a opinião pública se relaciona com seus governantes, pacificou e articulou os mais distintos interesses sociais, a ponto de sair de cena como uma espécie inusitada de glória nacional. Deixou marca tão forte na política, na administração pública e no imaginário popular que será preciso um tempo para assimilarmos sua ausência.

Lula não teve a grandeza fundacional e paradigmática de um Vargas, verdadeiro artífice do Brasil moderno, que ele forjou mediante um padrão de intervenção estatal e um "pacto" ainda hoje vigentes. Não trouxe o charme nem o dinamismo de JK, com sua fantasia industrializante de recriar o País, fazendo 50 anos em 5. Nem sequer seria justo aproximá-lo de Fernando Henrique Cardoso, cujo refinamento intelectual fazia com que conhecesse a estrutura do País que pretendeu

administrar.

Mas Lula foi diferenciado. A começar do estilo. Falastrão, debochado, emotivo, avesso a protocolos e a regras gramaticais, demarcou um território. Líder metalúrgico, filho humilde do Brasil profundo, encontrou uma fórmula eficiente de dialogar com as grandes multidões, valendo-se da exploração de uma espontaneidade que o levou a ser tratado como um brasileiro igualzinho a você, predestinado a promover a ascensão dos pobres graças à magia de uma identificação imediata. Por ter vindo "de baixo" e carregado a cruz do sofrimento, Lula saberia como atender os pobres. A precariedade da formação intelectual e a falta de gosto por leituras ou estudos sistemáticos seria compensada pela percepção intuitiva das carências sociais. Ponha-se nisso uma pitada de sagacidade e se tem a lapidação de um mito.

O estilo Lula de ser presidente caminhou sempre de braços dados com glorificação e a autoglorificação. Foi assim, aliás, que ele abriu caminho no PT. Soube usar a aura que o cercou no final dos anos 70, quando despontou como expressão de um "novo sindicalismo" que irrompia numa sociedade silenciada pela ditadura e disponível para se emocionar com a movimentação dos operários do ABC paulista. Criou-se assim o signo do trabalhador que se impõe a políticos, estudantes e intelectuais para fundar um partido diferente, uma política de outro tipo, um novo discurso, um distinto modo de deliberar e agir. O bordão "nunca antes na história", na verdade, nasceu ali, colando-se a sua trajetória.

O estilo sempre esteve próximo da egolatria e da autossuficiência, combinadas com uma enorme vontade de agradar a todos. Lula nunca reconheceu erros ou cultivou a modéstia. Sua vida teria transcorrido numa sucessão de eventos positivos, modelados por seu discernimento, seu sacrifício e seu espírito de luta. Outros erraram, companheiros inclusive; ele no máximo foi enganado ou ficou imobilizado por perseguições e preconceitos.

Mas é impossível diminuir o tamanho real do personagem. Num País em que as elites políticas, econômicas e intelectuais, apesar de não terem conseguido governar com generosidade, nunca largaram as rédeas do governo, a irrupção de um metalúrgico no Planalto deve ser compreendida sem ira nem ressentimento. Tratou-se de um fato excepcional, desses que podem efetivamente sinalizar que algo novo começou a trepidar no chão da vida cotidiana.

A chegada de Lula ao poder não foi obra do desígnio divino, nem derivou exclusivamente de seu carisma ou mérito pessoal. Muita gente se empenhou para isso e a operação exigiu algum sacrifício. O PT, por exemplo, trocou sua identidade operária pela possibilidade de projetar um operário na cúpula do Estado. Depois de ter se recusado a jogar o jogo da redemocratização do País, o partido passou a defender as regras formais e informais do sistema político. Afastou-se dos compromissos de esquerda. Depurado de combatividade e eixo, ficou refém de seu mais conhecido expoente. Alguma semelhança com o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes no velho PCB não é mera coincidência.

A estratégia foi auxiliada pelos fatos da vida. Houve o governo FHC, que venceu a inflação e lançou a plataforma de uma sociedade mais educada para a racionalidade econômica e mais sensível à necessidade de centralizar a questão social. Lula beneficiou-se, também, da consolidação democrática, da expansão da economia internacional e do que isso trouxe de espaço para o crescimento da economia brasileira. Tudo ajudou as políticas públicas a ganhar nova preeminência e incluir o combate às zonas de miséria e pobreza que devastam a sociedade.

Exagera-se muito na avaliação que se faz de Lula. Na apreciação do que há de positivo em seu governo, nem sempre se dá o devido valor à equipe técnica e política que o assessorou. O bloco de sustentação e a amplíssima coalizão de interesses que montou não se deveram a uma incomum habilidade de negociador, mas sim à recuperação do Estado como agente, à disseminação de práticas generalizadas de composição parlamentar e a uma "racionalidade" dos próprios interesses, que pactuaram para ganhar um pouco mais ou perder um pouco menos. Uma "nova classe média" apareceu, impulsionada pelas facilidades do crediário, pelos programas de transferência de renda e pela impressionante mobilidade da sociedade. Mas não mudou a face do País.

A presidência Lula se completou com a eleição de Dilma Rousseff, sua maior criação. O "animal político" nascido no ABC mostrou que tem corpo e vontade própria. Já não depende mais de um partido para se afirmar e pode almejar ser fiador do novo governo.
Mas nada é tão simples como parece. Todo governante constrói sua biografia e a lógica da política o impele a buscar luz autônoma. Uma hipótese realista sugere que haverá um suave descolamento entre Lula e Dilma. Disso talvez nasça um governo mais ponderado e equilibrado, capaz de substituir a

presença de um líder carismático e intuitivo pela determinação e pelo rigor técnico que são indispensáveis para que se possa construir uma sociedade mais igualitária.

Lula entrou para a galeria política brasileira. Mas não inventou a roda, nem começou do zero. Não fará tanta falta quanto imagina ou imaginam. Sua passagem para os bastidores do sistema, ainda que temporária, poderá propiciar uma lufada de oxigênio na política e na dinâmica social, ajudando-as a adquirir mais espontaneidade e a pressionar por agendas de novo tipo.

Nada será como antes, é verdade, mas ninguém lamentará nem se vangloriará disso.

**** Marco Aurélio Nogueira é professor titular de teoria política da Unesp e recebeu o Premio "Cientista Político do Ano 2010***

***

Lulismo no Poder –

Merval Pereira

Clique: C:\Documents and Settings\Windows XP\Meus documentos\POLITICA\Lulismo no poder.mht

***

Para onde vamos?

Fernando Henrique Cardoso* ZERO HORA 01 DE NOVEMBRO 09

A enxurrada de decisões governamentais esdrúxulas, frases presidenciais aparentemente sem sentido e muita propaganda talvez levem as pessoas de bom senso a se perguntarem: afinal, para onde vamos? Coloco o advérbio “talvez” porque alguns estão de tal modo inebriados com “o maior espetáculo da terra”, de riqueza fácil que beneficia a poucos, que tenho dúvidas. Parece mais confortável fazer de conta que tudo vai bem e esquecer as transgressões cotidianas, o discricionarismo das decisões, o atropelo, se não da lei, dos bons costumes. Tornou-se habitual dizer que o governo Lula deu continuidade ao que de bom foi feito pelo governo anterior e ainda por cima melhorou muita coisa. Então, por que e para que questionar os pequenos desvios de conduta ou pequenos arranhões na lei?

Só que cada pequena transgressão, cada desvio, vai se acumulando até desfigurar o original. Como dizia o famoso príncipe tresloucado, nesta loucura há método. Método que provavelmente não advenha do nosso Príncipe, apenas vítima, quem sabe, de apoteose verbal. Mas tudo o que o cerca possui um DNA que, mesmo sem conspiração alguma, pode levar o país, devagarinho, quase sem que se perceba, a moldar-se a um estilo de política e a uma forma de relacionamento entre Estado, economia e sociedade, que pouco têm a ver com nossos ideais democráticos.

É possível escolher ao acaso os exemplos de “pequenos assassinatos”. Por que fazer o Congresso engolir, sem tempo para respirar, uma mudança na legislação do petróleo mal explicada, mal ajambrada? Mudança que nem sequer pode ser apresentada como uma bandeira “nacionalista”, pois se o sistema atual, de concessões, fosse “entreguista” deveria ter sido banido, e não foi. Apenas se juntou a ele o sistema de partilha, sujeito a três ou quatro instâncias político-burocráticas para dificultar a vida dos empresários e cevar os facilitadores de negócios na máquina pública. Por que anunciar quem venceu a concorrência para a compra de aviões militares se o processo de seleção não terminou? Por que tanto ruído e tanta ingerência governamental em uma companhia (a Vale) que, se não é totalmente privada, possui capital misto regido pelo estatuto das empresas privadas? Por que antecipar a campanha eleitoral e, sem qualquer pudor, passear pelo Brasil às custas do Tesouro (tirando dinheiro do seu, do meu, do nosso bolso...) exibindo uma candidata claudicante? Por que, na política externa, esquecer-se de que no Irã há forças democráticas, muçulmanas inclusive, que lutam contra Ahmadinejad e fazer mesuras a quem não se preocupa com a paz ou os direitos humanos?

Pouco a pouco, por trás do que podem parecer gestos isolados e nem tão graves assim, o DNA do “autoritarismo popular” vai minando o espírito da democracia constitucional. Essa supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente. Na contramão disso tudo, vamos regressando a formas políticas do tempo do autoritarismo militar, quando os “projetos de impacto” (alguns dos quais viraram “esqueletos”, quer dizer obras que deixaram penduradas no Tesouro dívidas impagáveis) animavam as empreiteiras e inflavam os corações dos ilusos: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Em pauta, temos a transnordestina, o trem-bala, a Norte-Sul, a transposição do São Francisco e as centenas de pequenas obras do PAC, que, boas algumas, outras nem tanto, jorram aos borbotões no orçamento e minguam pela falta de competência operacional ou por desvios barrados pelo TCU. Não importa: no alarido da publicidade, é como se o povo já fruísse os benefícios: “Minha casa, minha vida”; biodiesel de mamona, redenção da agricultura familiar; etanol para o mundo e, na voragem de novos slogans, pré-sal para todos.

Diferentemente do que ocorria com o autoritarismo militar, o atual não põe ninguém na cadeia. Mas da própria boca presidencial saem impropérios para matar moralmente empresários, políticos, jornalistas ou quem quer que seja que ouse discordar do estilo “Brasil potência”. Até mesmo a apologia da bomba atômica como instrumento para que cheguemos ao Conselho de Segurança da ONU – contra a letra expressa da Constituição – vez por outra é defendida por altos funcionários, sem que se pergunte à cidadania qual o melhor rumo para o Brasil. Até porque o presidente já declarou que em matéria de objetivos estratégicos (como a compra dos caças) ele resolve sozinho. Pena que tivesse se esquecido de acrescentar “l’État c’est moi”. Mas não esqueceu de dar as razões que o levaram a tal decisão estratégica: viu que havia piratas na Somália e, portanto, precisamos de aviões de caça para defender “nosso pré-sal”. Está bem, tudo muito lógico.

Pode ser grave, mas, dirão os realistas, o tempo passa e o que fica são os resultados. Entre estes, contudo, há alguns preocupantes. Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, Estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos altos-fornos do Tesouro. Os partidos estão desmoralizados. Foi no “dedaço” que Lula escolheu a candidata do PT à sucessão, como faziam os presidentes mexicanos nos tempos do predomínio do PRI. Devastados os partidos, se Dilma ganhar as eleições, sobrará um subperonismo (o lulismo) contagiando os dóceis fragmentos partidários, uma burocracia sindical aninhada no Estado e, como base do bloco de poder, a força dos fundos de pensão. Estes são “estrelas novas”. Surgiram no firmamento, mudaram de trajetória e nossos vorazes mas ingênuos capitalistas recebem deles o abraço da morte. Com uma ajudinha do BNDES, então, tudo fica perfeito: temos a aliança entre o Estado, os sindicatos, os fundos de pensão e os felizardos de grandes empresas que a eles se associam.

Ora dirão (já que falei de estrelas), os fundos de pensão constituem a mola da economia moderna. É certo. Só que os nossos pertencem a funcionários de empresas públicas. Ora,

nessas, o PT, que já dominava a representação dos empregados, domina agora a dos empregadores (governo). Com isso, os fundos se tornaram instrumentos de poder político, não propriamente de um partido, mas do segmento sindical-corporativo que o domina. No Brasil, os fundos de pensão não são apenas acionistas – com a liberdade de vender e comprar em bolsas – mas gestores: participam dos blocos de controle ou dos conselhos de empresas privadas ou "privatizadas". Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições. Comecei com para onde vamos? Termino dizendo que é mais do que tempo de dar um basta ao continuísmo antes que seja tarde.

*EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

AMERICA DO SUL À BEIRA DO FUTURO[1]

JOSÉ LUÍS FIORI

Depois de uma década à esquerda, a América do Sul está entrando numa zona de forte turbulência. Neste final de 2009, o Uruguai pode eleger para presidente da republica, um homem do povo e ex-guerrilheiro tupamaro, e o Chile talvez eleja um bilionário arrogante e de direita, que lembra muito o primeiro ministro italiano, Silvio Berlusconi. Há menos de um da reeleição dos presidentes da Bolívia e do Equador que se propõem mudar radicalmente a estrutura do estado e da propriedade dos seus países, com objetivos socialistas, mas sem ruptura revolucionária. Em 2010, haverá eleições na Colômbia e no Brasil, e em 2011, no Peru e na Argentina. Durante esta primeira década do século, as mudanças no continente foram apoiadas pela expansão econômica mundial, que também estimulou o projeto de integração América do Sul. Mas a crise financeira de 2008 provocou uma desaceleração do crescimento e do próprio projeto de integração econômica. E o projeto de integração política foi atingido em cheio pelo novo acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos, que autoriza o uso do território colombiano por forças militares norte-americanas, de onde poderão controlar o espaço aéreo da Venezuela, e de toda a América do Sul. Por isso, não é exagero dizer que o futuro da América do Sul, na primeira metade do século XXI, pode estar sendo decidido nestes próximos dois anos. E já é possível mapear as grandes disjuntivas e escolhas que estão no horizonte do continente sul-americano.

Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, o que se deve esperar para depois da crise é um aumento da pressão dos mercados internacionais e o aprofundamento da condição periférica e primário-exportadora da maioria dos países sul-americanos. Mesmo com o alargamento e diversificação dos seus mercados compradores, na direção da Ásia, e da China, em particular. Nesta nova conjuntura, só uma vontade política coesa e continuada poderá manter de pé o projeto de integração sul-americano. Isto supõe uma decisão de estado e uma capacidade coletiva de manter sob controle os conflitos locais, a despeito das mudanças de governo. E supõe também, uma política conjunta de fortalecimento do mercado interno da América do Sul, com a redução da dependência regional das crises e das flutuações dos preços internacionais. Neste ponto, não existe meio termo, porque os países dependentes da exportação de produtos primários, mesmo no caso do petróleo, nunca conseguirão comandar sua própria política macro-econômica, e muito menos ainda, a sua inserção na economia mundial. Em segundo lugar, do ponto de vista político, a crise econômica explicitou ainda mais as assimetrias e desigualdades nacionais e sociais

---

1 Em homenagem a Carlos Estevam Martins, amigo e companheiro de Santiago do Chile e professor da .Universidade de São Paulo, que faleceu no dia 9 de outubro de 2009.

que estão por trás da heterogeneidade política regional e que explicam, em parte, a falta de interesse ou de entusiasmo de alguns países do continente, pelo projeto sul-americanista. Por fim, do ponto de vista da segurança continental, o aumento da presença militar americana na Colômbia serve para relembrar que a América do Sul seguirá por um bom tempo – e mesmo que não queira - sob a "proteção" do poder espacial, aéreo e naval dos EUA. E terá que ter uma enorme persistência e tenacidade para construir um sistema autônomo de segurança regional, sem produzir uma corrida armamentista dentro da própria região.

De qualquer forma, uma coisa é certa: o futuro do projeto sul-americano dependerá cada vez mais das escolhas brasileiras, e da forma que o Brasil desenvolva suas relações com os Estados Unidos. Do ponto de vista econômico, a pressão dos mercados internacionais e as novas descobertas do petróleo da camada do pré-sal, também estão oferecendo para o Brasil, a possibilidade de se transformar numa economia exportadora de alta intensidade, uma espécie de "periferia de luxo" dos grandes potencias compradoras do mundo, como foram no seu devido tempo, a Austrália e a Argentina, entre outros. Mas existe a possibilidade do Brasil escolher um outro caminho que combine seu potencial exportador, como uma estrutura produtiva industrial associada e liderada por uma economia mais dinâmica, como é o caso contemporâneo do Canadá, por exemplo. E além disto, existe uma terceira alternativa, absolutamente nova para o país, e que aponta de certa forma, para o modelo da estrutura produtiva norte-americana: com uma indústria extensa e sólida, e uma enorme capacidade de produção e exportação de alimentos e outras *commodities* de alta produtividade, incluindo o petróleo, no caso brasileiro. Por outro lado, no campo político, depois da hegemonia das idéias neoliberais e privatistas, e do "cosmopolitismo subserviente", no campo internacional, está se consolidando no Brasil, um novo consenso desenvolvimentista, democrático e popular, mas que neste caso, não tem nada a ver com socialismo. As perspectivas futuras desta coalizão de poder, entretanto, dependerão, em grande medida, da estratégia internacional dos próximos governos brasileiros. O Brasil pode se transformar num "aliado estratégico" dos Estados Unidos, da Grã Bretanha e da França, com direito de acesso à uma parte de sua tecnologia de ponta, como no caso do Japão, ou mesmo de Israel, que acessou à tecnologia atômica militar, com a ajuda da França. Mas o Brasil também pode escolher um caminho próprio de afirmação soberana e de expansão do seu poder internacional. E neste caso, se o Brasil quiser mudar sua posição geopolítica, obedecendo as "regras de jogo' do sistema mundial,

terá que desenvolver um trabalho extremamente complexo de administração contínua das relações de competição, conflito e complementaridade com os Estados Unidos, e com as demais potências, tomando com norte os seus próprios interesses econômicos e geopolíticos. Numa disputa prolongada pela hegemonia da América do Sul, como se fosse uma "luta oriental" com os Estados Unidos. Caminhando através de uma trilha muito estreita e durante um tempo que pode se prolongar por várias décadas. Além disto, se o Brasil quiser liderar a integração soberana da América do Sul no mundo, terá que inventar uma nova forma de expansão econômica e política continental e mundial, sem "destino manifesto" nem vocação missionária, e sem o imperialismo bélico das duas grandes potências anglo-saxônicas.

José Luiz Fiori – 4 de novembro 2009 – www.cartamaior.com.br

***

Lulismo : O Futuro de uma Ilusão

Mauricio Dias David*

Mas afinal, de que se trata o lulismo ? Êle existe mesmo, é algo que veio para ficar na sociedade brasileira marcando o seu desenvolvimento político por muitas décadas (tais como o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil nas décadas posteriores à Revolução de 30, o franquismo e o salazarismo na Espanha e Portugal dos anos 30 a 70) ? Ou se trata de uma nuvem de fantasia, predestinada a se desvanecer ao menor sinal de crise econômica mais duradoura ou de esgotamento do período excepcional de expansão da economia mundial que levou vento às velas das caravelas do governo Lula em seus dois mandatos ? Evidentemente, só o tempo será senhor da verdade.

André Singer – o cientista político da USP que foi o porta-voz do governo Lula em seu primeiro mandato – e Rudá Ricci – o sociólogo paulista radicado em Minas que tem se destacado na avaliação de políticas públicas – em dois trabalhos pioneiros publicados recentemente levantaram a hipótese do "lulismo" como um fenômeno que representaria uma novidade diferenciadora de uma nova estruturação social brasileira. Algo que veio para ficar, a simbologia no plano eleitoral de uma nova correlação de forças dentro e na sociedade brasileira. Abriu-se então, a partir das hipóteses levantadas por Singer e por Ricci, uma nova vertente de estudos sobre a realidade nacional.

É inegável que a economia brasileira apresentou nos últimos anos um desempenho bastante superior aos anos de crise que caracterizaram as chamadas "décadas perdidas" em termos de desenvolvimento nacional. Ou seja, o crescimento econômico foi bastante medíocre nos anos oitenta e noventa. Em conseqüência, os avanços sociais neste mesmo período foram acanhados, apesar do campo favorável proporcionado pela abertura política relacionada com a substituição do regime militar pelo poder civil, mais suscetível de atender as reivindicações sociais. Mas, quando o cobertor é pouco... Em anos de crise e relativa estagnação econômica,

os ganhos sociais ficam limitados pelo cobertor curto. O crescimento recente da economia brasileira no governo Lula permitiu uma reversão radical da situação anterior.

Mérito de Lula ? Ou coincidência fortuita, em função da expansão excepcional da economia internacional que teria proporcionado ao “sortudo” Lula os ventos necessários para aportar as suas caravelas no doce paraíso da expansão econômica acelerada. Esta discussão pode se mostrar interminável e acabar, o mais das vezes, em bolinhas de papel e objetos contundentes despejados na cabeça do adversário, como na recente campanha eleitoral...

O fato é que a expansão da economia internacional nos anos recentes foi a base incontestável do clima de bonança econômica que caracterizou parte do governo Lula, especialmente a partir de 2004. Foram os anos do espetáculo do crescimento , como o chamou o marqueteiro mor do País – Sua Excelência, o Presidente da República. Até mesmo a grave crise econômica internacional de 2008/2009 afetou de maneira amena a economia nacional, não pelas habilidades dos timoneiros Lula e Mantega, mas pelo fato de que a China continuou a sua notável expansão econômica e se mostrou consumidora voraz – e a preços crescentes – de tudo quanto foi commodities que as Argentinas e os Brazis da vida lhe ofereceram na mesa de iguarias.

Não há dúvida de que a sensação do “feel good” que está na base do fenômeno do lulismo e que explica em parte substancial a grande adesão popular à figura carismática do Presidente se deu, então, não em conseqüência de méritos excepcionais das políticas governamentais do governo Lula, mas apesar delas. Ironia da vida... Quanto mais a figura mítica do Lula atacava a chamada “herança maldita” que lhe foi legada pelo seu antecessor, mais a suas próprias políticas se baseavam na extensão e aprofundamento do que havia herdado o seu governo : a política econômica, a abertura da economia, as linhas principais das políticas sociais, as políticas de modesta redistribuição de renda e favorecimento do surgimento de uma “nova classe média” ascendente do ventre das classes D e E na curiosa estruturação social brasileira.

Não que os governos sejam exatamente iguais, pois nunca o são e nunca o serão (e isto é válido também para as previsões relacionadas com o período II do lulismo, isto é, o futuro governo Dilma).

Mas o que queremos propor é girar o eixo da discussão para um novo pólo : em existindo o lulismo, é ele sustentável ? Está assentado sobre sólidas estruturas ? Ou tenderá a se desvanecer a medida em que a figura protagônica do seu ator principal deslize inevitavelmente para um segundo plano com a passagem do poder ? Estamos tratando de uma estátua de bronze que vai perdurar por décadas ? Ou de umas destas alegorias de carros de carnaval tão características das escolas de samba , que tendem a se desmanchar quando mergulhadas nas chuvas tropicais do verão carioca ?

Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar...

A primeira observação a se fazer é a de que a sensação do “feel good”, esta sensação difusa de bem-estar generalizado que é a base da simpatia e adesão à figura do Lula, parece ser de uma fragilidade espantosa. Em primeiro lugar, porque é pouco crível que os anos de forte expansão econômica que caracterizou boa parte do governo Lula dificilmente se repetirão de forma

constante e indeterminada. O chamado “lulismo” não apagou os ciclos da história econômica, assim como não poderá ter apagado da memória dos estudiosos a semelhança do modelo atual de “expansão para fora” baseado na exportação de produtos primários com o esgotamento histórico deste modelo vivido pelos países da América Latina a meados do século passado. Precisamos voltar a ler Celso Furtado, Raul Prebish, os grandes pensadores estruturalistas latinoamericanos. O “lulismo” os substituiu pelos teóricos neodesenvovimentistas da estruturação das empresas campeãs nacionais, do dinheiro fácil e subsidiado do BNDES jorrando em bicas sobre empresários ineficientes e projetos mirabolantes. A visão estrutural de um Celso Furtado foi substituída pelo pensamentocurto-prazista das viúvas de Geisel, o general presidente do fracasso do II PND, cuja visão de capitalismo nacional-estatista parece ser o eixo do modelo lulista na economia... Os trens-bala de hoje dos neodesenvolvimentistas neogeiselianos serão as Ferrovias do Aço de ontem... Talvez nem isto, mais bem tendem a repetir a Ferrovia Norte-Sul dos empreiteiros de Sarney... Quando o castelo de cartas se desmoronar, o que ficará de “mico” na mão dos (i)responsáveis políticos por tal modelo ?

A base social do lulismo é também de uma consistência duvidosa. Ela aparenta, segundo a maior parte das análises, estar ancorada em dois pés : o bolsa-familia – poderoso instrumento de combate à miséria- e as políticas que tenderam a favorecer a ascensão da chamada “nova classe média”.

O bolsa-família – que foi uma adaptação ao Brasil de uma política defendida pelo Banco Mundial de se focar o combate à miséria em medidas pontuais – representa tudo aquilo a que o PT e Lula historicamente combateram. A genialidade política do Lula consistiu, neste caso, em simplesmente dar um giro de 180 graus no que defendia o PT e em perceber a formidável arma política que tinha em mãos. Tratou-se de uma genialidade do tipo de “ovo de Colombo”, que o Lula transformou em uma fábrica geradora de votos. Por que não o fez o social-democrata Fernando Henrique Cardoso ? Simplesmente porque talvez, na realidade, por sua formação aristocrática, tinha horror aos pobres. Foi capaz de iniciar o programa – que tinha tudo a ver não só com as políticas neoliberais do Banco Mundial mas também com o próprio ideário da social-democracia – mas foi incapaz de ampliá-lo a uma escala efetivamente abrangente e que provocasse impacto significativo (conforme apontei em uma tese de doutorado defendida em 2001 na Universidade de Paris).

Quanto a chamada “nova classe média” , há indícios de que este conceito tem sido utilizado de forma um pouco abusiva. Existe mesmo uma nova classe média ? Como chamar de “classe média” os estratos de renda compreendidos em faixas que apenas se diferenciam dos casos de pobreza relativa ? Ou, na melhor das hipóteses, de insuficiência de renda para um padrão de vida confortável ? A chamada “nova classe média” parece ser integrada pela “velha sofrida classe trabalhadora” que mal se mantém com o nariz fora da linha d’água...O nível de renda familiar aumentou, sim, mais devido ao aumento no número de familiares inseridos no mercado de trabalho do que devido a uma real ascensão econômica e social. Ascensão econômica houve sim de economistas que disputam àvidamente régios contratos de consultoria governamental para demonstrar que tudo vai candidamente bem, no melhor dos governos possíveis... Longe de mim estar criticando técnicos do Ipea, da FGV, do BNDES *et caterva*...Mas que o fenômeno existe, existe.

Fernando Pessoa disse certa vez : " Porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura". Corremos o risco de estar subestimando a importancia do fenômeno do lulismo ? Ou, ao contrário, estamos diante de uma superestimação do que seria efetivamente o lulismo ? Estamos tentando examinar os astros com um microscópio ? Ou simplesmente examinando uma formiga com a lente invertida de uma luneta ?

Words, words, words, disse Shakespeare...

*Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris XIII(Sorbonne), professor da UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-economista do BNDES

***

Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de André Singer

15/01/10 às 20:44 h Editoria 650 Global

Imprimir
PDF
RSS Feeds
BOOKMARK

Entrou em cena uma nova força política no país: o lulismo. Desvendar as raízes sociais e políticas desse fenômeno é a tarefa a que se propõe André Singer no artigo "Raízes sociais e ideológicas do lulismo" publicado na revista Novos Estudos, do Cebrap, novembro 2009. Uma breve síntese do artigo do ex-secretário de imprensa e ex-porta-voz do governo Lula, o cientista político André Singer, foi elaborada pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat).

Eis a síntese.

O lulismo, segundo Singer, caracteriza-se pela forte identificação do subproletariado com a figura de Lula. Subproletários são aqueles que "oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-lá por um preço que assegure sua reprodução em condições normais". Estão nessa categoria "empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes". Em síntese, o subproletariado, reúne aqueles que se encontram em condição inferior aos assalariados, são os mais pobres entre os pobres. A definição da categoria é dada por Paul Singer ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980. Em 2005, 47% do eleitorado se encontrava nessa faixa.

É essa fração de classe que não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização porque está atomizada do sistema produtivo que está na base do fenômeno denominado lulismo. Segundo André Singer, os mais pobres não votaram em Lula em 1989, 1994, 1998 e 2002. Não votaram sobretudo porque ficaram com medo, porém em 2006 votaram em massa em Lula. Nesse sentido, diz Singer, o ponto de inflexão da emergência do lulismo se manifesta com força nas eleições de 2006. Em 2006, afirma Singer, "houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda, o qual passou despercebido". Os mais pobres, contrariamente ao que fizeram nas eleições anteriores, sufragaram Lula em peso. "É verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos nas eleições de 2006", afirma ele.

Nas eleições de 2006, Lula coroou um processo iniciado no seu primeiro mandato que selará sua profunda identificação com os mais pobres. Identificação que "pode ter fincado raízes duradouras no subproletariado brasileiro", diz Singer. O lulismo que se fez sem mobilização e foi se constituindo "sem fazer notar", explica-se por alguns movimentos simultâneos: a acomodação de Lula ao "conservadorismo popular" – o medo da instabilidade econômica, política e social, ou ainda a ideologia impregnada entre os mais pobres de desejo da superação da desigualdade, mas dentro da ordem –, o distanciamento das teses programáticas mais a esquerda do seu partido, o PT, que resultou numa crescente desconexão entre Lula e o partido e, proporcionalmente a esse processo, a decisão política e ideológica em assumir o caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais na macroeconomia.

O pulo do gato de Lula, porém, que dará forma e conteúdo ao lulismo, diz Singer, "foi sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos", ou seja, "a sensação de eleitores de renda baixa e média de que o seu poder de consumo aumentara, seja em produtos tradicionais (alimentos, material de construção), seja em novos (celulares, DVDs, passagens aéreas)", na análise de Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi, citado por Singer.

Na base desse sentimento de inclusão social e responsável por ele, encontra-se a porção social do governo Lula: o Programa Bolsa Família (PBF), o controle dos preços (cesta básica), o aumento real do salário mínimo, o credito consignado, a ampliação de empréstimo a agricultura familiar, o microcrédito e a bancarização de pessoas de baixíssima renda e a ampliação do Beneficio de Prestação Continuada (BPC). Somado a tudo isso, têm-se ainda a ativação de setores antes inexistentes na economia (por exemplo, clínicas dentárias para a baixa renda), uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semi-árido. É o conjunto dessas políticas, diz Singer, que Marcelo Neri chama de "o Real de Lula", numa alusão ao Plano Real que deu a reeleição a FHC em 1998, que dá força e consolida o lulismo.

Associado aos aspectos anteriores destaca Singer, "convém lembrar que Lula é o primeiro presidente que viveu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou, uma vez na presidência, para a realidade dos

miseráveis. Por isso, é plausível a suspeita de Francisco de Oliveira de que a eleição de 2006 comprove ter Lula se elevado 'a condição de condottiere e de mito'". Também nesse sentido, analisa Singer, "tais ações colocam Lula à frente de um projeto, que é compatível com aspectos de sua biografia".

Os pobres atomizados pela sua inserção no sistema produtivo necessitavam de alguém que pudesse, desde o alto, receber a projeção de suas aspirações. E aqui surge o lulismo, "um raio em céu azul, uma vez que surge de cima para baixo, sem aviso prévio, sem a mobilização lenta (e barulhenta) que caracteriza auto-organização autônoma das classes subalternas quando ela se dá nos moldes típicos do século XIX, isto e, dos partidos e movimentos de classe", destaca Singer.

Na sequência passamos a sintetizar os principais aspectos abordados pelo autor que fundamentam as raízes sociais e ideológicas do lulismo. Os subtítulos são do próprio autor.

"Talvez no futuro, afirma Singer, quando for escrita a crônica factual dos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, o pleito de 29 de outubro de 2006 apareça como mera repetição dos resultados numéricos de quatro anos antes, em que o candidato do PT venceu o do PSDB por uma diferença em torno de 20 milhões de votos. Remanescerá então encoberto, sob cifras quase idênticas, o deslocamento que, com o aspecto superficial da consagração do lulismo, pode ter significado, na verdade, um importante realinhamento político de estratos decisivos do eleitorado".

O realinhamento político eleitoral de que fala o cientista político nas eleições 2006 – um movimento profundo, que se deu sem mobilização e sem fazer-se notar – está no fato de que dessa vez, contrário às eleições anteriores, os mais pobres votaram em Lula e os setores de classe média preferiram votar em Alckmin. Segundo Singer, "no período do 'mensalão', o governo efetivamente perdeu parcela importante do suporte que trazia desde a eleição de 2002. Nas camadas média, essa rejeição desdobrou-se numa forte preferência por um candidato de oposição a presidência em 2006".

Lula foi eleito em 2006 diz Singer valendo de estudos de pesquisadores, sobretudo, "pelo apoio que teve no segmento de baixíssima renda, enquanto Alckmin contou, alem do voto dos mais ricos, com certa sustentação na fatia de eleitores de classe media baixa, que vagamente corresponde ao que os especialistas de mercado chamam de classe C". Algo oposto ao que aconteceu em 1989. Na oportunidade, enquanto Fernando Collor de Mello alcançava vantagem de dez pontos percentuais na faixa de eleitores que recebia mais dois salários mínimos de renda familiar mensal, no segmento mais alto quem obtinha essa vantagem era Lula.

A novidade aqui apresentada por Singer está no fato de segundo ele, a vitória de Collor "não decorria apenas de promessas fáceis. Havia uma hostilidade as greves, cuja onda ascensional se prolongou desde 1978 até as vésperas da primeira eleição direta para presidente, e da qual Lula era, então, o símbolo maior. Observava-se um aumento linear da concordância com o uso de tropas para acabar com as greves conforme declinava a renda do entrevistado, indo de um mínimo de 8,6%, entre os que tinham renda familiar acima de vinte salários mínimos, a um máximo de 41,6% entre os que pertenciam a famílias cujo ingresso era de apenas dois salários mínimos. Em outras palavras, ao contrario do esperado, os mais pobres eram mais hostis as greves do que os mais ricos".

"Sugerimos a interpretação – diz Singer – de que os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem. Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade e sim em como obtê-la. Identificada como opção que colocava a ordem em risco, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma autoridade já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade".

Foi esse "conservadorismo popular" que derrotou Lula em 1989, 1994 e 1998. Segundo, Singer "o fato de Collor ter decepcionado a base social que o elegeu ao provocar a recessão de 1990/1991, levando a perda de suporte que facilitou o impedimento em 1992, não mudou a estrutura de comportamento político que o pleito de 1989 iluminara. Em 1994 e 1998, o 'conservadorismo popular', acionado pela inflação e pelo medo da instabilidade, venceu Lula outra vez. Era relativamente claro que havia um poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto de baixíssima renda".

Nesse sentido, continua Singer, "as derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas como reedições de 1989, apesar da estabilidade monetária ter se sobreposto, em 1994, aos argumentos abertamente ideológicos utilizados por Collor (ameaça comunista) em 1989. Tal como em 1989, as duas campanhas de Fernando Henrique Cardoso mobilizaram os eleitores de menor renda contra a esquerda".

O melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre os estudantes, entre os assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre os funcionários públicos. Já os trabalhadores sem registro formal, portanto, desvinculados da organização sindical, deram os melhores resultados a Fernando Henrique. Em 1998, a coligação vencedora procurou convencer, com sucesso, os eleitores mais pobres de que Cardoso seria o melhor condutor do país em meio a crise financeira internacional que ameaçava a estabilidade conquistada quatro anos antes, destaca Singer reproduzindo estudos analíticos sobre as eleições.

Apenas depois de assumir o governo, Lula obteve a adesão do segmento de classe que buscava desde pelo menos 1989. Entre a eleição de 2002, comemorada como sendo a da demorada ascensão da esquerda em país de tradição conservadora, e a reeleição de Lula por outra base social e ideológica, em outubro de 2006, operou-se uma transformação que se faz necessário entender, afirma Singer.

As bases materiais do realinhamento

Como e porque os pobres passaram a se identificar e a votar em Lula? Três anos depois da posse em primeiro de janeiro de 2003, quando outro pleito já apontava no horizonte, é que começa a se manifestar o lulismo e ele se assenta na "sensação de eleitores de renda baixa e média de que o seu poder de consumo aumentara, seja em produtos tradicionais (alimentos, material de construção), seja em novos (celulares, DVDs, passagens aéreas)", diz Marcos Coimbra do Instituto Vox Populi, citado por André Singer.

Essa "sensação", analisa Singer, não caberia no começo do mandato, marcado por política econômica recessiva. No entanto, "a partir do final de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa Família (PBF), inicia-se uma gradual melhora na condição de vida dos mais pobres (...) Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de R$ 570

milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006".

Diversos estudos, alerta André Singer, encontraram indícios de que o PBF teve influência nos votos recebidos por Lula em 2006. Soa consistente, diz ele, a afirmação de que o PBF cumpriu um papel na vitória de Lula.

Porém, a Bolsa Família por si só não explica as bases do realinhamento eleitoral – a transferência massiva do voto dos mais pobres em Lula em 2006. Outros fatores convergiram. Entre eles, citando vários estudos, destaca Singer: a) o controle dos preços, como um componente central do aumento do poder de compra entre as camadas pobres; b) o aumento real do salário mínimo de 24,25% no primeiro mandato de Lula – somados, a Bolsa Família e a elevação do salário mínimo que alavancou os ganhos dos aposentados dinamizaram as economias locais menos desenvolvidas; c) o uso do crédito consignado, o crédito consignado fez parte de uma serie de iniciativas oficiais que tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que incluiu um aumento expressivo do empréstimo a agricultura familiar, do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda; d) a promulgação do Estatuto do Idoso, em janeiro de 2004, ampliou a idade mínima - caiu de 67 para 65 anos - para receber o Beneficio de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo para idosos ou portadores de necessidades especiais – em 2006, 2,4 milhões de cidadãos recebiam o BPC; e) além dessas medidas de alcance geral, que propiciaram a ativação de setores antes inexistentes na economia (por exemplo, clínicas dentárias para a baixa renda), uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semi-árido etc. favoreceram o setor de baixíssima renda.

André Singer cita o pesquisador Yan de Souza Carreirão que reproduz um cruzamento realizado pelo Datafolha em junho de 2006, que mostra a influência de ser atendido por programa governamental sobre a disposição de reeleger o presidente. Os números mostram que a intenção de voto em Lula pulava de 39%, na média, para 62%, quando o entrevistado participava de algum programa federal. O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. É isso que Marcelo Neri chama de "o Real de Lula", destaca Singer.

Assim, comenta o cientista político, enquanto os atores políticos tinham a atenção voltada para a sequência de denúncias do "mensalão", o governo produzia em silêncio o "Real do Lula" que, diferentemente do original, beneficiava, sobretudo, a camada da sociedade que não aparece nas revistas.

Fração de classe e ideologia

Examinadas em seu conjunto, as ações governamentais do primeiro mandato vão muito alem de simples "ajuda" aos pobres, destaca Singer. Segundo ele, "sem falar nos programas específicos, o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito popular com aumento da formalização do trabalho (o desemprego caiu de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% em dezembro de 2005) e a transferência de renda, aliados a contenção de preços, sobretudo da cesta básica (e em alguns casos deflação, como decorrência da desoneração fiscal), constituem uma plataforma no sentido de traçar uma direção política para os anseios de certa fração de classe. Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentara capacidade de consumo de milhões de pessoas de baixíssima renda, como atesta o acesso em grande escala a 'classe C', mas também porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda. Nesse sentido, tais ações colocam Lula à frente de um projeto, que é compatível com aspectos de sua biografia", diz Singer. Biografia, destaca Singer, que revela Lula como "o primeiro presidente que viveu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou, uma vez na presidência, para a realidade dos miseráveis".

Outro aspecto que auxilia na compreensão do lulismo situa-se no fato de que sob a perspectiva ideológica nas eleições de 2006, o PT não acompanhou Lula em sua troca de base. Singer cita estudos de Hunter e Power que revelam que Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT. Comentam os pesquisadores que "a tendência do apoio ao partido na Câmara dos Deputados, comparado ao de Lula, é cada vez mais incongruente. Enquanto Lula fez impressionantes avanços nas regiões mais atrasadas do país (os grotões, o mais duradouro calcanhar de Aquiles do PT), a fortaleza do partido continua a ser a área mais urbana e industrializada do Brasil".

Em outras palavras, diz Singer, Lula foi mais sufragado quanto menor o IDH do Estado, mas a votação da bancada federal do PT manteve-se associada aos de maior IDH. Em consequência, Lula teve particular sucesso no Nordeste e no Norte, ao passo que a votação do PT continuou relevante no Sudeste e no Sul.

A desconexão entre as bases do lulismo e as do petismo em 2006, analisa Singer, "pode significar que entrou em cena uma força nova, constituída por Lula à frente de uma fração de classe antes caudatária dos partidos da ordem e que, mais do que um efeito geral de desideologização e despolitização, indicava a emergência de outra orientação ideológica, que antes não estava posta no tabuleiro. Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de combate a desigualdade dentro da ordem, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar".

A "continuidade do governo Lula com o governo FHC" na política macroeconômica — "baseada em três pilares: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas publicas" — foi uma decisão política e ideológica. A elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, a concessão de independência operacional ao Banco Central, que teve a sua frente um deputado federal eleito pelo PSDB com autonomia para determinar a taxa de juros, e a inexistência de controle sobre a entrada e a saída de capitais foram o modo encontrado para assegurar um elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem, destaca Singer.

Nossa hipótese, comenta Singer, citando elementos do conteúdo programático do PT, "é de que o governo se afastou de aspectos do programa de esquerda adotado pelo PT até o final de 2001, o qual criticava 'a estabilidade de preços […] alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o 'crescimento econômico', a abolição das 'restrições ao movimento de capitais' e a Lei de Responsabilidade Fiscal por tolher 'elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais', com a finalidade de impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades a mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais".

Para trabalhadores com carteira assinada e organização sindical, a luta de classes em regime democrático oferece alternativas de autodefesa em momentos de instabilidade. Mas os que não podem lançar mão de instrumentos equivalentes, por não estarem organizados, seriam vulneráveis a propaganda oposicionista contra a "bagunça", comenta André Singer.

O fato é, diz Singer, que “o governo preferiu conter a subida dos preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, como foi o caso da combinação de corte no gasto publico e aumento de juros em 2003 (...) O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a ‘prudência de uma dona de casa’. Se ao fazê-lo estabelecia um hiato em relação ao seu próprio partido, em troca criava uma ponte ideológica com os mais pobres”.

Entretanto, analisa o cientista político, “se tivesse ficado nisso, só repetiria o relativo sucesso do primeiro mandato de FHC, o qual não provocou um realinhamento do eleitorado, apesar de emplacar o discurso de que ‘tudo é um processo’, equivalente tucano da ‘prudência da dona de casa’. O pulo do gato de Lula, diz Singer “foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada a manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a ‘ruptura com o atual modelo econômico’, mas a fração de classe que Paul Singer chamou de ‘subproletariado’ [os que estão fora do mercado formal de trabalho] ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980.

Em virtude de seu tamanho – 47% do eleitorado encontrava-se nessa situação em 2005, fora do mercado formal, exercendo atividades precárias e ganhando no máximo dois salários mínimos – , o subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e seu coração esta no Nordeste, diz Singer. “Não somente porque nessa região empobrecida, que é a segunda mais populosa do país, habitam boa parte dos subproletários, mas também porque dela irradiam aqueles que buscam oportunidade no centro capitalista, o Sudeste. Nucleado no Nordeste, onde conta com elementos biográficos, mas estendendo-se para o conjunto do país, o lulismo, segundo indicam os dados eleitorais de 2006, pode ter fincado raízes duradouras no subproletariado brasileiro”, destaca o cientista político.

E agora José?

As conclusões de André Singer apontam a essência do lulismo, a representação do subproletariado sem a necessidade de rupturas. Diz ele, “como vimos, a persistência do que poderíamos chamar de ‘conservadorismo popular’ marca a distribuição das preferências ideológicas no Brasil pós-redemocratização, com a direita reunindo sempre cerca de 50% mais eleitores do que a esquerda”. Gustavo Venturi, citado por Singer, afirma que “passadas mais de duas décadas de democracia, a construção de uma hegemonia político-cultural identificada como de esquerda não avançou”.

“Em que pese, diz Singer, o sucesso do PT e da CUT, a esquerda não foi capaz de dar a direção ao subproletariado, uma fração de classe particularmente difícil de organizar. O subproletariado, a menos que organizado por movimentos como o MST, tende a ser politicamente constituído desde cima, como descobriu Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber a projeção de suas aspirações”.

“Buscamos aqui mostrar – continua Singer – que, na ausência de um avanço da esquerda, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político. Isso implicou um realinhamento do eleitorado e a emergência de uma força nova, o lulismo, tornando necessário um reposicionamento dos demais segmentos (...) O fato de Lula receber votos a esquerda e a direita de modo equivalente seria o reflexo do realinhamento em curso, a partir do qual Lula passa a representar uma opção nova, que mistura elementos de esquerda e de direita, contra uma alternativa de classe média organizada em torno de uma formulação de centro”.

Segundo Singer, “diferentemente da experiência peessedebista, o ‘Real de Lula’ veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou. Essa é a razão pela qual o presidente insiste que ‘nunca na história deste país… etc. etc.’. Irritados, os supostos ‘formadores de opinião’ não percebem que Lula não está se dirigindo a eles e insistem na tecla de que a história não começou com Lula, o que é verdade, mas ouvido vários degraus abaixo, o bordão adquire outro sentido”.

O relativo desinteresse de Lula pelos ‘formadores de opinião’ segundo Singer, “significa que o realinhamento tirou centralidade dos estratos médios, que eram mais importantes no alinhamento anterior. Nele, a esquerda organizava segmentos baixos e médios da ‘classe média’, notadamente operários industriais e servidores públicos, em torno de uma ideologia de esquerda, isto e, do discurso de classe. O centro agregava as classes médias ao redor da modernização do capitalismo e mobilizava o subproletariado contra a esquerda nos momentos cruciais (...) A medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista (sem qualquer conotação militar). Com ela, criou um ponto de fuga para a luta de classes, que começou a ser arbitrada desde cima ao sabor da correlação de forças.

Conclui André Singer: “Árbitro acima das classes, o lulismo não precisa afirmar que o povo alcançou o poder ou que ‘os dominados comandam a política’, como na formulação que Francisco Oliveira foi buscar na África do Sul pós-apartheid. Ao incorporar tanto pontos de vista conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, como progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres, independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos de 1950 a gramática necessária. A noção antiga de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepunha a todos os outros poderá cair como uma luva para o próximo período. Agora enunciada por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Por isso, se a hipótese do realinhamento se confirmar, o debate sobre o populismo ressurgira das camadas pré-sal anteriores a 1964, em que parecia destinado a dormir para todo o sempre”.

Fonte: http://www.ihu.unisinos.br/

Leia o ~~artigo na íntegra~~ ou copie e clique http://www.fpabramo.org.br/blog/andre-singer-e-%E2%80%9Craizes-sociais-e-ideologicas-do-lulismo%E2%80%9D

***

~~O lulismo em Werneck Vianna e André Singer~~

Enviado por luisnassif, seg, 20/09/2010 - 16:22

Por Hugo Albuquerque

O Werneck Vianna pega carona no que o André Singer vem produzindo nos últimos tempos para mostrar qual é sua perpectiva - e o faz com muito menos competência do que o ilustre ex-Porta Voz da Presidência. Singer, por ora, acertou bastante, embora eu discorde de alguns pontos-chave do que ele propõe: Em um primeiro lugar - e sobretudo -, por identificar "esquerda" como um certo modelo europeu ocidental e não buscar entender o que é ser de esquerda no contexto brasileiro atual - e nesse sentido, não vejo oposição entre o que é o Governo Lula e aquilo que, no nosso contexto, é estar, pelo menos, à esquerda do centro; em um segundo momento, eu tomaria mais cuidado nessa divisão entre *"lulismo"* e *"petismo"* - Singer é mais cuidadoso, Werneck foi mais imprudente nisso -, afinal de contas, o primeiro sempre foi o plano B do segundo - o ponto é que é preciso ter em mente a diferença da relação Vargas-Trabalhismo com a Lula-Petismo, quando na primeira, o trabalhismo é criação varguista, no caso Lula-Petismo, não podemos perder de vista que o primeiro é produto do segundo, e o mesmo se pode dizer do *"lulismo"*. Não há, sob aspecto algum, como descolar "lulismo" de "petismo" - ou dizer que agora existe lulismo e depois não haverá mais; o que é uma tática retórica manjada e cômoda de desviar-se da popularíssima figura pessoal de Lula para bater no próprio projeto que o criou e que ele executa.

O PT do qual Lula faz parte - e é seu principal ideólogo - aprendeu, às turras, como usar de forma eficiente a figura do Lula-político - e quando o fez, soube, habilmente, usa-lo quando do Governo. O Lula-político, que encabeçaria esse suposto "lulismo" sempre foi uma marionete necessária operada pelo PT, inclusive, e principalmente, pelo próprio Lula-ideólogo. O "Lula", isto é, o Lula-político, é uma criação que também é do Lula-ideólogo, mas não apenas. Nesse sentido, a escolha de Dilma como candidata à Presidência é ambivalente; se por um lado, ela foi escolhida ao melhor estilo *"dedazo"* - escolha direta do Presidente em exercício como no México do PRI -, por outro lado, ela representa uma afirmação de como o PT pretende, agora, operar o seu projeto de uma maneira mais impessoal - tirando a figura do Lula-político-líder-carismático de cena - e institucional, o que é uma forma de governança melhor do que aquilo que temos hoje - além de muito diferente do funcionamento geral do PRI no México, inclusive por detalhes como sua penetração na sociedade e interação junto aos movimentos sociais. Ademais, a escolha de uma mulher foi um tiro certeiro, posto que o simbolismo produz sim poderosos efeitos.

~~http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-lulismo-em-werneck-vianna-e-andre-singer~~

Mino, o PiG (*), o câncer do Lula: o insulto, a covardia, a malignidadePublicado em 04/11/2011

O Conversa Afiada reproduz editorial do Mino Carta da Carta Capital que chega nesta sexta – feira às bancas: Efeitos da pregação midiática

No princípio era e é a mídia. A primazia vem de longe, mas se acentua com o efeito combinado de avanço tecnológico e furor reacionário. De início a serviço do poder até confundir-se com o próprio, um poder ainda medieval de muitos pontos de vista, na concepção e nos objetivos.

Ao invocar o golpe de Estado de 1964, os editorialões receitavam o antídoto contra a marcha da subversão, obra de pura fantasia, embora os capitães do mato, perdão, o Exército de ocupação estivesse armado até os dentes. Marcha da subversão nunca houve, sequer chegou a Revolução Francesa. Em compensação tivemos a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade.

Há tempo largo a mídia cuida de excitar os herdeiros da Casa-Grande ao sabor de pavores arcaicos agitados por instrumentos cada vez mais sofisticados, enquanto serve à plateia, senzala inclusive instalada no balcão, a péssima educação do Big Brother e Companhia. Nem todos os herdeiros se reconhecem como tais, amiúde por simples ignorância, todos porém, conscientes e nem tanto, mostram se afoitos, sem a percepção do seu papel, em ocasiões como esta vivida pelo presidente mais popular do Brasil, o ex-metalúrgico Lula doente. E o estímulo parte, transparentemente, das senhas, consignas, clichês veiculados por editorialões, colunonas, artigões, comentariões.

Celebrada colunista da Folha de S.Paulo escreve que Lula agora parece “pinto no lixo”, cuida de sublinhar que “quimioterapia é dureza” e que vantagens para o enfermo existem, por exemplo, “parar de tomar os seus goles”. Outra colunista do mesmo jornal, dada a cobrir tertúlias variadas dos herdeiros da Casa-Grande, pergunta de sobrolho erguido quem paga o tratamento de Lula. Em conversa na Rádio CBN, mais uma colunista afirma a culpa de Lula, “abuso da fala, tabagismo, alcoolismo”. A cobra do Paraíso Terrestre desceu da árvore do Bem e do Mal e espalhou seu veneno pelos séculos dos séculos.

Às costas destas miúdas aleivosias, todas as tentativas pregressas de denegrir um presidente que se elegeu e reelegeu nos braços do povo identificado como o igual capaz de empenhar-se pela inclusão de camadas crescentes da população na área do consumo e de praticar pela primeira vez na história do País uma política externa independente. Trata-se de fatos conhecidos até pelo mundo mineral e no entanto contestados oito anos a fio pela mídia nativa. E agora assistimos ao destampatório da velhacaria proporcionado pelo anonimato dos navegantes da internet, a repetirem, já no auge do ódio de classe, as tradicionais acusações e insinuações midiáticas.

Há uma conexão evidente entre as malignidades extraordinárias assacadas das moitas da internet e os comportamentos useiros do jornalismo do Brasil, único país apresentado como democrático e civilizado onde, não me canso de repetir, os profissionais chamam o patrão de colega.

Por direito divino, está claro. E neste domínio da covardia e da raiva burguesotas a saraivada de insultos no calão dos botecos do arrabalde mistura-se ao desfraldado regozijo pela doença do grande desafeto. Há mesmo quem candidate Lula às chamas do inferno, em companhia dos inevitáveis Fidel e Chávez, como se estes fossem os amigões que Lula convidaria para uma derradeira aventura.

Os herdeiros da Casa-Grande até mesmo agora se negam a enxergar o ex-presidente como o cidadão e o indivíduo que sempre foi, ou são incapazes de uma análise isenta, sobra, de todo modo, uma personagem inventada, figura talhada para a ficção do absurdo. De certa maneira, a escolha da versão chega a ser mais grave do que a própria, sistemática falta de reconhecimento dos méritos de um presidente da República decisivo como Lula foi. Um divisor de águas, acima até das intenções e dos feitos, pela simples presença, com sua imagem, em toda a complexidade, a representar o Brasil em tão perfeita coincidência. (*) Em nenhuma democracia séria do mundo, jornais conservadores, de baixa qualidade técnica e até sensacionalistas, e uma única rede de televisão têm a importância que têm no Brasil. Eles se transformaram num partido político – o PiG, Partido da Imprensa Golpista.

***

LULA A VARGAS

~~http://colunas.epoca.globo.com/paulomoreiraleite/2010/01/27/de-vargas-a-lula/~~
De Vargas a Lula

QUA, 27/01/10
POR REDAÇÃO ÉPOCA |

O ano eleitoral de 2010 começou com um artigo político: "Raízes sociais e ideológicas do lulismo," de André Singer, publicado pela Novos Estudos, revista do Cebrap.

Jornalista, professor, assessor de imprensa de Lula durante o primeiro mandato, logo no início o texto de André Singer apresenta um momento de rendição ao mito presidencial.

Na página 6, diz que Lula "é o primeiro presidente que viveu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou, uma vez na presidência, para a realidade dos miseráveis".

A afirmação é problemática pelo caráter subjetivo. Não discuto o valor do Bolsa Família, dos aumentos reais do mínimo, do crédito consigado e assim por diante.

Foram ações concretas que produziram melhoras na vida dos mais pobres. Mas, ao ressaltar a importância da "sensibilidade" do presidente para a "realidade dos miseráveis", associando que isso se deve ao fato de ter vivido "a experiência da miséria", Singer dá curso a uma visão mítica – de

que a política presidencial de Lula seria determinada por sua origem pessoal, intransferível, e não por um esforço de conquista e consolidação do poder de Estado a partir de um projeto político conhecido e relativamente bem definido.

O artigo tem valor por outras razões, porém.

O aspecto interessante encontra-se nos últimos parágrafos, quando ele define Lula como um bonaparte acima das classes sociais e dos esquemas tradicionais de poder, retomando noções que o pensamento político brasileiro detectou no comportamento de Getúlio Vargas. Essa comparação não é nova. A novidade é a conotação que Singer lhe dá. Leia um trecho:

"*A noção antiga de que o conflito entre um estado popular e elites antipovo se sobrepunha a todos os outros poderá cair como uma luva no próximo período.*"

Ele ainda diz: "*o debate sobre o populismo ressurgirá das camadas do pré-sal anteriores a 1964, em que parecia destinado a dormir para todo o sempre*."

Toda pessoa que acompanhou o debate político do pós-64 conhece uma obra fundamental da época, o Colapso do Populismo no Brasil, de Otávio Ianni.. Aluno de Florestan Fernandes e colega de turma de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni enxergava na política de Vargas e João Goulart os últimos entraves ao que se definia na época como a verdadeira "emancipação do proletariado."

Expressão de uma visão típica daqueles anos, seu ponto de vista era de quem defendia a realização de uma revolução socialista nos moldes preconizados por Karl Marx no século XIX e atualizados por lideranças revolucionárias das primeiras décadas do século XX. Florestan foi militante trotskista por um certo período e até o fim da vida apoiou movimentos revolucionários.

Nesta perspectiva, aquilo que os governos de Getúlio Vargas e João Goulart definiam como "nacionalismo" e "anti-imperialismo" não passavam de uma versão local do "populismo", expressão retirada do vocabulário político dos EUA, onde tem uma conotação neutra, quase técnica, para se transformar em sinônimo de demagogia e manipulação da população, no Brasil em particular e na América Latina em geral.

Essa noção alimentou a crítica de boa parte das organizações de esquerda a Getúlio Vargas e a João Goulart. O sistema de poder do regime varguista, que pretendia constituir-se numa aliança entre classes, passou a ser questionado de forma clara e irredutível.

A ideia de promover pactos políticos "com a burguesia" era considerada uma manobra para atrasar a revolução, pois dissolvia os "interesses de classe." A simples existencia de empresários interessados no desenvolvimento do país era considerada uma conversa fiada, destinada a preparar a traição das

massas. O anti-populismo ganhou vida própria e seus teóricos mais radicais chegavam a dizer que em países chamados "atrasados" o capitalismo não tinha espaço histórico para se desenvolver. Os valores democráticos eram descartados como "ilusões democráticas das massas".. Em vez de frequentarem sindicatos atrelados ao Estado, os assalariados deveriam possuir sindicatos autônomos. O imposto sindical era considerado uma vergonha.

Estas noções alimentaram as principais correntes de esquerda que fizeram oposição ao regime militar. Elas estavam na raiz da crítica ao PTB varguista e também ao Partido Comunista Brasileiro, considerado um partido reformista, aliado do populismo, e ajudaram a formar grupos de ideias extremadas que promoveram ações armadas com base na convicção de que não havia outra forma de luta possível.

Essa visão anti-populista fez parte da identidade do PT e da formação de boa parte dos quadros do PSDB. Simbolicamente, Ianni e Florestan foram fundadores do PT. FHC ajudou a dar um programa democrático ao PMDB e foi o principal formulador ideológico do PSDB.

Meio século depois, quando o país é governado, pela primeira vez, por um presidente que entrou em palácio como um político de origem operária, fundou um partido que se dizia socialista e recrutou boa parte de seus quadros nas oposições sindicais que criticavam o atrelamento ao Estado, Singer registra um retorno a Vargas e ao que se chamava de "populismo".

Embora não faça esse retrospecto histórico, que seria de grande utilidade para o entendimento de toda discussão, o artigo mostra o movimento de grandes correntezas políticas nesta direção.

Aponta Lula e o que chama de lulismo como um retorno à esquerda do pré-64 e sustenta que o debate político no país de hoje envolve o conflito entre um "estado popular" e uma "elite antipovo".

Seria possível fazer algumas críticas ao artigo. André Singer tem razão em definir o sistema de governo de Lula como bonapartismo, mas não explora um aspecto importante, que é o esvaziamento quase absoluto do PT.

O texto ainda insiste com tanta frequencia em demonstrar que Lula adquiriu práticas e discursos conservadores que fica parecendo uma tentativa de adaptar a realidade ao modelo teórico do bonapartismo "acima de tudo e de todos".

O esforço para identificar combate à inflação com conservadorismo parece uma sequela das lutas internas do PT, inteiramente superadas pela realidade dos últimos anos.

Mas a verdade é que André Singer põe a cara para bater e até apanha – mas o texto fica de pé

***

O futuro do PT - Lúcia Hipólito

O PT nasceu de cesariana, há 29 anos. O pai foi o movimento sindical, e a mãe, a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base.
Os orgulhosos padrinhos foram, primeiro, o general Golbery do Couto e Silva, que viu dar certo seu projeto de dividir a oposicão brasileira.

Da árvore frondosa do MDB nasceram o PMDB, o PDT, o PTB e o PT.... Foi um dos únicos projetos bem-sucedidos do desastrado estrategista que foi o general Golbery.

Outros orgulhosos padrinhos foram os intelectuais, basicamente paulistas e cariocas, felizes de poder participar do crescimento de um partido puro, nascido na mais nobre das classes sociais, segundo eles: o proletariado.

O PT cresceu como criança mimada, manhosa, voluntariosa e birrenta. Não gostava do capitalismo, preferia o socialismo. Era revolucionário. Dizia que não queria chegar ao poder, mas denunciar os erros das elites brasileiras.

O PT lançava e elegia candidatos, mas não "dançava conforme a música". Não fazia acordos, não participava de coalizões, não gostava de alianças. Era uma gente pura, ética, que não se misturava com picaretas.

O PT entrou na juventude como muitos outros jovens: mimado, chato e brigando com o mundo adulto.

Mas nos estados, o partido começava a ganhar prefeituras e governos, fruto de alianças, conversas e conchavos. E assim os petistas passaram a se relacionar com empresários, empreiteiros, banqueiros.

Tudo muito chique, conforme o figurino.

E em 2002 o PT ingressou finalmente na maioridade. Ganhou a presidencia da República. Para isso, teve que se livrar de antigos companheiros, amizades problemáticas. Teve que abrir mão de convicções, amigos de fé, irmãos camaradas.

A primeira desilusão se deu entre intelectuais. Gente da mais alta estirpe, como Francisco de Oliveira, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho se afastou do partido, seguida de um grupo liderado por Plinio de Arruda Sampaio Junior.

Em seguida, foi a vez da esquerda. A expulsão de Heloisa Helena em 2004 levou junto Luciana Genro e Chico Alencar, entre outros, que fundaram o PSOL.

Os militantes ligados a Igreja Católica também começaram a se afastar, primeiro aqueles ligados ao deputado Chico Alencar, em seguida Frei Betto.

E agora, bem mais recentemente, o senador Flavio Arns, de fortíssimas ligações familiares com a Igreja Católica.

Os ambientalistas, por sua vez, começam a se retirar a partir do desligamento da senadora Marina Silva do partido.

Afinal, quem do grupo fundador ficará no PT? Os sindicalistas.

Por isso é que se diz que o PT está cada vez mais parecido com o velho PTB de antes de 64.

Controlado pelos pelegos, todos aboletados nos ministérios, nas diretorias e nos conselhos das estatais, sempre nas proximidades do presidente da República.

Recebendo polpudos salários, mantendo relações delicadas com o empresariado. Cavando beneficios para os seus.

Aliando-se ao coronelismo mais arcaico, o novo PT não vai desaparecer, porque está fortemente enraizado na administração pública dos estados e municípios. Alem do governo federal, naturalmente.

É o triunfo da pelegada.

Lucia Hippolito.
http://oglobo.globo.com/pais/noblat/luciahippolito/

***

Tópico: Desconstruindo FHC

"Mauro Patrão" <mauropatrao@gmail.com> Jan 24 09:46PM -0200

Desconstruindo FHC<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/desconstruindo-fhc>
Enviado
por luisnassif <http://www.advivo.com.br/usuario/luisnassif>, seg,
24/01/2011 - 18:00
Por Gunter Zibell - SP <http://www.advivo.com.br/usuario/gunter-zibell-sp>

http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/desconstruindo-fhc

[image: Desconstruindo
FHC]<http://www.advivo.com.br/index.php?
q=sites/default/files/imagecache/imagens_blog/imagens/tempos_liberais.jpg>

O estilo de fantasiar sobre o passado contando com o beneplácito da mídia atrapalha um pouco o PSDB e seu líder.

Disse recentemente FHC à GNT : "Eu mudei o Brasil, vamos dizer com clareza aqui, sem falsa modéstia. O Brasil era um antes da consolidação da economia e passou a ser outro"

É fato. Mudou o Brasil.

O Brasil vendeu boa parte de seu patrimônio público para pagar juros, a dívida pública triplicou como proporção do PIB (de 1994 a 2002) e o país submeteu sua independência monetária a crises cambiais.

Também se verificou o mais longo período de estagnação (1996-2003) da história econômica brasileira como conseqüência da política de juros exagerada, que o foi para não arriscar o único trunfo do governo, a estabilização da moeda. Oito anos com um crescimento da renda per capita de 0,5% ao ano, o que talvez não tenha paralelo em nenhuma outra economia emergente de expressão.

Quando defendeu – em 2009 - a descriminalização da maconha, com o que concordo, FHC argumentou que a sociedade vivia presa a medos manipulados,

com o que também concordo. Deve entender do que fala, pois também houve em 3 ocasiões (1994/1998/2002) a manipulação dos juros e do câmbio – e o medo assim sossegado ou estimulado - para fins eleitorais.

Não há nada mais superestimado que o Plano Real. Vários países na mesma época estabilizaram suas moedas aproveitando as condições favoráveis do mercado externo de capitais. Em nenhum deles (Argentina, Peru, Bolívia, entre outros) a agremiação política governista de então utiliza isso como argumento eleitoral hoje, afinal, foi mais ou menos o mínimo que um governo devia fazer.

Algumas realizações efetivas (Bolsa-escola, Lei de Responsabilidade Fiscal, Reforma da Previdência) ficaram empanadas pela deficiente discussão com a sociedade (discussão essa que poderia aprimorar ou tornar menos draconianas algumas das iniciativas) e falta de oposição, afinal governou-se com 80% do Congresso + mídia + sindicatos patronais.

Não comento sobre reeleição porque isso nunca me incomodou.

Até os resultados econômicos de 1993-1995 podem mais bem ser vistos como utilização da capacidade ociosa deixada pela recessão de 1990-1992 do que qualquer outra coisa. É dessa época que veio a mais intensa desindustrialização (a participação da manufatura no PIB passou de 30% em 1989 para 15% em 1996 (atualmente está em 13%)

Ao final das contas, em 2002/2003 (primeiro ano de Lula, em função de herança adversa) o Brasil viveu seu recorde histórico de desemprego e a renda per capita estava, veja-se só, apenas 4% superior a de 1989, quando começou a aventura neoliberal. 14 anos sem crescimento substantivo, duas vezes as pragas do Egito...

Entre os principais erros na implantação do Plano Real podemos apontar a taxa de câmbio escolhida para seu início, já valorizada, e a exagerada perseguição de rapidez na redução do ritmo de inflação, através da adoção de taxas reais de juros de 16% a.a. por 4 anos. Nos momentos que podiam ser usados para a correção de rumo, como as crises em outros países emergentes, preferiu-se optar por não comprometer a popularidade política (com vistas à reeleição) e escamotear as contas externas até depois da segunda posse.

FHC talvez só não tenha tido piores resultados na gestão da economia que Collor, mas pelo menos este, hoje, é falso modesto.

FHC x LULA

VOTE BRASIL – www.votebrasil.org.br

Coluna por Milton Martins

Milton Martins

e-mail site

Advogado militante, formado na PUC-SP, com artigos de interesse geral, crônicas e poesias publicados em diversos órgãos de imprensa, profissional de relações trabalhistas em empresas do ramo automotivo, autor do livro "Sindicalismo e Relações Trabalhistas" - 4a. edição (1996 - LTr).

03/11/2009 - 00h36

Fernando Henrique foi o presidente da transição apresentando o Brasil democrático ao mundo. Lula eleito foi bem recebido na comunidade internacional pelo inusitado: depois de um intelectual por que não um operário? Mas, cresce o perfil autoritário de Lula.

Altere o tamanho da letra: A- A+

O Brasil, no âmbito presidencial, foi vítima de desastres, mesmo recentemente: faleceu Tancredo e assumiu ninguém menos que José Sarney, político profissional sem credenciais para tanto, havia pouco rompido com o partido da situação militar, cujo mandato, uma acidente de percurso, não pode ser considerado de transição entre o autoritarismo e a democracia.

Veio Fernando Collor, eleito, vencendo Lula, e deu no que deu, impedido pelos desmandos havidos no seu governo.

O mandato tampão de Itamar Franco foi marcado pela introdução do “plano real”. Um dos seus idealizadores, como ministro da Fazenda, foi Fernando Henrique Cardoso.

Por uma série de razões, inclusive essa do “plano real” que teve êxito depois de inúmeros outros planos econômicos fracassados o credenciavam para a Presidência da República.

Intelectual reconhecido no exterior, não me parece que naqueles idos houvesse alguém mais indicado para a Presidência, que se materializou sendo ele o verdadeiro formulador da transição.

Era o Brasil poliglota que se apresentava ao mundo, dando ao país uma credibilidade inédita nas relações internacionais, a par dos sinais notórios de que a democracia brasileira se firmava irreversível.

Abriu caminho mesmo para Lula. Depois de um intelectual, o Brasil comportaria até mesmo um operário metalúrgico. Suas instituições o suportariam, como, aliás, o suporta.

Mas, o PSDB – e isso escrevi alhures – nas eleições que resultaram na reeleição de Lula, sendo derrotado Geraldo Alckmin, não sei bem o que se deu nos bastidores, ignorou os êxitos dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como se fossem obstáculos ao êxito do seu candidato. Oito anos de mandato do PSDB com Fernando Henrique foram omitidos na campanha de Alckmin e sequer (ou pouco) defendidos.

Quando eleito Lula da primeira vez, seus discursos até simplórios eram coerentes com sua condição de dirigente

sindical. E com eles as gafes. Cheguei a elogiá-los e perdoar as gafes porque eram decorrências do seu noviciado e de sua baixa formação.

Mas, devagar Lula e o PT com José Dirceu, começaram a mostrar uma postura autoritária, a ferro e fogo valendo a máxima de "que os fins justificam os meios".

E aí eclodiu o escândalo do mensalão que Lula afirmara, sem enrubescer, que nada sabia. Seu mandato balançou, mas não seria possível naquela altura, novo trauma como se dera com a deposição de Collor.

Ao lado de Lula estava o seu PT, esse partido que não medira, como não mede, consequências de seus atos.

A partir daí, o desencanto total. O antigo líder sindical se tornara um político como outro qualquer. A ele se aliou o PMDB. Com tal adesão desmoraliza o Congresso Nacional com suas imposições.

Creio que o PMDB, pior do que o PT que fecha com o governo porque se julga governo, é o partido mais submisso que já apareceu na história republicana. É uma caricatura do que fora no seu passado de lutas contra o autoritarismo.

Um parêntesis: na PUC de São Paulo fora o Michel Temer professor de Direito Constitucional, sem o brilho do saudoso Celso Bastos. Ingressando na política tornou-se um peemedebista sendo hoje submisso aos mandos do Planalto. Ignora os desmandos presidenciais e se sai com discursos vagos para justificar seu posicionamento evasivo ou o posicionamento de seu partido. Por isso, reprovo a PUCSP, a minha Universidade, tomá-lo como referência, como fez, numa de suas propagandas recentes.

Pelo seu perfil do "amém", vem sendo cotado para a vice-presidência na chapa de Dilma Rousseff.

Hoje, Lula cansa com suas incoerências e até com o ridículo de alugmas posições..

Há pouco, o apoio incondicional a Sarney, sem entrar no mérito de seus desmandos como político profissional há décadas, porque era, segundo ele, Lula, uma figura "incomum".

Entre os vários atos escandalosos de vandalismo do MST o último nos laranjais visto há pouco, disse que o projeto de seu governo de reforma agrária, não poderia ser melhor mas ao mesmo tempo, um ministro dá o recado de que o governo continuará financiando o citado MST.

Qual o sentido dessa ambiguidade? Afinal, se se consolida a reforma agrária, qual o sentido de sustentar com verbas sacadas dos brasileiros o MST que age ilegalmente, sob o argumento de "agilizar a mesma reforma agrária"?

Rodeado de vizinhos autoritários, nesses países com pouco expressão na comunidade internacional, Chávez & companhia, talvez invejando o modo de governar desses "companheiros", passou a criticar o Tribunal de Contas que embarga obras – atrasando-as no seu cronograma segundo alega – mesmo sabendo que aquele órgão encontrara indícios fortes de desvios na sua contratação e custos. Critíca o Judiciário e o Ministério Público, qualificando-os de irresponsáveis pelo mesmo motivo: suposto atraso de obras. Na verdade, com tais paralisações, diminui seu poder de propaganda para 2010.

Desafia a legislação própria, já deflagrando o processo eleitoral com sua candidata sem qualquer reprimenda oficial.

(Enquanto isso, José Serra, do PSDB e do DEM, mantém - se ausente do processo, não confirmando sua candidatura – é o que mais tem chances de mudar tudo isso que aí está – além de ser pressionado pelo governador de Minas Aécio Neves com pretensões a tal candidatura, uma incógnita ou talvez uma aventura pior do que fora a de Alckmin pelo momento ora vivido, porque no seu estado, nas últimas eleições presidenciais, o PT venceu com larga margem o PSDB).

Daí porque, nessa conjuntura, não poderia deixar de me referir a artigo de Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal "O Estado de São Paulo" do último dia 1°, "Para onde vamos?" no qual aponta outros posicionamentos de Lula, revelando, sim, seu perfil autoritário. Escreveu FHC:

"Pouco a pouco, por trás do que podem parecer gestos isolados e nem tão graves assim, o DNA do "autoritarismo popular" vai minando o espírito da democracia constitucional".

E prossegue:

"Diferentemente do que ocorria com o autoritarismo militar, o atual não põe ninguém na cadeia. Mas, da própria boca presidencial saem impropérios para matar moralmente empresários, políticos, jornalistas ou quem quer que seja que ouse discordar do estilo "Brasil potência".

E conclui (e eu também):

“Comecei com para onde vamos? Termino dizendo que é mais do que tempo de dar um basta ao continuísmo, antes que seja tarde.”.

A coluna acima é de exclusiva responsabilidade do autor

****

~~FHC e o tema de nosso tempo~~

Nivaldo Cordeiro | 03 Novembro 2009

~~Artigos~~ - ~~Movimento Revolucionário~~ - MIDIA SEM MÁSCARA

Partido e Estado formando uma unidade é o totalitarismo com todas as letras e o Brasil já vive isso, conforme ele observou. Infelizmente, é o que tenho escrito há bem mais tempo. Esse processo começou no dia da posse de Lula. Este artigo tardou a ser escrito.

O tema de nosso tempo é o totalitarismo (que chamei de Estado Total) e o Brasil caminha a passos largos na sua direção. Os leitores que me acompanham estão perfeitamente cientes dos perigos que nos rondam. E quero confidenciar aqui que o artigo hoje publicado em vários jornais pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (~~Para onde vamos?~~), ao mesmo tempo que me envaideceu, me deixou entristecido. Vejo que vários dos pontos preocupantes que tenho levantado em minhas análises foram plenamente endossados por ele. FHC também está muito preocupado com o futuro político do Brasil. Ter a concordância de FHC mostra que, de fato, não tenho errado nas análises, algo a envaidecer-me. Porém, fico triste porque acertar aqui é perder, pois os riscos emergem de todos os lados, as ameaças brotam, a sociedade treme inerme diante do Estado Total petista.

FHC inicia o artigo indo direto ao ponto principal, a plena alienação da sociedade brasileira diante da arrogância e exorbitância do governo Lula: "*A enxurrada de decisões governamentais esdrúxulas, frases presidenciais aparentemente sem sentido e muita propaganda talvez levem as pessoas de bom senso a se perguntarem: afinal, para onde vamos? Coloco o advérbio 'talvez' porque alguns estão de tal modo inebriados com 'o maior espetáculo da terra', de riqueza fácil que beneficia a poucos, que tenho dúvidas. Parece mais confortável fazer de conta que tudo vai bem e esquecer as transgressões cotidianas, o discricionarismo das decisões, o atropelo, se não da lei, dos bons costumes. Tornou-se habitual dizer que o governo Lula deu continuidade ao que de bom foi feito pelo governo anterior e ainda por cima melhorou*

muita coisa. Então, por que e para que questionar os pequenos desvios de conduta ou pequenos arranhões na lei?"

FHC só não pode afetar surpresa por isso. Ele sabe perfeitamente bem que o grande eleitor de Lula e o pavimentador dos caminhos do PT ao poder foi ele mesmo. A alienação da sociedade aconteceu em larga medida em seu próprio tempo de poder e oriunda de seus próprios métodos. Não faz muito eu comentei a entrevista que FHC deu à revista ~~Dicta&Contradicta~~, na qual ele se declarou partidário dos métodos políticos de Gramsci. Ora, o resultado disso não seria coroado no seu governo, socialista meia-boca, ainda com o ranço "burguês". A social-democracia sempre preparou o terreno para que os radicais desembarcassem no poder de Estado. Como teórico da revolução gramsciana ele tem perfeitamente claro como funciona a coisa toda.

FHC completou no exórdio do artigo: "*Só que cada pequena transgressão, cada desvio, vai se acumulando até desfigurar o original. Como dizia o famoso príncipe tresloucado, nesta loucura há método. Método que provavelmente não advenha do nosso Príncipe, apenas vítima, quem sabe, de apoteose verbal. Mas tudo o que o cerca possui um DNA que, mesmo sem conspiração alguma, pode levar o país, devagarinho, quase sem que se perceba, a moldar-se a um estilo de política e a uma forma de relacionamento entre Estado, economia e sociedade, que pouco têm a ver com nossos ideais democráticos*".

Sim, tem método, o método usado por FHC ele mesmo e seu grupo, desde antes de chegar ao poder. Impessoal, a despeito do príncipe tresloucado, um estúpido com cara de torcedor e futebol. A revolução no ensino, alienando os jovens, a edição de material didático mentiroso, o agigantamento acelerado do Estado, do lado da receita e da despesa, o controle ideológico dos meios de comunicação, foi tudo que FHC realizou. Até mesmo as malditas bolsas em troca de votos foi criação sua. FHC se preocupa talvez porque um insensato é um príncipe despreparado. Ora, quando os demônios são soltos fazem coisas que se esperam deles. Afinal, são demônios. É o que estamos vendo. Nada do que Lula faz é diferente do que FHC fez, exceto que o processo é cumulativo e está em grau muito mais avançado, praticamente temos vinte anos nessa marcha forçada no rumo do totalitarismo. Que a revolução gramsciana se faz assim mesmo, "*devagarinho, quase sem que se perceba*". Agora FHC chama a isso de "*pequenos assassinatos*", figura notavelmente apropriada, mas ele é mais que cúmplice desses crimes, pode ser considerado o mandante. FHC poderia ter salvo o Brasil desse desastre, mas jamais quis isso. Como um Fausto tupiniquim achou que poderia negociar com Mefistófeles sem entregar a alma. O fogo arderá para todos. FHC deu-se conta da dimensão da tragédia que nos espera.

Completou: "*Pouco a pouco, por trás do que podem parecer gestos isolados e nem tão graves assim, o DNA do 'autoritarismo popular' vai minando o espírito da democracia constitucional. Essa supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente. Na contramão disso tudo, vamos regressando a formas políticas do tempo do autoritarismo militar, quando os "projetos de impacto" (alguns dos quais viraram "esqueletos", quer dizer obras que deixaram penduradas no Tesouro dívidas impagáveis) animavam as empreiteiras e inflavam os corações dos ilusos: "Brasil, ame-o ou deixe-o". Em pauta, temos a transnordestina, o trem-bala, a Norte-Sul, a transposição do São Francisco e as centenas de pequenas obras do PAC, que, boas algumas, outras nem tanto, jorram aos borbotões no orçamento e minguam pela falta de competência operacional ou por desvios barrados pelo TCU. Não importa: no alarido da publicidade, é como se o povo já fruísse os benefícios: 'Minha casa, minha vida'; biodiesel de*

mamona, redenção da agricultura familiar; etanol para o mundo e, na voragem de novos slogans, pré-sal para todos".

FHC teve a coragem de vir a público dizer essas coisas todas, uma surpresa para mim. Falar, como o fez, em *autoritarismo popular* é ainda um eufemismo, mas uma figura de linguagem que já dá a dimensão trágica do real. Afinal, FHC carrega a autoridade de ex-presidente, patrono de todos os esquerdistas, inclusive e sobretudo de Lula e seu grupo. De uma maneira que me pareceu desapropriada comparou as ações de Lula com as dos governos militares, esquecendo-se de dizer que os militares implantaram o regime de força para livrar o Brasil das mesmas forças totalitárias aglutinadas em torno de Lula; e, depois, fizeram a abertura política e entregaram o poder aos civis, sem qualquer trauma. O processo agora é precisamente o inverso e mais paralelo vejo com o período imediatamente anterior ao pré-64: as esquerdas se aproximando do poder total pela via democrática, objetivando destruir a ordem democrática para perpetuar-se. FHC não perdeu o sestro de falar mal dos militares, para cortejar talvez aqueles a quem denuncia no artigo. Seu medo ainda não alcançou as devidas dimensões.

Não obstante, foi capaz de escrever: "*Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, Estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos altos-fornos do Tesouro. Os partidos estão desmoralizados*". Nesse trecho podemos notar sua ansiedade e sua urgência. Partido e Estado formando uma unidade é o totalitarismo com todas as letras e o Brasil já vive isso, conforme ele observou. Infelizmente, é o que tenho escrito há bem mais tempo. Esse processo começou no dia da posse de Lula. Este artigo tardou a ser escrito.

Em meus artigos os leitores têm lido muito sobre o papel adquirido na economia pelos fundos de pensão e como eles se tornaram instrumentos para a chegada ao socialismo, a partir da resenha que fiz do livro de ~~Peter Drucker~~. É a primeira vez que vejo o problema colocado nos mesmos termos que tenho escrito: "*Ora dirão (já que falei de estrelas), os fundos de pensão constituem a mola da economia moderna. É certo. Só que os nossos pertencem a funcionários de empresas públicas. Ora, nessas, o PT, que já dominava a representação dos empregados, domina agora a dos empregadores (governo). Com isso, os fundos se tornaram instrumentos de poder político, não propriamente de um partido, mas do segmento sindical-corporativo que o domina. No Brasil, os fundos de pensão não são apenas acionistas - com a liberdade de vender e comprar em bolsas - mas gestores: participam dos blocos de controle ou dos conselhos de empresas privadas ou "privatizadas". Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições. Comecei com para onde vamos? Termino dizendo que é mais do que tempo de dar um basta ao continuísmo antes que seja tarde*".

Pergunta: quem tem força para dar basta ao continuísmo? *Ora, direis, as estrelas.* Quais? As quatro, aquelas mesmas quatro que em 1964 tiveram a força e o discernimento para espantar os alucinados do poder. Que venham enquanto é tempo. *Ora, direis, ouvir estrelas*... Melhor ouvir clarins?

***

Lula não criou ainda o lulismo.

Leonardo Mota Neto 10.11.09

O chavismo é mais real no continente que o lulismo.Por quê?Se temos um presidente tão exuberante na conquista de espaços, falha porém na qualidade de sua mensagem. Chávez, com toda a sua loucura de ditador ensandecido, consegue passar uma mensagem mais transparente.

Lula adota aquele tipo de moral camaleônica que é geralmente elogiada nas rodas dos generalistas como sabedoria politica.Dá pernada em todo o mundo, ocupa todas as posições do arco ideológico, e não se deixa enquadrar em nenhuma teoria política.

Por isso ganha na superficialidade com que vai passeando sobre os acontecimentos,porque afinal o padrão educacional médio do povo exige que os assuntos sejam tratados com capilaridade, sem aprofundar nada. È um mundo novelesco, de imagens fugidias,para satisfazer apenas o aqui e agora.

Vai emitindo suas idéias entrecortadas de expressões jocosas (e geralmente para consumo popular)e sabe se antecipar de ser julgado,julgando os erros da elite, do empresariado,da imprensa, dos tribunais.

Constrói um castelo de induções para não cair nas conclusões.Lula detesta fechar um raciocínio, colocar ponto final nas coisas.Deixa sempre uma porta aberta como um filme de sua vida que nunca terá fim.

O herói do matiz ligeiro se encaixa perfeitamente na figura do brasileiro cordial de Sérgio Buarque de Hollanda,aquele que tem uma piada para tudo ou que tira partido de qualquer situação.

Com essa estratégia ele será sempre um mito da simplificação mas jamais construirá uma doutrina de permanência ou infuência que seria o lulismo.

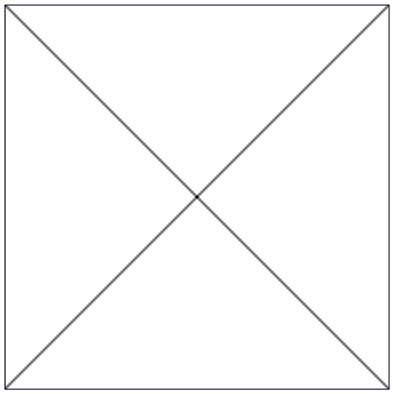
Prefere quebrar a porcelana do que ser ceramista. Não vai criar uma escola de pensamento politico pois se sustenta na variedade, refina-se na habulidade, ceva-se da oportunidade, mas que restringe a qualidade.

Por Leonardo Mota Neto - 7 de novembro 09 - ~~www.leonardomotaneto.com.br~~

***

Governo Brasil Wiki

De Governo Brasil Wiki



Para quem quer abandonar o uso do achômetro nestas próximas eleições. Comparações entre governos feitas apenas com dados reais de instituições respeitáveis. Declarações reais, gravadas e disponibilizadas em vídeo. Entrevistas, leis e artigos com suas fontes claramente citadas. Pare de acreditar nas bobagens da propaganda e veja a informação real.

Se você encontrar algum erro ou tiver alguma contribuição, deixe sua mensagem na página de ~~Sugestões~~ - apenas sugestões com fontes devidamente citadas serão aceitas. As páginas principais estão com edição bloqueada para evitar vandalismo devido à natureza política das informações.

As estatísticas aqui apresentadas são selecionadas principalmente por aparecerem em propaganda eleitoral ou material de divulgação de partidos de forma errada e sem citação de fontes. Para mais informações, acesse diretamente os sites do ~~IBGE~~, ~~IPEA~~ e outras fontes citadas abaixo.

IMPORTANTE: Para acessar as fontes originais das informações citadas caso você não seja cadastrado no Wikia, basta clicar no link e, na página que surgir, clicar em skip this ad. Isto é uma configuração padrão do Wikia e desaparece para quem é cadastrado.

Resumo visual das estatísticas (detalhes e links para as fontes de dados seguem abaixo):

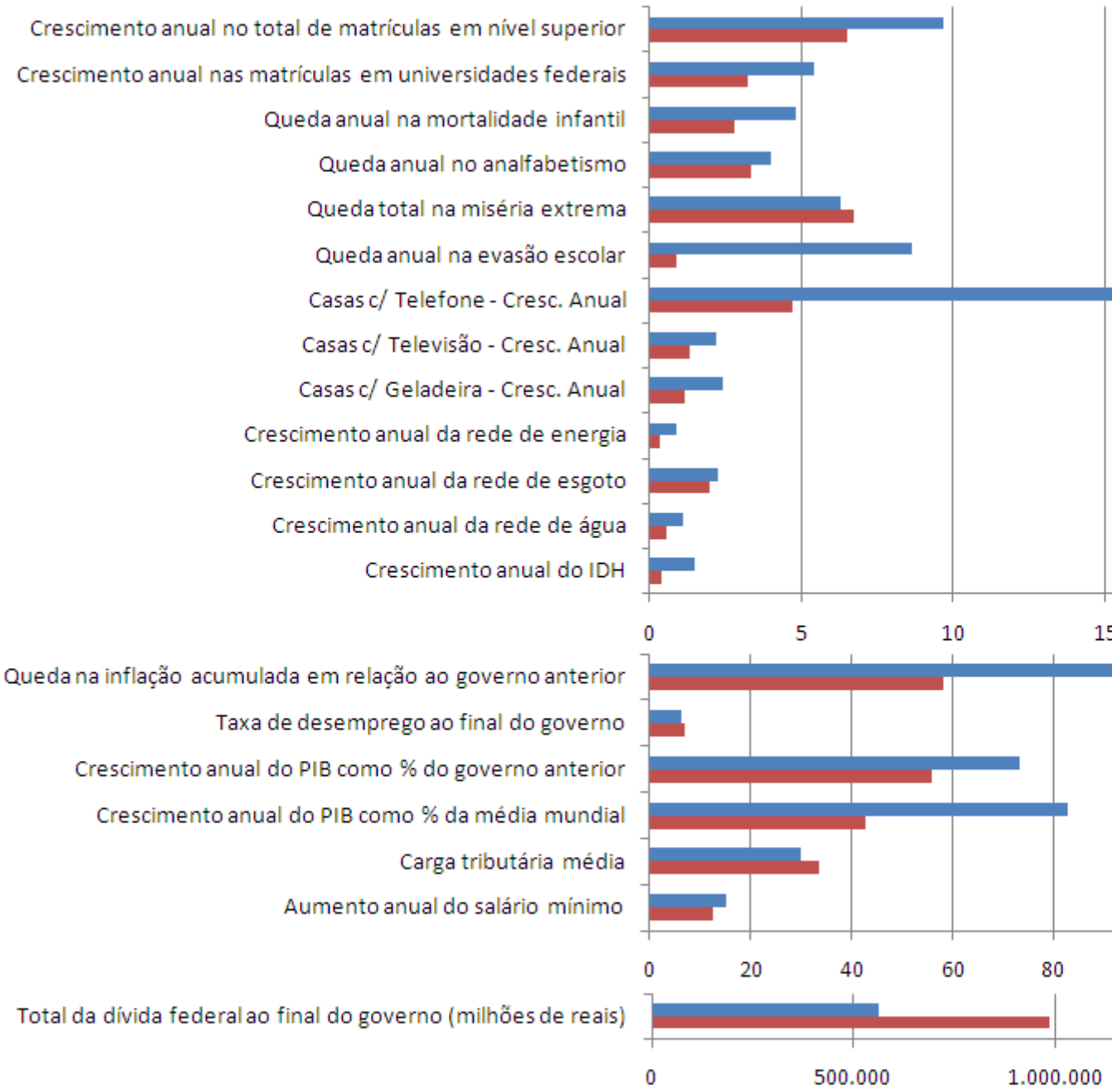


Tabela de conteúdo

[~~mostrar~~]

~~1 Estatísticas de Nível de Vida~~

~~1.1 Índice de Desenvolvimento Humano~~

~~1.2 Acesso à Rede de água~~

~~1.3 Acesso à Rede de esgoto~~

~~1.4 Acesso à Energia elétrica~~

~~1.5 Porcentagem de Domicílios com geladeira~~

~~1.6 Porcentagem de Domicílios com televisão~~

~~1.7 Porcentagem de Domicílios com telefone~~

~~1.8 Mortalidade infantil~~

~~1.9 Taxa de pobreza~~

~~2 Estatísticas de Acesso à Educação~~

~~2.1 Evasão escolar~~

~~2.2 Acesso à universidade~~

~~2.3 Índice de analfabetismo~~

~~2.4 Universidades Federais~~

~~3 Estatísticas de Desenvolvimento Econômico~~

~~3.1 Salário mínimo~~

~~3.2 Carga tributária~~

~~3.3 Taxa de crescimento econômico:~~

~~3.4 Nível de desemprego:~~

~~3.5 Inflação ao consumidor~~

~~3.6 Dívida pública federal~~

~~4 Mapa de desempenho dos governos~~

~~5 Inconsistências nas Posições Políticas~~

~~5.1 Aborto~~

~~5.2 Bolsa Família~~

~~5.3 Aliados~~

~~5.4 Privatizações~~

Estatísticas de Nível de Vida

Artigo Principal: ~~Estatísticas de Nível de Vida~~

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano, um dos principais indicadores do nível de vida da população de um país, cresceu muito mais durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula. Isto significa que a qualidade de vida do povo Brasileiro melhorou de forma mais acelerada no governo anterior que no governo atual.

Fonte: ~~Dados oficiais da ONU~~

De 1995 a 2000 (FHC) cresceu 7,62% ou 1,48% ao ano

De 2000 a 2007 (Lula) cresceu 2,91% ou 0,41% ao ano

Brasil só superou o crescimento médio mundial de 1995 a 2000

Lula aproveita-se de um pouco do crescimento da época FHC nesta comparação devido à esparsidade dos dados

Acesso à Rede de água

O percentual de domicílios com acesso à rede de água potável encanada, condição praticamente básica à dignidade humana nos dias atuais, cresceu de forma muito mais rápida durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 42,09% em número absoluto ou 4,49% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 9,33% em proporção do total ou 1,12% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) cresceu 19,22% em número absoluto ou 3,58% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 4,02% em proporção do total ou 0,57% ao ano

Acesso à Rede de esgoto

A quantidade de domicílios com acesso à rede de escoamento de esgoto, critério essencial para a qualidade de vida da população, cresceu de forma mais rápida durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 55,16% em número absoluto ou 5,65% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 19,23% em proporção do total ou 2,22% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) cresceu 29,52% em número absoluto ou 5,31% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 14,62% em proporção do total ou 1,97% ao ano

Acesso à Energia elétrica

O percentual de domicílios com acesso à rede elétrica, outro critério essencial para a obtenção de um bom nível de qualidade de vida, cresceu muito mais rápido durante o governo anterior que no governo atual.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 7,44% ou 0,90% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 2,48% ou 0,35% ao ano

Porcentagem de Domicílios com geladeira

O refrigerador tornou-se item essencial para a família. Mesmo assim, ainda existem domicílios que não possuem este eletrodoméstico. A proporção de domicílios com geladeira cresceu muito mais rápido durante o governo Fernando Henrique que no governo posterior.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 20,75% ou 2,39% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 8,30% ou 1,15% ao ano

Porcentagem de Domicílios com televisão

Aparelho televisor, mesmo não sendo essencial à sobrevivência, é de grande importância para o tempo de lazer da população, influenciando assim a qualidade de vida. Acesso à televisão cresceu mais rápido no governo anterior que no governo atual, apesar da às vezes dramática diminuição nos preços.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 18,73% ou 2,17% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 6,66% ou 1,30% ao ano

Preços de TVs despencaram no governo Lula

Porcentagem de Domicílios com telefone

O telefone tornou-se um item essencial à qualidade de vida do cidadão. Antes considerado um bem de difícil acesso, após a privatização do setor sua disponibilidade cresceu vertiginosamente. A tabela abaixo resume os dados de crescimento no acesso a linhas telefônicas nos últimos governos.

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 224,21% ou 15,84% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 37,82% ou 4,69% ao ano

Mortalidade infantil

A alta mortalidade infantil era um dos problemas mais trágicos do Brasil. Felizmente, a estabilidade e o desenvolvimento tem permitido uma queda progressiva no número de crianças que morrem antes de completar um ano de idade. A queda neste número foi, no entanto, muito mais pronunciada durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do DataSUS~~, ~~Portal ODM~~

De 1997 a 2002 (FHC) caiu 21,94% ou 4,83% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) caiu 20,16% ou 2,78% ao ano

Taxa de pobreza

A taxa de extrema pobreza indica, segundo o IPEA, o 'percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa.' Já a taxa de pobreza indica, também segundo o IPEA, o ' Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza.'

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

De 1994 a 2002 (FHC), a taxa de extrema pobreza caiu um total de 6,28%, com uma variação de -30,98%.

De 2002 a 2009 (Lula), a taxa de extrema pobreza caiu um total de 6,71%, com uma variação de -47,96%.

De 1994 a 2002 (FHC), a taxa de pobreza caiu um total de 8,58%, com uma variação de -19,96%.

De 2002 a 2009 (Lula), a taxa de pobreza caiu um total de 12,98%, com uma variação de -37,73%.

Estatísticas de Acesso à Educação

Artigo Principal: ~~Estatísticas de Acesso à Educação~~

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Evasão escolar

Evasão escolar é algo extremamente preocupante em qualquer sociedade, principalmente na idade normalmente associada ao ensino secundário - que pode fazer uma diferença crucial na vida de uma pessoa. Enquanto o número de crianças de idade entre 15 e 17 anos que não frequentavam a escola caiu dramaticamente durante o governo Fernando Henrique, este número permaneceu preocupantemente estável durante o governo Lula.

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) variou -51,44% ou -8,63% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) variou -4,32% ou -0,88% ao ano

Acesso à universidade

Acesso à universidade é uma medida clara do desenvolvimento da educação em um país. Segundo o censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira fornece dados a respeito.

Fonte: ~~Censo da Educação Superior do INEP~~

De 1995 a 2002 (FHC) o número de matrículas em instituições federais cresceu 44,65% ou 5,42% ao ano

De 2002 a 2008 (Lula) o número de matrículas em instituições federais cresceu 20,97% ou 3,22% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) o número total de matrículas no ensino superior cresceu 109,50% ou 9,69% ao ano

De 2002 a 2008 (Lula) o número total de matrículas no ensino superior cresceu 45,98% ou 6,51% ao ano

Índice de analfabetismo

O índice de analfabetismo indica o percentual da população total, acima de 15 anos de idade, que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

De 1995 a 2002 (FHC) caiu 27,77%% ou 3,99% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) caiu 15,60% ou 3,33%% ao ano

Universidades Federais

Artigo Principal: ~~Universidades Federais~~

Duas universidades federais foram criadas durante o governo Fernando Henrique, e três foram criadas durante o governo Lula. Mais detalhes no artigo ~~Universidades Federais~~

Estatísticas de Desenvolvimento Econômico

Artigo Principal: ~~Estatísticas de Desenvolvimento Econômico~~

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Salário mínimo

Fontes: ~~Medida Provisória 566/1994~~, ~~Medida Provisória 35/2002~~, ~~Lei 1.255 de 2010~~

De 1994 a 2002 (FHC) o salário mínimo cresceu 208,68% ou 15,13% ao ano

De 2002 a 2010 (Lula) o salário mínimo cresceu 155,00% ou 12,41% ao ano

Carga tributária

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

Carga média de 1994 a 2002 (FHC) de 30,07%, carga tributária em 2002 de 32,35%

Carga média de 2002 a 2007 (Lula) de 33,47%, carga tributária em 2007 de 34,70%

Taxa de crescimento econômico:

Fontes: ~~Dados oficiais do Banco Central do Brasil~~, ~~Dados oficiais do Fundo Monetário Internacional~~

Crescimento mundial durante governo FHC: 24,27% ou 2,75% ao ano

Crescimento mundial durante governo Lula: 74,46% ou 8,27% ao ano

Crescimento do Brasil no governo FHC: 19,74% ou 2,28% ao ano ou 82,77% da média mundial

Crescimento do Brasil no governo Lula: 27,66% ou 3,55% ao ano ou 42,91% da média mundial

Durante o governo Lula, o Brasil cresceu muito menos que o resto do mundo

Durante o governo FHC, o Brasil cresceu apenas um pouco abaixo da taxa média do resto do mundo

Crescimento no governo Collor/Itamar: 6,75% ou 1,31% ao ano

Evolução no governo FHC em relação à média anterior: 73,33%

Evolução no governo Lula em relação à média anterior: 55,88%

Mesmo havendo maior crescimento absoluto no governo Lula, a TAXA anual média de crescimento da economia CRESCEU muito mais no governo FHC que no governo Lula

Nível de desemprego:

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE até 2002~~, ~~Dados oficiais do IBGE pós 2002~~

Final do governo FHC (dez/2002): 6,17%

Final do governo Lula (set/2010): 6,9%

Há uma descontinuidade nos dados, o que impede uma comparação direta

A principal mudança é a alteração da idade mínima de 15 para 10 anos

Definição anterior de desocupado: População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trababalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.)

Definição atual de desocupado: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

Inflação ao consumidor

Fonte: ~~Banco Central do Brasil - Calculadora do Cidadão~~

Inflação acumulada de 1990 a 1994 (Collor/Itamar): 41.941.718,61%

Inflação acumulada de 1995 a 2002 (FHC): 114,43%, ou 0,00028% do acumulado anterior. Queda de 99,99972% em relação ao governo anterior.

Inflação acumulada de 2003 a 2010 (Lula): 47,72%, ou 41,71% do acumulado anterior. Queda de 58,29% em relação ao governo anterior.

Queda na inflação acumulada foi muito maior no governo FHC que no governo Lula

Fernando Henrique, como Ministro da Fazenda, implantou o Plano Real, que controlou a hiperinflação

Governo FHC consolidou a estabilidade do plano real

Dívida pública federal

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

Dívida pública federal ao final do governo FHC (12/2002): R$ 560.828.810.000,00

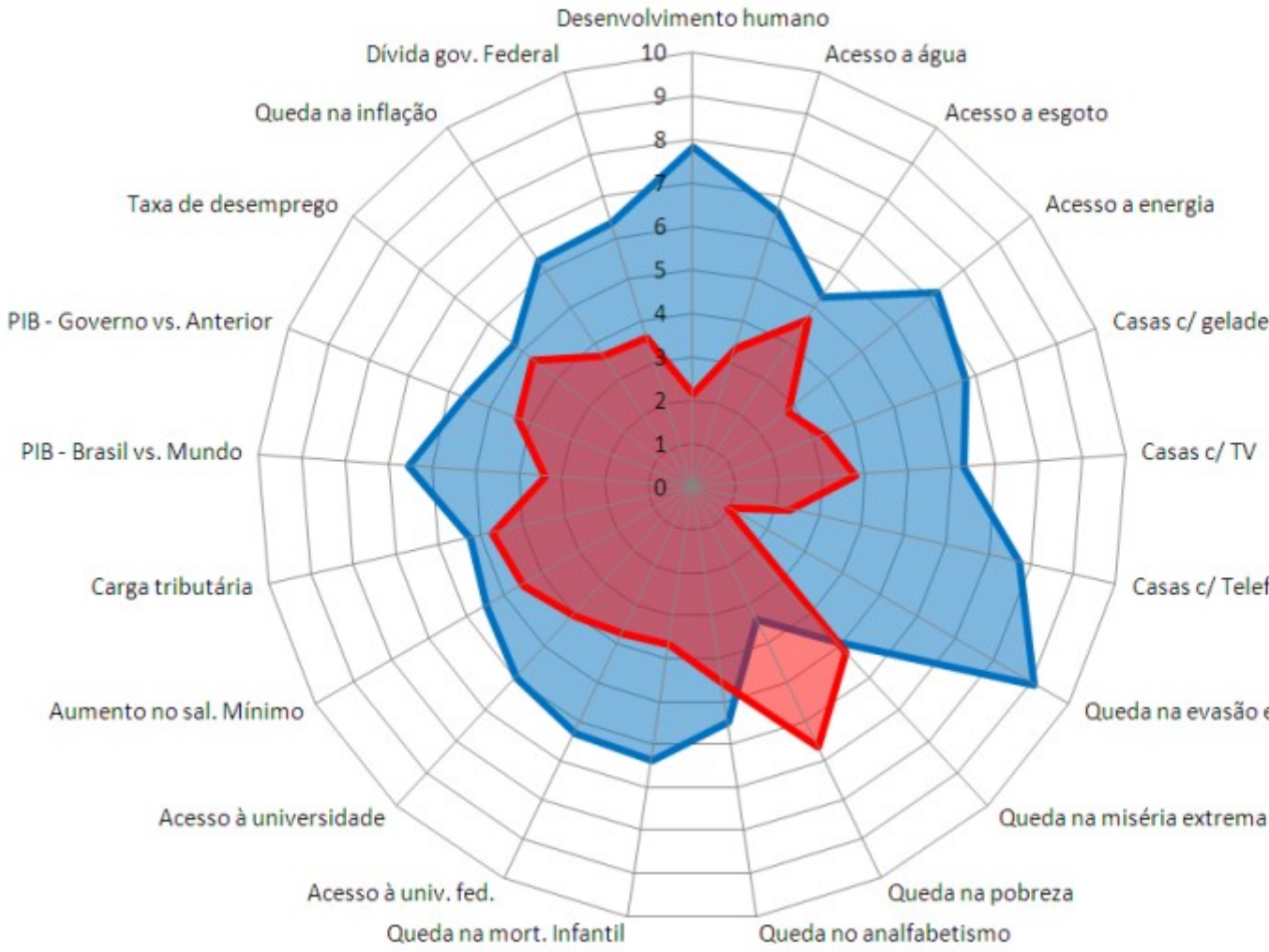
Dívida pública federal ao final do governo Lula (10/2010): R$ 985.808.530.000,00

A dívida pública federal líquida ao final do governo Lula é quase o dobro da dívida ao final do governo Fernando Henrique

Mapa de desempenho dos governos

O mapa a seguir indica o desempenho relativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula em todos os quesitos levantados até o momento pelo Governo Brasil Wiki. Os valores foram normalizados para melhor visualização, através da fórmula:

$$Nota_{gov} = Ind_{gov} \times \left(\frac{10}{\sum_{k=1}^{N} Ind_k} \right)$$



Inconsistências nas Posições Políticas

Declarações claras pelos próprios agentes políticos do partido.

Aborto

Dilma é a favor do aborto: ~~Vídeo de declaração de Dilma no YouTube~~

PT suspendeu direitos de filiado por lutar contra legalização: ~~Artigo sobre filiado ao PT suspenso por lutar contra legalização do aborto~~

Bolsa Família

Bolsa Família é unificação de programas sociais do governo FHC: ~~Texto oficial da lei que cria o Bolsa Família~~

Idéia de unir os programas anteriores foi do PSDB: ~~Vídeo da solenidade de lançamento do programa no YouTube~~

Lula era contra os programas sociais: ~~Vídeo de Lula discursando contra programas sociais que foram consolidados no Bolsa Família no YouTube~~

Aliados

Lula ataca Plano Real e atuais aliados: ~~Vídeo de declarações de Lula no YouTube atacando Plano Real e atuais aliados~~

Blog da Dilma chama Marina de "traíra": ~~Google Cache de página do Blog da Dilma chamando Marina de "traíra"~~, ~~Matéria na Folha de São Paulo~~

Contradições de Lula - atacando e depois defendendo Collor: ~~Vídeo com declarações gravadas de Lula no YouTube~~

Ciro Gomes, novo coordenador da campanha de Dilma, ataca o PT e o PMDB: ~~Vídeo de declarações de Ciro Gomes no YouTube~~

Privatizações

Fontes: ~~Ministério do Planejamento - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST)~~, ~~Agência Nacional de Transportes Terrestres~~, ~~Agência Nacional de Transportes Terrestres~~

De acordo com dados oficiais do Ministério do Planejamento, um total de seis empresas foram privatizadas durante o governo Lula:

Banco do Estado do Maranhão S.A.

BEM-SG

BEM-VTV

BEM-DTVM

Banco do Estado do Ceará S.A.

BEC-DTVM

Além disso, segundo dados oficiais da Agência Nacional de Transportes Terrestres, durante o governo Lula foram firmados acordos de concessão de 3281,4 Km de estradas, efetivamente privatizando esta extensão da rede rodoviária federal. Foram criadas, assim, 36 praças de pedágio, com tarifas de até R$ 9,70.

Rodovia	Trecho	Extensão	Praças de Pedágio
BR-116/PR/SC	Curitiba – Div. SC/RS	412,70 Km	5
BR-376/PR - BR-101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,33 Km	5
BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt)	401,60 Km	6

BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,10 Km	8
BR-393/RJ	Div.MG/RJ – Entroncamento com a Via Dutra	200,40 Km	3
BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Div.RJ/ES	320,10 Km	5
BR-153/SP	Div.MG/SP – Div. SP/PR	321,60 Km	4
BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana	554,10 Km	
	BR – 324 – Salvador – Feira	113,20 Km	
	BR – 526 / BR – 324 / BA 528	9,30 Km	
	BA – 528 / BA – 526 / Aratu	4,00 Km	

Obtida de "~~http://pt-br.governobrasil.wikia.com/wiki/Governo_Brasil_Wiki~~"

~~Categorias~~: ~~Inconsistências nas Posições Políticas~~ | ~~Estatísticas de Nível de Vida~~ | ~~Estatísticas de Crescimento Econômico~~

Improve Governo Brasil Wiki by ~~editing this page~~

~~Rodrigobarni~~ made an edit on 15 de outubro de 2010

~~Histórico~~

~~Alterações relacionadas~~

~~Link permanente~~

~~Páginas afluentes~~

FONTE : http://pt-br.governobrasil.wikia.com/wiki/Governo_Brasil_Wiki?t=Governo+Brasil+Wiki

~~View random page~~

Reporte um problema

Compartilhe este artigo

Dê nota

***

LULA x FHC

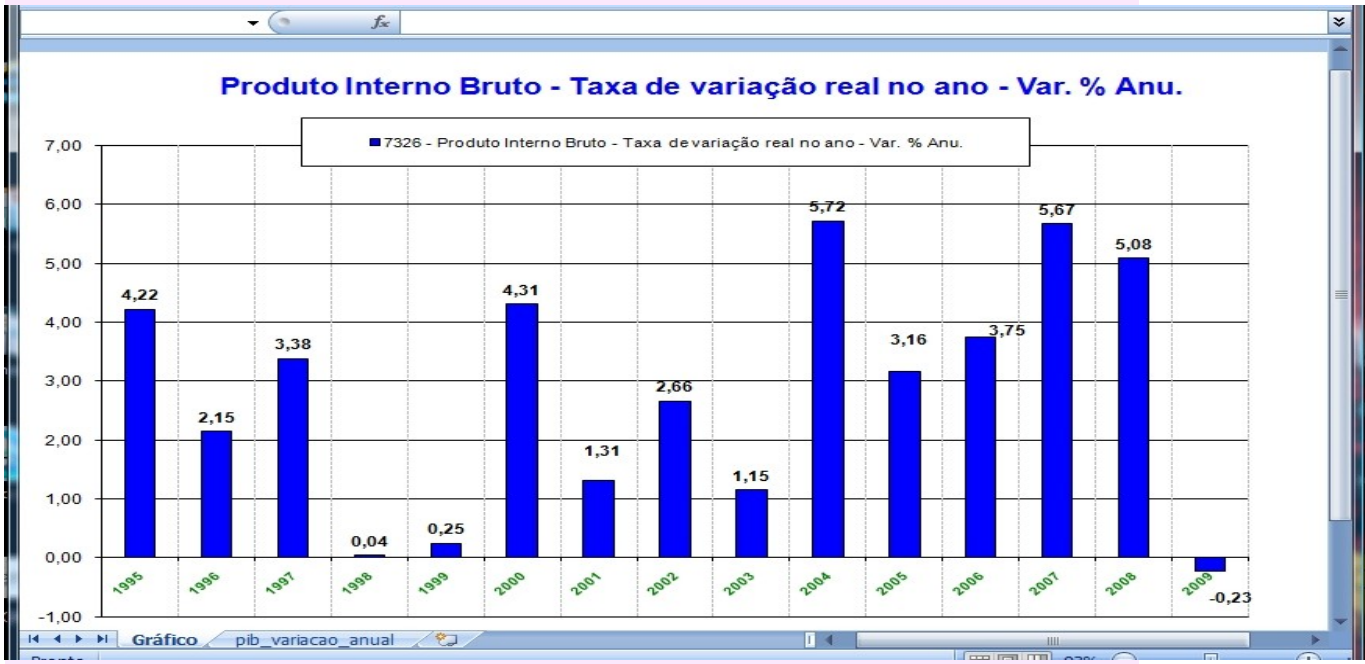
~~Comparação Lula x FHC 2 – Dívida pública e PIB~~

Postado por ~~LEN~~ às 12:34 pm ~~Adicionar comentários~~

Jan 092010

Dando sequência a comparação dos governos Lula e FHC, o assunto de mais um post dessa ~~série~~ é a verificação da variação anual do Produto Interno Bruto e a evolução da relação dívida/PIB desde 1995. Para não ser acusado de inchar o resultado do presidente Lula, estou acrecentando a estimativa de variação do PIB no ano de 2009, com a perspectiva mais pessimista que é a do mercado, com contração de 0,23% em relação ao ano anterior. Podería também usar as perspectivas de variação do PIB para 2010, que tanto o Banco Central quanto o mercado financeiro projetaram para 5%, mas novamente para evitar desqualificações, para efeitos de variação do PIB vão ser usados os índices oficiais de 1995 a 2008 e a estimativa de mercado para 2009. (CLIQUE NAS IMAGENS PARA VER COM MELHOR RESOLUÇÃO).

A Variação do PIB



O gráfico mostra como o país cresceu de maneira pífia no período FHC, com dois momentos claros de estagnação entre 1998 e 1999 e entre 2000 e 2002. Em oito anos de governo, seis deles tiveram crescimento abaixo dos 3% e a média aritmética da variação do PIB nos oito anos de governo FHC é de 2,29%, o que significa que ficamos quase uma década sem sair do lugar, sem crescer o suficiente para gerar emprego para tantos brasileiros que chegavam ao mercado de Trabalho. No governo Lula a trajetória de crescimento do país foi retomada, e com exceção do primeiro ano de governo, contaminado pela crise herdada do governo anterior, e o ano de 2009, que foi de uma das maiores crises financeiras da história, nos outros anos o país mostrou vigor de crescimento não visto desde a década de 70, durante o chamado “milagre brasileiro”. Em três dos 7 anos avaliados o país apresentou variação de PIB superior a 5% (não visto em nenhum momento do governo FHC), alcançou a média de 3,47% de acréscimo do PIB ao ano, em um aumento de 52% em relação ao período anterior, e essa média certamente vai ser aumentada esse ano, pois todas as previsões do PIB apontam para crescimento de ao menos 5%.

Evolução temporal da relação Dívida Pública/PIB

O gráfico acima mostra a evolução da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, que é um indicador que mostra a capacidade que um país tem de manter sua dívida pública sob controle, e quanto menor for essa relação mais saudável e vigorosa é uma economia e a confiança do mercado na capacidade desse país de pagar suas dívidas. O gráfico é inequívoco e fala por si só, o clássico “telhadinho de casa” que evidencia que a relação dívida pública só aumentou no governo FHC, saíndo de aproximadamente 30% no início de mandato e elevando até valores astrônomicos superiores a 50% (com pico de 56% em setembro de 2002), em um aumento de incríveis 72%. Já no período Lula a

trajetória inverteu, e só sofreu um pequeno aumento do final de 2008 até o ano passado por causa da crise, mas de qualquer forma sendo reduzida de 50% para os 44,78% de outubro de 2009, último mês avaliado nesse estudo. O decréscimo da relação dívida/PIB foi de 11% nos 7 anos de governo Lula.

Resumindo:

	FHC	LULA
Média Crescimento PIB	2,29%	3,47%*
Evolução Relação Dívida/PIB	29,35% – 50,47% -> + 72%	50,47% – 44,78%**-> - 11%

* Média aritmética dos anos 2002 e 2009, levando em consideração estimativa do mercado para 2009, e sem considerar a de 2010.

** Com base na relação dívida pública de Outubro de 2009 (última aferição observada).

FONTE: todos os dados são referentes ao BC-DEPEC do Banco Central do Brasil e compilados pelo ~~Conselho Regional de Economia de São Paulo~~.

Outros posts da série

1. ~~Comparação Lula x FHC 1 - O salário mínimo~~
2. Comparação Lula x FHC 2 - Dívida pública e PIB (This post)
3. ~~Comparação Lula x FHC 3 - Geração de empregos e taxa de desemprego~~
4. ~~Comparação Lula x FHC 4 - Saindo da pobreza~~
5. ~~Comparação Lula x FHC 5 - Indicadores econômicos e de atividade~~
6. ~~Comparação Lula x FHC 6 – Combatendo o desmatamento~~

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

~~Comparação Lula x FHC 1 – O salário mínimo~~

Postado por ~~LEN~~ às 12:01 am ~~Adicionar comentários~~

Jan 082010

Motivado pelo ~~ataque cibernético vergonhoso que o jornalista do DIAP Marcos Verlaine sofreu de Ricardo Noblat e sua claque~~, decidi criar a série: ~~Comparação Lula x FHC~~ para dar continuidade a discussão do post ~~Rebatendo as mentiras da imprensa partidária~~ e seguir com as comparações entre os governo Lula X FHC, que os jornalistas serristas tanto temem e procuram atacar, com as fontes que eles tanto pedem, porque a gente precisa desenhar para esse pessoal entender o que todo brasileiro humilde sabe de cor e salteado sem precisar consultar fonte alguma.

O post de hoje é um comparativo da evolução do salário mínimo nos dois governos, com o aumento real obtido em cada período e a maior cotação de salário mínimo em dolar e em cestas básicas que cada governo conseguiu. Os valores do Dólar no período FHC foram obtidos com data máxima de 07 de janeiro para poder comparar os dois governos em períodos semelhantes e rechaçar a choradeira de sempre que a eleição de 2002 contaminou a cotação da época. A variação da inflação é contada nos dois períodos completos, sendo que a inflação para 2010 é baseada nas projeções do Banco Central. Mais a frente publicaremos outras continuições desse artigo com comparações de outros índices. Abaixo algumas considerações e resumo:

Dados:

- Salário mínimo governo FHC - 01/01/1995= R$ 70,00 - 2002= R$ 200,00 - variação em 8 anos= R$ 130,00 (186%) que subtraídos de uma inflação* de 100, 66%, dá um aumento real de 85,34%;
- Dólar** governo FHC = 01/01/1995 = R$ 0,844 07/01/2002= R$ 2,342;
- Salário Mínimo em Dolar FHC = Melhor cotação- Maio de 1998 = U$ 113,05 (salário R$ 130,00 USD=R$ 1,150);

- Salário mínimo governo Lula = 01/01/2003= R$ 200,00 01/01/2010= R$ 510,00 variação em 8 anos= R$ 310,00 (155%) que subtraídos de uma inflação* de 54,03%*** no período de 2003 a 2010, dá um aumento real de 100,97%;
- Dólar** governo Lula = 01/01/2003 = R$ 3,522 07/01/2010= R$ 1,174;
- Salário Mínimo em Dolar Lula = Melhor cotação- Janeiro de 2010 = U$ 296,17 (salário R$ 510,00 USD=R$ 1,722) .

Por daSilvaEdison

Len,

A relação do mínimo com o valor da cesta básica parece representar melhor o que se passa no cotidiano das pessoas.

Ainda mais quando sabemos que o valor do Dólar foi mantido em patamares artificiais na década passada.

Sugiro então que acrescente na tabela, no item “Salário Mínimo”, mais esse critério de comparação.

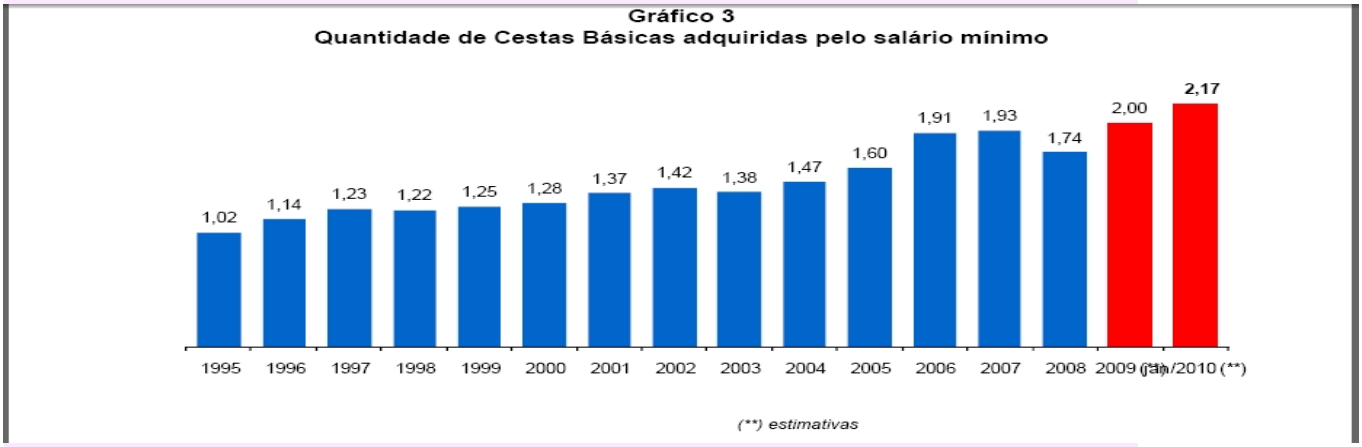
Os dados para isso foram publicados recentemente pelo Dieese.

A relação Mínimo/Cesta Básica saiu de 1,2 em 1995 para 1,4 em 2002 e 2,1 agora em 2010.

Confira aqui:

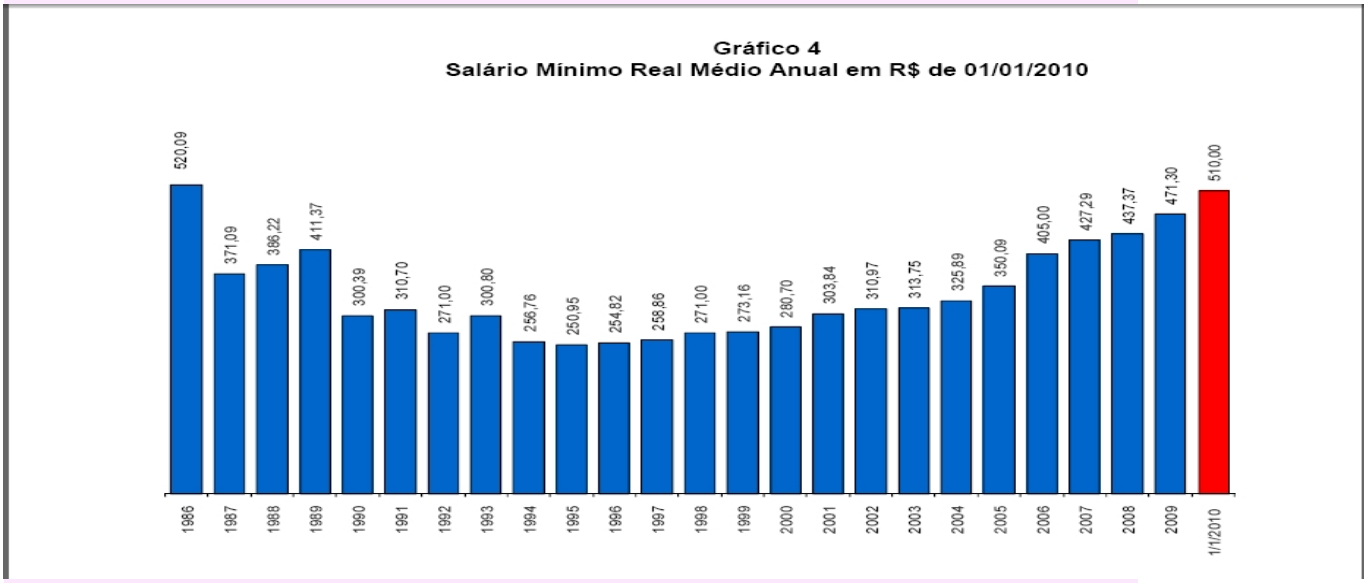
http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf

Relação Salário mínimo / cesta básica (clique na imagem para ver a magem com melhor resolução)



Como podemos ver pelo gráfico do DIEESE, um salário mínimo no início do governo FHC dava para comprar 1,02 cestas básicas, e ao final de 8 anos consguia comprar 1,42 cestas, em um aumento de 39% no poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas. No governo Lula o salário mínimo tem sucessivos aumentos substanciais a partir de 2005, passando a comprar mais de duas cestas básicas em 2009 e se chegando a 2010 ao patamar de compra de 2,17 cestas, o maior quociente desde o início da série histórica em 1979, o que repreenta um aumento do poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas da ordem de 53%.

Salário mínimo ajustado em Reais de jan/2010 (clique na imagem para ver a magem com melhor resolução)



Reajustando os valores da série histórica do salário mínimo para os valores reais de janeiro de 2010 (deflacionados por projeção do ICV – estrato inerior), podemos perceber que o salário de 2010 é o maior desde 1986.

Resumindo:

	Lula	FHC
Maior Salário Mínimo em dólar em 8 anos de governo	U$ 296,17 em janeiro de 2010	U$ 113,05 em Maio de 1998
Variação da relação salário mínimo/cesta básica	1,42 – 2,17 – > 53%	1,02 – 1,42 – > 39%
Ganho Real do Salário (Aumento – Inflação)	101%	85%

Fontes:

Cotação dolar histórica - ~~Banco Central do Brasil~~

Série histórica salário mínimo - ~~Portal Brasil~~

Série histórica inflação IPCA - ~~IBGE~~

Série histórica relação Salário mínimo x cestas básicas – ~~DIEESE~~

*Inflação baseada na série histórica do IPCA do IBGE.

** Dolar – cotação BC venda flutuante ou venda, dependendo da época pesquisada.

*** Com base na última previsão do BC para 2010 com IPCA de 4,5%.

Outros posts da série

1. Comparação Lula x FHC 1 - O salário mínimo (This post)
2. ~~Comparação Lula x FHC 2 - Dívida pública e PIB~~
3. ~~Comparação Lula x FHC 3 - Geração de empregos e taxa de desemprego~~
4. ~~Comparação Lula x FHC 4 - Saindo da pobreza~~
5. ~~Comparação Lula x FHC 5 - Indicadores econômicos e de atividade~~
6. ~~Comparação Lula x FHC 6 – Combatendo o desmatamento~~

~~Comparação Lula x FHC~~, ~~Elio Gaspari~~, ~~Em destaque~~, ~~FHC~~, ~~Noblat~~, ~~PIG~~

Beneficiados por Lula, ruralistas rejeitam Dilma

Mauro Zanatta * - Adital

Nem mesmo a melhora relativa da infraestrutura e da logística nos Estados que são grandes produtores agrícolas, a renegociação de suas dívidas ou a agressiva política de subsídios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram suficientes para diminuir a rejeição rural a sua candidata, a ex-ministra Dilma Rousseff.

Somados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, onde Dilma perdeu no primeiro turno, mais Goiás e Rio Grande do Sul, onde ela ganhou por uma margem inferior a média nacional e o interior de São Paulo, 62,6% dos celeiros agrícolas do país votaram contra a candidata petista. Ainda não entendi como esse conservadorismo cega o produtor", critica o senador eleito Blairo Maggi (PR-MT), uma

das principais lideranças do setor. Segundo ele, os benefícios concedidos aos produtores não sensibilizaram diretamente os moradores das pequenas cidades nesses Estados.

Serra derrota Dilma no cinturão agrícola do país

Os eleitores de boa parte dos maiores "celeiros" do país votaram contra a candidata Dilma Rousseff (PT) no primeiro turno. Domicílio de um eleitorado mais conservador, os pujantes interiores rurais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Santa Catarina foram mais sensíveis à mistura de política com temas religiosos, disseminada na internet e em rodas de conversa pelo país, optando pelo tucano José Serra.

A defesa de temas polêmicos como o direito ao aborto, feita por Dilma em uma sabatina de 2007, e a suposta menção da candidata ligando sua eleição a Jesus Cristo amplificaram a rejeição iniciada com o escândalo da quebra de sigilo fiscal de políticos tucanos por um petista. A reprovação acabou cristalizada pelas denúncias de corrupção e nepotismo que derrubaram a então ministra Erenice Guerra da Casa Civil.

Esses cinco Estados do "cinturão agrícola" respondem por 30% do PIB rural do país. Quando somada a Goiás e Rio Grande do Sul, onde Dilma ganhou por uma margem inferior ao resultado nacional, essa fatia sobe a 46,5%. Se somados a São Paulo, cujo interior vocaliza uma forte restrição ao PT, seriam 62,6% do PIB rural a rejeitar Dilma Rousseff - a petista perdeu por 40,6% a 37,3% para Serra, uma diferença de 783 mil votos.

Aliados do governo apontam que faltou a Dilma Rousseff "realmente entender", por meio de ações, e não apenas com discursos, "questões vitais" como a garantia da segurança jurídica no campo. Entre as principais preocupações, estão as alterações nas legislações ambiental, trabalhista, tributária, indígena e quilombola. Ameaças de alterações radicais nos critérios para a reforma agrária e a revisão de índices de produtividade no campo ainda tiram o sono do setor rural.

Nem mesmo a melhoria relativa da infraestrutura e da logística nos Estados do "cinturão agrícola", as três renegociações das dívidas rurais ou a agressiva política de subsídios nos oito anos de governo Lula foram suficientes para conter essa rejeição no campo.

"Ainda não entendi como esse conservadorismo cega o produtor. Tivemos tantos avanços com o Lula e, mesmo assim, não há reconhecimento", critica o ex-governador e senador eleito Blairo Maggi (PR-MT. Uma das principais lideranças do setor, Maggi avalia que os amplos benefícios aos produtores não foram "transferidos" diretamente aos moradores dessas pequenas cidades. "Temos que ver que um benefício pretérito não conta. O que vale são as perspectivas futuras", avalia o analista político Antonio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Mesmo com o reconhecimento de Maggi, em Rondonópolis, seu domicílio eleitoral, Dilma ganhou por apenas 8,7 mil votos em um universo de 106,7 mil eleitores. Em Matupá, terra do novo governador Silval Barbosa (PMDB), afilhado de Maggi, a candidata do PT perdeu de José Serra por 51,1% a 44,7%. "Vamos ter que reverter isso com muito trabalho e pé na estrada", admitiu o novo senador, que acompanhou Silval na reunião dos aliados com Dilma Rousseff.

Os analistas têm outras explicações para o voto contra Dilma. "Eles podem ter deixado para o segundo turno para barganhar como se fez em 2006", lembra Queiroz, do Diap. Naquela eleição, o presidente Lula perdeu para Geraldo Alckmin nos dois turnos. Mas a diferença caiu de 233 mil para apenas 8,8 mil votos. "A bancada ruralista virá maior em quantidade e qualidade. E essa perda dos ambientalistas pode ser compensada na negociação com Marina Silva para o segundo turno", avalia Queiroz. O cientista político Edélcio Vigna corrobora a tese ao afirmar que os ruralistas terão menos poder

em questões ideológicas importantes que serão debatidas no Congresso. "Dilma e Serra vão ter que fazer concessões aos ambientalistas em temas como Código Florestal, trabalho escravo, questões indígenas e trabalhistas", diz o analista do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

* Valor Econômico -

Adital - http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=51509

***

LULISMO EM TRES TOQUES

Paulo Timm – www.torres-rs.tv ; www.cartapolis.com.br

I - NUNCA NA HISTÓRIA DESTE PAÍS

Um dos livros mais memoráveis de Isaac Asimov mostra um único sobrevivente de uma era de robôs. Todos os demais haviam se auto-liquidado em razão da programação prévia que lhes impunha várias regras: Não fazer mal a nenhum homem, nem à humanidade e não fazer mal a si mesmos. Quando o fizessem, se auto-eliminavam. Um, porém ,sobreviveu e chamou a atenção do pesquisador. Despertou-lhe a curiosidade. Por que e como havia sobrevivido? Único. Exclusivo. E descobriu: Aprendera, primeiro, a atender a demanda dos humanos, por ordem, uma a uma, tal como Descartes, o grande filósofo do Século XVIII, já recomendara – A melhor maneira de resolver um grande problema é dividi-los numa sequência de pequenos desafios -; a segunda regra do robô sobrevivente era , também, muito simples: a todos os que atendia escutava e devolvia-lhes uma fórmula tanto baseada na sua demanda, como envolta pelo interesse mais geral que a robótica informava. Assim, cada um saía feliz da vida, levando na sua bagagem os germens de interesses não propriamente pessoais. E todos viveram felizes para sempre... Ficção...

Lula nunca deve ter lido Asimov, mas aprendeu a lição do robozinho sobrevivente. Como veio de uma origem humilde, sem qualquer passagem pela cultura formal altamente condicionadora à norma, sem qualquer trânsito pelos dogmas de uma esquerda esterilizada pelo estalinismo, Lula foi o produto político de vivências pessoais. Se Asimov o houvera conhecido diria que nele se inspirou em sua ficção. A verdade é que Lula (veja-se o Filme, "Lula, o filho do Brasil") vivia, na juventude, "*del aire al aire, como uma red vacia...*", como diria Neruda, preocupado com o Corintians, com a "geladinha" no bar da esquina de casa, sempre com o olho espichado nas moças que passavam, até que um dia foi levado pelo irmão – comunista – a uma reunião do Sindicato dos Metalúrgicos. Não gostou muito. Mas o irmão, politizado, insistiu. E Lula

“falou”. E desde que falou a primeira vez foi escutado e ganhou seguidores. Tinha “carisma”, esta marca dos deuses muito próxima do talento, entre os artistas, que faz de qualquer ser mediano uma referência inexplicável para os mortais que os cercam. Continuou falando, falando, falando. Como dizia Shakespeare: *words, words,words...*Tornou-se líder sindical, criou um novo marco, mais combativo para o sindicalismo brasileiro, fez um Partido (dos trabalhadores), numa recusa ao velho trabalhismo liderado por Brizola, ao socialismo de J.Mangabeira e Arrais, ao comunismo de Prestes e Roberto Freire. E, na quarta tentativa, tornou-se Presidente da República. Por duas vezes. Devendo sair de cena dentro de duas semanas com uma popularidade surpreendente: 83%.

Todos, então, se perguntam: Como...?

Não há resposta fácil à indagação. Hoje, inclusive, se estabeleceu um debate entre os sociólogos e cientistas políticos sobre o significado do “lulismo”. “André Singer – o cientista político da USP que foi o porta-voz do governo Lula em seu primeiro mandato – e Rudá Ricci – o sociólogo paulista radicado em Minas que tem se destacado na avaliação de políticas públicas – em dois trabalhos pioneiros publicados recentemente levantaram a hipótese do “lulismo” como um fenômeno que representaria uma novidade diferenciadora de uma nova estruturação social brasileira. Algo que veio para ficar, a simbologia no plano eleitoral de uma nova correlação de forças dentro e na sociedade brasileira. Abriu-se então, a partir das hipóteses levantadas por Singer e por Ricci, uma nova vertente de estudos sobre a realidade nacional.” – (Mauricio David) .Outro estudioso, L. Werneck, também tem se aprofundado no tema, destacando a retomada de uma nova aliança no país entre setores da burguesia e do proletariado . Maurício Dias David, economista, também tem se debruçado sobre o sentido e permanência do “lulismo”. Todos estes textos podem ser entrados no site ~~www.torres-rs.tv~~ , clicando em DOWNLOAD /Lulismo.

Mesmo sem maiores aprofundamentos, acho que o segredo de Lula *foram suas próprias deficiências*. (Inspiro-me, aqui, na gramática poética de Mário Quintana, no poema “O Velho Espelho: “*Como pude ficarmos tão iguais...*”) Graças a elas- as próprias deficiências lítero-ideológicas, Lula não tinha idéias fixas sobre quase nada. E obrigou-se a escutar. Escutou os operários do ABC, escutou a Igreja, num momento de máxime de suas preocupações com a base da sociedade, nas Comunidades Eclesiais de Base, escutou os remanescentes da derrotada resistência contra o regime militar, escutou empresários, com os quais era obrigado a negociar a “Pauta de Reivindicações “ e Dissídios Coletivos, escutou a juventude, os movimentos sociais que se organizavam rapidamente nas brechas da abertura lenta , segura e gradual do General Geisel, e assim foi formando opinião sobre o que pensar, o que fazer. E aprendeu a hierarquizar problemas, separá-los cuidadosamente, cuidando de oferecer, sempre, alternativas que contivessem algum ganho aos interlocutores. Com esta bagagem chegou ao Palácio do Planalto e não fez senão seguir a mesma fórmula. Escutar a todos, falar a uns e outros o que queriam ouvir, acrescentando, sempre, o que a ele, Lula, interessava, como critério de interesse coletivo, com o qual ele próprio se identificava: o apoio ao seu Governo. Nunca lhe ocorreu dizer: “Eu sou o Estado”, como Luiz XIV. Mas fez mais ou menos o mesmo. E com isto evitou tensões sociais e políticas, para não dizer ideológicas, tais como as levantadas pela

defecção de Eloísa Helena, que levaria à criação do PSOL, ou de Marina Silva, que levaria aos 20% dos votos no primeiro turno, sob a bandeira do PV. Nenhuma delas, embora contundentes, lhe cortou o caminho da vitória de sua indicada à Presidência Dilma Rousseff.

O que aconteceu, realmente, na economia e na sociedade brasileiras ainda é uma incógnita. Há registros de que economia cresceu satisfatoriamente, embora, poucos acreditem à uma taxa superior à da Era FHC; de que mais de 20 milhões saíram da miséria e que houve um acréscimo de cerca de 30 milhões de pessoas à classe C, cujo poder de compra agregado, hoje, é maior do que as classes A e B; e que o país livrou-se da dívida externa e do FMI.

Agora, em tempos de despedida, ele se despeja em lágrimas e suscita incontidas emoções. Dificulta, com isto a tarefa continuísta de Dilma. Mas isto não o comove. Ele já fez o que pode por ela. Agora é com ela. Ele só pensa em 2014...

II - LULA x VARGAS

À medida em que o Governo Lula vai vivendo seus últimos dias, ainda no auge da popularidade, não cessam as comparações com outro Presidente que fez época e deixou saudades entre os trabalhadores brasileiros: Getúlio Vargas. Estaríamos em presença de um novo Vargas? Para muitos a comparação é quase inevitável e daí uns louvarem o "lulismo", outros, críticos de ontem e de hoje, lamentarem o renascimento do "populismo".

Haverá mesmo margem de comparação entre Vargas e Lula?

Primeiro, há uma diferença no tempo e ela não é insignificante. Vargas surge no bojo de um movimento militar, a 03 de outubro de 1930, como uma lufada de vento renovador que soterraria a República Velha, oligárquica, sem qualquer representatividade popular (pouquíssimos votavam em eleições "a bico de pena", controladas por chefes políticos regionais) , e mantenedora de um Estado de sustentação do principal produto de exportação, o café, base da riqueza nacional. Lula é um Presidente eleito em plena vigência constitucional, dentro das regras do jogo institucional, com grande densidade de representação pelo voto direto e secreto, como líder de um Partido inequívocamente popular - o PT - , objeto de reconhecimento como tal, por mais cerca de 30% dos eleitores, para dirigir um país com estrutura econômica e social extremamente complexa, consequência da sofisticada estrutura industrial e dos altos índices de urbanização- 80%. Tempos diferentes, interesses diferentes. Processos diferentes.

Vargas, no seu tempo, tinha a missão de modernizar a economia, a política e a sociedade, a partir de um punhado de bravos oriundos da resistência tenentista dos anos 20, contra o regime oligárquico. Tinha, portanto, à sua direita um bloco histórico centrado na poderosa economia agroexportadora de São Paulo, articulada historicamente à grande propriedade no resto do país. E não conseguiu, pela obstinação de Prestes com o sonho de uma "Revolução"

que acabaria liderando em 1935, o importante apoio de uma esquerda, senão socialmente densa, com grande capacidade de intervenção política e ideológica. Tanto assim que o trabalhismo jamais obteve, no Brasil, uma consagração da inteligência nacional, sempre inclinada, ou ao liberalismo conservadores, ou ao apelo revolucionário mais radical. Isto custou à Vargas o golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo como uma espécie de afirmação bonapartista das rupturas provocadas pela Revolução de 30. Lula, ao contrário, surgiu, cresceu e multiplicou-se como sendo a própria esquerda no país, engolindo sofregamente neste movimento o brizolismo, os comunistas, os trotskistas, os nacionalistas e até a esquerda católica.

O cenário internacional enfrentado por Vargas, também era completamente diferente do cenário da primeira década do século XXI , enfrentado por Lula. A década de 30 do século XX ficou imortalizada pela Grande Recessão que trouxe na sua bagagem duas coisas: desemprego em massa nos países centrais, com a consequente contração de suas respectivas capacidades de importar (café) e um desencanto manifesto com a liberal-democracia. No auge da crise, em 1933, Hitler sobe ao poder na Alemanha e inicia o rearmamento daquele país, junto aliás, com a reorientação da economia mundial, especialmente americana, para a indústria de guerra. Lula, ao contrário, enfrentará uma conjuntura internacional francamente expansionista, sob a égide ideológica do neo-liberalismo, contando, mesmo na Crise de 2008, com a presença de sustentação da demanda mundial representada pelo milagre chinês. Curiosamente, porém, tanto Vargas como Lula foram extremamente hábeis na administração de uma Política Econômica compensatória, no primeiro caso, pioneira, capaz de compensar a perda de dinamismo do mercado mundial com uma forte presença do Estado na economia. Só que Vargas precisou renegociar, com vantagens a dívida externa, de forma a liberar recursos para tal processo, enquanto Lula, ao contrário comprometeu mais de 40% do orçamento da União com a administração da dívida pública interna. Lula, entretanto, já dispunha de uma arquitetura institucional mais moderna, passada pelas armas do tucanato que a tornou mais apta aos desafios que viriam a balançar as bases da economia mundial em 2008. Vargas, no seu tempo, dispunha de um Estado e de uma economia extremamente simplórias, decorrentes, mesmo da economia agroexportadora do país.

Ambos, porém, tiveram que governar com alianças. Lula teve em parte da oligarquia estatal, que substitui a oligarquia da Velha Republica, da qual Pedro Ludovico (GO) é o mais emblemático, o apoio, através do PSD, que o levaria, em 1950, à dobradinha PTB. A mesma, aliás, invertida, que sufragaria JK em 1955. E que voltaria, certamente, a ganhar as eleições novamente não fosse o golpe de 1964. O PSD de ontem é , mais ou menos, o PMDB de hoje, um Partido de interesses no Estado.

Por tudo isto, é claro que a comparação Lula x Vargas faz sentido. É claro que não se trata de mera reedição. Pode-se até dizer que o populismo trabalhista continha mais contradições internas que o petismo atual, mas , por isso mesmo era capaz de ver além dos interesses corporativos no rumo de um projeto de desenvolvimento nacional, que, enfim mudou o Brasil arcaico colonial num país urbano com instituições sólidas como BNDES, PETROBRÁS, Vala do Rio Doce e CSN, o que , lamentavelmente ainda não se vê na proposta do PT, cuja essência se resume fundamentalmente numa política menos econômica e mais sócio-assistencial, como Política de Salários, Emprego e Transferências de Renda. Quem sabe, agora, com Dilma, mais atenta ao debate econômico veremos algo mais consistente?

III - LA NAVE VA...

O ano está chegando ao fim. O mandato do Lula está chegando ao fim. Mas, curiosamente, nada muda. Há uma impressão no ar de que tudo continua no "mesmo". Ou na "mesma"...Mas se não há grandes expectativas de mudança, também não há nem receios nem sobressaltos. Depois de muitas décadas, ou talvez até por primeira vez, deslizamos suavemente de um ano ao outro, de um governo ao outro, como se começássemos apenas um novo dia. Levantamos, abrimos a janela para ver como está o tempo e nos voltamos para as atividades costumeiras. -*Vai chover*, diz a mulher à mesa do café. Mas apenas para nos lembrar que devemos colocar um abrigo ou não esquecer o guarda-chuva. Saímos à rua e a vida continua. Como ela é, lembrando Nelson Rodrigues.

Lula saiu-se bem na Presidência. Não era um ilustrado, muito menos, nem detinha grande experiência administrativa. Mas fez o que o instinto de gerente lhe indicava: Chamou os assessores, que, bem ou mal entendiam do ofício. Administrar um país, um Estado, uma cidade é isto mesmo, é saber escolher quem entende de assuntos específicos e delegar responsabilidades, cobrando, na ponta, resultados. Mas um administrador - especialmente público - não apenas gerencia uma máquina de problemas. Ele gerencia interesses, conflitos, ambições pessoais e corporativas extremamente complexas e imensas. Aí moram as expectativas que se projetam em indicadores de aprovação e desaprovação do governo. A economia vai mal, há desemprego, a inflação come solta: Pau nele! Num ambiente fortemente urbanizado como o nosso a economia vem sempre em primeiro lugar. É ela que afeta a maior parte das pessoas naquilo que elas têm de mais sensível - o bolso. Depois, claro há questões políticas - um partido querendo abocanhar mais do que tem direito - Ahh!!! - , um político irado, tipo Ciro Gomes, atingido no pé, um Governador da aliança insatisfeito porque "perdeu" os royalties do petróleo . Um balanço adequado da política passará sempre pela consolidação da governabilidade pelo apoio do Congresso Nacional ao Poder Executivo e de um arco de sustentabilidade pelos Governos com maior peso político - Rio, S.Paulo, Minas, Pernambuco, RS , tradicionais, e hoje também o Paraná, o Ceará , a Bahia, talvez Goiás e Santa Catarina. Jango, o Presidente deposto em 1964 caiu porque perdeu o apoio de Ademar de Barros, então Governador de São Paulo, quando já não o tinha dos Governadores de Minas Gerais , Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti) e Rio de Janeiro. Fernando Collor, mais recentemente,bateu de frente com um Congresso indócil . Mas, além dos políticos que imporão as exigência da governabilidade e da sustentabilidade do Governo Federal, há ainda as tensões sociais que podem ou não desembocar em crises políticas graves, como as que Cristina Kirchner enfrentou com os proprietários rurais , que o Presidente do Equador enfrentou, há pouco, com a greve dos policiais, que quase lhe custa o mandato, ou que o Presidente Chavez, na Venezuela, enfrenta diariamente nas ruas de Caracas. Além destas tensões sociais de grande envergadura há sempre as pedras no caminho: Mensalões, CPIs, escândalos até sexuais, como o que o

Presidente americano Clinton teve que enfrentar por ter tido "quase-relações" com uma estagiária... Enfim, são os cavacos do ofício enfrentados por Lula e que agora se transferem à Dilma Roussef.

Ela terá pela frente um cenário econômico sem crises agudas, como a de 2008, mas de crônica recessão nos países centrais, com o enigma China rondando sempre por perto. O Brasil está com uma situação de contas externas equilibrado, com o comércio exterior bastante diversificado mas já dá mostras de esgotamento. Vai ter que repensar o câmbio, que está excessivamente valorizado, levando não só a prejuízos de exportadores mas à desnacionalização de vários segmentos da indústria, como ainda prejuízos a Estados exportadores como o Rio Grande do Sul. Terá que enfrentar a ameaça inflacionária que já se faz sentir, reequilibrando as contas públicas hoje oneradas em 40% com o custo da dívida pública que chega a 60% do PIB. Terá que ter um projeto do país para o futuro, calcado na abertura de alternativas energéticas mais sólidas que o bio-diesel e o álcool bem como um modelo indústria com maior densidade tecnológica. Até hoje não dispomos no país, com uma produção superior a três milhões de carros do núcleo duro da tecnologia destes bens no país. Até quando...? Politicamente,Dilma terá maiores dificuldades do que Lula para líder com os políticos, por não dispor da autoridade política da liderança para se impor, apenas da autoridade do cargo e não tem o carisma de Lula para lidar com as multidões sempre ávidas do espetáculo que ele sabia proporcionar. Alguém até já disse que o Brasil vai ficar mais triste sem Lula...Por fim, Dilma terá que enfrentar, a queda nos índices de popularidade. Lula sai com 87%. Ela já entra com menos e em junho deverá cair pela metade. Como vai reagir a isto?

Como se vê, aparentemente nada muda. Mas são as águas mais profundas as mais perigosas. E elas nem sempre são visíveis. Portanto, muita cautela. Lula construiu um patamar de certezas, embora discutíveis , que lhe pavimentaram o mandato com grande popularidade. Dilma terá que tentar fazer o mesmo, numa fase diferente, difícil, com poucos recursos e muitos inimigos. Que Deus, se realmente existe e protege os mais vulneráveis, lhe acuda! Não vai ser fácil. *Vai chover...!!!*

***

~~O brizolismo e seu legado~~

Teoria e Debate nº 59 - agosto/setembro de 2004

publicado em 19/12/2006 – WWW.FPABRAMO.ORG.BR

Uma avaliação do legado do brizolismo e do futuro do trabalhismo remete a uma série de referenciais históricos de sua trajetória política no plano regional e nacional.
por Hélgio Trindade

"Se não chegou à Presidência da República, Brizola reeditou, ao menos, o martírio trabalhista, pelas perseguições que sofreu e pelos temores que despertou em parcelas das elites política e econômica.."
(J. Trajano Sento-sé – *Brizolismo: estetização da política e carisma*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p.347)

"Quem quiser que se engane. Pois não existirá força alguma na terra capaz de impedir que o povo brasileiro realize seu destino como Nação livre e independente.."
(Discurso de Brizola ao retornar do exílio diante do túmulo de Getúlio Vargas em São Borja, 7/9/1979)

Uma avaliação do legado do brizolismo e do futuro do trabalhismo remete a uma série de referenciais históricos de sua trajetória política no plano regional e nacional. No Rio Grande do Sul encontram-se alguns dos ingredientes essenciais para a compreensão de sua biografia, e essas raízes foram marcantes para sua atuação política, que se nacionalizou como a de Getúlio Vargas no passado. Com o exílio, Leonel Brizola teve a oportunidade de incorporar novos referenciais, contando, sobretudo, com o capital político da socialdemocracia européia para retornar à política num Brasil diferente do que tinha deixado em 1964.

Raízes positivistas

Embora não tenha sido contemporâneo da geração positivista do castilhismo e do borgismo**1**, Brizola foi um típico produto dessa herança de seus antecessores, e não um típico caudilho latino-americano. Sua biografia política sempre esteve associada à valorização da instituição – partido político –, antes e depois do exílio, o que é parte da cultura republicana regional em que o "coronel-burocrataa" apoiava seu poder na estrutura do Partido Republicano Rio-Grandense para enfrentar a hegemonia econômica e política dos herdeiros dos federalistas de Silveira Martins. Não teve uma visão instrumental dos partidos como Vargas, que no Estado Novo governou sem partido e na redemocratização, em 1945, fundou o PSD e o PTB. Vargas sempre esteve acima dos partidos. A fidelidade de Brizola ao PTB foi permanente e, quando perdeu a sigla, lançou-se na construção de seu novo partido: o PDT.

A relação de Brizola com o positivismo institucionalizado começou através de sua trajetória no ensino técnico. Filho de pequenos agricultores, nascido no interior de Carazinho (RS) em 1922, Brizola iniciou os estudos primários em São Bento, continuou-os em Passo Fundo e, de volta a Carazinho, concluiu-os no colégio da Igreja Metodista em 1933. Foi em Porto Alegre, porém, que encontrou o ambiente que seria marcante para sua visão de mundo. Ao cursar o Instituto Agrícola de Viamão, que fazia parte da Universidade Técnica**2**, aproximou-se de professores positivistas, dentre os quais Mozart Pereira Soares. Formado como técnico rural, tornou-se funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre e, ali, um dos responsáveis pelo planejamento e arborização da várzea do principal espaço verde da cidade: o Parque Farroupilha.

Essas experiências o levarão, em 1945, encorajado por seu tutor, a estudar na Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, fundada em 1896 pelos positivistas, cujo curso completaria em 1949, depois de ter concluído o supletivo no Ginásio Júlio de Castilhos, também da universidade. Certamente esse ambiente positivista o conduziu à Escola de Engenharia, e não à Faculdade de Direito, celeiro tradicional da classe política pelo qual haviam passado Getúlio Vargas e João Goulart. Na realidade, à época, "os republicanos no poder garantiram parte dos empreendimentos da escolaa" e "não havia distinção entre a política de ensino da Escola de Engenharia e o projeto do Partido Republicano Rio-Grandense, propugnador do positivismo no estadoo"**3**.

Essas três marcas – *a valorização do partido político, a formação técnica e de engenheiro e a importância da educação* – foram traços permanentes em sua biografia política. Não foi aleatório o fato de ter estado entre os fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul, associando-se, como líder estudantil, às diferentes correntes formadoras do partido**4**. Seu batismo político foi ao lado de Alberto Pasqualini, o principal teórico do trabalhismo, na campanha para o governo do estado. Da mesma forma, sua primeira experiência governamental foi como secretário de Obras Públicas no governo de Ernesto Dornelles (1951-1954), dentro de seu perfil profissional de engenheiro civil, título a que jamais abdicou: engenheiro Leonel de Moura Brizola. Outro traço permanente de sua biografia, tanto no governo do Rio Grande do Sul quanto no do Rio de Janeiro (neste associado a seu vice-governador, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro), foi sua obsessiva valorização da educação, que se traduziu em ambiciosos investimentos na área da expansão de prédios escolares (escolas municipais, "brizoletass" e CIEPs).

Carreira de rápida ascensão

Depois de ter ingressado no PTB, em 1945, Brizola, junto com os sindicalistas, demarcou a posição do novo partido na defesa do "povãoo" frente ao PSD, fundado também por Vargas para recrutar a classe política oriunda do Estado Novo. Se no plano nacional a aliança PSD-PTB assegurou sua hegemonia nas eleições presidenciais, no Rio Grande do Sul o PTB e o PSD formaram o pólo da luta política regional durante a República Populista**5**.

Brizola elegeu-se, em 1947, deputado estadual pela legenda do PTB, apesar da derrota de Pasqualini para o pessedista Walter Jobim ao governo do estado. Em 1950, com a vitória de Vargas nas eleições presidenciais, foi reeleito deputado estadual, assumindo a liderança da bancada trabalhista. Candidato pela primeira vez à prefeitura de Porto Alegre, sofreu, porém, seu primeiro revés eleitoral, perdendo por 1% dos votos para o candidato pessedista, Ildo Meneghetti. Posteriormente, o PTB venceu as eleições para governador com Ernesto Dornelles, e Brizola assumiu, em 1952, a Secretaria de Obras Públicas, revelando-se "um administrador dinâmico e empreendedorr" passando a ter "uma presença hegemônica no secretariadoo"**6**.

A crise política acirrou-se com a campanha de Lacerda contra Vargas e denúncias de corrupção através da corrosiva metáfora do "mar de lamaa"**7**. Essa oposição passional escondia outro objetivo: atingir a política nacionalista e social de Vargas (o monopólio estatal da Petrobras e o aumento do salário mínimo). O atentado contra Lacerda, do qual foi vítima o major Vaz, provocou a crise político-militar**8** que culminaria no suicídio de Vargas, em 24 de agosto. O teor da Carta Testamento desencadeou mobilizações antiamericanas e seria um referencial político e ideológico permanente para Brizola. Eleito deputado federal em 1954, Brizola começou a confrontar-se com Lacerda, que propunha a transferência das eleições presidenciais que seriam vencidas por Juscelino, tendo como vice João Goulart.

A carreira de Brizola prossegue seu curso ascendente ao eleger-se prefeito de Porto Alegre, em 1955, com ampla margem de votos (55%) sobre o candidato da coligação conservadora (PSD/UDN/PL), que fez menos de um terço dos votos. Sua gestão foi inovadora e populista: deu prioridade às "reivindicações das classes trabalhadoras da cidade, como o saneamento básico, a criação de escolas primárias e a melhoria dos transportes coletivoss" principalmente nas vilas populares**9**. Sua popularidade como prefeito de Porto Alegre foi o trampolim político para a conquista do governo do estado, em 1958.

A vitória de Brizola nas eleições para governador, com 55,2% dos votos diante de seu adversário, o pessedista Peracchi Barcellos (41,2%), resultou da astúcia política. Face à tradicional polarização das eleições, Brizola precisava ampliar sua base política, e fez novamente aliança com os integralistas do PRP**10**. Sua estratégia era atrair um parceiro conservador e penetrar nas zonas de colonização italiana e alemã hostis ao PTB**11**. O acordo pragmático-eleitoral surpreendeu à primeira vista pela distância ideológica entre os partidos e pelos conflitos decorrentes do atentado contra Vargas em 1938**12**. Embora a aliança tática tenha durado menos que a metade do mandato por divergências políticas, o PTB ampliou sua base eleitoral na região colonial.

O fato importante, porém, é que o desempenho do jovem governador mudou o padrão dos governos anteriores, inclusive dos trabalhistas, dividindo-se em duas fases: a primeira, do "Decálogo Educação e Desenvolvimentoo", de 1959 a agosto de 1961; e a segunda, com o Movimento da Legalidade, até o final do mandato, em fins de 1963.

No primeiro período, a avaliação de que a economia regional encaminhava-se para uma crise econômica**13** e seu compromisso com as populações marginalizadas levaram-no a adotar políticas para enfrentar esses desafios. Deu forte ênfase ao desenvolvimento econômico através do papel indutor do Estado ao instituir o Conselho de Desenvolvimento do Estado e o pioneiro Gabinete de Ação e Planejamento (GAP), diretamente ligado ao governador e coordenado pelo economista cepalino Cláudio Accurso. Seu "Decálogoo" cobria as áreas estratégicas de um plano de governo abrangente**14**. Criou órgãos de coordenação: o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul), o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE); e a Caixa Econômica Estadual. E associou o Estado com o capital privado em vários empreendimentos: a empresa mista Aços Finos Piratini; a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações com participação majoritária do Estado; a abertura de subscrição pública para a Construções Eletromecânicas (CESA); e o estímulo à implantação de empresas fornecedoras de tecnologia para a fabricação de tratores e implementos agrícolas. Apoiou a implantação da Refinaria Alberto Pasqualini da Petrobras e a construção de termelétricas, como a de Charqueadas.

À astúcia política sucedem suas ações no campo social. Instituiu a Secretaria do Trabalho e Habitação e adotou como prioridade à educação: valorização dos professores, expansão da rede escolar por meio das "brizoletass", construção de escolas de todos os níveis (6.311)**15**; expansão da matrícula (689.209) e de novos professores (42.153). O governo teve,

também, atuação pioneira no campo da reforma agrária: apoiou o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) e promoveu as primeiras desapropriações (Banhado do Colégio e Fazenda Sarandi), distribuindo terras e oferecendo assistência técnica, o que provocou confrontos com a poderosa Federação das Associações Rurais (Farsul).

A radicalização cresceu por sua ação nacionalista "encampandoo" empresas estrangeiras, mas intensificou-se com o ritmo de mobilização popular com o Movimento da Legalidade. A intervenção de Brizola nos setores de energia e comunicação teve repercussão nacional e internacional. Em 1959, já encampara a filial da Bond and Share, mas em 1961 foi a vez da Companhia Telefônica Rio-Grandense (subsidiária da ITT).**16** Os dois fatos geraram reações e protestos da Embaixada americana e desembocaram, mais tarde, em complexas negociações internacionais. Mas foi o Movimento da Legalidade, em favor da posse do vice-presidente João Goulart com a renúncia de Jânio, que projetou nacionalmente Brizola. Assumiu, como governador de um estado do extremo sul, a causa da posse de forma pública e destemida, enfrentando o veto militar por meio da Rede da Legalidade, que envolvia mais de uma centena de emissoras do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. O movimento mobilizou amplos setores civis e militares dispostos a repetir a façanha da Revolução de 1930. Diante da ordem do ministro da Guerra para pôr fim ao movimento, o comandante do III Exército foi ao Palácio Piratini não para prender Brizola, mas para manifestar sua adesão. Foi destituído de suas funções, mas comunicou aos superiores hierárquicos que se o novo comandante viesse assumir seu lugar em Porto Alegre seria preso. O desenlace do movimento, no ponto alto de sua tensão político-militar, só encontrou saída na negociação conduzida por Tancredo Neves: os militares aceitariam que Jango assumisse como presidente num sistema parlamentarista. A frustração de Brizola diante do acordo o levará a uma maior radicalização ideológica e, em novembro de 1961, foi um dos articuladores da Frente Nacional de Libertação, que congregava as forças políticas antiimperialistas.

Da liderança esquerdista à provocação aos militares

Com a posse de Jango em 7 de setembro, Brizola explicitou sua discordância com a adoção do parlamentarismo por considerar que violava a Constituição. A instabilidade do parlamentarismo revelou-se, desde logo, com a renúncia do primeiro-ministro, Tancredo Neves, em junho de 1962; a inviabilidade política de San Tiago Dantas e Auro de Moura Andrade; e as dificuldades do novo chanceler Brochado da Rocha. Este tentou, sem sucesso, aprovar um projeto de lei que antecipava a data do plebiscito sobre o sistema de governo, mas renunciou, em setembro, sob a pressão do governador Lacerda. Sua renúncia provocou uma greve geral organizada pela CGT com o apoio dos setores militares nacionalistas. O Congresso cedeu, enfim, às pressões e estabeleceu a data do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, quando a opção pelo retorno ao presidencialismo venceu amplamente, restabelecendo os poderes de Jango.

Por sua vez Brizola, para não ser obrigado a se desincompatibilizar do governo gaúcho, decidiu concorrer a deputado federal pela Guanabara com o apoio da Aliança Trabalhista Socialista, formada pelo PTB e pelo PSB, e recebeu, então, a maior votação obtida por um deputado no Congresso Nacional**17**. Tornou-se o vice-líder do PTB na Câmara e assumiu nacionalmente a posição de "líder preeminente da esquerda radicall", pressionando o governo para que aprofundasse as "reformas de basee". Em 1962 liderou a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP) integrada pela CGT, UNE, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e por setores militares nacionalistas**18**.

As divergências entre Brizola e Jango foram se acumulando com a acusação de que este estaria conciliando com setores conservadores e imperialistas. E se aprofundaram com as negociações entre o governo brasileiro e a American and Foreign Power Co. (Amforp) para a compra de bens americanos no Brasil por um valor considerado exorbitante pelos setores nacionalistas mais radicais. Brizola avisou que a conclusão do acordo produziria a ruptura das forças nacionalistas de esquerda com o governo federal e acusou os ministros da Guerra, da Fazenda e da Indústria e Comércio de "traidores dos interesses nacionaiss".

Sua radicalização foi se intensificando para atingir o limite da provocação política. Em comício, em Natal, afirmou ser necessário "colocar mais fogo na fogueira e aumentar a pressão contra o Congresso para conseguir a aprovação das reformas indispensáveis à vida brasileiraa" e, aludindo ao general Murici, comandante local, acusou-o de "gorila e golpistaa". Em meio a essa radicalização crescente San Tiago Dantas fez um pronunciamento em que lançou a tese das duas esquerdas: a "positivaa" e a "negativaa". Identificando-se com a primeira, acusou Brizola de, por seu extremismo, assumir atitudes "negativass" para o desenvolvimento econômico e político do país. Fracassado o Plano Trienal, a reforma ministerial concede a presença de um representante da esquerda radical para a pasta da Educação, o deputado Paulo de Tarso dos Santos.

Diante da decisão do STF de manter a inelegibilidade dos sargentos para cargos legislativos, estes se sublevaram em Brasília. A rebelião foi dominada, mas o comandante do II Exército, Peri Bevilacqua, pôs mais lenha na fogueira, condenando a rebelião e atacando as organizações sindicais ligadas à CGT. Em resposta, esta, a FPN e a UNE repudiaram as declarações do general e defenderam o direito de eleição dos sargentos. Brizola estava entre os signatários do documento. A crise se aprofundou em outubro quando Jango solicitou a decretação de estado de sítio para poder intervir na Guanabara, mas a Frente de Mobilização Popular, convocada por Brizola, repudiou-o, embora apoiasse as medidas contra Lacerda.

Cabe uma referência às relações do PCB com Brizola face à reconversão democrática da cúpula do partido. Essa mudança está associada ao processo político que decorre do suicídio de Vargas. Diante do "impacto da reação popular ao agosto de 54, quando fazia cerrada oposição a Vargas, o partido assume a participação política pelos canais representativos e empunha a bandeira da democracia formall". No entanto, a atitude do PCB com relação a Brizola é ambígua: embora Prestes considerasse Brizola desde 1962 "a principal liderança popular de entãoo", os especialistas mostram que "há uma notável divergência entre as posições crescentemente agressivas de Brizola e a assunção da democracia por parte da direção do PCB. Tal divergência se acentua no processo de radicalização que redunda no golpee"**19**.

Com a renúncia do ministro da Educação, em outubro, a FMP rompeu com a política de conciliação do governo, denunciando sua hesitação em implementar uma política popular. Brizola, por sua vez, lançou, através de rede nacional de emissoras de rádio, os "Grupos dos Onzee" para lutar pela implantação das reformas de base e a "libertação do Brasil da espoliação internacionall"**20**. Todo esse processo radicalizado, inclusive pelas divisões internas da esquerda, desembocou no comício de 13 de março para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base. Na ocasião, na presença do presidente da República, Brizola questionou em seu discurso: "Se os poderes da República não decidem, por que não transferimos essa decisão para o povo, que é a fonte de todo o poder??" O desenlace desse processo de radicalização provocativa – como se não houvesse risco de intervenção dos militares diante do propalado "esquema militarr" de sustentação ao governo – será o golpe militar de 1964 e 21 anos de ditadura.

O exílio uruguaio e a reconversão socialdemocrata

Durante os dois primeiros anos Brizola articulou conspirações contra a ditadura militar. Essas ações insurrecionais desconectadas fracassaram por diferentes razões. O governo militar sempre pressionou o governo uruguaio para expulsar Brizola. Este decide confiná-lo, de 1965 até 1971, na cidade balneária de Atlântida. A partir de 1967, a avaliação de Brizola era de que o regime militar estava consolidado e abandona, então, as ações armadas, inclusive as ligações com Cuba, embora ainda rompa politicamente com Jango, denunciando as articulações da Frente Ampla com Lacerda e JK.

A fase politicamente mais importante do exílio começou com sua expulsão pelo governo uruguaio, em setembro de 1977, sob a alegação de que violara as normas de asilo. Sua ida para Nova York foi legitimada pelo governo de Carter em nome de uma política de direitos humanos. Essa mudança foi marcante para a evolução política de Brizola e sua visibilidade internacional: "Reconciliou-se com o governo dos Estados Unidos, reconhecendo erros recíprocos do passado e declarando-se socialdemocrata e ocidentalista, como um político qualquer da civilizada Europa do Centro-Nortee"**21**.

Sua mudança para Lisboa no início de 1978 aproximou-o do primeiro-ministro socialista Mário Soares e viabilizou sua circulação nas reuniões da Internacional Socialista. O radical Brizola transformava-se, pouco a pouco, num respeitável socialdemocrata europeu que se preparava para retornar a seu país com um novo projeto político. Brizola promoveu, em Lisboa, uma primeira reunião de trabalhistas e socialistas brasileiros de diversas origens ideológicas (trabalhistas, socialistas, cristãos e marxistas sem partido) e oriundos do México, da Argélia e da Europa para discutir a formação de um novo PTB à luz da nova realidade internacional. A partir de sua ida para o Hemisfério Norte, Brizola desenvolve contatos com exilados brasileiros em várias partes do mundo. Estabelece em Portugal uma espécie de base para encontros com personalidades políticas internacionais, viaja para França, Suécia e Alemanha: "Como resultado desses contatos, Brizola acaba por ser convidado a tomar assento, como representante do Brasil, na Internacional Socialista, inicialmente como observador e depois como membro efetivo daquela instituiçãoo", da qual participavam Brandt, Mitterrand, Soares, Gonzáles, Palme. Tal reconhecimento político reforçou em Brizola "sua posição de democrata vocacionado para questões sociais, sem comprometimento, por outro lado, com o marxismo ou com as teses revolucionáriass"**22**.

Em abril de 1979 Brizola encaminhou o requerimento do registro do partido acompanhado de manifesto e programa. Em junho de 1979 realizou-se o Encontro de Trabalhistas do Brasil

com Trabalhistas no Exílio com o objetivo de discutir a reorganização do PTB. Brizola defendeu que "o novo trabalhismo brasileiro contempla a propriedade privada condicionando seu uso às exigências do bem-estar social, a intervenção do Estado na economia como poder normativo e uma nova proposta sindical baseada na liberdade e autonomia sindicaiss". Tudo isso convergindo para a "sociedade socialista democráticaa" e que no Brasil "o caminho do socialismo passa pelo PTBB". Apesar das disputas sobre o perfil ideológico do novo partido, segundo um dos atores do processo, "o encontro de Lisboa demarca uma visão. Incorpora-se a idéia de socialismo democrático que Brizola conseguiu ainda transformar em trabalhismo. O trabalhismo como versão e caminho brasileiro para o socialismoo"**23**.

A volta

Com a anistia, Brizola retornou ao Brasil pela tríplice fronteira da Foz do Iguaçu (PR), em 6 de setembro de 1979. Na data da Independência discursou em São Borja diante do túmulo de Getúlio e seguiu para o Rio de Janeiro, onde foi recepcionado por seus seguidores. A escolha da antiga capital federal como centro de sua atividade política tem um sentido ambíguo: resgata, por um lado, sua própria biografia política associada à consagradora votação que recebeu como deputado federal antes do golpe militar; e representa, por outro, uma opção nostálgica de rememorar um espaço político que perdeu sua centralidade do passado**24**.

Esses fatos buscaram restabelecer os elos políticos com a memória de um passado interrompida brutalmente pelo golpe militar, trazendo em seu novo ideário a herança fragilizada da socialdemocracia em crise**25**. Era o reencontro de um personagem que trazia a memória reelaborada pela longa experiência do exílio para um país que havia também mudado profundamente. As sociedades brasileira, chilena e argentina, sob as ditaduras, com graus diferenciados de repressão e censura, sofreram os efeitos desagregadores dos regimes autoritários e buscaram novos caminhos nos espaços conquistados ou concedidos por suas transições políticas.

No caso brasileiro, a "dictablandaa"**26**, que permitiu o funcionamento restrito mas efetivo de algumas práticas políticas proibidas nos vizinhos do Cone Sul (eleições, partidos e Congresso), criou espaços para a ação da Igreja, com um discurso progressista e comprometida com os direitos humanos e sociais; a reorganização do sindicalismo através de novos espaços de luta, especialmente no ABC paulista; o rearranjo partidário e o surgimento de novos partidos, em particular o processo que deu origem ao PT, articulando novos setores sociais e aglutinando tendências político-ideológicas dispersas, sob a liderança de Lula. Mas, como em política os espaços vazios são ocupados, Brizola encontrou para seu projeto partidário vários obstáculos no campo da própria esquerda: de um lado, os setores que se encontravam abrigados no MDB, ligados ou não ao PCB, que se mantiveram no PMDB e viam no "brizolismo o fantasma do passado que precisavam exorcizar do cenário político brasileiroo"; de outro, os setores que se abrigaram no PT (ou em partidos mais radicais), que reunia boa parte da sociedade civil e dos intelectuais e via no "brizolismo a encarnação do passado com o qual pretendiam romperr"**27**.

Com a extinção do bipartidarismo, Brizola retomou a reorganização do PTB, lançando-o oficialmente em Cruz Alta (RS) em 15 de dezembro. Em maio de 1980 o TSE votou a concessão da legenda em favor do grupo trabalhista de Ivete Vargas. Diante do impacto da decisão, Brizola a denuncia como manobra "golberianaa" e em maio realiza no Rio o Encontro Nacional dos Trabalhistas, ocasião em que foi sugerido o nome de Partido do Trabalhismo Democrático (PTD). Na assembléia dos fundadores, porém, ficou decidido que a legenda seria Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O projeto político de Brizola, apoiando-se, como no passado, numa estrutura partidária, estava claramente direcionado para um alvo maior: a Presidência da República. A questão que se colocou desde logo era: qual seria o alcance político nacional do brizolismo? A imagem do esquerdista radicalizado e do organizador de ações guerrilheiras ficou no passado e surgia agora a figura do novo líder adaptado às exigências da redemocratização em curso que trazia como capital as experiências acumuladas, a maturidade política e o reconhecimento internacional. Era indiscutivelmente, no vazio das lideranças nacionais exiladas, o mais qualificado a aspirar ao papel de estadista. No entanto, os limites nacionais do brizolismo, com uma implantação regionalizada, acabaram frustrando suas ambições.

Novamente escolhe o cenário político do Rio de Janeiro para reconstituir sua força político-eleitoral e estabelecer as bases para seu objetivo maior. Sua candidatura, em 1982, à sucessão de Chagas Freitas foi aceita "para oferecer uma alternativa verdadeiramente democrática ao povo fluminensee", considerando-se "o único representante da oposição autêntica, sem cumplicidadess". Eleito, realiza um governo em que retoma as velhas prioridades do passado: com Darcy Ribeiro implanta os CIEPs, destinados à educação em

tempo integral das crianças das áreas periféricas. Mas, no debate nacional, reluta em retomar o tema da "reforma agráriaa", porque o considera carregado de conteúdo ideológico, e não consegue fazer avançar o sindicalismo baseado na autonomia sindical. Aproveitando a visibilidade e o bom desempenho de seu primeiro governo, candidata-se em 1989 à Presidência da República. Este foi o momento em que esteve mais próximo de seu objetivo, mas foi derrotado por Lula na disputa pelo segundo turno com Collor.

A partir dessa derrota, começam a declinar suas possibilidades devido às limitações nacionais da implantação do PDT, do personalismo do seu presidente e dos conflitos internos do partido. Retorna em 1990 ao governo do Rio de Janeiro, cujo desempenho foi menos reconhecido pela população carioca, mas lança-se à Presidência em 1994, obtendo 3,18% dos votos, e, em 1998, diante da inviabilidade eleitoral de sua candidatura, volta à astúcia: decide associar-se como candidato a vice na chapa encabeçada por Lula. Fica claro, ao final dessas sucessivas tentativas frustradas, o real limite de seu projeto político diante de novas forças oposicionistas em ascensão.

Epílogo

Morreu solitário o líder em declínio. A herança do brizolismo corre o risco de se desagregar pelos conflitos internos entre os potenciais herdeiros políticos. Esse foi também o destino do segundo peronismo. Encerra-se agora, de fato, o ciclo do varguismo com o desaparecimento do último líder com visibilidade nacional. Enquanto estava vivo sua capacidade de recuperação política surpreendia a todos: "Diversas vezes a morte do brizolismo foi anunciadaa", mas "como que magicamente Brizola retornou, após cada uma dessas ocasiões, retomando o tom combativo e polêmico que sempre foi a sua marcaa". Não se pode deixar de reconhecer num olhar retrospectivo que "a história da Nação confunde-se com a tradição trabalhista (daí a Carta Testamento de Vargas e a obra de Pasqualini funcionarem como documentos fundadores). Tradição de um passado irrealizado, mas que, de qualquer modo merece ser evocado, pois seu fracasso deveu-se a forças poderosíssimass"**28**.

Brizola já havia compreendido, com o declínio eleitoral pós-eleição presidencial de 1989, que seu projeto nacional estava se esgotando. Jogou sua última carta aliando-se ao PT, convencido de que o PDT havia cumprido seu ciclo e seria sucedido pelo PT. Diante do túmulo de Getúlio, Brizola passou pública e simbolicamente o bastão a Lula**29**.

Após a eleição presidencial de 2002 – em que apoiou Lula no segundo turno tal como o fizera em 1989 –, iniciou uma campanha de críticas ao governo eleito cobrando ações coerentes dentro de sua perspectiva política. Impotente diante dos fatos, optou pela solidão amargurada, aprofundando seu isolamento político. Mas ao que tudo indica estava ainda negociando o último atalho que restava ao guerreiro cansado: a disputa da prefeitura do Rio em 2004. Ao sair da cena inesperadamente para entrar na História, o destino permitiu que o impacto de seu enterro, como no suicídio de Getúlio, provocasse uma retribuição simbólica a um grande líder da história republicana. A morte real e solitária o poupou talvez da dolorosa morte política que ele não mereceria por sua trajetória de lutas e de coerência política.

A "teoria dos ciclos partidárioss"**30**, fruto da intuição de Brizola sobre o esgotamento do partido que consumiu suas melhores energias políticas, já era uma morte anunciada. Se o brizolismo estava em crise, esta se aprofundará com o desaparecimento do personagem político Brizola, que, por sua perspicaz capacidade crítica – com erros e acertos –, sempre foi uma referência respeitada por gregos e troianos, e certamente a cena política brasileira se empobrecerá.

Notas:

1 - Os termos referem-se aos dois governos republicano-positivistas de Júlio de Castilhos, autor a Constituição de 1891 e primeiro presidente do estado do Rio Grande do Sul (1891-1897), e a Borges de Medeiros, que o sucedeu por um longo período (1898-1907 e 1913-1927).

2 - Os Estatutos de 1922 definiram a Escola de Engenharia como Universidade Técnica, organizada por positivistas religiosos e professores de matemática do Colégio Militar, a qual articulava todos os níveis de ensino: primário, técnico, ginasial e superior.

3 - HASSEN, M.N.A. e FERREIRA, L.M., *Escola de Engenharia – UFRGS – Um Século*, Tomo Editorial, 1996, p. 24.

4 - As três vertentes formadoras do PTB gaúcho foram: a sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmático-getulista. Mais detalhes ver BODEA, M., *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*, Editora UFRGS, 1992, p. 20-31.

5 - Ver TRINDADE, Hélgio, "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974))", *in* CARDOSO, F.H. e LAMOUNIER, B., *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Paz e Terra/Cebrap, 1975, p. 153-204.

6 - BODEA, M. *Op.cit*., p. 95.

7 - "Defendê-lo (...) tornara-se difícil inclusive para os getulistas (...) face à maré de denúncias que a hábil audácia do jornalista Carlos Lacerda, porta-voz da direita liberal, jogava contra ele: o Palácio do Catete é um mar de lama...." *i*n TAVARES, F., *O Dia em Que Allende Matou Getúlio*,
Record, 2004, p. 22.

8 - Instaurou-se um Inquérito Policial Militar (IPM), com sede na Base Aérea do Galeão, sob o controle do Estado Maior da Aeronáutica, cognominado de "República do Galeãoo", com autonomia total com relação aos poderes constituídos: "Só a paixão política guiava a 'República do Galeãoo': a paixão do antigetulismoo". Mais detalhes ver TAVARES, F. Op.cit., p. 64-98.

9 - Ver BELOCH, I. e ABREU, A. (Coord.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (1930-1983), FGV, v. 1, p. 489.

10 - Brizola teve o apoio também do pequeno Partido Republicano (PR), que acolhia os candidatos comunistas.

11 - O PRP já havia apoiado Brizola na malograda eleição para a prefeitura em 1951. Na aliança para o governo do estado, a vaga para o Senado foi do integralista Guido Mondin, eleito também com maioria dos votos.

12 - Ver TRINDADE, H., *Integralismo: o Fascismo Brasileiro dos Anos 30*, Difel, 1974.

13 - Os principais assessores de Brizola fizeram o diagnóstico: além de Accurso, com "Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do RSS", Boletim da Assembléia Legislativa, n. 16, 1965; Paulo Schilling, *Crise Econômica no Rio Grande do Sul*, Difusão da Cultura Técnica, 1961; e o escritor Franklin de Oliveira, *Rio Grande do Sul – Um Novo Nordeste*, Civilização Brasileira, 1961.

14 - 1. Educação popular; 2. Saúde pública, abastecimento e saneamento; 3. Política social (habitação popular); 4. Política agrária; 5. Política econômica, cooperativismo; 6. Industrialização, industrias básicas; 7. Energia elétrica, carvão; 8. Transporte e armazenagem; 9. Comunicações; 10. Organização e planejamento. Ver CANEPA, M.L., *Partidos e Representação Política: a Articulação dos Níveis Estadual e Federal no RS (1945-1965)*, UFRGS, 2001 (Cap. VII – "Campanha eleitoral de 1958 e o governo Brizolaa"), p. 236-311.

15 - Foram construídas: 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais. BANDEIRA, M., *Brizola e o Trabalhismo*, Civilização Brasileira, 1979, p.59.

16 - Para transformá-la em empresa mista, com 25% das ações da ITT, 25% do governo do estado e 50% dos usuários.

17 - O prestígio de Brizola era tal que teve 269 mil votos com uma curta e intensa campanha eleitoral.

18 - Mais detalhes ver BELOCH, I. e ABREU, A. *Op. cit.*, p. 491.

19 - SENTO-SÉ, J.T., *Brizolismo: Estetização da Política e Carisma*. Editora FGV, 1989, p. 91.

20 - Embora na prática a organização nunca tenha tido um funcionamento efetivo, o movimento pretendia ter o seu "braço armadoo" com a simpatia do Comando Nacional dos Sargentos e da Associação dos Marinheiros.

21 - Citação do artigo do jornalista Carlos Castelo Branco do *Jornal do Brasil de 25/9/1977*, *inOp. cit*., p. 493. BELOCH, I. e ABREU, A.

22 - O depoimento mostra que "ele soube aproveitar muito bem o espaço vazio que existia (...) a partir da transformação pela qual a Internacional estava passando e a vontade de abrir um lugar para o Brasil. Isso também era importante para a Internacional. Ter um país de peso da América Latina era crucial para eless". SENTO-SÉ, J.T. *Op. cit*., p. 72.

23 - Vide BELOCH, I. e ABREU, A. *Op. cit.*, p. 494.SENTO-SÉ, J.T. *Op. cit.*, p. 95.

24 - É bem verdade que Brizola sempre valorizou, com razão, a vocação política do Rio de Janeiro "como o tambor do país, sua vanguarda política e culturall" e que "provavelmente teve enorme repercussão junto à população de uma cidade que, depois de muitas décadas como capital federal e centro decisório nacional, viu seu prestígio e influência decaírem lenta mas progressivamentee". SENTO-SÉ, J.T. *Op. cit.*, p. 343.

25 - Os governos socialdemocratas de Mitterrand, na França, eleito em 1981, e os de Soares e Gonzáles, na Península Ibérica, chegaram ao poder tardiamente, em pleno declínio dos modelos mais avançados da Europa Central e Nórdica, cujo exemplo mais incisivo foi o governo conservador de Margareth Thatcher na Inglaterra.

26 - Termo usado por Phillippe Schmitter para caracterizar a ditadura brasileira diante das outras do Cone Sul.

27 - Ver instigante texto sobre o brizolismo, trabalhismo e populismo *in* SENTO-SÉ, J.T. *Op. cit*., p.183-195.

28 - SENTO-SÉ, J.T. *Op. cit.*, p. 293 e 155.

29 - Testemunhei em São Borja, durante a campanha eleitoral de 1998, as palavras pronunciadas por Brizola junto ao túmulo de Getúlio, rodeado por dirigentes de ambos os partidos e a presença emocionada de Lula.

30 - Idéia desenvolvida por Brizola informalmente em jantar de que participei, em Santana do Livramento, após comício da campanha eleitoral de 1998, com a presença de dois petebistas históricos: Sereno Chaise e Matheus Schmidt.

***Hélgio Trindade** é professor titular de ciência política, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes/MEC)

***

~~Era Lula prova que "farra fiscal" representa sinônimo de desenvolvimento nacional~~

Cesar Fonseca em 30/12/2010 – www.independenciasulamericana.com.br

Lula garantiu o consumo das massas e fez a revolução social democrática avançar com o aumento da arrecadação que alavancou os investimentos e fez a alegria dos empresários. Demonstrou que para haver investimento tem que haver consumo. Inverteu a lógica seguida pelo pensamento neoliberal bancocrático de que investimento puxa consumo, quando, na verdade, como demonstra a própria história brasileira, produz insuficiência de consumo. Este, sobretudo, depende de distribuição da renda. O mandamento espiritualista de Sócrates de que é preciso dividir para multiplicar porque a metade é maior do que o todo dominou a cena econômica nacional, abrindo nova perspectiva histórica, que será, certamente, ampliada na Era Dilma, cujo compromisso é seguir adiante

com o lulismo econômico para eliminar a miséria. O heroi, que, segundo Hegel, é a pura contradição em termos, cai nos braços das donas Lindus brasileiras.

Os estados, como destacam os assessores econômicos do Ministério da Fazenda, não cumpriram a meta fiscal, inicialmente, prevista, para que houvesse, no final do ano, um superavit primário(receita menos despesas, excluindo o pagamento dos juros) de 3,3% do PIB. Cairia, na verdade, esse percentual para 3,1%, podendo retroceder para 2,5% do PIB. Por que? Claro, porque em vez de economizar para pagar juros aos banqueiros, como tem sido a norma, na economia brasileira, dominada pelo pensamento neoliberal bancocrático, nos últimos vinte anos de Nova República jurista, os governadores tiveram que cumprir o mandamento da melhor distribuição da renda, expressa em valorização do salário mínimo. Os gastos com previdência se elevaram, bem como os programas sociais, da mesma forma, cresceram, tendo tudo, como resultado, maior volume de renda disponível para o consumo, cujo resultado foi, naturalmente, maior volume de arrecadação, que produziu mais investimentos, emprego etc. A farra fiscal, portanto, é o desenvolvimento nacional. No segundo mandato do presidente Lula, mais , especificamente, a partir de 2008, ocorreram reversões nos mandamentos neoliberais, que tinham como profissão de fé taxar de déficit o que era superavit e o que era superavit de deficit. Aumentar salários e investimentos das empresas estatais sempre foram considerados custos e não rendas. Evidentemente, sendo a renda do trabalhador custo e o que o empresário busca é redução de custo para maximizar os lucros, combater a inflação, em nome da redução dos gastos e dos custos, signfica. do ponto de vista neoliberal, arrochar a renda nacional, para que, evidentemente, sobre mais recursos para pagar os credores. Se os governadores e prefeitos pagam mais salários, por conta da redistribuição melhor da renda nacional, não terão, certamente, volume crescente para economizar, a fim de transferir a parte do leão para os bancos, porque ela passou a ser comida pela trabalhadores, via consumo. Mais consumo-arrecadação, por sua vez, representou maior transferência de recursos da União para Estados e Municipios. Comprovou-se que os aumentos das rendas dos miseráveis não mataram os cofres públicos, mas engordaram-nos. Assim, os estados não puderam cumprir com a meta fiscal. O que fará o governo?

Resgate do Nordeste

O Nordeste, na Era Lula, vira atrativo maior dos investidores. O dinheiro no bolso do pobre faz a alegria do nobre. A circulação da riqueza, a partir da pobreza saciada em sua fome, gira, evidentemente, a arrecadação, porque em cada parada da mercadoria consumida, a receita federal arrecada 40% de imposto. Se o dinheiro que compra uma lata de óleo de soja, com o cartão do programa Bolsa Família, gira quatro, cinco vezes, em cada etapa da circulação da mercadoria comprava-se o mandamento socratiano. Haja votos para garantir esse mandamento que inverte a lógica dos egoístas, que acham que cortar gastos representa economizar, e não o contrário.

O governo, diante do não cumprimento , pelos estados, das metas fiscais, descontará, certamente, logicamente, o que não foi economizado, deduzindo dos investimentos especificamente as dotações do chamado PPI(obra de caráter priortitário classificadas no Projeto Piloto de investimento, constante do Programa de Aceleração do Crescimento). Em outras palavras, o governo descarta considerar o que vai para investimento como deficit, porque, afinal, se as empresas governamentais – como as privadas – investem é porque o capital investido terá retorno seguro em forma de lucros ascendentes. Não foi isso que aconteceu com a Petrobrás?

O mesmo representam os investimentos da Eletrobrás. Da mesma forma, os investimentos do PAC em construção da infraestrutura nacional não podem ser considerados deficits porque seu resultado será o desenvolvimento expresso em empregos, consumo, arrecadação e mais investimentos, etc. Somente na cabeça mecanicista de tesoureiros de bancos credores o conceito de deficit pode ser encaixado. Nessa caixola, investimento público não é processo de geração de renda, apenas, de custo. Essa filosofia foi disseminada na periferia capitalista, principalmente, depois da crise monetária dos anos de 1980. Em 1979, atolados em deficits, que perigavam a saúde do dólar, os Estados Unidos subiram os juros, de 5% para 17%, enxugando a base monetária dolarizada que vinha inchando desde o final da segunda guerra mundial, com a disseminação dos eurodólares, dos nipodólares, dos petrodólares etc cujos efeitos foram elevar as tensões inflacionárias. Os países periféricos, devedores em dólares, estouraram o caixa e tiveram, naturalmente, que se submeterem ao novo conceito de contabilidade estabelecido pelo Consenso de Washington, administrado pelo FMI, em nome do governo americano, todo poderoso no comando do unilateralismo global, depois da derrota definitiva do socialismo soviético, que estourara com a derrubada do Muro de Berlim. Washington convocou seus ideólogos, como Fukuyama, para dizer que a história havia acabado, que , enfirm, o neoliberalismo triunfara, definitivamente. Não levara em conta as contradições do que colocara em marcha, ou seja, a pura especulação financeira, como instrumento de reprodução capitalista, que estouraria o sistema, tempos depois, precisamente, em setembro de 2009.

Esperança popular

A popularidade beirando a casa dos 100%, registrando recorde mundial, como destacam as pesquisas, demonstra que Lula pode jogar, tranquildamente, no plano internacional como o promotor da integração econômica da América do Sul, que é um grande Nordeste com sede de consumo, para dinamizar o continente, tornando-o ponto de atração universal dos investidores, de agora em diante. O melhor lugar para ele, certamente, é ser o embaixador da Unasul na ONU e no G-20, para jogar o peso político de sua história no resgate da exploração colonial sul-americana, ajudando a transformar a América Latina em uma só nação desenvolvimentista, para tirar a economia mundial do buraco deflacionário em que se encontra. O jogo é matar a fome no mundo, onde dos 6 bilhões de habitantes, cerca de 2 bilhões ainda ganham 2 dólares furados por dia.

A periferia capitalista entrara, a partir dos anos de 1980, de forma impositva, nos mandamenos washingtonianos , fixados nos conceitos dos crescimentos potenciais das economias subordinadas ao dólar. Não poderiam crescer além de determinado patamar para não cair nas tensões inflacionárias. Os conceitos de metas fiscais, superavit primáro e câmbio flutuante viraram estado da arte a partir de modelos econômicos e monetários fictícios, como se previamente dados pela realidade cujo

movimento é o da pura transformação dialética e não meramente mecânica. Os superavits primários, por exemplo, constituiram-se em determinações cujas essências foram as de dividirem os orçamentos públicos em gastos financeiros e gastos não financeiros. Os ajustes fiscais teriam que ser realizados, tão somente, em cima dos orçamentos não financeiros, jamais sobre os orçamentos financeiros. Aqueles representam, naturalmente, o cotidiano da vida social – os gastos com saúde, educação, segurança, infraestrutura etc. Já estes correspondiam as despesas com juros e dividendos para os banqueiros. No dinheiro da bancocracia não poderia jamais ser exercitado o contingenciamento de despesas, enquanto sobre todas as demais rubricas orçamentárias a tesoura comia forte. Tal determinação virou, inclusive, mandamento constitucional, conforme dispõe o artigo 166, parágrafo terceiro, ítem dois, letra b da Constituição. Aí está fixado que não se pode contingenciar os gastos com pagamento dos servidos da dívida. O resto pode entrar na faca. Privilégio constitucional concedido por uma classe política que se rendeu aos banqueiros, enquanto traia o eleitorado, em nome do ajuste fiscal anti-democrático, pois batia de frente com as determinações das garantias sociais, estabelecidas pelo art. quinto. O jogo do ajuste fiscal, portanto, é puramente dado pelas correlações de forças políticas, no Congresso, favoráveis, durante à Nova República, aos interesses dos poderosos banqueiros, que, em 2010, receberão, só de juros, cerca de 180 bilhões de reais! O presidente Lula começou a contrariar essa onda bancocrática, quando deixou de considerar como deficit a valorização do salário mínimo, que os governadores , especialmente, dos estados mais pobres do Nordeste, destacavam ser impossível de serem suportados. A região mais pobre do Brasil, depois da experiencia, lulista passou, no entanto, a atrair os investidores. Afinal, o povo consumindo mais, melhor para os investidores. O que o empresário mais deseja na vida, senão consumidores? Da mesma forma, contrariados ficaram os banqueiros , quando Lula deixou de considerar como deficit investimentos das empresas estatais.

Base política fundamental

O poder sindical chegou ao topo com Lula e vai continuar com Dilma. A possível chegada do deputado sindicalista Marco Maia(PT-RS), na presidência da Câmara dos Deputados, como fruto de uma articulação PT-PMDB, aprofunda o discurso da distribuição, levando a relação capital-trabalho a um novo conceito de desenvolvimento, na linha de Socrates. Lula, no contexto histórico, é a chegada do trabalho ao comando do Estado nacional, dividindo essa responsabilidade com o capital, que, até então, mandava no destino do país, com uma visão patrimonialista, inaugurada em terras brasilis com a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500. A nova correlação de forças políticas no Congresso é o sinal dos tempos de mudança dialética que exigirá, no seu rastro, a democratização dos meios de comunicação, alterando, qualitativamente, os termos da informação, hoje, dominanda por uma elite conservadora e reacionária, responsável pelo atraso educativo no Brasil.

Se as empresas privadas investem para ter lucros, por que o conceito , também, não valeria para as empresas públicas. Ressalte-se que José Serra, já no Governo FHC, defendia o que Lula praticaria mais adiante. Enquanto os banqueiros e seus porta-vozes economistas neoliberais, com amplo trânsito na grande mídia, espalhavam que avançava a farra fiscal, quanto

mais as mudanças de conceitos eram operadas, mais se elevavam o consumo, nas regiões mais pobres, que passaram a atrair os investidores. Os próprios banqueiros entraram em contradição. O Banco Asteca, mexicano, destacou que o lulismo econômico representou razão principal de sua decisão de espalhar agências bancárias pelo Nordeste. Ou seja, a farra fiscal era puro desenvolvimento nacional. Na medida em que sobram menos recursos para pagar os juros aos bancos, mais consumo interno alavancou os investimentos. Santa farra fiscal! A arrecadação tributária aumentou não porque a carga de tributos, na Era Lula, aumentou, relativamente, à Era FHC, mas porque mais consumo transformou-se em propulsor da arrecadação etc. O jogo se intensificou na grande crise, quando Lula dobrou as apostas no consumo interno, algo que já entrou para a história econômica da América do Sul. Os fiscalistas neoliberais, agora, destacam ser necessário ajuste drástico para evitar que a inflação saia do controle. O problema é que o grande ajuste foi disparado contrra os interesses deles, na medida em que a distribuição melhor da renda entrou em cena, reduzindo os excedentes, valorizando a moeda e, claro, diminuindo as pressões inflacionárias, em termos relativos. Com a promessa política de Dilma Rousseff de acabar com a miséria, o jogo do aprofundamento da divisão dos bônus da riqueza em proporção maior para os miseráveis representará, evidentemente, menores superavits primários, ou seja, recursos para pagar os juros da dívida pública interna, relativamente, ao que se passava nos tempos neoliberais esquizofrênicos, em que se chegou a reservar mais de 5% do PIB para a bancocracia. Em 2010, esse percentual caiu para 2,7%. Em 2011, certamente, cairá para 2%. No final do governo Dilma, no rítmo da remoção da miséria, poderá ficar em zero por centro, por que não? Pela lógica apresentada pelo lulismo econômico, o reverso da medalha se expressaria em maior satisfação do povo, com mais renda disponível para o consumo, que, efetivamente, combate à inflação, na medida em que leva os empresários a investirem mais, para dar conta da demanda em ascensão. Os preços relativos caem, como demonstra a experiência alcançada nos países capitalistas desenvolvidos, comandados pela social-democracia. A modernização capitalista tem como expressão exata, como representou a experiência americana, japonesa e européia, depois da segunda guerra mundial, a melhor distribuição da riqueza. Evidentemente, ficaram ricos, explorando os mais pobres. Estes, agora, como integrantes dos emergentes, que

salvaram o capitalismo da bancarrota final, querem participar , também, do banquete global. Por que não? E como participariam, se tivessem que fazer os superavits primários que os banqueiros exigiram até agora, para enriquecerem, desmesuramente, às custas dos outros? Impossível. A roda da história segue adiante.

TRÊS ARTIGOS DO JUREMIR

Fonte - http://www.correiodopovo.com.br/opiniao/?blog=juremir%20machado%20da%20silva

Lulla ou Lula?

Uma época termina. Outra começa. Fim de ano. Começo de ano. Leitores me bombardeiam com e-mails. Alguns atacam com pequenas chantagens: "Por favor, não me decepciona..." Outros atacam com violência: "Seu porco comunista". Vamos refletir juntos. O que podemos dizer dos oito anos do governo do PT no plano federal? Foi o governo do PT ou de Luiz Inácio? Foi o governo de Lulla ou de Lula? A corrupção foi maior do que as realizações? Foi o governo mais corrupto de todos os tempos? A corrupção existente anula os avanços sociais? O mensalão foi para enriquecimento pessoal ou caixa dois de campanha? Eu, como qualquer ser humano normal, oscilei. Não perdoo o mensalão. O PT, que tanto cobrou ética, não podia ter cometido o menor deslize ético. Ao menos, caiu aquela máscara de santarrão que tornava o PT intragável.

Escrevi, durante muito tempo, Lulla. Fui o primeiro a fazer isso. Adepto da complexidade, capaz de entender que muitas coisas são antagônicas e complementares, compreendi que Luiz Inácio foi Lulla e Lula, governou com o PT, pelo PT e, quando necessário, sem o PT e até contra o PT. Quando Getúlio Vargas aumentou o salário mínimo em cem por cento, a direita enlouquecida apostou todas as suas fichas na crítica à corrupção vista como a maior de todos os tempos. Aprendi que quando os conservadores, acostumados a praticar corrupção e não combatê-la, recuam para o moralismo udenista é que um governo está avançando socialmente. Isso não absolve os corruptos. É uma questão de medida. O governo Lula não foi o mais corrupto de todos os tempos. Ficou na média nacional. Foi mais denunciado pela imprensa conservadora, a mesma que é mais comedida em denunciar quando os seus estão no poder.

Os ganhos sociais, embora não a justifiquem, foram muito maiores do que a corrupção. Partidos como PMDB, o rei do fisiologismo, PSBD, inventor da tecnologia do mensalão, e DEM, que levou o mensalão ao topo como fonte de enriquecimento pessoal, fizeram bem em cutucar o governo, apesar de absoluta falta de

legitimidade. Era o roto falando do descosido. Um morador de rua, leitor de jornais que pega no lixo, me disse assim: "O pessoal do Lula rouba, mas faz". Quem diria, Lula no lugar de Maluf! Falei isso para o mendigo. Ele riu: "Maluf fazia de conta que fazia. Fazia para os dele e dividia o bolo com eles". Pasmo, perguntei-lhe: "O que está fazendo aí?" Ele soltou um gargalhada: "Fiz poucas e boas". Enfiei a viola no saco. O Brasil melhorou. A taxa de crescimento econômico de 2010 foi chinesa. Ficamos livres do FMI. Os bancos das universidades de elite deixaram de ser usados só por brancos. Um operário provou competência e habilidade.
Luiz Inácio mostrou ser um gênio em inteligência emocional. Negocia como poucos. Não se intimida. Fala como todo acadêmico deveria falar. Desenrola. Insisto num ponto: os investimentos da Oi e da Gol na Gamecorp do seu filho Lulinha são o seu calcanhar de Aquiles. Nem isso, contudo, invalida o enorme avanço do seu governo. Dilma tem um grande desafio: dar um salto sem qualquer mancha de corrupção. A mídia conservadora está à espreita.

Postado por Juremir Machado da Silva - 03/01/2011 10:27

~~Comentários (9)~~ **~~Enviar~~** **~~Imprimir~~**

O neoliberalismo ficou velho e o papel do Estado se renovou

No final do século XX, há pouco mais de dez anos, era moda falar do fim da Estado.

O máximo era o Estado mínimo.

No Brasil, O PSDB quis encarnar essa ideia pelo caminho da racionalidade moderna.

O DEM e o PP trataram de cavalgá-la pelo atalho da velho egoísmo. Mama no Estado um dia e o ataca no outro.

Tudo parecia resolvido.

Na mídia, qualquer referência ao papel do Estado era bombardeada como anacronismo.

Os neoliberais jogavam no ataque, tinham o monopólio do insulto, patrocinavam a imprensa, cobravam a conta, davam as cartas, jogavam de mão e zombavam, com gel no cabelo e um charuto cubano no canto da boca, das utopias vencidas.

A última década do século XX foi tricolor.

A primeira do século XXI foi vermelha.

Lula ganhou as eleições, sentou-se no trono e ficou.

O Inter ganhou duas Libertadores e um Mundial.

Em 2008, o sonho neoliberal americano deu com os burros na água.

O Estado teve de entrar em campo para salvar bancos, fábricas de automóveis e empresas aéreas.

O mínimo que o Estado podia fazer era o máximo.

No Brasil, passada a vaga de corrupção, com o mensalão, inventado no governo tucano de Minas Gerais, o tsunami americano chegou como uma "marolinha", frustrando os que esperavam do pior o melhor, o fim da era Lula.

FHC havia deixado um rastro de esquemas sem investigacões, como a compra da emenda da reeleição, que lhe valeu um segundo mandato, revelada pelo jornalista Fernando Rodrigues, da Folha de S. Paulo, quando divulgou fitas em que deputados acreanos diziam ter recebido R$ 200 mil para apoiar a novidade, numa jogada agenciada por Sérgio Motta, ministro tucano das Comunicações e pau para toda obra nos bastidores do tucanato.

Cada um com seus podres. Lula teve o mensalão. FHC teve a "cota federal" da reeleição.

Ninguém superou o DEM de Brasília em mensalices.

O Estado mínimo foi para o saco (do marketing

superado).
Apesar das campanhas da mídia, especialmente da Veja e do Estadão, Lula melhorou o Brasil em quase todos os fundamentos (inflação, investimentos sociais, educação, crescimento do PIB, distribuição de renda, poder aquisitivo do salário mínimo, peso nas relações internacionais, crescimente de vagas no ensino superior e de universidades públicas) e elegeu Dilma, contrariando a ala pré-histórica do reacionarismo, liderada pelo vice de José Serra, Indio da Costa, que a acusou de ter sido guerrilheira e de querer matar criancinhas com a liberação do aborto.
Quase metade do Rio Grande do Sul tentou pegar essa onda ultrapassada.
O restante da população pulou fora e elegeu Tarso Genro no primeiro turno.
Agora é só esperar que Tarso comece pagando o piso salarial federal para o magistério.
E que Dilma libere os arquivos da ditadura.
Lula saiu por cima, dando uma banana para o fascismo italiano, e bancando a permanência de Battisti no Brasil.
Quem conhece a sua história, quem conhece os seus defensores, como a escritora Fred Vargas e o filósofo Bernard-Henri Lévy, que está longe de ser um esquerdista, sabe que o julgamento de Battisti foi uma armação.
Fim de papo.
Feliz 2011.
O Estado, no ponto certo, precisa continuar.
O caminho do meio é uma boa.
É por isso que eu moro no Bom Fim!
Postado por Juremir Machado da Silva - 01/01/2011 10:42 - Atualizado em 03/01/2011 09:32

~~Comentários (8)~~ **~~Enviar~~** **~~Imprimir~~**

As dez maiores realizações da Era Lula

A hora é de balanço.

Primeiro as dez maiores realizações positivas da era Lula:

1) Bolsa-família
2) ProUni
3) Criação de novas universidades federais
4) Manuntenção da política econômica de controle da inflação
5) Crescimento com distribuição de renda
6) Reuni (programa de ampliação de vagas e cursos noturnos nas universidades públicas
7) Enem
8) Incorporação das classes C e D ao mundo do consumo
9) Papel de protagonista na política internacional
10) Política de cotas

Dez aspectos negativos do lado Lulla do Lula:
1) Mensalão
2) Permanência dos juros altos
3) Falta de condenação aos atentados aos direitos em países com o Irã
4) Alianças espúrias
5) Tratamento aos aposentados e manunteção do fator previdenciário
6) Não realização de reformas estruturais como a tributária e a política
7) Não ter aberto os arquivos da ditadura militar
8) Não ter levado adiante um projeto de descriminalização do aborto
9) Ter sido mãe dos banqueiros, que ganharam dinheiro como nunca
10) As relacões duvidosas do filho Lulinha com a Oi

Conclusões:
1) Lula entra para a história como o melhor presidente brasileiro depois de Getúlio
2) Consagra-se ao ter eleito Dilma Roussef para sucedê-lo
3) Seu principal inimigo foi a mídia conservadora
4) Para mudar um pouco é preciso entregar mais do que

um dedo
5) Doutores governam para a turmas dos camarotes; um operário governa para a plebe, mas não pode deixar de fazer agrados aos de cima ou simplesmente fica sem poder
6) O homem acusado de não dominar a língua tirou de letra. É o nosso maior comunicador depois do Chacrinha
7) "Nunca na história deste país" o Brasil mudou tanto sem autoritarismo
8) Os números do governo Lula fazem de jornais como o Estado de S. Paulo e de revistas como Veja meros e simplórios veículos partidários, defensores de interesses regionais e porta-vozes ideológicos do conservadorismo
9) Os evidentes erraram tudo
10) O pior e o melhor podem ser antagônicos e complementares
Postado por Juremir Machado da Silva - 31/12/2010 10:12 - Atualizado em 02/01/2011 09:24

~~Comentários (17)~~ **~~Enviar~~** **~~Imprimir~~**

Aula de economia no Esfera Pública

Taline Oppitz e eu recebemos todo dia, no programa Esfera Pública, das 13 às 14 horas, na Rádio Guaíba, alguma fera da cultura, da economia ou, principalmente, da política.

Nesta quinta-feira, apagar das luzes do ano de 2010, recebemos o professor de economia da PUCRS, Leandro Lemos. Meu colega. Ele deu um banho. Esmagou cada argumento dos que rejeitam categoricamente o governo Lula. Fustigou o antipetismo gaúcho que põe o Rio Grande do Sul na contramão da história.

Alguns dados:

Nos últimos quatro anos, o PIB brasileiro dobrou de 1 para 2 trilhões.

Foi o único país no mundo a dobrar seu PIB.

Deve dobrar de novo nos próximos quatro anos.

Os brasileiros estão entre os que trabalham o maior número de horas semanais no mundo.

No começo da era Lula, o salário mínimo comprava meia cesta básica.

Hoje, compra duas e meia.

A média de crescimento econômico anual do governo FHC foi de 3,2%. A do governo Lula foi de 4,6%.

Pela primeira vez, em décadas, o Brasil cresceu distribuindo renda.

Querem mais?

Pela primeira vez a classe A aparece em quarto lugar no ranking global brasileiro do consumo.

Em primeiro lugar, classe C, em segundo, classe D, em terceiro, classe B.

Corremos risco de uma bolha?

Só tem bolhinha por enquanto.

Fizemos tudo?

Claro que não.

Faltam as reformas estruturais: tributária, política, eleitoral, da previdência.

Falta melhorar muito em educação e saúde.

Mas o ProUni é um fato.

E os alunos do ProUni aparecem entre os laureados ao final da faculdade.

Os bancos ganharam muito?

Sim, mas nem todo banqueiro é lará´pio.

Só que os bancos faturam quase tudo com juros.
Nossa dívida interna é pavorosa?
Sim. Mas nossos papéis são os mais procurados do mundo.
Claro, nossos juros são altíssimos.
Mas nossa dívida interna é de médio e longo prazo.
Estamos com a faca e o queijo na mão.
Apenas 8% do que ganham é com serviços.
Captam dinheiro pela taxa Selic e repassam a juros de 180%.
É assalto à mão armada.
Conclusão: nada de "lulaísmo", mas tampouco de antipetismo.
Afinal, 40 milhões de brasileiros viraram consumidores.
Um país de excluídos ganhou um naco de inclusão.
Eis a explicação dos 87% de aprovação de Lula.
E a corrupção?
É endogéna.
Existe no mundo inteiro.
Não foi maior no Brasil do Lula.
Foi a de sempre.
Cabe enfrentá-la.
E apostar mais em bons técnicos na saúde, na educação e na tecnologia.
Não estamos no melhor dos mundos.
Mas nosso mundinho está um pouco melhor. Postado por Juremir Machado da Silva - 30/12/2010 15:18

~~Comentários (17)~~ **~~Enviar~~** **~~Imprimir~~**

O fim do Segundo Reinado de Luiz Inácio

Luiz Inácio chegou ao fim do segundo reinado.

Quer dizer, segundo mandato.

Fez o sucessor.

A política é hereditária.

O "analfabeto" governou melhor do que o doutor.

Calou os generais.

E os generalistas.

E os generalizadores.

Restou para a direita, como no tempo do Getúlio, denunciar a corrupção,

que ela mesma sempre praticou e pouco combateu.

A cruzada moralista é a última arma da reação em desespero.

A corrupção existiu, mas não exatamente como foi denunciada.

Enriquecimento pessoal até agora não apareceu muito.

Caixa dois virou prática número um.

Os especialistas erraram tudo.

O Brasil não afundou.

Os comunistas não voltaram a comer criancinhas.

As criancinhas é que andam comendo muita gente.

Os empresários não fugiram para Miami.

Só de férias.

Luiz Inácio tem quase 90% de aprovação do povo, que de bobo não tem nada.

Matou a pau com o ProUni, o Bolsa-família, as cotas, a manutenção da política econômica e muitas boas bravatas.

Fingiu que não sabia o que sabia e se deu bem.

Elegeu Dilma, que os especialistas consideravam um poste inelegível.

Dá gosto ver o desespero da direita tentando encontrar uma tese para explicar o inexplicável.

Luiz Inácio foi tudo: pai dos pobres, mãe dos ricos, irmão dos amigos, primo pobre do Obama, amigo rico do Evo.

Ficou amiguinho do Irã, ditadura que apedreja mulheres adúlteras, para desespero dos EUA, amiguinho da Arábia Saudita, ditadura que apedreja mulheres adúlteras.

Nossa política internaciona,l enfim, ficou como a do Primeiro Mundo: uma salada maluca de interesses econômicos, ideológicos e o escambau, principamente o

escambau, praticado por americanos e europeus desde sempre.
Digo mais, Luiz Inácio não é FHC, que se acha príncipe, acima do bem e do mal. Luiz Inácio se acha rei, no meio do bem e do mal, misturado com a plebe e com a turma dos camarotes.
O que isso significa?
Simples: Luiz Inácio vai voltar. Para mais dois reinados.
Postado por Juremir Machado da Silva - 29/12/2010 10:10

***

Paralelos históricos : a popularidade de Lula versus a popularidade de General Garrastazu Medici

Maurício Dias David RJ

A extraordinária popularidade de Lula ao término de seu governo (82% de aprovação, segundo algumas sondagens) levou a um certo endeusamento da sua figura política. Ao que parece, olvida-se que as popularidades de governantes são, o mais das vezes, muito efêmeras. Compare-se, por exemplo,a popularidade atual de Lula com a popularidade que chegou a gozar o general Garrastazu Medici, que chefiou o governo ditatorial entre 1969 e 1973. Medici é hoje uma figura política colocada nos escaninhos da memória popular, apesar dos 82% de aprovação com que deixou o governo...

No livro "A ditadura derrotada", Élio Gaspari afirma o seguinte sobre o governo Medici:

A ditadura estava no seu oitavo ano, no terceiro general. Médici cavalgava popularidade, progresso e desempenho.

Uma pesquisa do IBOPE realizada em julho de 1971 atribuíra-lhe 82% de aprovação. Em 1972 a economia cresceria 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda per capita dos brasileiros aumentara 50%. Pela primeira vez na história as exportações de produtos industrializados ultrapassaram 1 bilhão de dólares.

Duplicara a produção de aço e o consumo de energia, triplicara a de veículos, quadruplicara a de navios.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tivera em agosto uma rentabilidade de 9,4%.

Vivia-se um regime de pleno emprego.

No eixo Rio-São Paulo executivos ganhavam mais que seus similares americanos ou europeus.

Kombis das empresas de construção civil recrutavam mão de obra no ABC paulista com altos falantes oferecendo bons salários e conforto nos alojamentos. Um metalúrgico parcimonioso ganhava o bastante para comprar um fusca novo. Em apenas dois anos os brasileiros com automóvel passaram de 9% para 12% da população e as casas com televisão de 24% para 34%.

O Secretário do Tesouro americano, John Connally, dissera que "os EUA bem poderiam olhar para o exemplo brasileiro, de modo a pôr em ordem a sua economia".

(páginas 26 e 27 do livro de Elio Gaspari "Ditadura Derrotada")

Os índices de popularidade são como castelos de areia construídos à beira-mar, que se dissolvem ante a primeira "marola" que por êles passam.

***

Lula, nem ótimo nem bom

O Estado de S. Paulo - 06/01/2011

Roberto Macedo

Se ouvido na última pesquisa sobre o desempenho do ex-presidente Lula, eu estaria entre os 17% que o viram de regular para baixo. Ao estudar, fui ensinado a não me iludir com aparências, e o que predomina é uma versão de ótimo e bom que não corresponde aos fatos. É evidente que a economia esteve melhor sob Lula. Mas dizer que foi por causa dele é outra história. Surfou em duas ondas muito favoráveis. A externa, um crescimento ímpar da economia mundial, trouxe não só um melhor desempenho do produto interno bruto (PIB), mas também a superação de grave problema com que o Brasil se deparava havia muitas décadas, a tal escassez de divisas, responsável por muitas crises econômicas. Hoje sobram reservas e a última crise, que veio em 2008, não foi por falta delas, mas por contenção do crédito e de nossas exportações. O Brasil então escapou ao tradicional choque externo, com forte desvalorização cambial, aumento da inflação, dos juros, da dívida publica e pedido de socorro ao FMI.

A outra boa onda foi no plano interno, vinda dos governos Collor, Itamar e FHC, com renegociação da dívida externa, ajustes nas finanças públicas, inclusive privatizações, e abertura da economia, dando-lhe maior estabilidade e eficiência. Lula nunca reconheceu bem essas boas ondas. Sofismando, toma o que veio de bom depois dele como resultado de sua ação. Como corolário, o ruim não é com ele.

Vejo-o como um peão em rodeios. Neles, quem monta não recebe pontos

se o animal não pula. Ora, Lula quase que só montou bichos mansos. Quando a crise pegou, o corcoveio da economia trouxe-o ao chão, mas aí veio com a conversa fiada da marolinha. Fez que não viu o vagalhão, que custou ao País perto de R$ 200 bilhões em crescimento perdido.

Também pode ser comparado ao comandante de um barco encalhado por uma estiagem, no leito seco de um rio. Vieram as chuvas, o barco desencalhou e o comandante diz que foi obra dele.

O número final do crescimento do PIB em 2010 deve ficar perto de 7%, e certamente se vangloriará disso, mas esquecendo o buraco de 2009, o que levará a uma taxa média próxima de 3,5% nos dois anos, ridícula se comparada à de países realmente empenhados em crescer, como a China e a Índia, a primeira, aliás, com suas importações ajudando muito o Brasil. Ao administrar, foi um desastre na área de pessoal, contratando mais sem maiores critérios, expandindo cargos providos sem concurso - em cuja elite hoje predominam companheiros sindicalistas -, e pagando salários bem maiores que os do mercado de trabalho, agravados pela aposentadoria privilegiada, que não conseguiu resolver. Também tornou obscuras e mais frágeis as contas governamentais, até mudando critérios de avaliação do superávit primário e expandindo fortemente a dívida bruta, além de usar boa parte do primeiro dinheiro do pré-sal para tapar buracos nessas contas.

Demonizou as privatizações, mas pouco fez para ampliar com vigor a capacidade de investimento da administração pública. Por essa e outras razões, são indispensáveis investimentos privados para a provisão de serviços públicos, mas relutou em fazer isso. Um caso emblemático está de novo nas manchetes, o crônico estrangulamento dos principais aeroportos, que não conseguiu resolver em dois mandatos. O nome disso não é competência. Ao sair, disse que foi fácil governar, mas a facilidade veio das duas ondas citadas, e também porque não enfrentou seriamente gravíssimos problemas. Como na infraestrutura, na saúde, na segurança e na previdência, entre outros. Também disse que pode ensinar a governar, mas quem precisa de ajuda é porque está difícil. Colocar gente no Bolsa-Família é fácil, com a economia gerando mais impostos, mas promover bolsistas via educação e trabalho é difícil, e não teve a mesma atenção.

Aliou-se ao que de pior existe na política brasileira. Emblemático disso foi que seu outrora inimigo político José Sarney fez questão de acompanhá-lo na viagem de saída. Na política externa, aliou-se a quem se marca pelo desrespeito à democracia, aos direitos humanos e até pelo cultivo de coca, optando por um terceiro-mundismo com ranço de antiamericanismo da esquerda de 50 anos atrás. Disse ser "gostoso (...) terminar (...) vendo os EUA, (...) a Europa (...) o Japão em crise", ignorando que com isso o Brasil perde exportações. No plano ético, procurou justificar o injustificável, como o mensalão e outros deslizes de companheiros.

Foi competente mesmo na arte da comunicação. Aí rivalizou com

Chacrinha, tido como o maior comunicador da TV brasileira, que fez escola ao dizer que "quem não se comunica se trumbica". Lula tornou-se mestre ao praticar o corolário: quem se comunica se edifica. Só faltou jogar bacalhaus para as plateias.

Nessa comunicação foi auxiliado pela complacência de parte da mídia, também por conveniências, pois, conforme matéria recente da Folha de S.Paulo, ampliou de 499 para 8.094 o número de veículos de comunicação que recebem verbas de publicidade do governo federal. Outro aspecto da complacência é que Lula foi mais objeto de notícias do que de análises, nas notícias predominando sua "experteza" como comunicador. Terminou o mandato com mais um descaso pelo comportamento republicano, com a cumplicidade da companheira substituta. Como cidadão incomum, deixou Brasília no avião presidencial, posando antes como Romário na janela do piloto, quando nosso time retornou do tetra de 1994. Só faltou a Bandeira.

Vangloria-se de suas raízes humildes, de seu passado de operário, mas hoje se vê como um iluminado, bem acima dos que o elegeram e o endeusaram. Fiel mesmo às suas origens, Harry Truman, ao deixar o governo nos EUA, em 1953, saiu dirigindo seu carro, acompanhado apenas pela esposa.´

***

LULA´S BRAZIL – Perry Anderson e Comentaristas

I - Lula's Brazil - Perry Anderson

~~You are invited to read this free essay from the *London Review of Books*. **Register for free** for immediate access to the entire essay, and enjoy 24 hours of access to the entire LRB archive of over 12,500 essays and reviews.~~

Contrary to a well-known English dictum, stoical if self-exonerating, all political lives do not end in failure. In postwar Europe, it is enough to think of Adenauer or De Gasperi, or perhaps even more impressively, Franco. But it is true that, in democratic conditions, to be more popular at the close than at the outset of a prolonged period in office is rare. Rarer still – indeed, virtually unheard of – is for such popularity to reflect, not appeasement or moderation, but a radicalisation in government. Today, there is only one ruler in the world who can claim this achievement, the former worker who in January stepped down as president of Brazil, enjoying the approval of 80 per cent of its citizens. By any criterion, Luiz Inácio da Silva is the most successful politician of his time.

That success has owed much to an exceptional set of personal gifts, a mixture of warm social sensibility and cool political calculation, or – as his successor, Dilma Rousseff, puts it – rational assessment and emotional intelligence, not to speak of lively good humour and personal charm. But it was also, in its origins, inseparable from a major social movement. Lula's rise from worker on the shop-floor to leader of his country was never just an individual triumph: what made it possible was the most remarkable trade-union insurgency of the last third of a century, creating Brazil's first – and still only – modern political party, which became the vehicle of his ascent. The combination of a charismatic personality and a nationwide mass organisation were formidable assets.

Nevertheless, Lula's success was far from a foregone conclusion. Elected in 2002, his regime got off to a dour start, and soon came close to disaster. His first year in office, dominated by the economic legacy of his predecessor, reversed virtually every hope on which the Workers' Party had been founded. Under Fernando Henrique Cardoso, the public debt – nearly half of it denominated in dollars – had doubled, the current account deficit was twice the Latin American average, nominal interest rates were over 20 per cent, and the currency had lost half its value in the run-up to the election. Argentina had just declared the largest sovereign default in history, and Brazil looked – in the eyes of the financial markets – to be on the brink of the same precipice. To restore investor confidence, Lula installed an unblinkingly orthodox economic team at the Central Bank and Ministry of Finance, which hiked interest rates yet further and cut public investment, to achieve a primary fiscal surplus higher even than the figure the IMF had demanded. For citizens, prices and unemployment rose as growth fell by 50 per cent. But what was bitter medicine for militants was nectar to bond-holders: the spectre of default was banished. Growth resumed in 2004 as exports recovered. Even so the public debt continued to rise, and interest rates were hoisted once more. Adherents of the previous regime, who had smarted under Lula's criticisms of Cardoso, pointed triumphantly to the continuities between the two. For the Partido dos Trabalhadores there was little to boast about.

This was uninspiring enough, but worse was to come. In the spring of 2005, the leader of one of the smaller parties in Congress (there were more than a dozen of these), coming under pressure after one of his henchmen was videotaped pocketing a bribe, hit back with the revelation that the government had been systematically buying the votes of deputies, to the tune of $7000 a month each, to secure majorities in the legislature. In charge of the operation was the head of Lula's cabinet in the presidential palace, José Dirceu, the money coming from illegal funds controlled by the PT and distributed by its treasurer, Delúbio Soares. Within weeks of this bombshell, an aide to the brother of the chairman of the PT, José Genoino, was arrested boarding a flight with 200,000 reais in a suitcase and $100,000 in his underpants. A month later, the manager of Lula's bid for the presidency, Duda Mendonça – a notoriety in the PR world – confessed that the campaign had been financed by slush funds extracted from interested banks and enterprises, in violation of electoral law, and that he himself had been rewarded for his services with secret deposits in an account in the Bahamas. Next it was one of Lula's closest political confidants, the former trade-union leader Luiz Gushiken, under fire for siphoning pension funds for political ends, who was forced to step down as secretary of communications. In a yet darker background lay the unsolved murder in early 2002 of Celso Daniel,

mayor of the PT stronghold of Santo André, widely suspected of being a contract killing to do with bribes collected from local bus companies.

The exposure of a broad hinterland of corruption behind Lula's conquest of power, while it came as a demoralising shock to much of the PT's own base, could be put – as it promptly was by loyalists – in historical perspective. Illegal bankrolling of campaigns by hidden donors in exchange for favours was widespread in Brazilian politics: the president of the main opposition party, Cardoso's Social Democrats (PSDB), was caught on the same charge and had to resign. Buying votes in Congress was no novelty. It was well known that Cardoso had greased the palms of deputies from Amazonas to secure the constitutional change that allowed him to run for a second term. The Brazilian legislature had long been a cesspit of venality and opportunism. By the end of Lula's first term, between a third and two-fifths of the deputies in Congress had switched parties; by the end of the second, more than a quarter of both Congress and Senate were under criminal indictment or facing charges. In December, legislators awarded themselves a pay rise of 62 per cent. In 2002, Lula had been elected with 61 per cent of the popular vote, but the PT got less than a fifth of the seats in Congress, where allies had to be found for the government to command a legislative majority. Dirceu had wanted to make a deal with the largest party of the centre, the PMDB, but this would have meant conceding important ministries. Lula preferred to stitch together a patchwork of smaller parties, whose bargaining power was weaker. But they naturally expected a share of the spoils too, if a lower grade one, and so the *mensalão* – the monthly backhander – was devised for them.

In cash terms, the corruption from which the PT benefited, and over which it presided, was probably more systematic than that of any predecessor. In absolute terms, Brazilian elections are second only to America's in their costs, and relative to national income can exceed them by a wide margin. In 1996, Clinton spent $43 million to take the White House; in 1994 Cardoso laid out $41 million to secure the Palácio do Planalto, in a country with a per capita GDP less than a sixth that of the US. Unlike Cardoso, who twice sailed to victory on the first ballot as the establishment candidate, and commanded abundant natural – in Brazilian parlance, 'physiological' – allies and placemen in Congress, Lula was a three-time loser when he ran again for the presidency in early 2002, and his party traditionally an object of the deepest suspicion to all who counted economically in the country. To mount that unfavourable gradient, special resources were needed, for which special undertakings had to be given, public and private. So too, with a smaller core of deputies and fewer spontaneous friends in the legislature, to obtain makeshift majorities in Congress the PT was driven to bribe on a bigger scale. Perhaps one could speak of a kind of workers' premium, in corruption as in disinflation: a need to over-satisfy the IMF with an excessive primary surplus to keep the economy on keel, to over-extract and distribute black money to win office and exercise power. That, at least, would have been one line open to defenders of the party. In practice, the more typical mitigation was to point to the personal probity, in some cases the heroic record, of those in charge of disbursements made for organisational, not individual ends. Dirceu, the architect of the modern PT and strategist of Lula's victory, had worked underground for years after returning clandestinely from exile in Cuba. Genoino had been a guerrilla fighter in the jungle, imprisoned and tortured by the generals. Gushiken still

lived the modest life of a former trade unionist. They had acted without personal advantage, *pour les besoins de la cause*.

Such pleas did not move the media. Uniformly hostile to the PT anyway, the Brazilian press went into high gear as the scandal of the *mensalão* broke, sparing no deadly conjecture or damaging detail. Its target now lay wide open. There was no denying that the PT had always claimed to be above the swamp of traditional mores, a fearless enemy of ingrained corruption rather than a hardened practitioner of it. Soon even the distinction between institutional misconduct and individual degeneration was swept away, in spectacular fashion. The single most powerful figure in the government was the minister of finance, Antonio Palocci, a mayor from the interior of São Paulo, who had been the inspiration behind the 'Letter to the Brazilians', Lula's electoral billet-doux to the business community, and the key broker for the PT's backdoor transactions with banks and construction firms during the campaign. A mediocre former doctor with no particular economic skills, his sub rosa ties to assorted cash-box circles and his rigid orthodoxy in office made him the guarantee of business confidence in the government and toast of the financial press, at home and abroad. Shady deals in his municipal fief of Ribeirão Preto had long been rumoured, though these too could be played down as replenishing only party coffers.

But in early 2006, it emerged that a secluded lakeside mansion in Brasilia had been rented by one of his aides from Ribeirão Preto. There, in scenes out of Buñuel, the sallow features of the finance minister – he looks like a cutpurse in some low-life seicento painting – were to be glimpsed slipping from limousine to portal, to enter a villa where the rooms were equipped only with beds and a side table or two for cash and alcohol. Here discreetly came and went lobbyists and familiars, along with the minister, to enjoy prostitutes and parties, and exchange tips and favours. When news of the brothel came out, cynics could be heard to say that there was no reason for surprise, the capital itself being little more than an enlarged version of the same. Palocci was not in a position to take this line, and made desperate attempts to stifle the affair. Lula, comparing him effusively to Ronaldinho as the star player the team cannot afford to lose, sought by every means to save him, in vain. With his fall in the spring of 2006, the slate of leading politicians around Lula was virtually wiped clean.

The uproar in the media was deafening. In Congress the opposition pressed for one commission of investigation after another. Leading members of the PSDB started to talk of impeaching Lula himself for complicity in the corruption of his entourage. Feeling cornered by this wave of assaults, Lula began to speak in private of appealing to the street if his enemies persisted in trying to depose him. In reality, there was little danger of this, since both Cardoso and Serra, the PSDB mayor of São Paulo, beaten by Lula in 2002 but hoping to become the presidential candidate again for his party later that year, decided it would be better to leave a badly wounded incumbent in office than to risk the emergence of a strong, uncompromised opponent were he to be ousted.

Rarely has a political calculation so misfired. Besieged in the media and mauled in the legislature, Lula had two assets in reserve that not only saved his position, but transformed it. The first was the return of sustained economic improvement. After a period that had seen the worst stagnation of the century – an annual average growth of 1.6 per cent in the 1990s, creeping up no higher than 2.3 per

cent in Cardoso's eight years – GDP increased at a clip of 4.3 per cent from 2004 through 2006. The jump was essentially due to external good fortune. These were the years in which Chinese demand for Brazil's two most valuable exports, soya and iron ore, took off, amid a steep general rise in commodity prices. In America, where interest rates were being held artificially low by the Fed to keep the financial bubble in the United States from bursting, the 'Greenspan Put' made a flow of cheap capital imports available to Brazil. As business and jobs picked up, the mood in the country changed. Few voters were disposed to quibble with official claims taking credit for the improvement. With the upturn, moreover, the state was now collecting larger revenues. These would be critical for the government's second ace.

From the start, Lula had been committed to helping the poor. Accommodation of the rich and powerful would be necessary, but misery had to be tackled more seriously than in the past. His first attempt, a Zero Hunger scheme to assure minimum sustenance to every Brazilian, was a mismanaged fiasco. In his second year, however, consolidating various pre-existent partial schemes and expanding their coverage, he launched the programme that is now indelibly associated with him, the Bolsa Família, a monthly cash transfer to mothers in the lowest income strata, against proof that they are sending their children to school and getting their health checked. The payments are very small – currently $12 per child, or an average $35 a month. But they are made directly by the federal government, cutting out local malversation, and now reach more than 12 million households, a quarter of the population. The effective cost of the programme is a trifle. But its political impact has been huge. This is not only because it has helped, however modestly, to reduce poverty and stimulate demand in the worst afflicted regions of the country. No less important has been the symbolic message it delivers: that the state cares for the lot of every Brazilian, no matter how wretched or downtrodden, as citizens with social rights in their country. Popular identification of Lula with this change became his most unshakeable political asset.

Materially, a succession of substantial increases in the minimum wage was to be of much greater significance. These began just as the corruption scandals were breaking. In 2005, the rise was double that of the previous year in real terms. In the election year of 2006, the rise was still greater. By 2010, the cumulative increase in the rate was 50 per cent. At about $300 a month, it remains well below the earnings of virtually any worker in formal employment. But since pensions are indexed to the minimum wage, its steady increase has directly benefited at least 18 million people – the Statute of the Elderly, passed under Lula, consolidating their gains. Indirectly, too, it has encouraged workers in the informal sector not covered by the official rate, who make up the majority of the Brazilian workforce, to use the minimum as a benchmark to improve what they can get from their employers. Reinforcing these effects was the introduction early on of *crédito consignado*: bank loans for household purchases to those who had never before had bank accounts, with repayment automatically deducted from monthly wages or pensions. Together, conditional cash transfers, higher minimum wages and novel access to credit set off a sustained rise in popular consumption, and an expansion of the domestic market that finally, after a long drought, created more jobs.

In combination, faster economic growth and broader social transfers have achieved the greatest reduction in poverty in Brazilian history. By some estimates, the number of the poor dropped from

around 50 to 30 million in the space of six years, and the number of the destitute by 50 per cent. Half of this dramatic transformation can be attributed to growth, half to social programmes – financed by higher revenues accruing from growth. Nor have such programmes been confined to income support. Since 2005, government spending on education has trebled and the number of university students doubled. During the 1990s, higher education in Brazil largely ceased to be a public function, with three-quarters of all students going to private universities that enjoyed tax exemption. Astutely, these have been obliged, in exchange for their exemption, to offer scholarship places to students from poor or non-white families who would otherwise never have a chance of getting beyond middle school. However poor the quality of instruction – it is often terrible – the hope of betterment has made the programme, enrolling some 700,000 students to date, a great popular success, sometimes compared for democratising effect to the GI Bill of Rights in postwar America.

In 2006, not all of this had yet been achieved. But more than enough had been done to shield Lula from the battering of his adversaries. Popular opinion was not entirely indifferent to corruption – at the height of the *mensalão*, his ratings had dropped quite sharply. But measured against such appreciable improvements in people's lives, backhanders did not count. By the spring, the political tables had been turned so completely that Serra, looking at the opinion polls, decided he had no chance against Lula, leaving a hapless rival in his party to be thrashed in the presidential election that autumn, when Lula walked away with the same majority as he won four years before, 61 per cent in the second round. This time, however, its social composition differed. Alienated by the *mensalão*, much of the middle-class electorate that had rallied to Lula in 2002 deserted him, while the poor and the elderly voted for him in greater numbers than ever before. His campaign, too, struck a different note. Four years earlier, when its aim had been to reassure doubtful voters, his managers had marketed him as the bearer of 'peace and love' to the country. In 2006 the tone was less saccharine. Brushing aside lapses in the PT of which he had, of course, been unaware, the president launched an aggressive counter-attack on the privatisations of the previous regime, which had enriched a few at the expense of the nation and could be expected to resume if his opponent were elected. There was a gulf between his government and Cardoso's: not a single enterprise had been privatised under Lula. The disposal of public assets, often on the murkiest terms, had never been popular in Brazil. The message struck home.

Buoyed by socio-economic success, and a more hard-hitting political victory, Lula's second mandate was a much more confident affair. He was now not only the undisputed master of popular affection, as the first president to bring a modest well being to so many of his people, but also in complete control of his own administration. His two leading ministers were gone. Palocci – to Lula 'more than a brother' – he might regret personally, but he was no longer required to calm the nerves of overseas investors. Dirceu, a virtuoso of cold political calculation and intrigue, he had never liked and somewhat feared. Their joint elimination freed him for sole command in Brasilia. When, midway through his second term its test came, he handled it with aplomb. The crash of Wall Street in 2008 might be a tsunami in the US, he declared, but in Brazil it would be no more than a 'ripple' – *uma marolinha*. The phrase was seized on by the press as proof of reckless economic ignorance and irresponsibility.

But he was as good as his word. Counter-cyclical action was prompt and effective. Despite falling tax revenues, social transfers were increased, reserve requirements were reduced, public investment went up and private consumption was supported. In overcoming the crisis, local banking practices helped. Tight controls, holding multipliers of the monetary base well below US levels, and greater transparency had left Brazilian banks in much better shape than those in the US, protecting the country from the worst of the financial fall-out. But it was concerted, vigorous state policy that pulled the economy round. Lula's optimism was functional: told not to be afraid, Brazilians went out and consumed, and demand held up. By the second quarter of 2009, foreign capital was flowing back into the country, and by the end of the year the crisis was over. As Lula's second mandate came to an end, the economy was posting more than 7 per cent growth, and nature itself was smiling on his rule, with the discovery of huge deposits of offshore oil.

To these domestic successes could be added foreign laurels. The international standing of Brazil has rarely, if ever, corresponded to its size or potential importance. Cardoso had consorted with the Clintons and Blairs of the North, but such company had only discredited him, as a lesser mouthpiece for the guff of the Third Way. Diplomatically, the guideline of his regime was fidelity to the United States. From the outset, Lula steered another course. Without confronting Washington, he gave greater priority to regional solidarity, promoting Mercosur with neighbours to the south, and refusing to cold-shoulder Cuba and Venezuela to the north. The most impressive figure in Lula's cabinet, the foreign minister, Celso Amorim, was soon leading a front of poorer states to thwart Euro-American attempts to ram more 'free trade' – free for the US and EU – arrangements through the WTO at Cancún. As he politely expressed it, 'Cancún will be remembered as the conference that signalled the emergence of a less autocratic multilateral trading system.' If Washington and Brussels have still not succeeded, eight years later, in imposing their will on the less developed world through the abortive Doha Round, credit must first of all go to Brazil.

In his second mandate, Lula would go much further in putting his country on the world stage. By now he was a statesman courted in every region of the world, who no longer had to defer, at least outwardly, to the conventions of the 'international community'. In part this change was due to the increasing weight of Brazil as an economic power. But it also reflected his own aura as the most popular ruler – in both senses of the term, political and social – of the age. Consecration of the new position he had won for his nation came with the formation of the BRIC quartet in 2009, bringing the heads of state of Brazil, Russia, India and China together in one-time Sverdlovsk, with a communiqué calling for a global reserve currency. The following year Lula hosted the BRIC summit in Brazil itself. On paper, the four largest powers outside the Euro-American imperium would appear to represent, if not an alternative, at least some check to its dominion. Yet it is striking that, although Brazil alone of the four is not a major military power, it is so far the only one to have defied the will of the United States on an issue of strategic importance to it: Lula not only recognised Palestine as a state, but declined to fall in with the blockade of Iran, even inviting Ahmadinejad to Brasilia. For Brazil to do this was virtually a declaration of diplomatic independence. Washington was furious, and the local press beside itself at this breach of Atlantic solidarity. Few voters cared. Under Lula, the nation had

emerged as a global power. By the end, his vast popularity was a reflection not only of material betterment, but also of collective pride in the country.

If such is the bald record of this presidency, how is it to be interpreted historically? Three contrasting views hold the field in Brazil. For Cardoso and his followers, still dominant among the intelligentsia and in the media, Lula embodies the most regressive traditions of the continent, his rule just another variant of the demagogic populism of a charismatic leader, contemptuous at once of democracy and civility, purchasing the favour of the masses with charity and flattery. In Brazil this was the disastrous legacy of Getúlio Vargas, a dictator who had returned to power by the ballot-box as 'father of the poor', and committed a melodramatic suicide when the criminality of his regime was exposed. In Argentina, the reign of Perón had been still more ruinous and corrupting. No less manipulative and authoritarian, if on a pettier scale, Lulismo is – Cardoso's verdict – 'a kind of sub-Perónism'. The element of partisan rancour in this description is no mystery: to be so outshone in popular esteem by Lula has gone hard with his predecessor. But more moderately expressed, the basic classification is not uncommon, and can be heard among those who respect the memory of Vargas as well as those who detest it.

Viewed historically, however, comparisons with Vargas, let alone Perón, miss the mark. The differences between their forms of rule and Lula's are fundamental. Not that the great practitioners of populism in Brazil and Argentina were all that alike themselves. Vargas's rhetoric was paternalist and sentimental, Perón's rousing and aggressive, and their relationship to the masses was quite distinct. Vargas built his power on an incorporation of newly urbanised workers into the political system, as passive beneficiaries of his care, with a protective labour law and a gelded unionisation from above. Perón galvanised them as active combatants against oligarchic power, with a mobilisation of proletarian energies in a trade-union militancy that outlived him. The one appealed to lachrymose images of 'the people', while the other called up the anger of *los descamisados* – the local sansculottes, but without shirts rather than breeches.

Lula's exercise of power has involved none of all this. His rise was based on a trade-union movement and political party far more modern and democratic than anything Vargas or Perón ever envisaged. But by the time he won the presidency at his fourth attempt, the PT had been largely reduced to an electoral machine. In power, Lula neither mobilised nor even incorporated the electorate that acclaimed him. No new structural forms gave shape to popular life. The signature of his rule was, if anything, demobilisation. The trade unions organised more than 30 per cent of the formal labour force in the 1980s, when he made his name as their most gifted leader. Today, the figure is 17 per cent. The decline preceded his period in office, but was not altered by it. Even the *imposto sindical* dating back to the Fascist-inspired legislation of the most repressive period of Vargas's rule (the Estado Novo), whose deduction and distribution of dues by the state was long and rightly viewed by the PT as a mechanism for sapping union activism, and whose abolition was a key demand of the early 1980s, has been left untouched. Nor, on the other side of the ledger, have the forms of clientelism characteristic of classic populism been reproduced. The Bolsa Família is administered impersonally, clear of capillary systems of patronage. The pattern of rule is quite distinct.

A second interpretation looks to a different parallel. The political scientist André Singer, press secretary to Lula in his first mandate, but an independent and original mind, has pivoted a striking analysis of Lulismo on the psychology of the Brazilian poor. This, he argues, is a sub-proletariat, comprising nearly half – 48 per cent – of the population, that is moved by two principal emotions: hope that the state might moderate inequality, and fear that social movements might create disorder. On Singer's reading, instability is a spectre for the poor, whatever form it takes – armed struggle, price inflation or industrial action. So long as the left failed to understand this, the right captured their votes for conservatism. In 1989, Lula won the prosperous south, but Fernando Collor, brandishing the danger of anarchy, swept the poor to gain a comfortable victory. In 1994 and 1998, Cardoso's throttling of inflation ensured him a still larger margin of the popular vote. In 2002, Lula finally grasped that it was not just builders and bankers who needed reassurance that he would not do anything unduly radical in power, but – even more crucially – street vendors and slum-dwellers too. Only in 2006, however, was a complete reversal of allegiances sealed, as the middle class abandoned him while the sub-proletariat voted for him en masse. When he first ran for office in 1989, Lula took 51.7 per cent of the electorate in the south of the country, and 44.3 per cent in the famished north-east; in 2006, he lost the south at 46.5 per cent, and swept the north-east with 77.1 per cent.

The economic orthodoxy of Lula's first term, and the lesser but continuing caution of his second, were thus more than simple concessions to capital. They answered to the needs of the poor, who, unlike workers in formal employment, cannot defend themselves against inflation and dislike strikes even more than the rich, as a threat to their daily lives. So, coming after Cardoso, Lula cut inflation still further, even as he attended to popular consumption, pioneering a 'new ideological road' with a project combining price stability and expansion of the internal market. In this, Singer suggests, he displayed his sensitivity both to the temperament of the masses and to the political culture of the country at large, each in their own way marked by a long Brazilian tradition of conflict avoidance. Vargas too, until he was under siege at the end, had generally embodied that trait. Lula can thus indeed be regarded in certain respects – in his ability to square the concerns of capital and labour; to exploit favourable external circumstances for internal development; to assert national interests; and above all, to make a connection with the previously inarticulate masses – as Vargas's heir, offering a potent blend of authority and protection as the 'father of the poor' had once done. But in other ways, his popular roots as a penniless immigrant from the north-east and his unimpeachably democratic commitments gave him far greater legitimacy and credibility as a defender of the people than a wealthy rancher from the south, who left the rural masses essentially untouched in their misery, could ever possess. Lula did not see himself as a descendant of Vargas. The president with whom he identified was Kubitschek, the builder of Brasilia, another optimist who never willingly made an enemy.

For Singer, however, comparison with a much more famous ruler is in order. Might not Lula have become the Brazilian Roosevelt? The genius of FDR was to transform the political landscape with a package of reforms that would eventually lift millions of hard-pressed workers and pinched employees, not to speak of those made jobless by the Slump, into the ranks of the postwar American

middle class. Any party that sets in motion upward social mobility on such a scale will dominate the scene for a long time to come, as the Democrats did once the New Deal was underway, though eventually the opposition will adjust to the change and compete on the same ground, as Eisenhower would do in 1952. Presiding over comparable changes, Lula's victories in 2002 and 2006 can be mapped with uncanny closeness onto Roosevelt's of 1932 and 1936: first a large majority, then an avalanche, the popular classes pouring out for the president as the respectable classes turned against him. In prospect could be a Brazilian political cycle just as long, driven by the same dynamics of social ascent.

Glances in the mirror at resemblances with FDR are not new in Brazil. Cardoso also liked to compare his project with that of the great Democratic coalition mustered to the north. Lula may come closer, but the contrasts between the New Deal and his intendancy are still plain. Roosevelt's social reforms were introduced under pressure from below, in a wave of explosive strikes and rolling unionisation. Organised labour became a formidable force from 1934 onwards, which he had to court as much as he could control. No comparable industrial militancy either sustained or challenged Lula (the rural landless attempting such a role were much too weak, their movement easily marginalised). Where Roosevelt confronted a deep slump, which the New Deal never really overcame, and was rescued from its failure only by the onset of the Second World War, Lula rode the crest of a commodities boom in a time of increasing prosperity. Differing in their luck, they differed completely in style too: the aristocrat who rejoiced in the hatred of his enemies, and the labourer who wanted none, could hardly form a greater contrast. Were the ultimate upshot of their rule to be the same, there would seem little immediate connection between causes and effects.

Still, in one point there could be thought a certain likeness. The intensity of the animus against Roosevelt in conservative circles up to the outbreak of the war was out of all proportion to the actual policies of his administration. To all appearances, the same anomaly was to recur in Brazil, where Lula's aversion to conflict was not reciprocated. Anyone whose impressions of his government came from the business press abroad would get a shock from exposure to the local media. Virtually from the start the *Economist* and *Financial Times* purred with admiration for the market-friendly policies and constructive outlook of Lula's presidency, regularly contrasted with the demagogy and irresponsibility of Chávez's regime in Venezuela: no praise was too high for the statesman who put Brazil on a steady path to capitalist stability and prosperity. The reader of the *Folha* or *Estadão*, not to speak of *Veja*, was living in a different world. Typically, in their columns, Brazil was being misgoverned by a crude would-be caudillo without the faintest understanding of economic principles or respect for civil liberties, a standing threat to democracy and property alike.

The degree of venom directed at Lula bore little or no relation to anything he was actually doing. Behind it lay other and deeper grievances. For the media, Lula's popularity meant a loss of power. From 1985 and the end of military rule, it was the owners of the press and television who in practice selected candidates and determined the outcome of elections. The most notorious case was the backing of Collor by the Globo empire, but the coronation of Cardoso by the press, before he had even thrown his hat into the ring, was scarcely less impressive. Lula's direct rapport with the masses broke this circuit, cutting out the media's role in shaping the political scene. For the first time, a ruler did

not depend on their proprietors, and they hated him for this. The ferocity of the ensuing campaigns against Lula could not have been sustained, however, without a sympathetic audience. That lay in the country's traditional middle classes, principally but not exclusively based in the big cities, above all São Paulo. The reason for the hostility within this stratum was not loss of power, which it had never possessed, but of status. Not only was the president now an uneducated ex-worker whose poor grammar was legend, but under his rule maids and guards and handymen, riff-raff of any kind, were acquiring consumer goods hitherto the preserve of the educated, and getting above themselves in daily life. To a good many in the middle class, all this grated acutely: the rise of trade unionists and servants meant they were coming down in the world. The result has been an acute outbreak of 'demophobia', as the columnist Elio Gaspari, a spirited critic, has dubbed it. Together, the blending of political chagrin among owners and editors with social resentment among readers made for an often bizarrely vitriolic brew of anti-Lulismo, at odds with any objective sense of class interest.

For, far from doing any harm to the propertied (or credentialed), this was a government that greatly benefited them. Never has capital so prospered as under Lula. It is enough to point to the stock market. Between 2002 and 2010, Bovespa outperformed every other bourse in the world, rocketing by 523 per cent; it now represents the third largest securities-futures-commodities complex on earth. Huge speculative gains accrued to a modern bourgeoisie accustomed to gambling on share prices. For more numerous and risk-averse sectors of the middle class, sky-high interest rates yielded more than satisfactory returns on simple bank deposits. Social transfers have doubled since the 1980s, but payments on the public debt trebled. Outlays on the Bolsa Família totalled a mere 0.5 per cent of GDP. Rentier incomes from the public debt took a massive 6-7 per cent. Fiscal receipts in Brazil are higher than in most other developing countries, at 34 per cent of GDP, largely because of social commitments inscribed in the constitution of 1988 at the high point of the country's democratisation, when the PT was still a rising radical force. But taxes have remained staggeringly regressive. Those living on less than twice the minimum wage lose half their income to the Treasury, those on 30 times the minimum wage a quarter of theirs. In the countryside, the clearing of vast interior areas of scrub for modern agribusiness, proceeding apace under Lula, has left landownership more concentrated today than it was half a century ago. Urban real estate has moved in the same direction.

Official reports, backed by much statistical analysis and endorsed by sympathetic agencies and journalists abroad, claim not only a major reduction of poverty in Brazil in these years, of which there is absolutely no doubt, but a substantial diminution of inequality, with the Gini index falling from an astronomic 0.58-plus at the start of Lula's term to a merely towering 0.538 at the end of it. In such estimates, from the turning point of 2005 onwards, the incomes of the poorest decile of the population purport to have grown at nearly double the rate of those in the top decile. Best of all, some 25 million people have moved into the ranks of the middle class, henceforward a majority of the nation. For many commentators, domestic and foreign, this is the most hopeful single development of Lula's presidency. It is the ideological pièce de résistance in the glowing accounts of boosters like the Latin American editor of the *Economist*, Michael Reid, eager to hold up the new middle class in Brazil as the beacon of a stable capitalist democracy in the 'battle for the soul' of a 'forgotten continent' against dangerous rabble-rousers and extremists. Much of this acclaim rests on an artifice

of categorisation, in which someone with an income as low as $7000 a year (pauperism elsewhere) is classified as 'middle class', while according to the same schema the uppermost class – the super-elite of Brazilian society, comprising just 2 per cent of the population – starts at scarcely twice the average per capita income of the world's population. Marcio Pochmann, the head of the country's leading institute of applied economic research, has trenchantly remarked that a more accurate description of the much touted new middle strata would be simply 'the working poor'.

More generally, the belief that inequality in Brazil has significantly declined must be met with scepticism, since not only is it based on data for nominal income that exclude – according to standard statistical rules – 'outliers' at the top of the tail, i.e. the super-rich, but much more fundamentally ignores capital appreciation and concealment of financial gains at the summit of society. As the leading study, *Declining Inequality in Latin America*, notes of standard household surveys, 'incomes from property are grossly underestimated': 'If the top incomes ignored by surveys experience a large enough relative increase, then the true dynamics of overall inequality may display a rising trend even when survey-based estimates show the opposite result.' So in Brazil it is estimated that between 10,000 and 15,000 families receive the lion's share of the $120 billion annual payments of the public debt (the cost of the Bolsa Família is $6-9 billion), while in the last decade millionaires have multiplied as never before. The explosion of the stock market alone should be warning enough against any naivety on this score. The rich are well aware on which side their bread has been buttered. Unlike the 'economic royalists' attacked by Roosevelt, who detested the New Deal, most Brazilian financiers and industrialists have been warm supporters of Lula's government. Capital has been not only more lucid about it than the – true – middle class, but also more comfortable with it than with any previous regime: logically enough, since profits have never been higher.

For a third interpretation of Lulismo, these profits must lie at the centre of any realistic analysis of its system of rule. In a series of iconoclastic essays, the sociologist Chico de Oliveira has developed a vision of it in nearly every way antithetical to that of Singer, with whom he remains on good terms despite their political differences (one of the historic founders of the PT, de Oliveira left the party in disgust soon after Singer joined Lula's government).[*] De Oliveira doesn't contest his friend's characterisation of the psychology of the poor, or the improvements in their lot wrought by Lula. The sub-proletariat is as Singer describes it: without resentment of the rich, satisfied with modest and gradual alleviations of its conditions of existence. But his account focuses too narrowly on the relationship between Lula and the mass of his electorate. Missing are two fundamental parameters for an understanding of Lulismo. The first is the moment in the world history of capital at which it came to power. Globalisation has cut off the possibility of an inclusive project of national development of the kind long sought in Brazil, not least by those like Lula himself. The third industrial revolution, based on biological and digital advances that erase the boundary between science and technology, requires investment in research and imposes patents that permit no ready transfer of their results to the periphery of the system – least of all in a country like Brazil, where investment has never, even at the height of developmentalism under Kubitschek in the 1950s, exceeded a low 22 per cent of GDP. Outlays on R&D remain beggarly.

Thus instead of further industrial advance, the consequence for Brazil of the latest wave of technological revolution has been to shift accumulation away from manufacturing to financial transactions and natural-resource extraction, with a very rapid growth in the banking sector, where profits are highest, and in mining and agribusiness for export. The former is an involution, diverting investment from production; the latter a regression, taking Brazil back to earlier cycles of reliance on primary commodities for growth. It was to the dynamic of these sectors that Lulismo had to adjust in coming to terms with capital. Here lay the second parameter. For the result was to transform the structures out of which it had emerged – the party and the trade unions which, after 2002, became the apparatus of power on which it rested. The leadership of the CUT, the principal confederation of labour, was put in charge of the country's largest pension fund. The cadres of the PT colonised the federal administration, where a Brazilian president has the right of nomination to over 20,000 well-paid jobs, far more than the spoils system has ever allowed the executive in America. Now all but completely detached from the working class, this stratum was inexorably sucked into the vortex of financialisation engulfing markets and bureaucracies alike. Trade unionists became managers of some of the biggest concentrations of capital in the country, the scene of ferocious struggles for control or expansion between competing predators. Militants became functionaries enjoying, or abusing, every perquisite of office.

As a new logic of accumulation interlocked with a new incrustation of power, a hybrid social layer was formed – de Oliveira would compare it to the duck-billed platypus, as a sport of the animal kingdom – whose natural habitat was corruption. The unorganised poor of the informal economy had now become Lula's electoral base, and he could not be reproached for that, or for the neo-populism of his relationship to them, unavoidable for Chávez or Kirchner too. But between the leader and the masses lay an apparatus that had become deformed. Missing in Singer's account was a sense of this dark side of Lulismo. What it had achieved was a kind of inverted hegemony. Where, for Gramsci, hegemony in a capitalist social order had been the moral ascendancy of the possessing over the labouring classes, securing the consent of the dominated to their own domination, in Lulismo it was as if the dominated had reversed the formula, achieving the consent of the dominant to their leadership of society, only to ratify the structures of their own exploitation. A more appropriate analogy was not the United States of the New Deal, but the South Africa of Mandela and Mbeki, where the iniquities of apartheid had been overthrown and the masters of society were black, but the rule of capital and its miseries was as implacable as ever. The fate of the poor in Brazil had been a kind of apartheid, and Lula had ended that. But equitable or inclusive progress remained out of reach.

To many, even of those close in political outlook to de Oliveira, this picture is overdrawn, as if the dark side of Lulismo, hard to deny in itself, has in his representation of it become a total eclipse. How has it been received in the PT itself? With scarcely a word. In part, it is often said, he is so personally liked and respected that no one – save Delúbio and Dirceu, who sued him for libel before they were indicted – wants to quarrel with him. A very Brazilian cordiality. But then what of the far more favourable analysis of Singer? There too, virtually no reaction. Converted into a vote-getting machine, the PT has kept most of its militants and mass membership – some 300,000 members took part in

its last internal election – but has lost its intellectual wing, and is generally empty of ideas. When the party emerged at the turn of the 1980s, the Brazilian intelligentsia was a vital ferment in the mass movements against the military regime of the time, and played a major role in the politics that followed its withdrawal from the scene. A decade later, when Cardoso took the presidency, it split into two camps bitterly ranged against each other: those who supported his regime, and those who opposed it. The PT was the party of opponents, enjoying the talents of a wide array of the country's most gifted intellectuals. Another ten years on, with Lula in power, disillusionment had set in. Faute de mieux, most of its former lights still vote for it, to keep out the right, but engagement has gone. To all appearances the party could not care less.

Does this matter? In the 1960s, Brazilian culture was a brilliant affair, not only before but even under the military: football not yet expatriate, bossa nova, experimental theatre, *cinema novo*, an indigenous Marxism to rival any in Europe – philosophy, sociology, literature, *Kulturkritik*. By the time the country emerged from the dictatorship in 1985, however, the two forces that had transformed the cultural landscape in the North were already reshaping it in Brazil too: on the one hand, the modern academy, with its bureaucratisation of careers and specialisation of fields; on the other, the modern fashion and entertainment industry, marketing anything it can touch. Professionalisation, commercialisation: no culture has escaped their yoke. With them, inevitably, comes depoliticisation. But the extent of that varies widely from one society to another. Compared with the Brazil of 50 or 30 years ago, the decline of political energy in cultural life is palpable. Compared with Europe, the grammar of the imaginary can remain vividly political.

In part, this is due to simple continuity of persons and ideas from an earlier epoch, even against a university backdrop duller, if more proficient, than in the past. The doyen of Brazilian literary history, Antonio Candido, a moral-intellectual touchstone for the left, is still a presence at the age of 93. In the next generation, Roberto Schwarz is the finest dialectical critic anywhere in the world since Adorno; Chico Buarque, a perhaps uniquely versatile author at once of songs, plays and novels; de Oliveira, the most original sociological mind in Latin America; Emir Sader, its one radical political thinker of continental vision. Younger figures like Singer or Pochmann are still products of the final stages of the struggle against the dictatorship. In the arts, explosive forms continue to be produced, though they are now far more liable to neutralisation or degradation into entertainment: Paulo Lins's novel *Cidade de Deus* reduced to cinematic pulp by an expert in television ads; José Padilha descending from the bitter documentary truths of *Bus 174* to Gaumont-grade action films. But the maw of the market is not irresistible. The latest literary grenade, Reinaldo Moraes's scabrous novel *Pornopopéia*, which takes it directly as a target, could prove more difficult to digest.

The change in period has found its barometer in what is now the country's best periodical. The monthly *Piauí* was launched in the autumn of 2006, as Lula coasted to his second term. Its editor, Mario Sergio Conti, who comes originally from a Trotskyist left, ran the mass-circulation weekly *Veja* – Brazil's equivalent of *L'Express* or *Der Spiegel* – in the 1990s. Quitting towards the end of the decade, he used a pre-negotiated sabbatical to write a full inside account of the way the Brazilian media first propelled Collor into the presidency in 1989 and then deposed him in 1992 (Conti himself published in *Veja* the key scoop that brought him down). In its sheer narrative drive, span of

characters high and low, density of detail, and not least its dramatic dénouement, *Notícias do Planalto* reads like a documentary by Balzac. Sparing no one – proprietors, commentators or reporters – it broke the fundamental taboo of the press: dog does not eat dog. Retrospective complaints about owners by journalists, on occasion yes. Galleries of the journalists themselves? Belloc's quip remains off-limits. Before *Notícias* came out, the magnate Roberto Civita, head of the media empire which owns *Veja*, who wanted Conti back in his stable, agreed somewhat reluctantly to let him try out a periodical of more intellectual ambition for a smaller readership, without believing it would make him any money. Preparations for the project went ahead, but when Civita saw *Notícias* he cancelled it on the spot.

Five years later Conti, then working as a broadcaster in Paris, met through mutual friends an heir to one of the greatest banking fortunes in Brazil, João Moreira Salles. A director of more discriminating temperament than his better-known elder brother, Walter, author of such middle-market fare as *Central Station* and *The Motorcycle Diaries*, João's portrait of Lula backstage during the campaign of 2002, *Entreatos*, is a masterpiece of ambiguity, readable equally as an admiring tribute to the candidate's vitality and affability, and as a disquieting trailer for the corrosions of power to come. Moreira Salles, who was also thinking of launching a magazine, had heard of Conti's idea, and on talking it over, not only agreed to finance it, but – an unusual arrangement for the millionaire proprietor of a journal – to work for it under Conti. He insisted only that it be edited in Rio, as a counter-weight to the excessive concentration of intellectual life in São Paulo once the capital had moved inland. The magazine that issued from this arrangement is a stylish affair, sometimes seen as a kind of tropical *New Yorker*. But though certainly smart enough, it differs not only in design, printed on matt paper in larger format, but spirit, as its title indicates. Piauí, one of the poorest states of the north-east and a byword for backward provincialism, was chosen as ironic antithesis to Manhattan. Living up unawares to its reputation, the governor of the state in due course descended on the magazine with a substantial escort, and in a very Brazilian scene thanked its editors effusively for conferring such well-merited distinction on it.

Beneath the veneer of worldliness it still affects, what the *New Yorker* delivers today is mostly a sententious conformism. *Piauí* is more mordant, less easily placed. It is enough to compare the gushing portrait of America's ruler offered by the editor of the first (*Introit*: 'This is how it began, the telling of a story that changed America …'; *Exit*: 'Obama, who had bowed his head in prayer, broke into a broad smile … Three times we all said amen') with the lethal coverage of Brazil's elite by the second. *Piauí* has developed the matter-of-fact, deadpan profile into an art more ruinous of its subjects than detraction could ever be. Cardoso, Dirceu and Serra have been among the victims, along with Márcio Thomaz Bastos – Lula's reptilian minister of justice until 2007 – and Rousseff's vice-president, Michel Temer. In the same impassive tone, the magazine has excavated some of the ugliest episodes and niches of public life: financial brawls, congressional shenanigans, legal enormities.

Two exposés stand out as calm engravings of Brazilian equity and justice. In a miniature masterpiece, Moreira Salles detailed the fate of the housekeeper who saw Palocci entering his lacustrine brothel in Brasilia. A 24-year-old from Piauí, earning $50 a week, he found his bank account had been broken

into by the president of the Federal Savings Bank, one Jorge Mattoso – fresh from a meeting in the presidential palace – looking for evidence that the boy had been paid for his testimony by the opposition. Violation of banking secrecy is a crime in Brazil. An hour later, Mattoso delivered print-outs to Palocci in person at his residence, showing that $10,000 had been deposited in the boy's account. Palocci ordered the federal police, who had the boy under lock and key, to investigate him on suspicion of bribery and false witness. When it emerged that the money had been paid by the boy's father, the owner of a bus company who had until then refused to acknowledge him, in order to fend off any chance of a paternity suit, he had to be released, and the police brought criminal charges against Palocci and Mattoso. Palocci had to step down as minister, but the attorney-general reduced the charges against him and four years later the Supreme Court acquitted him by five votes to four. Today, this toad squats in power once more, now chief of staff to the new president. The young man he sought to frame never got a job in the city again.

What of the Supreme Federal Tribunal that absolved him? Daumier would have been hard-pressed to depict it. Supposedly concerned with constitutional issues alone, it handles – if that is the right word – some 120,000 cases a year, or 30 a day per member of the court. Lawyers transact with judges in private, and on receiving favourable verdicts, have been known – in full view – to hug, indeed wine and dine, the justices responsible for them. Of the 11 current members of the tribunal, six of them appointed by Lula, two have been convicted of crimes in lower courts. One, appointed by Collor, his cousin, made legal history by guaranteeing immunity to a defendant in advance of his trial, but was saved from removal by his peers to 'preserve the honour of the court'. Another, a friend of Cardoso, supported the military coup of 1964, and could not even boast a law degree. A third, on casting a crucial vote to acquit Palocci, was thanked by the president in person for assuring 'governability'. Just retired is Eros Grau, once convicted of trafficking in influence, a particular favourite of Lula; dubbed 'Cupid' by colleagues, and author of a fifth-rate pornographic novel, he sought to get an associate onto the court in exchange for a vote to bury the *mensalão*.

Scenes like these, not vestiges of an older oligarchic regime, but part and parcel of the new popular-democratic order, preclude complacency about the prospects ahead, without abrogating them. Political and judicial criminality in Brazil, however repellent, is still – its apologists can point out – considerably less than in India, China or Russia, the other BRIC powers with which it is now conventional to compare it. Nor, as last year's presidential election showed again, is corruption a major concern of the masses, although it doesn't go unnoticed at the polls – it was partly responsible for the contest going to a second round. The victory of Dilma Rousseff was certainly, by proxy, Lula's greatest electoral triumph. A figure scarcely known to the population a few months earlier, who had never before confronted a voter, and did not possess a trace of charisma, polled – once chosen by him – not far from Lula's own scores, with a thumping second-round majority of 56 per cent: three million fewer votes than he won in 2006, three million more than in 2002. In Congress, where the PT for the first time became the largest party, and in the Senate, where it also made big gains, she commands the support of more than two-thirds of the legislature in each house – majorities Lula himself never enjoyed.

Rousseff owes her ascent to the vacuum around the presidency left by the scandals that eliminated Palocci and Dirceu as successors. After their fall, she had three advantages over any other possible contender. She was not a product of the PT, which she joined only in 2000, so, lacking any base in the party, from which Lula – publicly at least – had kept his distance once in the Planalto, posed no threat to him. She was good at something he was not: administration. As minister of energy she had ensured the country did not suffer the blackouts that had so damaged Cardoso's standing in his second term. Finally, she was a woman, around whom it was much easier to wrap the warmth of his own charisma than it would have been with a man. A colleague described the relationship between them, when she became his chief of staff, as not unlike that of father and daughter. In fact they are contemporaries – she is only two years younger than Lula – but the joint campaign they ran in 2010 would have been much more awkward with a male candidate.

In trajectory, not to speak of temperament, the contrasts between them are marked. Rousseff comes from an upper-middle-class family. Her father was a Bulgarian Communist who emigrated to Latin America in the 1930s, and did well in real estate in Belo Horizonte. Sent to good local schools, with private French and piano lessons at home, she was 17 when the military seized power in Brazil. At 19 she was part of a revolutionary underground carrying out armed actions in and around the city. Moving to Rio in 1968, she was involved in one of the most famous raids of the time: the expropriation of a chest containing two and half million dollars from the mistress of the most corrupt of all governors of São Paulo. In 1970 she was caught in São Paulo, tortured, and jailed for three years. On her release, she moved south to Porto Alegre, where her former companion in the underground, now her husband, was imprisoned. When the dictatorship loosened in the late 1970s, she got a job in the statistical bureau of Rio Grande do Sul, re-entering political life affiliated to the party led by Lula's chief rival on the left in the 1980s, Leonel Brizola, and gradually moving up to become secretary for energy under a PT governor. In 2002 Lula noticed her technical capability, and brought her to Brasilia. In political background a guerrilla rather than a trade-union leader, Rousseff, though highly controlled, is more explosive in character than Lula. Observing the way each handled disputes in the energy sector, a leading participant commented: 'He enjoys them like a spectator at a ping-pong game; her style is to hurl the racket.' No one doubts her toughness.

Of her convictions today, there can be less certainty. She came to prominence under Lula during the more radical phase of his government, so in neoliberal perception is associated with the dangers of an insidious statism and nationalism. There is no question that she has robustly defended the regalian rights of the Brazilian state to the reportedly huge deep-sea oil deposits off the country's coast, which multinational companies and domestic capital have been eyeing hungrily. She has promised not only an expansion of the housing and infrastructural programmes begun under Lula, but – a major new commitment – universal health coverage. At her inauguration, she went out of her way to pay tribute to the comrades who had fought the dictatorship as she had done, and fallen in the battle against it. But in restoring Palocci to power as chief of staff, and replacing Amorim as foreign minister by a complaisant envoy to Washington, she has designed her cabinet to reassure business and the United States that they have little to fear from the new administration. Holding down the minimum wage,

hiking interest rates and promising tighter controls on public spending, her first measures look not unlike the orthodox policies of Lula's first years in power.

Might the same parabola, curving towards radicalisation in a subsequent phase, be repeated? Or is the stock of readily available reforms exhausted? By common consent, steady GDP growth of at least 4.5 per cent a year is required to extend the social achievements of Lula's presidency. Though by Chinese or Indian standards this is a modest target, it exceeds the average Brazilian performance so far this century. Buoyant as it is at the moment, the economy is dogged by three deep underlying problems. Its savings rate remains extremely low, at a mere 17 per cent of national income, less than half that of India and a third that of China; so investment has stagnated at under 20 per cent of GDP, with spending on R&D at 1 per cent. Brazilian interest rates, on the other hand (currently over 11 per cent), have long been the highest of any major economy. Designed to curb inflation and attract the foreign capital needed to eke out domestic savings, these rates, combined with export gains and quantitative easing in the US, drove up the real to perilous heights – doubling in value against the dollar under Lula.

Finally, Brazilian trade has become steadily more dependent on agribusiness and mining, where the largest concentrations of domestic capital are to be found, while industry – where multinationals control the most important (automobile) sector – has receded. Between 2002 and 2009, the share of manufactures in Brazilian exports dropped from 55 to 44 per cent, while the share of raw materials soared from 28 to 41 per cent. China, responsible for so much of the prosperity of the Lula years, when it became the country's largest trade partner (by 2009, it was buying 18 times the value of the commodities it purchased from Brazil at the start of the century), is now threatening to swamp it with low-cost manufactures, whose import from the PRC rocketed 60 per cent last year. Historically, countries have achieved high living standards without wide-ranging industrialisation, but these have been sparsely populated settler or sylvan societies with high educational levels – Australia, New Zealand, Finland – exhibiting nothing like Brazil's measures of poverty or demographic profile. Against these can be set Brazil's vast natural resources – as much spare farmland as the US and Russia put together, as much renewable water as the whole of Asia, oil reserves floating the largest IPO in history – and its impressive, if sometimes inhibited, record of state-led enterprise, to which are owed the country's steel and aircraft industries, its breakthroughs in tropical agriculture, and its thriving petroleum giant. The opportunities for faster growth are certainly no less than the obstacles to it.

What balance sheet of the Brazilian experience set in motion under Lula, and still unfolding, is at this point possible? Viewed as a period in the political economy of Brazil, it can be regarded as contiguous with that of Cardoso, a development within the same matrix. Viewed as a social process, on the other hand, it has marked a distinct break. The external conditions for that change were unusually propitious. This was a time in which South America as a whole has been the scene of a shift to the left setting it apart from any other zone of the world. Chávez came to power in Venezuela well before, Kirchner in Argentina just after, Lula in Brazil. The following year, Tabaré Vázquez took Uruguay for the Frente Amplio. Thereafter, in succession, Bolivia, Ecuador and Paraguay elected the most radical presidents in their history. What lay behind this global exception were two distinguishing features of

the region. It was here, under supervision from Chicago and Harvard, that neoliberalism was first introduced and shock therapy applied by Pinochet in Chile and Sánchez de Losada in Bolivia, and that privatisations by Menem in Argentina outdid those in Russia.

But it was here too that the first popular uprising against a neoliberal package erupted, in the *caracazo* that led to the end of the old order in Venezuela. Economically, the parameters of the neoliberal period were rarely rolled back (Venezuela is the exception, since they were never successfully imposed there in the first place). But they were never popular, and their architects fell into a political discredit that their northern counterparts, even today mostly unscathed by 2008, have escaped. Here the other particularity of the region kicked in. Latin America is the only part of the world to have produced a century of radical revolts against the established order, stretching back in more or less unbroken sequence to the Mexican Revolution of 1910. In different periods these have taken different forms, but their underlying impetus has been much the same, and despite every kind of repression or deflection, has yet to be checked: armed insurrections in El Salvador and Brazil in the 1920s; popular front in Chile, peasant risings in Peru in the 1930s; military jacobinism in Argentina in the 1940s; worker militias in Bolivia, expropriations in Guatemala, revolution in Cuba in the 1950s; guerrillas from Colombia to Uruguay in the 1960s; victory at the polls in Chile, on the streets in Nicaragua in the 1970s; civil wars in Central America in the 1980s; overthrow of the oligarchy in Venezuela in the 1990s. The electoral harvest of the new century is a mutation out of the same soil.

The generation that came to power in this period had lived through two kinds of defeat: by the military dictatorships that crushed the left in the aftermath of the Cuban Revolution, and by the free market systems that were in part the price, in part the upshot, of democratisation. These formed a single legacy. Earlier forms of radicalism, political or economic, were ruled out of court by their succession. But there was little real social adhesion to the neoliberal regimes for which the generals had paved the way. When their time ran out, the leaders who came after them respected, pragmatically, the rules the generals had imposed, but could not altogether put aside memories of a more insurgent past, and the loyalties that went with them, still less overlook the constituencies excluded from the new order. Venezuela, which never knew a military dictatorship during the high tide of continental counter-revolution, nor – the two absences were closely connected – a neoliberal stabilisation in its wake, was the exception, Chávez operating in other, more underdetermined conditions.

Brazil, on the other hand, can be taken as the epitome of the general pattern. For most of its history, by reason of language, size and geography, the country was rather isolated from the rest of Latin America. As late as the mid-1960s, Brazilian intellectuals were more likely to have spent time in France than to have visited any neighbouring society. Once the military tyrannies took over, the common experiences of underground work, imprisonment or exile – Cuba and Mexico the chief refuges – changed this. For the first time, politically active Brazilians were connected in a continental network with their opposite numbers in the Spanish-speaking Americas. The solidarities of that period continue to inhabit the political landscape today among governments of the left, cradling Brazil within a hospitable environment. In a regional dialectic, the differences between them have

often worked to mutual advantage, Lula extending a mantle of protective friendship to regimes – Bolivia, Venezuela, Ecuador – more radical than his own, while benefiting in international opinion from favourable comparison of his moderation to their extremism.

In the same period, the international context has been as benign for Brazil as the regional setting. On the one hand, the United States lost concentration as continental overlord once it declared the War on Terror in the Middle East and beyond. With Iraq, Afghanistan, Yemen, Pakistan, Egypt as the frontlines of American strategy, there was little attention to spare for the hemisphere. Bush paid one distracted visit to Brasilia, and Obama is making another this month. There will be effusive greetings for the first mulatto president of the United States, as Brazilians see him, who had their own long ago. But no one thinks the call will be much more than ceremonial. The traditional mechanisms of supervision, still in working order in Cardoso's time, have rusted. Not just the military expeditions to the Orient of the last decade, but the financial bubble preceding and accompanying them, have tilted the relationship between the two states in Brazil's favour. Once the American economy became dependent on ever greater injections of cheap money – first under Clinton and Bush through very low interest rates, now under Obama thanks also to the printing press – the external capital needed to keep the Brazilian economy growing became more and more available, at less and less cost. If the flow now even risks overwhelming the real, that is only another, perverse sign of the alteration in their respective positions. For Brazil, still more decisive has been the ascent of China as a countervailing economic power, the principal market for its two leading exports and the mainstay of its trade balance. The long Chinese boom has affected virtually every part of the world. But Brazil is arguably the country where it has made the greatest difference. As the US dipped and the PRC swelled, the winds allowed passage to a new social direction.

Its upshot remains, for the moment, undecidable. There is no doubt that an emancipation has occurred. But might Brazilian history supply an unsettling analogy? In the late 19th century, slavery was abolished in Brazil virtually without bloodshed, in contrast to the slaughter with which its end, not even originally intended, was accompanied in the United States. But it was not only the cost in life that was low. The cost in property was also low, for emancipation came late, when the slave population was dwindling, and the slave economy in advanced stages of decline. It wasn't a purely elite affair; popular abolitionism took many imaginative initiatives in its quietus. But when it came, slave-owners were not all ruined, and slaves gained legal freedom alone. Socially, the after-effects were modest: principally, increased white immigration from Europe.

Could there be, mutatis mutandis, some resemblance with the Bolsa Família, *crédito consignado*, minimum wage? Lula liked to say: 'It's cheap and easy to look after the poor.'[11] Uplifting, or disturbing? In its moral ambiguity might lie one kind of epitaph on his rule. Compared with his predecessors, he had the imagination, born of social identification, to see that the Brazilian state could afford to be more generous to the least well-off, in ways that have made a substantial difference to their lives. But these concessions have come at no cost to the rich or comfortably-off, who in any absolute reckoning have done even better – far better – during these years. Does that really matter, it can be asked: isn't this just the definition of the most desirable of all economic outcomes, a Pareto optimum? Were the pace of growth to falter, however, the descendants of slaves might live out an

aftermath not so different from that of emancipation. From the time of its adoption, just after slavery was gone, the Comtean motto inscribed on the banner of the nation – *Ordem e Progresso* – has long been a hope fluttering in the wind. Progress without conflict; distribution without redistribution. How common are they, historically?

Yet perhaps this time it will not be the same. The last decade has not seen any mobilisation of the popular classes in Brazil. The fear of disorder and acceptance of hierarchy, which still set them apart within Latin America, are legacies of slavery. But though material betterment is not social empowerment, one can lead to the other. The sheer electoral weight of the poor, juxtaposed against the sheer scale of economic inequality, not to speak of political injustice, makes Brazil a democracy unlike any society in the North, even those where class tensions were once highest, or the labour movement strongest. The contradiction between the two magnitudes has only just begun to work itself out. Should passive improvement ever become active intervention, the story would have another ending.

~~We hope you enjoyed reading this free essay from the *London Review of Books*. **Register for free** for immediate access to the entire essay, and enjoy 24 hours of access to the entire LRB archive of over 12,500 essays and reviews.~~

[*] For English versions of de Oliveira's essays see *New Left Review* 24 (November-December 2003) and 42 (November-December 2006).

[†] 'A coisa mais fácil para ... um presidente da República é cuidar dos pobres. Não tem nada mais barato do que cuidar dos pobres.' This was said in a speech to new ministers on 31 March 2010. By then it had become a sort of motto, repeated on many occasions.

COMENTÁRIOS EM DESENVOLVIMENTISTAS.COM

Lula's Brazil", de Perry Anderson (London
Review of Books)
Para: "Mauricio David" <mauriciodavid@terra.com.br>

Perry Anderson, um dos expoentes da escola britânica marxista e atualmente professor na Universidade da Califórnia em seu campus de Los Angeles, acaba de publicar na prestigiosa revista London Review of Books um instigante ensaio sobre o significado político, econômico e social deste fenômeno que se está convencionando chamar de "lulismo" *(ver os ensaios que circulamos

anteriormente sobre o tema, em especial as contribuições de Rudá Ricci e André Singer). O ensaio de Perry Anderson é uma contribuição muito importante para um melhor entendimento do Brasil dos dias de hoje. Uma leitura imprescindível, portanto, que recomendamos com ênfase. O texto integral do ensaio publicado na London Review of Books se encontra no arquivo em anexo. Relacionamos também abaixo comentários críticos de Cesar Felicio e de Mansueto de Almeida : Os dois lados da glória lulista <http://2.bp.blogspot.com/-I4qXUqV5vb8/TZBcIYYWYQI/AAAAAAAAR54/GuH4Cs3RL2A/s1600/CESAR+FELICIO.jpg>
Produziu certo alvoroço entre petistas nas redes sociais o longo artigo sobre Lula e o Brasil publicado nos últimos dias pelo historiador inglês Perry Anderson na "London Review of Books". Petistas atuantes no "twitter" chamaram a atenção ao artigo como se ele fosse uma chancela internacional ao ex-presidente, um sinal de reconhecimento acadêmico do exterior ao ineditismo e à excelência do ex-sindicalista como governante. Algo muito apropriado para a semana em que Lula se tornará doutor em Coimbra.

Um dos expoentes da escola britânica marxista e hoje professor na UCLA, na Califórnia, Anderson de fato coloca Lula em um alto pedestal no artigo singelamente chamado de "Lula"s Brazil". A leitura completa do texto mostra, contudo, que Anderson passou a uma distância muito grande da realização de um panegírico.

Marxista britânico elogia Lula, mas relativiza êxitos

O autor inicia afirmando que "por qualquer critério que se analise, Lula é o mais bem sucedido político de seu tempo". Isto, segundo Anderson em razão de "um conjunto excepcional de qualidades pessoais, uma mistura de sensibilidade social acolhedora e um cálculo político frio, para não falar de seu bom humor e de seu charme pessoal". E o símbolo mais evidente do sucesso seria o fato de Lula ter conseguido a rara façanha em regimes democráticos de terminar a sua administração com mais popularidade do que no momento que entrou. É realmente uma soma de adjetivos elogiosos que poucos acadêmicos no Brasil ousariam enfileirar em um artigo para uma revista erudita.

Mas Anderson dedica um generoso espaço a analisar em seu artigo os piores momentos do lulismo. O historiador assume como um dado factual a existência de um esquema mensal de propinas a políticos, o chamado "mensalão", que provocou a crise política de 2005. Anderson não procura negar a existência do "mensalão", como faz Lula, mas apenas busca colocá-lo em uma perspectiva histórica.

Relata que a corrupção é disseminada no sistema político brasileiro e uma evidência disso seria o fato de cerca de um quarto do Congresso sofrer acusações judiciais no final do segundo mandato do ex-presidente. Ressalta que as eleições no Brasil, em proporção com a renda do País, são as mais dispendiosas do continente. Lembra que a força de Lula nas urnas não era proporcional ao tamanho da base governista no parlamento. Comenta que o então ministro José Dirceu queria estabelecer uma aliança com o PMDB, mas

que Lula preferiu pactuar com partidos pequenos. "O mensalão, ou o pagamento mensal de propina, foi concebido para eles", afirma Anderson, que se arrisca a uma avaliação: " em termos financeiros, a corrupção da qual o PT se beneficiou e presidiu foi provavelmente mais sistemática do que qualquer uma que a tenha precedido".

O historiador relembra que Lula só não sofreu um pedido de impeachment porque Fernando Henrique e José Serra avaliaram que o PSDB poderia ter sucesso nas urnas se enfrentasse um Lula enfraquecido em 2006. "Raras vezes na história houve um cálculo político tão equivocado", comenta.

Anderson matiza o alcance social e político das mudanças que teriam sido desencadeadas na era Lula, ao traçar a diferença entre o ex-presidente e Getúlio Vargas: "no poder, Lula não mobilizou nem incorporou o eleitorado que o aclamou. Não houve novas estruturas que deram forma à participação popular. A assinatura de seu mando foi a desmobilização. Os sindicatos organizavam mais de 30% da força de trabalho formal nos anos 80, hoje é 17%. Este declínio o procedeu, mas ele não o alterou", assinala. Considera também que as loas à criação de uma "nova classe média" repousam no que chamou de um "artifício de categorização, no qual não se considera pobre famílias que chegam a receber menos de US$ 7 mil por ano, ao contrário do que ocorre em outros lugares". Anderson questiona até mesmo a redução da desigualdade de renda durante o período de Lula. "Esta crença deve ser vista com ceticismo", afirma, citando duas razões: os dados estatísticos não conseguem distinguir a faixa dos "super-ricos" do topo da pirâmide social e sub-avaliam os ganhos de capital da parcela investidora da população.

Na parte final do artigo, Anderson discorre sobre as diferenças de análise dos dois principais estudiosos do lulismo, o ex-porta-voz da presidência André Singer e o sociólogo Chico de Oliveira e chama a atenção para o relativo emudecimento do PT sobre a polêmica entre ambos. "O PT virou uma máquina de gerar votos, mas perdeu suas asas intelectuais", observa.

O saldo geral da avaliação de Anderson sobre os oito anos de Lula é evidentemente positivo. Não apenas pelos atributos pessoais citados pelo autor logo no início, mas pela capacidade do Brasil de ter atravessado de maneira relativamente indolor a maior crise econômica global desde 1929. Destaca que sua legado histórico se amplificou no momento em que evitou a moderação e radicalizou suas políticas. Evita compará-lo a Perón ou Chávez e o aproxima de Roosevelt e Mandela. Mas o autor de amplos estudos da evolução histórica como "Linhagens do Estado Absolutista", sobretudo com orientação marxista que tem, jamais deixaria de relativizar o êxito de um líder político face às condições que propiciaram seu protagonismo.
(César Felício /Valor Economico/ 28Mar2011)

.-

O Brasil de Lula

28/03/2011 por Mansueto <http://mansueto.wordpress.com/author/mansueto/> de

Almeida

Este é o titulo do instigante e longo artigo do historiador marxista Perry Anderson da UCLA publicado recentemente no periódico *London Review of Books * <http://mansueto.files.wordpress.com/2011/03/lula_s-brazil.pdf>* *. O artigo começa com uma afirmação que é raro um governante ter uma popularidade maior na saída do que no ínicio do seu mandato. O único caso que foge essa regra é o caso recente do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Por que? É justamente isso que o artigo tenta responder.

O artigo é um bom retrospecto dos últimos oito anos e não poupa o escândalo do mensalão, a queda do ministro Palocci e o oportunismo de alguns politicos brasileiros que utilizam a troca de partidos como forma de se aproximar do governo de plantão. O artigo é rico em dados e me impressionou o conhecimento que um acadêmico não brasileiro tem dos detalhes que comenta ao longo do texto.

Há várias informações interessantes. Por exemplo, na pp. 5, Anderson fala que as eleições no Brasil em comparação com o PIB é a mais cara das Américas e, em termos absolutos, se aproxima dos EUA. Em 1996, a campanha do presidente Clinton para Casa Branca custou US$ 43 milhões, valor próximo a campanha do ex-presidente FHC para o palácio do Planalto em 1994 de US$ 41 milhões. Embora não seja novidade para brasileiros, o autor mostra como o mix de politicas sociais infladas pelos aumentos reais do salário mínimo, em conjunto com a recuperação econômica a partir de 2004, teve grande influência na reeleição do ex-presidente Lula, apesar do mensalão.

Anderson faz uma análise das versões históricas sobre o governo Lula baseado em três visões distintas. Na primeira visão, o governo Lula seria mais um na lista de governos populistas com um líder carismático na linha de Getúlio Vargas ou de Perón na Argentina.

Na segunda visão, baseada na análise de André Singer, "o Lulismo" seria algo muito mais próximo ao governo de Franklin Delano Roosevelt (FDR) que retirou milhares da pobreza e iniciou uma série de reformas importantes para a constituição da classe média americana no pós-guerra. De acordo com essa linha, as vitórias de Lula em 2002 e 2006 poderiam ser comparadas as FDR em 1932 e 1936. Na primeira eleição, a vitória veio de uma ampla maioria e, na segunda, a vitória foi liderada pela votação dos eleitores de renda mais baixa. Até mesmo a oposição de círculos mais conservadores ao governo Lula seria semelhante a violenta oposição dos conservadores ao governo Roosevelt.

A terceira visão do contexto histórico do governo Lula é baseado na análise do sociólogo Francisco Oliveira que mostra a aliança do governo Lula com o capital financeiro e do uso do aparelho burocrático do estado, em especial, dos fundos de pensão pelos sindicatos que antes criticavam a aliança entre o Estado e a elite empresarial.

O autor parece simpatizar com a terceira visão acima e mostra que o Brasil

passou por um processo de desmobilização política e cultural quando comparado há 30 ou 50 anos atrás e que há ainda grande continuidade na política econômica. Do lado social, Anderson identifica uma ruptura para melhor, apesar da política de combate à pobreza no Brasil ser, preponderantemente, resultado de politicas de transferências de renda ao invés de alguma mudança substancial na estrutura da sociedade; um paralelo que o autor faz com a África do Sul pós-apartheid.

Longe de ser uma exaltação ao governo Lula, o artigo tem uma abordagem crítica, apesar do resultado positivo do governo Lula como mostra o autor desde o início do artigo.

"Bruno Galvão Santos" <bgdossantos@yahoo.com.br> Mar 28 08:45AM -0700

É anti factual o mensalão: não houve pagamento mensal para deputados. Os dados comprovam isso. O que ocorreu provavelmente foi mistura de corrupção e caixa 2. O Roberto Jefferson mentiroso e corrupto estava mentindo quando disse do mensalao. Mas, como ele virou heroi do Brasil (a elite brasileira está a altura dele), ficamos com a invenção dele. Não reconhecer que o governo foi muito menos corrupto do que o do FH é uma ignorância impressionante. Governo que se faz escandalo com viagens para Buenos Aires ou pagamento de R$ 50 mil ou é muito pouco corrupto ou se está escondendo o mais importante. O que se mostrou no mensalão equivale a menos de 0,01% do orçamento no período.

Visite São Bartolomeu - o mais antigo distrito da região de Ouro Preto

clique:
www.saobartolomeu.com

--- Em seg, 28/3/11, gustavo santos <gustavoag.santos@gmail.com> escreveu:

De: gustavo santos <gustavoag.santos@gmail.com>
Assunto: Fwd: Dica de leitura : " Lula's Brazil", de Perry Anderson (London Review of Books)
Para: "desenvolvimentistas@googlegroups.com" <desenvolvimentistas@googlegroups.com>
Data: Segunda-feira, 28 de Março de 2011, 12:31

---------- Mensagem encaminhada ----------
De: "Mauricio David" <mauriciodavid@terra.com.br>
Data: 28/03/2011 12:00
Assunto: Dica de leitura : " Lula's Brazil", de Perry Anderson (London Review of Books)
Para: "Mauricio David" <mauriciodavid@terra.com.br>

Perry Anderson, um dos expoentes da escola britânica marxista e atualmente professor na Universidade da Califórnia em seu campus de Los Angeles, acaba de publicar na prestigiosa revista London Review of Books um instigante ensaio sobre o significado político, econômico e social deste fenômeno que se está convencionando chamar de "lulismo" *(ver os ensaios que circulamos anteriormente sobre o tema, em especial as contribuições de Rudá Ricci e André Singer).
O ensaio de Perry Anderson é uma contribuição muito importante para um melhor entendimento do Brasil dos dias de hoje. Uma leitura imprescindível, portanto, que recomendamos com ênfase. O texto integral do ensaio publicado na London Review of Books se encontra no arquivo em anexo.
Relacionamos também abaixo comentários críticos de Cesar Felicio e de Mansueto de Almeida :

Os dois lados da glória lulista

Produziu certo alvoroço entre petistas nas redes sociais o longo artigo sobre Lula e o Brasil publicado nos últimos dias pelo historiador inglês Perry Anderson na "London Review of Books". Petistas atuantes no "twitter" chamaram a atenção ao artigo como se ele fosse uma chancela internacional ao ex-presidente, um sinal de reconhecimento acadêmico do exterior ao ineditismo e à excelência do ex-sindicalista como governante. Algo muito apropriado para a semana em que Lula se tornará doutor em Coimbra.

Um dos expoentes da escola britânica marxista e hoje professor na UCLA, na Califórnia, Anderson de fato coloca Lula em um alto pedestal no artigo singelamente chamado de "Lula"s Brazil". A leitura completa do texto mostra, contudo, que Anderson passou a uma distância muito grande da realização de um panegírico.

Marxista britânico elogia Lula, mas relativiza êxitos

O autor inicia afirmando que "por qualquer critério que se analise, Lula é o mais bem sucedido político de seu tempo". Isto, segundo Anderson em razão de "um conjunto excepcional de qualidades pessoais, uma mistura de sensibilidade social acolhedora e um cálculo político frio, para não falar de seu bom humor e de seu charme pessoal". E o símbolo mais evidente do sucesso seria o fato de Lula ter conseguido a rara façanha em regimes democráticos de terminar a sua administração com mais popularidade do que no momento que entrou. É realmente uma soma de adjetivos elogiosos que poucos acadêmicos no Brasil

ousariam enfileirar em um artigo para uma revista erudita.

Mas Anderson dedica um generoso espaço a analisar em seu artigo os piores momentos do lulismo. O historiador assume como um dado factual a existência de um esquema mensal de propinas a políticos, o chamado "mensalão", que provocou a crise política de 2005. Anderson não procura negar a existência do "mensalão", como faz Lula, mas apenas busca colocá-lo em uma perspectiva histórica.

Relata que a corrupção é disseminada no sistema político brasileiro e uma evidência disso seria o fato de cerca de um quarto do Congresso sofrer acusações judiciais no final do segundo mandato do ex-presidente. Ressalta que as eleições no Brasil, em proporção com a renda do País, são as mais dispendiosas do continente. Lembra que a força de Lula nas urnas não era proporcional ao tamanho da base governista no parlamento. Comenta que o então ministro José Dirceu queria estabelecer uma aliança com o PMDB, mas que Lula preferiu pactuar com partidos pequenos. "O mensalão, ou o pagamento mensal de propina, foi concebido para eles", afirma Anderson, que se arrisca a uma avaliação: " em termos financeiros, a corrupção da qual o PT se beneficiou e presidiu foi provavelmente mais sistemática do que qualquer uma que a tenha precedido".

O historiador relembra que Lula só não sofreu um pedido de impeachment porque Fernando Henrique e José Serra avaliaram que o PSDB poderia ter sucesso nas urnas se enfrentasse um Lula enfraquecido em 2006. "Raras vezes na história houve um cálculo político tão equivocado", comenta.

Anderson matiza o alcance social e político das mudanças que teriam sido desencadeadas na era Lula, ao traçar a diferença entre o ex-presidente e Getúlio Vargas: "no poder, Lula não mobilizou nem incorporou o eleitorado que o aclamou. Não houve novas estruturas que deram forma à participação popular. A assinatura de seu mando foi a desmobilização. Os sindicatos organizavam mais de 30% da força de trabalho formal nos anos 80, hoje é 17%. Este declínio o procedeu, mas ele não o alterou", assinala. Considera também que as loas à criação de uma "nova classe média" repousam no que chamou de um "artifício de categorização, no qual não se considera pobre famílias que chegam a receber menos de US$ 7 mil por ano, ao contrário do que ocorre em outros lugares". Anderson questiona até mesmo a redução da desigualdade de renda durante o período de Lula. "Esta crença deve ser vista com ceticismo", afirma, citando duas razões: os dados estatísticos não conseguem distinguir a faixa dos "super-ricos" do topo da pirâmide social e sub-avaliam os ganhos de capital da parcela investidora da população.

Na parte final do artigo, Anderson discorre sobre as diferenças de análise dos dois principais estudiosos do lulismo, o ex-porta-voz da presidência André Singer e o sociólogo Chico de Oliveira e chama a atenção para o relativo emudecimento do PT sobre a polêmica entre ambos. "O PT virou uma máquina de gerar votos, mas perdeu suas asas intelectuais", observa.

O saldo geral da avaliação de Anderson sobre os oito anos de Lula é evidentemente positivo. Não apenas pelos atributos pessoais citados pelo autor logo no início, mas pela capacidade do Brasil de ter atravessado de maneira relativamente indolor a maior crise econômica global desde 1929. Destaca que sua legado histórico se amplificou no momento em que evitou a moderação e radicalizou suas políticas. Evita compará-lo a Perón ou Chávez e o aproxima de Roosevelt e Mandela. Mas o autor de amplos estudos da evolução histórica como "Linhagens do Estado Absolutista", sobretudo com orientação marxista que tem, jamais deixaria de relativizar o êxito de um líder político face às condições que propiciaram seu protagonismo. (César Felício /Valor Economico/ 28Mar2011)

.-

O Brasil de Lula
28/03/2011 por Mansueto de Almeida

Este é o titulo do instigante e longo artigo do historiador marxista Perry Anderson da UCLA publicado recentemente no periódico London Review of Books . O artigo começa com uma afirmação que é raro um governante ter uma popularidade maior na saída do que no ínicio do seu mandato. O único caso que foge essa regra é o caso recente do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Por que? É justamente isso que o artigo tenta responder.
O artigo é um bom retrospecto dos últimos oito anos e não poupa o escândalo do mensalão, a queda do ministro Palocci e o oportunismo de alguns politicos brasileiros que utilizam a troca de partidos como forma de se aproximar do governo de plantão. O artigo é rico em dados e me impressionou o conhecimento que um acadêmico não brasileiro tem dos detalhes que comenta ao longo do texto.
Há várias informações interessantes. Por exemplo, na pp. 5, Anderson fala que as eleições no Brasil em comparação com o PIB é a mais cara das Américas e, em termos absolutos, se aproxima dos EUA. Em 1996, a campanha do presidente Clinton para Casa Branca custou US$ 43 milhões, valor próximo a campanha do ex-presidente FHC para o palácio do Planalto em 1994 de US$ 41 milhões. Embora não seja novidade para brasileiros, o autor mostra como o mix de politicas sociais infladas pelos aumentos reais do salário mínimo, em conjunto com a recuperação econômica a partir de 2004, teve grande influência na reeleição do ex-presidente Lula, apesar do mensalão.
Anderson faz uma análise das versões históricas sobre o governo Lula baseado em três visões distintas. Na primeira visão, o governo Lula seria mais um na lista de governos populistas com um líder carismático na linha de Getúlio Vargas ou de Perón na Argentina. Na segunda visão, baseada na análise de André Singer, "o Lulismo" seria algo muito mais próximo ao governo de Franklin Delano Roosevelt (FDR) que retirou milhares da pobreza e iniciou uma série de reformas importantes para a constituição da classe média americana no pós-guerra. De acordo com essa linha, as vitórias de Lula em 2002 e 2006 poderiam ser comparadas as FDR em 1932 e 1936. Na primeira eleição, a vitória veio de uma ampla maioria e, na segunda, a vitória foi liderada pela votação dos eleitores de renda mais baixa. Até mesmo a oposição de círculos mais conservadores ao governo Lula seria semelhante a violenta oposição dos conservadores ao governo Roosevelt.
A terceira visão do contexto histórico do governo Lula é baseado na análise do sociólogo Francisco Oliveira que mostra a aliança do governo Lula com o capital financeiro e do uso do aparelho burocrático do estado, em especial, dos fundos de pensão pelos sindicatos que

antes criticavam a aliança entre o Estado e a elite empresarial.
O autor parece simpatizar com a terceira visão acima e mostra que o Brasil passou por um processo de desmobilização política e cultural quando comparado há 30 ou 50 anos atrás e que há ainda grande continuidade na política econômica. Do lado social, Anderson identifica uma ruptura para melhor, apesar da política de combate à pobreza no Brasil ser, preponderantemente, resultado de politicas de transferências de renda ao invés de alguma mudança substancial na estrutura da sociedade; um paralelo que o autor faz com a África do Sul pós-apartheid.
Longe de ser uma exaltação ao governo Lula, o artigo tem uma abordagem crítica, apesar do resultado positivo do governo Lula como mostra o autor desde o início do artigo.

ENTREVISTAS

Entrevista - Alain Touraine:'O perigo de um retrocesso (no Brasil) existe'

DEU EM O GLOBO

O sociólogo francês Alain Touraine diz que governo Dilma Rousseff é uma incógnita e critica autoritarismo de setores do PT

SÃO PAULO. Um dos mais respeitados intelectuais franceses, o sociólogo Alain Touraine, de 85 anos, diretor da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, apresenta amanhã, em São Paulo, o seminário "Queda e renascimento das

sociedades ocidentais".

Touraine chegou ontem à capital paulista e, em entrevista ao GLOBO, falou sobre o temor de um retrocesso no Brasil, após a eleição de Dilma Rousseff. Apesar de elogiar os governos Fernando Henrique e Lula, frisou que o país tem um passado marcado pelo populismo e alertou para o autoritarismo de "segmentos do PT": — A verdade é que não sabemos o que será o governo da nova presidente.

O intelectual também acredita que o tucano José Serra é peça fundamental para a oposição.

Márcia Abos

O GLOBO: Como o senhor vê as transformações da sociedade brasileira nos últimos 16 anos? Como avalia a vitória de Dilma Rousseff?

ALAIN TOURAINE: Uma coisa é clara. O Brasil tem um sistema político horrível, corrupto. Fernando Henrique Cardoso, em seus oito anos de governo, construiu as instituições. Fez uma transição perfeita para entregar a Presidência a seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva.
Lula, por sua vez, realizou transformações sociais, tirando dezenas de milhões de brasileiros da miséria e da exclusão.
Graças aos dois, em igual importância, o Brasil tem os elementos básicos para desenvolver um novo tipo de sociedade. Mas não sou necessariamente otimista. Não sabemos o que acontecerá daqui para a frente. A nova presidente (Dilma) foi inventada por Lula. O Brasil tem um longo passado de populismo e a ameaça persiste devido ao nível de desigualdade social extremamente elevado. Após 16 anos dos governos FHC e Lula, é impossível questionar o potencial do Brasil. Mas o perigo de um retrocesso existe, até porque o passado do PT está longe de ser perfeito. Lula não foi autoritário, mas segmentos do PT o são. A ideia de Dilma esquentar a cadeira por quatro anos para Lula também me desagrada. Em uma democracia, não pode haver presidente interino. A verdade é que não sabemos o que será o governo da nova presidente, porque ela não tem experiência política. Mas eu acredito que o Brasil tem tudo para ser o lugar em que uma nova sociedade surgirá. Não vejo muitos outros países no mundo que tenham chances tão boas quanto o Brasil. José Serra, candidato derrotado do PSDB, deu a entender que fará com seu partido uma oposição mais dura ao governo Dilma, diferente da postura de seu partido frente a Lula.

Como o senhor vê a polarização entre os dois maiores partidos brasileiros?

TOURAINE: Neste momento, Dilma é Lula. Ninguém sabe nada sobre ela. Ela pode ter tendências populistas ou fazer um fantástico governo, não sabemos. O fato é que, depois de Lula, era impossível para José Serra vencer. Ele é extremamente competente, honesto e sério. Na oposição, é um ativo valioso para o Brasil frente aos riscos de irresponsabilidade e populismo.

Para o senhor, como a globalização transformou a sociedade pós-moderna?

TOURAINE: Globalização significa muito mais que internacionalização.Significa que nenhuma instituição política, social ou religiosa é capaz de controlar um sistema econômico globalizado.
Portanto, minha principal ideia é que a globalização significa o fim da sociedade. A diversidade dos atores é mais importante do que o sistema. O que restou é o mercado puro. Vivemos agora em uma não sociedade, na qual as pessoas estão interessadas em coisas sem significado. Eliminar significados tem sido a aventura da Europa nos últimos 20 anos. Por exemplo, o desenvolvimento industrial sendo eliminado para dar lugar ao mercado financeiro: dinheiro pelo dinheiro. Na vida privada, teorias românticas do século XIX deram lugar ao erotismo, à pornografia, ao sexo sem comunicação, emoção ou intenção. Interesse e desejo são a mesma coisa. Minha pergunta é se é possível reconstruir uma vida social a partir de nenhum elemento social, pois eles despareceram ao longo do caminho.

E é possível? Há esperança para a vida em sociedade?

TOURAINE: O único movimento político realmente forte hoje é a ecologia. Pela primeira vez na História abandonamos a velha filosofia de Descartes ou Bacon de que a cultura domina a natureza. Pela primeira vez estamos preocupados em salvar a natureza sem destruir a civilização e vice-versa. Outra força antropológica pela qual tenho grande interesse é o movimento feminista. Mulheres em geral têm uma visão de sociedade que é o contrário do modelo masculino de tensão extrema, polarização. Mulheres buscam a conciliação em vez da oposição. No entanto, o feminismo ainda não existe como força política. O sexismo domina. Já avançamos, mas as mulheres continuam tratadas como vítimas. Ninguém as menciona como alguém que faz coisas. São mais criativas que os homens, mas, por enquanto, aparecem como vítimas, principalmente da violência doméstica. A terceira força do que seria esta nova sociedade está no indivíduo, no direito a ter direitos, como dizia Hannah Arendt. Ninguém sabe o que democracia significa hoje, cada um tem sua definição. Para mim, democracia é ampliar o acesso de todos a serviços e bens básicos, como educação e saúde, entre outras coisas. É possível reconstruir uma sociedade baseada em termos não sociais universais, tais como a ecologia e os direitos individuais. Sou um grande defensor da ideia de universalização. É fundamental reconhecer e garantir valores universais como, por exemplo, a liberdade religiosa. Recriar formas de vida coletiva e privada baseadas em princípios universais. Se viver mais um ano, penso em escrever um livro com minhas ideias a respeito dessa nova sociedade possível.

Por Evelyne Bechtold-Rogno, de Nouveaux Regards

Um balanço de oito anos do governo Lula: um social-liberalismo à brasileira, em um país que ganha importância maior na geopolítica regional e internacional. Conheça a análise do politólogo Franck Gaudichaud, doutor em Ciência Política e mestre em Civilização Hispanoamericana na Universidade Grenoble 3 (ILCEA), membro do Comitê de Redação da revista Dissidences e da Associação França-América Latina.

Traduzido por Mariana Ferreira Gomes Stelko, para Tlaxcala

.

Por Evelyne Bechtold-Rogno, de *Nouveaux Regards*

Um balanço de oito anos do governo Lula: um social-liberalismo à brasileira, em um país que ganha importância maior na geopolítica regional e internacional. Conheça a análise do politólogo Franck Gaudichaud, doutor em Ciência Política e mestre em Civilização Hispanoamericana na Universidade Grenoble 3 (ILCEA), membro do Comitê de Redação da revista Dissidences e da Associação França-América Latina.

P - Como se situa o Brasil numa perspectiva geopolítica, especialmente com respeito aos demais países latino-americanos?
R – Algumas cifras são esclarecedoras: o Brasil representa em extensão a metade do território Sul-americano e sua população supera 190 milhões de habitantes. É um gigante sob todos os pontos de vista. Sua economia se situa, aproximadamente, no oitavo ou nono lugar mundial, logo atrás da Espanha. Faz parte do grupo BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China, acrônimo que designa os grandes países chamados emergentes. Mas os dirigentes brasileiros rejeitam esse termo e consideram que representam uma economia "emergida".

É um país que, no plano diplomático e geopolítico, sempre buscou a autonomia, multilateralismo e certa independência. Desde que Lula governa, esse aspecto se acentuou ainda mais. O Brasil quer jogar na primeira divisão. Reclama, por exemplo, um lugar no Conselho de Segurança da ONU. É também um dos promotores do G-20, que foi concebido como um fórum econômico mais amplo que o G-8 e aberto a alguns países do Sul.

A vontade de se desenvolver de forma independente frente ao poder estadunidense levou o Brasil a dizer "não" ao projeto imperial da ALCA em 2005, junto da Venezuela e Argentina. É um fato que o voto do Brasil era absolutamente determinante já que dele dependia a continuidade do projeto. Por outro lado, não existe dúvida de que o Brasil desempenha um papel predominante no Mercosul e, em geral, é um país chave para pensar a integração econômica dos países da América Latina.

Assim, o Brasil teve um papel essencial na recente entrada da Venezuela nesse mercado comum. No entanto, ainda que o Brasil preconize a autonomia, não defende um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalismo, exatamente o contrário. No campo econômico atua seguindo uma orientação capitalista desenvolvimentista e, em alguns aspectos, neoliberal. Em suas relações com os países da região, se detecta um claro desejo de hegemonia de proximidade. Alguns autores falam de "semi-imperialismo" ou de "imperialismo periférico".

Várias empresas brasileiras são multinacionais que praticam uma política econômica agressiva com seus vizinhos: Petrobras, com o petróleo, ou Odebrecht, no âmbito da construção, provocaram conflitos importantes com países próximos, como a Bolívia ou o Equador... A mesma relação desigual se dá com o Paraguai, concernente aos recursos hidroelétricos comuns em Itaipu, onde o Paraguai foi privado de sua soberania no setor. A burguesia financeira e industrial brasileira (em especial a de São Paulo) defende assim suas prerrogativas no mercado mundial, o que, por outro lado, não impede os acordos estratégicos entre Brasil e Estados Unidos, com respeito, por exemplo, aos agrocombustíveis.

Do ponto de vista diplomático, a presidência atual tentou se esconder, ao apoiar os governos de esquerda ou centro-esquerda da região. Lula sempre apoiou Chávez (como, por exemplo, durante o golpe de Estado de abril de 2002), também mantém boas relações com o governo cubano e foi muito claro sobre a situação em Honduras diante do golpe contra o presidente Zelaya.

Além disso, Lula ameaçou não participar da Cúpula UE-América Latina de Madri, em maio, se Lobo – o presidente hondurenho golpista – estivesse presente (este último teve que desistir). Sua diplomacia favorece as relações Sul-Sul no plano diplomático, mas também no econômico. A China veio a ser um dos seus principais sócios econômicos: em oito anos, o comércio desse país com o Brasil aumentou 750%...

Seguindo um princípio de multipolaridade e buscando ter mais espaço no cenário mundial, o governo brasileiro rejeita as ingerências das grandes potências do Norte em assuntos dos países do Sul, o que explica seu apoio ao Irã frente aos Estados Unidos ou a denúncia das novas bases militares estadunidenses na Colômbia.

O Brasil investe no desenvolvimento da Unasul (União de Nações Sul-americanas), que responde à sua preocupação de independência política e consolidação econômica, com um projeto que prevê instaurar uma moeda e um parlamento comuns. Se se materializa, a dita união concentrará uma população de 360 milhões de habitantes e será, em extensão (17 milhões de km²), a maior união econômica, monetária e política do mundo.

Mas numerosos obstáculos ainda precisam ser superados, devidos às múltiplas competições econômicas intrarregionais e as tensões existentes entre os diferentes setores do capital, obstáculos que, paradoxalmente, foram criados pelas elites brasileiras ao defender sistematicamente seus interesses em detrimento da perspectiva de cooperação real.

As relações do Brasil com a União Europeia se inscrevem nessa preocupação de maior inserção competitiva no mercado mundial. O Brasil firmou com a França um importante contrato de fornecimento de armamento. O Mercosul está em negociação com a UE, ainda que se choque com o protecionismo europeu, sobretudo no terreno da agricultura.

P – Qual balanço se pode fazer ao final de oito anos de governo Lula?
R – Segundo vários analistas, as enormes decepções que seguiram a chegada do PT e do Lula ao governo em 2002 eram previsíveis. É verdade que uma parte da esquerda e dos movimentos sociais não havia analisado até que ponto a natureza e a orientação política do PT tinham mudado entre o começo dos anos 80 e a vitória eleitoral de 2002.

O PT foi fundado em fevereiro de 1980 a partir de uma oposição coletiva e popular radical à ditadura militar. Desde o final de 1978, sindicalistas, intelectuais, dirigentes de movimentos populares falavam da necessidade de criar no Brasil um novo partido independente, de classe e abertamente socialista. O PT foi um dos maiores partidos operários do mundo e continua sendo o partido de esquerda mais importante da América Latina.

No início, reuniu vários setores sociais mobilizados: sindicalistas, é certo que procedentes principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que representam sua coluna vertebral; militantes de movimentos associativos, de feministas, de bairros; mas também muitas comunidades cristãs de base, inspiradas na Teologia da Libertação. Em 20 anos, e depois de três derrotas eleitorais sucessivas nas eleições presidenciais, o partido mudou

muito. De um programa inicial anticapitalista, que prometia uma alternativa radical, o discurso se tornou cada vez mais moderado, de centro-esquerda.

Em 2002, o slogan da campanha de Lula era “Paz e amor”... Temos aqui um novo exemplo do que o britânico Perry Anderson analisou na Europa: “a esquerda ganhou seus galões de partido de governo depois de ter perdido a batalha das ideias”. O PT sofreu uma transformação de sua composição social, deixando um lugar cada vez maior para as classes médias e intelectuais num processo de institucionalização-burocratização do seu aparato e de sua direção, progressivamente ocupada pelos parlamentares e pelos diferentes eleitos em detrimento dos sindicalistas de ontem.

Apesar de tudo, a vitória de Lula em 2002 despertou muitas esperanças no país e inclusive em toda América Latina. Mas chegou o momento de fazer um balanço. O sociólogo Emir Sader fala do “enigma Lula”, que escaparia dos julgamentos já feitos. Outros sociólogos como Michael Löwy ou Atilio Boron são mais críticos, e este último aponta que esses dois mandatos foram marcados pelo “possibilismo conservador”. Seguramente, é possível constatar que Lula renegou os ideais do PT de 1980 em prol da estabilidade macroeconômica e dos interesses do capital, que ficaram muito acima das reformas sociais prometidas.

Há sinais evidentes de continuísmo da política de F. H. Cardoso (o governante anterior), com o argumento de que a salvação do Brasil continua sendo o mercado mundial, a exploração massiva de matérias primas e a abertura do país (e de sua mão de obra) para as transnacionais. Neste sentido, o “êxito” econômico é real: a economia do Brasil é uma das mais dinâmicas do mundo, com mais de 5 % de crescimento anual, e vista de Brasília a crise só foi uma “marolinha”, em palavras do próprio Lula.

Sem tocar na estrutura social, e com o aplauso dos grandes empresários e do FMI, o governo do Brasil pratica taxas de juros muito elevadas, para grande beneficio dos capitais especulativos internacionais. Este “êxito” tem como contraponto a manutenção, inclusive o incremento, das desigualdades sociais e de renda, o que constitui um dos principais problemas democráticos reais do país. O Brasil é uma espécie de “Suíça-Índia”, que reúne no mesmo território rendas extremas.

Mesmo assim, Lula não atuou sobre essas desigualdades estruturais: durante seu mandato, a renda dos mais pobres aumentou de maneira notável, porém a dos ricos ainda mais. Segundo o economista Pierre Salama, o número de brasileiros com mais de um bilhão de dólares em ativos financeiros cresceu mais de 19%, somente entre 2006 e 2007.

Outro problema ainda maior é que o Brasil embarcou em uma política de agronegócios, que inclui o cultivo intensivo de organismos geneticamente modificados e de agrocombustíveis, para grande alegria de empresas como a Monsanto, acolhidas com os braços abertos, mas com consequências sociais e ambientais desastrosas. Isto foi o que levou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a se demitir ao fim de alguns meses.

Nestas condições, a grande reforma agrária tão esperada, tão anunciada durante a campanha,

não foi cumprida. No Brasil, não poderá haver desenvolvimento alternativo, democrático e sustentável sem uma reforma agrária radical. Trata-se de um problema incontornável. Toda esta política foi um jato de água fria para os movimentos sociais e em particular para o Movimento dos Sem Terra (MST), que é o maior movimento social do continente (reúne vários milhões de militantes), é um dos mais interessantes por suas formas de auto-organização e da impressionante educação popular.

Sem dúvida, essas políticas públicas conservadoras foram favorecidas pelos obstáculos institucionais do Estado federal que é o Brasil. O PT é minoritário na Câmara de Deputados e no Senado, e só é majoritário em três estados. Desde o princípio, tentou aliar-se com a direita liberal e latifundiária para governar, o que acentuou sua imobilidade, em particular do ponto de vista da política agrária.

Ademais, a exigência de estabilidade econômica e o respeito à grande propriedade privada eram argumentos aos quais Lula era muito sensível no momento de sua eleição, como mostra a Carta aos Brasileiros que publicou durante a campanha. Seus principais assessores econômicos haviam saído das escolas do pensamento neoliberal estadunidense, e a contra-reforma do sistema de pensões dos funcionários foi uma das primeiras medidas que tomou seu governo.

Esta revisão das conquistas sociais dos funcionários conduziu a aparição das primeiras diferenças no seio do PT e levou à criação do PSOL, em torno das figuras da esquerda como Heloísa Helena ou Plínio de Arruda Sampaio. Mesmo assim, seria errado esquecer que o Lula continua sendo extraordinariamente popular, sobretudo entre as classes mais pobres (particularmente do Nordeste). Levou a cabo vários programas sociais assistencialistas (especialmente durante o segundo mandato), muito rentáveis eleitoralmente, como o Bolsa Família, programa de ajuda financeira condicionado à escolarização infantil, que conseguiu tirar da miséria extrema mais de 20 milhões de brasileiros.

A cobertura social e os salários mínimos também foram ampliados e a criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado baixou consideravelmente, abrindo espaços de diálogo e inclusive de cooptação de muitos dirigentes sociais e sindicais. Não se deve ignorar que os grandes grupos midiáticos estão nas mãos de uma oligarquia arcaica, ainda ferozmente hostil a Lula, que continua a considerá-lo um sindicalista procedente da esquerda, e por isso tão potencialmente perigoso em razão da composição de sua base social.

Em resumo, poderia dizer que a política de Lula conjuga uma política macroeconômica neoliberal e uma política social assistencialista centrada na luta contra a extrema pobreza, dando finalmente estabilidade ao sistema, razão pela qual o ex-sindicalista é considerado por Wall Street e por grande parte das elites como um dos melhores presidentes da história democrática do país. Poderia qualificar sua gestão de “social liberalismo à brasileira” ou talvez como fazem alguns autores de “liberal-desenvolvimentismo”, posto que o Estado brasileiro continua querendo regular uma parte da atividade econômica do país.

P – Como vê o futuro do país?

R – Lula não pode voltar a se apresentar nas próximas eleições de outubro. Para o PT, o desafio é fazer "lulismo sem Lula", captar sua popularidade, evidentemente com poucas mudanças na orientação política e econômica. A candidata atual é Dilma Rousseff. Economista de formação, chefe do gabinete ministerial de Lula, uma espécie de primeira-ministra, militou na juventude nos movimentos de luta armada contra a ditadura. Pouco carismática, subiu muito nas pesquisas graças ao apoio decidido de Lula, e é provável que ganhe as eleições no primeiro turno frente ao principal candidato da oposição, José Serra (social-democracia liberal).

À esquerda do PT, o PSOL apresenta Plínio de Arruda Sampaio, lutador social incansável e grande defensor da reforma agrária. Mas, infelizmente, não haverá candidato comum da esquerda radical, em particular com o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – trotskista) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Marina Silva será a candidata dos verdes, encarnando a ecologia liberal.

Apesar da crítica de uma parte da esquerda, é provável que o PT consiga o apoio de importantes setores populares e daqueles que não querem a volta de uma direita repressiva e do centro neoliberal encarnado pela candidatura de Serra. A médio prazo, creio que é interessante ver o que sucede no Movimento Sem Terra, dos sem teto e das organizações sindicais. Este verão se tentou criar uma nova central sindical classista, na perspectiva de um sindicalismo mais independente que a CUT frente ao poder e que congregue operários combativos junto a estudantes, feministas e coletivos afro-brasileiros e indígenas. Este primeiro passo não deu certo. Mas acredito que este tipo de recomposição "desde baixo" pode fazer surgir a esperança de uma renovação das alternativas anticapitalistas no Brasil, terra do Fórum Social Mundial e da consigna "outro mundo é possível".

9/10/2010

Fonte: ViaPolítica/Tlaxcala/Noveaux Regards

Fonte: ~~http://www.cetri.be/spip.php?article1827(=fr~~

Título do original em francês: "Bilan Lula: Um social-liberalisme a la bresilienne"

Evelyne Bechtold-Rogno é jornalista do Comitê de Redação da revista Nouveaux Regards, de Paris.

Contato com o entrevistado: ~~franck.gaudichaud@u-grenoble3.fr~~

URL desta entrevista em Tlaxcala:
~~http://www.tlaxcala-int.org/...~~

Data de publicação do texto original em francês: 29/09/2010

Em espanhol: ~~http://www.cetri.be/...~~

SOCIÓLOGO WERNECK VIANNA DIZ QUE 'SOCIEDADE BRASILEIRA, HOJE, É GRÃO-BURGUESA'

''A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa''. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna

“O que está unificando o país hoje é um projeto expansionista burguês com vocação grão-burguesa”, afirmou o sociólogo ~~**Luiz Werneck Vianna**~~, na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**. O Estado traduz este movimento, ele é “ator, mas também é objeto”, afirma **Vianna**. Não se trata de um “Estado patrão”, esclarece, “o que se tem aí é uma associação, uma vinculação entre política e economia, governo e empresas, governos e atores políticos e empresariais, que, juntos, no Estado e no governo, implementam essa política. As elites econômicas, por exemplo, são partícipes disso”. Os fundos de pensão também têm participação direta nesse processo, e esse é um aspecto complicado, “porque eles atestam que esse movimento não se limita às elites econômicas da indústria, do agronegócio e está envolvendo também, no mínimo, a vida sindical. Basta olhar para a composição desse governo, onde todas as classes e frações de classes se encontram representadas”, menciona.

~~**Luiz Werneck Vianna**~~ é professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, autor de, entre outros, **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil** (Rio de Janeiro: Revan, 1997); **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil** (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e **Democracia e os três poderes no Brasil** (Belo Horizonte: UFMG, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está passando por uma reorganização? Quais são as principais características desse processo?

Luiz Werneck Vianna – Penso que passa, sim, por uma reestruturação relevante, que já vinha

acontecendo, mas que assumiu outro ritmo. Diria que isso traduz uma política no sentido de aprofundar o processo de concentração e de centralização de capitais no país. Estão aí as fusões da **Oi**, do **Unibanco** com o **Itaú** e outras importantes que se referem ao setor industrial. Trata-se de uma passagem para uma dimensão superior do capitalismo.

O capitalismo no Brasil consiste, hoje, em um empreendimento extraordinariamente bem sucedido, e o **governo Lula** tem tido muita responsabilidade e iniciativa na realização desse projeto. Diria que, além disso, a sociedade brasileira, hoje, não é apenas uma sociedade burguesa, é uma sociedade grão-burguesa, como atesta a expansão das empresas brasileiras no exterior, não só na América Latina como na África.

Transcendência

O capitalismo brasileiro transcende as suas fronteiras nacionais. A sua política externa, hoje, está a serviço disso. Ela não apenas atua na defesa do território, da identidade nacional, mas diria que, sobretudo, está presente na expansão econômica do país. Isso se manifesta através de diferentes empreendimentos. Do ponto de vista cultural e universitário, essa universidade que acaba de ser criada no **Mercosul** é mais um indicador dessa presença ampliada da política brasileira em relação ao seu mundo exterior. Essa política traduz o fato capital de que o capitalismo brasileiro tende a se projetar para fora dos seus limites nacionais, assumindo uma vocação internacional. Denomino essa política de grão-burguesa, que está sendo referendada e apoiada por políticas de Estado. Nesse caso, as estatais têm desempenhado um papel muito importante, alavancando essa política de concentração e centralização de capitais e de lançamento do capitalismo brasileiro no mundo.

IHU On-Line - Além das estatais, qual é o papel dos fundos de pensão nesse processo? São eles os "pilares" dessa reestruturação?

Luiz Werneck Vianna – Também. Na verdade, dessa pergunta podemos deduzir a resposta. Se pensarmos na questão dos fundos, é complicado, porque eles atestam que esse movimento não se limita às elites econômicas da indústria, do agronegócio e está envolvendo também, no mínimo, a vida sindical. Basta olhar para a composição desse governo, onde todas as classes e frações de classes se encontram representadas. O agronegócio é um personagem-chave desse Estado brasileiro de hoje, assim como o mundo das finanças, dos serviços, da indústria. Os sindicatos também estão presentes, principalmente as centrais sindicais. Para que não fique só nisso, movimentos sociais que dizem respeito às questões raciais e de gênero também se encontram instalados no interior desse Estado. Na verdade, isso reedita, em um plano mais largo, mais fundo, em outras circunstâncias, o que foi o **Estado Novo** da época **Vargas**. Escrevi, há um ano, um pequeno ensaio, dedicado a esse assunto, em que tentava demonstrar que o funcionamento dessa máquina estatal compósita e heteróclita só vinha funcionando a contento em razão da presença do seu grande articulador, que é o Presidente da República. Sem ele, será muito difícil preservar a harmonização de contrários que hoje caracteriza o governo.

IHU On-Line - Assiste-se a uma reconfiguração de classes ou frações de classe a partir desse fenômeno? Se sim, que classes surgem?

Luiz Werneck Vianna – Ainda percebo as velhas classes brasileiras em processo de diferenciação. A representação associativa e sindical delas é muito poderosa, incluindo o **MST**, mas, infelizmente, suas ações não têm atuado no sentido de uma vitalização do tecido político, muito afetado pela sucessão de escândalos que o tem fragilizado. A intervenção da vida associativa e sindical, ao invés de procurar o espaço da sociedade civil, tem dado preferência a agir no interior do governo.

IHU On-Line – Essa reorganização do capitalismo pode desestabilizar as forças políticas do país?

Luiz Werneck Vianna – Desestabilizar, não, mas elas já tiraram muita força da política institucionalizada. Essas grandes corporações têm tido um peso muito forte e independente dos partidos, e elas estão no governo e nas câmaras do Estado. Enfim, a política é a grande derrotada nesse processo.

IHU On-Line - Como avalia o Estado enquanto investidor e financiador de grandes investimentos como as obras do PAC? O Estado deve ou não intervir na economia desta maneira?

Luiz Werneck Vianna – O Estado é como a central de inteligência de todo esse processo, na medida em que é ele que orienta o movimento de expansão da ordem burguesa e de concentração e verticalização do capital, de racionalização do sistema produtivo e se empenha em otimizar todas as possibilidades de expansão internas e externas. Mas ele não está atuando acima das partes. Não se trata de um Estado patrão como na construção clássica do bonapartismo de que **Marx** tratou no **18 Brumário**. Na verdade, o que há é uma associação, uma vinculação entre política e economia, governo e empresas, governos e atores políticos e empresariais, que, juntos, no Estado e no governo, implementam essa política.

IHU On-Line - Esse projeto é positivo ou negativo para o país pensando num projeto de nação a longo prazo? Quais as implicações sociais e econômicas da reestruturação do capitalismo?

Luiz Werneck Vianna – Esse projeto é um aprofundamento da experiência burguesa brasileira, inclusive, encarando a questão social de frente. Ao mesmo tempo em que tutela os movimentos sociais, mantém a sociedade desorganizada, com políticas de clientela de massa. Por onde a política vai passar? Ela tem passado por esse "parlamento" das grandes corporações, que tem sua sede no interior do próprio governo. Então, o ministro da agricultura pode perfeitamente conviver com o ministro do meio ambiente e o do desenvolvimento agrário. Cada um deles é portador de interesses determinados, mas esses conflitos são retidos no interior do governo, e apenas residualmente se manifestam no plano da sociedade. O que está

unificando o país hoje é um projeto expansionista burguês com vocação grão-burguesa.

Na questão social, a incorporação social aumenta, as políticas se tornam mais abrangentes, embora sejam lastimavelmente de pouco alcance. A educação é de péssima qualidade, e não há indicadores de mudança próxima.

IHU On-Line - E o que dizer do fortalecimento do sistema financeiro nacional?

Luiz Werneck Vianna – Conforme se observa, o sistema financeiro está cada vez mais concentrado. O fato de o **Banco do Brasil** ter passado bem nessa prova de fogo que foi a crise de 2008 veio reforçar esse processo de concentração. Com a forte representação que tem o presidente do **Banco Central**, na política brasileira de hoje, o sistema financeiro conseguiu de fato, embora isso ainda não tenha expressão legal, a autonomia do **Banco Central** quanto aos decisores políticos.

IHU On-Line - Que Brasil está se configurando após o segundo governo Lula?

Luiz Werneck Vianna – Sem dúvida, pelo prisma social é uma geração perdida. A sociedade está mais organizada, educada? Definitivamente não está. Sua economia está mais vibrante, potente? Está, sem dúvida. O Estado brasileiro está forte? Está. Então, temos que fazer esse balanço. Os resultados dependem muito dos valores de quem realiza esse balanço. Eu gostaria de ver uma sociedade mais organizada, instituída, mais potente, com partidos fortes, representativos, com sindicatos autônomos, com movimentos sociais desvinculados do Estado, com um processo de discussão amplo, aberto às raízes da vida social. A minha opção seria essa. Mas o mundo gira do jeito dele.

IHU On-Line – Dependendo do resultado das eleições deste ano, o atual modelo econômico pode mudar?
Luiz Werneck Vianna – **Dilma** e **Serra** têm perfis muito parecidos. Vejo dificuldades para a preservação desse modelo, mas algo dele vai subsistir.

Tome, por exemplo, a questão da legislação social e trabalhista, onde há projetos que se antagonizam na sociedade. Todos esses conflitos latentes muito poderosos vêm sendo administrados no sentido de serem resolvidos no interior do governo. A questão toda é que quando isso não for possível, quando esses conflitos tomarem as ruas, quando cada lado procurar se impor na sociedade pela sua capacidade de pressão e intervenção, não haverá o **Lula** para administrá-los. Na mesma direção está a questão da reforma tributária, a questão agrária e todas as outras.

Escrito por Valéria Nader e Gabriel Brito

http://www.correiocidadania.com.br/content/view/5102/9/09-Out-

SOCIÓLOGO CHICO DE OLIVEIRA FALA SOBRE DILMA E O PT

Aqueles que esperavam se deparar com um digno debate político no primeiro turno, que pudesse ajudar na escolha de um candidato, acabaram bastante frustrados. Denuncismo hipócrita, promessas excessivas, citações de feitos passados, desfile de números e siglas invadiram o cotidiano dos eleitores, sem nada lhes dizer dos problemas reais do Brasil e de projeções efetivas para o futuro.

Entre os adversários à frente nas pesquisas, e que agora disputarão o segundo turno, nós cidadãos, vimos, de um lado, um candidato que não se arriscaria jamais a uma crítica cerrada ao presidente Lula, com medo de perder mais popularidade; de outro lado, uma candidata que não poderia levantar os temas cruciais da nação, temerosa de perder o apoio da burguesia.

A ausência de radicalização por parte de Serra e de Dilma perfaz um retrato cabal da despolitização a que assistimos, de forma a só cortejar as visões mais consensuais e conservadoras. O estilo comum aos dois candidatos consiste, ademais, em uma demonstração inequívoca da sua conformação ao modelo de sociedade neoliberal.

Para o sociólogo Francisco de Oliveira, nosso entrevistado especial, não é necessário ir longe e nem divagar pela questão religiosa ou ambiental para buscar as causas do crescimento de Marina no primeiro turno. Foi em meio à convergência entre Serra e Dilma que pôde surfar uma candidata, que, para Oliveira, não tem proposta alguma, prega um ambientalismo vago e genérico, não entra em bola dividida e sequer se pronuncia em assuntos cruciais.

O futuro, pelo menos o mais próximo, não se apresenta muito alvissareiro para o sociólogo. Dilma será a provável vitoriosa, os debates entre ela e o adversário devem prosseguir bastante rasteiros no segundo turno e a maioria parlamentar obtida no Congresso pelo bloco liderado pelo PT deverá reforçar o conservadorismo do partido, assim como a regressiva característica de uma agremiação que passou a se constituir em uma mistura entre o PRI (Partido Revolucionário Institucional, no México) e o peronismo.

Confira abaixo.

Correio da Cidadania: Como o senhor avalia os resultados das eleições presidenciais até o

momento, que definiu o 2º turno entre Dilma Rousseff e José Serra? Por que Dilma não ganhou no primeiro turno, conforme muitos esperavam?

Francisco de Oliveira: Acho que está tudo dentro das margens de erro das próprias pesquisas. Não houve grande surpresa. A surpresa, de fato, foi a Marina Silva com quase 20%, que as pesquisas não detectavam e ninguém acreditava. Essa é a grande surpresa. Mas os resultados entre Serra e Dilma não são nada surpreendentes.

Correio da Cidadania: Há diversas teorias sobre o crescimento da candidatura Marina na reta final - um dos motivos apontados, inclusive, para a existência do segundo turno. Alguns crêem na força do eleitorado religioso e anti-aborto, tema usado grosseiramente para denegrir Dilma; outros desmistificam tal questão e dizem que Marina entrou no vácuo de uma classe média desorientada politicamente, mas que de alguma maneira se opõe à atual política. Enfim, como o senhor define essa 'onda verde'?

Francisco de Oliveira: Olha, o fenômeno Marina não é tão enigmático assim. Na verdade, ela cresceu porque a campanha dos outros dois principais candidatos não se radicalizou. Eles são, de fato, muito convergentes e, evidentemente, uma brecha no eleitorado foi bem aproveitada por Marina. Não creio que tenha sido voto religioso, ou em função de a candidata se declarar contra o aborto... Acredito que foi produto da não radicalização das outras duas campanhas.

Correio da Cidadania: A existência do 2º turno representa, a seu ver, algo positivo para o país nestas eleições?

Francisco de Oliveira: Acho que é positivo sempre, não só nessa eleição, como em todas. Não é bom para a democracia termos unanimidades burras, como dizia Nelson Rodrigues. É bom haver mais discussão, espaço, mais candidatos. Acho que lucramos. Esse segundo turno poderia servir pra aprofundar o debate. Não é certo que vá acontecer, mas existe a possibilidade.

Correio da Cidadania: Como o senhor enxergou o debate eleitoral realizado para o primeiro turno, no que se refere à priorização de temas e à profundidade com que foram tratados?

Francisco de Oliveira: Sempre muito pobre. O único que tinha algo a dizer era o Plínio, mas não tinha muito tempo. Foi tudo muito raso, de parte a parte. O Serra não tinha muito a prometer, pois, na verdade, tem muito pouca divergência com a Dilma, e vice-versa. Ambos são tidos como desenvolvimentistas, favoráveis a ritmos acelerados de crescimento. Serra conflitou-se com FHC quando era ministro do Planejamento em questões monetárias, cambiais, mas com a Dilma há muita convergência. E é isso que leva à não radicalização de propostas.

A Dilma deve ter também suas divergências com Lula, a não ser que ela seja um fantoche mesmo, o que ainda não está provado. Que ela é uma invenção do Lula, é, mas pode não ser um fantoche. Porém, o fato é que existe muita convergência com o Serra. Em princípio,

estamos em um ciclo virtuoso e não há muito a corrigir nos rumos do país, uma vez que a herança de Lula é bem vista. Aumenta um pouquinho o Bolsa-família e por aí vai, de modo que o debate seria morno mesmo.

E foi essa convergência entre Serra e Dilma que, como mencionei, abriu o espaço para a Marina. Mas, se repararmos direito, ela não tem proposta alguma. Prega um ambientalismo vago, genérico, não entra em bola dividida, como se diz em futebol. Em nenhum assunto crucial ela sequer se pronuncia, de modo que foi uma ascensão muito eSpecífica, conjuntural, e não avaliza nenhuma promessa futura.

Correio da Cidadania: Como avalia a atuação da esquerda socialista nesta eleição, representada essencialmente pelo PSOL, PCB, PSTU e PCO?

Francisco de Oliveira: A esquerda teria muitos motivos para criticar o sistema e a forma como vem funcionando no país, mas não tinha tempo e nem recursos, e hoje eleição é isso. Foi muito complicado o desempenho. O Plínio ainda conseguiu ser convidado para os debates principais, os demais nem sequer foram convidados. Mas, de toda forma, a grande imprensa ignorou a todos.

Por conta disso, não dá pra dizer que os resultados foram decepcionantes, porque uma coisa que não é exposta, proposta, não chega ao grande público, não pode mesmo se transformar em voto. A Marina teve condições maiores de exposição devido à entrada do dono da Natura, que lhe deu recursos e, ao que parece, tomou gosto pela política, ao menos de acordo com declarações nos jornais. Assim, ela pôde fazer campanha. E a imprensa também se interessou muito por ela, por ser uma espécie de ser exótico, que estava ali no meio com uma história pessoal muito dignificante, uma pessoa pobre que nasceu em seringais, disputando a presidência, muito parecida com o Lula.

Portanto, todos esses fatores criaram muito interesse sobre ela. Até porque o ambientalismo dela é genérico e não contesta o todo, o sistema. Quanto ao seu partido, o Partido Verde, só tem alguma expressão na Alemanha, em nenhum outro país tem expressão política ou eleitoral. De modo que no Brasil não há nada muito promissor. Creio que sua ascensão foi bastante conjuntural devido às características dessa eleição.

Correio da Cidadania: O senhor discorda, portanto, de várias análises que vêm circulando, e que ressaltam a expressiva votação obtida por Marina como um capital para que a candidata se confirme como força política de peso no país, carregando a bandeira da Terceira Via e do Ambientalismo?

Francisco de Oliveira: Não acho que seja um capital que vá render muitos juros... Como disse, só na Alemanha existe Partido Verde com certo peso; em outros países, os verdes nem existem. E não vejo no Brasil tal perspectiva. Seria muito surpreendente que os

brasileiros se transformassem em ambientalistas militantes. Isso é mais coisa de religião que de cultura política. Não acredito que Marina tenha se constituído num capital que vá ter desdobramentos adiante e abrir uma via alternativa.

Correio da Cidadania: Qual a sua opinião quanto aos resultados eleitorais no que se refere ao Parlamento, com o avanço do PT e sua base aliada nas duas casas, ao lado da regressão de partidos como PSDB e DEM?

Francisco de Oliveira: É a velha história. PSDB e DEM estão na verdade como defuntos, foram arrastados para o buraco; o PT e o PMDB nadam, por sua vez, de braçada, com muito dinheiro, como se foi sabendo aos poucos; e o PMDB permanece com sua eterna característica de ser um partido muito regionalizado, sem uma liderança nacional (o Temer não será tal liderança), e muito fraturado em todos os lados. Mas essas características também concedem ao PMDB uma capilaridade importante para eleger muitos deputados. Nada excepcional, já que, se não houver nenhuma trombada histórica, o PMDB sempre terá tais resultados.

Enquanto isso, o PT também nada de braçada, com muito dinheiro, todo mundo querendo agradar ao rei, sem nenhuma dificuldade, além de carregar uma campanha muito vitoriosa, com um resultado positivo em votos proporcionais. Não acredito que essa bancada poderosa constituída por PT e PMDB vá resultar em diferença política. Vão se comportar como já estão: de maneira fisiológica e muito conservadora.

Correio da Cidadania: Caso Dilma vença as eleições, governar com esta maioria não levará a um predomínio ainda maior do Executivo na política nacional, na medida em que poderá crescer a sua ingerência sobre o Legislativo?

Francisco de Oliveira: Essa ingerência já ocorre em elevado grau. Mais do que com Lula, não dá nem pra imaginar. Para o povão, não tem nenhuma importância. O povo vai no velho ditado de que todo político é ladrão, não tem apreço por essa discussão. O Legislativo é uma instituição que existe desde o Império e que nunca se firmou para nada. Sempre fazia a vontade do rei no Império.

Não se criou, portanto, uma cultura política nacional que desse destaque e importância ao Legislativo. Situação que permanece, com os parlamentares como espécies de reis civis. E com a tendência crescente de maior importância da economia sobre a política, leva-se o Executivo a dar de braço e cutelo sobre o Legislativo.

O Legislativo não tem autorização e nem poder pra criar despesas, onde já se viu isso? Trata-se de algo que ficou da ditadura e não foi reformado pela nova Constituição. Não há nenhum ato ou lei que saia do Legislativo que implique em despesas que o Executivo seja obrigado a obedecer.

Portanto, mesmo com muita desinformação, caciquismo, de alguma maneira o povo sabe disso: que, para arranjar um empreguinho, um deputado ou senador podem ser eficientes; mas, para algo mais, sabe também que o Legislativo não funciona.

Correio da Cidadania: De todo modo, o governo Lula freou diversas pautas progressistas e reformistas, alegando não haver uma correlação de forças favorável para levar adiante as mudanças, o que acabou tornando célebre o discurso da governabilidade. Acredita que, com maioria no Congresso, haveria alguma chance de serem levadas adiante questões mais polêmicas e combatidas por uma elite ainda muito conservadora, como o aborto, a reforma agrária e a afirmação de direitos de minorias, entre outras?

Francisco de Oliveira: Não, vai ser pior. Essa maioria vai tornar o PT mais conservador do que já é. É um equívoco pensar que assim o PT se liberta de algumas amarras e pode retomar um papel transformador. É o contrário, essa maioria vai dar liberdade para que seja mais explícito em seu fisiologismo e conservadorismo. Não tenho a menor esperança.

Correio da Cidadania: Ainda na hipótese de vitória de Dilma, fala-se muito a respeito da mexicanização de nossa política, em alusão ao longo período em que o PRI – o Partido Revolucionário Institucional - permaneceu no poder no México. O que pensa disso?

Francisco de Oliveira: Acho que o PT já é uma mistura entre o PRI e o peronismo. O lado PRI é o de apropriar-se e usurpar os cargos do Estado, manipular e cevar-se nos fundos públicos. O lado peronista, decadente na Argentina, é o lado propriamente político, uma vez que o peronismo fincou raízes realmente populares e com isso manobrou o tempo todo. O PT tem a mesma raiz popular, mas esse lado sugere uma peronização do PT, ou seja, a inclinação pela cultura do favor, do clientelismo, da corrupção, uma mistura muito estranha, desagradável e politicamente regressiva.

Correio da Cidadania: Findo o primeiro turno, já começaram as especulações sobre as estratégias dos candidatos para o segundo turno, onde a candidata petista já deu claras demonstrações de recuo em alguns temas polêmicos, como, por exemplo, na questão do aborto. Como acha que vão caminhar os debates eleitorais do segundo turno?

Francisco de Oliveira: Vão continuar mornos. Eles vão tentar apenas encontrar motivos de perturbação para o adversário, mas nada de debater os grandes temas nacionais. Nem a Dilma e nem o Serra, a nenhum deles interessa esse debate. O Serra não pode fazer uma crítica cerrada ao Lula, com medo de perder mais popularidade; a Dilma não pode levantar temas importantes, com medo de perder o apoio do que resta da burguesia nacional e da grande burguesia internacional. Não acredito que saia algo interessante, portanto; creio que procurarão os flancos abertos dos adversários para tirar proveito eleitoral.

Correio da Cidadania: Vários setores de esquerda críticos ao governo Lula, e já há bastante tempo descrentes do chamado programa democrático popular, sentem-se em uma sinuca de bico neste segundo turno. Afinal, se o governo Lula não avançou em questões essenciais, como a reforma agrária, com Serra, nem mesmo o diálogo com os movimentos sociais tem

sido possível. O que o senhor diria a estes setores neste momento?

Francisco de Oliveira: Eles têm absoluta razão nesse temor. Eu diria para que não esperem nenhuma facilidade de ambos os lados. Do lado tucano, porque estão ideologicamente comprometidos com tudo que é antipopular. Do lado lulista, não haverá abertura para os movimentos sociais a fim de se buscar uma nova estruturação do poder no Brasil.

A vitória do lulismo não é muito promissora, pois, no meu modo de ver, reforçará o estilo de governo que o Lula implantou nos últimos oito anos, a ser confirmado pela eleição de sua candidata, como se fosse a confirmação de que é disso que o povo gosta. Essa é a tese do André Singer, agora o principal intelectual a defender as posições do petismo e do governo Lula. Tudo seguro, sem conflito. Lembra um menino que dançava frevo em Recife e abria os bracinhos dizendo: "dá pra todo mundo, dá pra todo mundo". A mensagem do lulismo é assim, "tem pouquinho, mas dá pra todo mundo. Não precisa brigar, de conflito, porque dá pra todo mundo!".

Esse é o estilo de um governo muito conservador, mais do que se pensa e mais até do que os próprios tucanos supõem. É um governo muito privatista, mais até do que o do FHC. FHC privatizou as empresas; Lula, sobre essa tendência, empurrou o Brasil para o campo do capitalismo monopolista de Estado, no qual não há avanço e nunca se produziram bons resultados em política interna.

O André Singer andou utilizando muito o exemplo do Roosevelt, dizendo que o Lula é sua versão brasileira, esquecendo-se somente que o êxito da administração Roosevelt acabou com o movimento de trabalhadores dos EUA, levando à fusão das centrais sindicais que eram competidoras, e que viraram uma única confederação. E ironicamente, o maior país capitalista do mundo nunca teve condições de formar um partido de trabalhadores. Lá, os trabalhadores sempre foram a reboque do Partido Democrata. É disso que Singer esquece. Roosevelt foi um grande estadista, é verdade, impulsionador do capitalismo americano, mas acabou com o movimento dos trabalhadores norte-americanos. Se é isso que se deseja para o Brasil, então, tome-se lulismo.

A vitória da Dilma traria mais imobilismo. Ela terá muitos problemas, até porque a economia não vai surfar numa onda contínua de progressão como a existente nos oito anos de Lula, sobretudo no segundo mandato. As contradições crescem na medida em que o capitalismo se desenvolve. A tendência é subjugar e fraturar o movimento dos trabalhadores até ele ficar inerte politicamente, sem nenhuma expressão.

Correio da Cidadania: Nesse sentido do imobilismo a que foram conduzidos os movimentos sociais sob o governo Lula, o senhor comungaria, de alguma forma, com a idéia de que a vitória de uma candidatura escancaradamente conservadora como a de Serra seria mais benéfica para as lutas sociais e políticas a longo prazo, no sentido de chacoalhar movimentos paralisados e cooptados pelos anos Lula?

Francisco de Oliveira: Não sei. É uma pergunta interessante, mas difícil de responder, até

porque a história pregressa dos tucanos é negativa a esse respeito. Pode haver diferenças pessoais entre Serra e Dilma, mas nada nos autoriza a pensar que uma vitória tucana abriria o campo das contradições e movimentaria mais o campo da luta política. Isto poderia ocorrer se o PT retomasse seu papel de transformação na história brasileira. Mas esse é um cenário tão ilusório quanto pensar que os tucanos possam ter esse impacto no movimento social.

Correio da Cidadania: Qual a importância e quais as chances de reconstituição de uma frente de esquerda de agora em diante?

Francisco de Oliveira: Ainda são poucas, porque, com o crescimento de algumas bancadas no Congresso, vai se deixar pouco espaço para a esquerda atuar. Nossa responsabilidade é tentar descobrir os novos motivos e questões que o povo possa ter e perceber na política.

Não vai haver descanso, folga alguma. A tendência é de se sufocar qualquer manifestação de insubordinação, de críticas. Mas a história caminha e surpresas são sempre bem vindas, além de muitas contradições que vão aparecer e reforçar o destino quase inarredável do Brasil de sua condição de país sub-imperialista.

Essa história de política progressista para a América Latina é uma farsa, pois dominamos o Paraguai, a Bolívia, não temos nenhuma política externa progressista, isso é uma mentira. E do ponto de vista interno, caminhamos para um capitalismo monopolista de Estado, implacável, de olho apenas nos grandes lucros. E vem aí o Pré-Sal, que pode ser um desastre, porque reforçaria estruturas capitalistas mais monopólicas no país... Não vejo nada de promissor.

Acho que a esquerda continuará com as mesmas divisões, uma frente de esquerda ainda não é visível, pelo menos no futuro imediato. Os partidos são todos pequenos e, primeiramente, têm de fazer um esforço extraordinário para sobreviver e ampliar um pouco sua penetração, porque o fogo de barragem sobre qualquer projeto crítico é enorme. E esse fogo de barragem não é só dos demais partidos, mas também da mídia. Que espaço os jornais deram para a discussão dos pequenos partidos? Já eram logo ridicularizados como nanicos, delirantes...

Os partidos pequenos da esquerda têm de fazer um esforço enorme para sobreviver, explorar todas as debilidades do sistema e fazer uma crítica que possa chegar ao povo.

Correio da Cidadania: Arriscaria fazer uma previsão para o segundo turno e, ademais, a projetar qual candidato faria melhor por nosso país?

Francisco de Oliveira: Acho que tudo indica que a Dilma ganha no segundo turno. Não acredito numa transferência maciça de votos da Marina para o Serra. Seus votos vão se dispersar entre ambos; portanto, o mais provável é que a Dilma se eleja presidente.

Mas não sei que governo ela fará, penso apenas na tentativa de continuar os governos do Lula, que na verdade será o personagem atrás do trono, que irá mantê-la com rédea curta. Até porque ela não tem muita experiência na política nacional, nem dentro do PT, e estará

cercada de chacais por todos os lados.

Até mesmo pensando em seu futuro, se quiser retornar à presidência, Lula tem de proteger a Dilma, senão ela será estraçalhada na luta política miúda que agora vai se abrir no Estado. Quanto ao seu desempenho no governo, as linhas gerais indicam que ela só dará continuidade ao que o Lula implementou.

Valéria Nader, economista, é editora do Correio da Cidadania; Gabriel Brito é jornalista.

André Singer - "O lulismo pode durar 30 anos"

Mariana Sanches
Rvista ÉPOCA, domingo, 14 de fevereiro de 2010

Para o ex-porta-voz de Lula, a conquista dos eleitores pobres levará o PT à hegemonia política.

Autor de um artigo que causou grande repercussão nos meios acadêmicos e políticos, o cientista político e ex-porta-voz da Presidência André Singer diz que as eleições presidenciais de 2010 serão o grande teste de força do lulismo. Para Singer, o lulismo alia um projeto de redistribuição de renda à manutenção da ordem social, o que atraiu eleitores conservadores e de baixa renda historicamente avessos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Singer acompanhou Lula ao longo do primeiro mandato e estudou o comportamento eleitoral brasileiro nas cinco últimas eleições para presidente. Segundo ele, o lulismo reorganizou o eleitorado brasileiro e poderá virar uma força política hegemônica por décadas.

ENTREVISTA - ANDRÉ SINGER

ÉPOCA – Como o senhor define o lulismo?
André Singer – O lulismo é a execução de um projeto político de redistribuição de renda focado no setor mais pobre da população, mas sem ameaça de ruptura da ordem, sem confrontação política, sem radicalização, sem os componentes clássicos das propostas de mudanças mais à esquerda. Foi o que o governo Lula fez. A manutenção de uma conduta de política macroeconômica mais conservadora, com juros elevados, austeridade fiscal e câmbio flutuante, foi o preço a pagar pela manutenção da ordem. Diante desse projeto, a camada de baixa renda, cerca de metade do eleitorado, começou a se realinhar em direção ao presidente.

ÉPOCA – Quando isso aconteceu?
Singer – Em 2006. Houve um realinhamento eleitoral, um deslocamento grande de eleitores que ocorre a cada tantas

décadas. A matriz desse tipo de estudo é americana. Lá, eles acham que aconteceu um realinhamento eleitoral em 1932, quando (Franklin) Roosevelt ganhou a eleição presidencial. Ele puxou uma base social de trabalhadores para o Partido Democrata que não havia antes. Aqui, em 2006 a camada de baixíssima renda da população, que sempre tinha votado contra o Lula, votou a favor dele. A diferença entre 2002 e 2006 foi que Lula perdeu base na classe média, seu eleitorado tradicional, e ganhou base entre os eleitores de baixa renda.

ÉPOCA – O lulismo pode sobreviver sem o Lula? Não é preciso uma liderança carismática à frente desse projeto político?Z
Singer – No lulismo existe um elemento de carisma, mas isso não é o mais importante. A importância do carisma é maior nas regiões menos urbanizadas do país, onde se tende a atribuir a cap cidade de execução de um projeto a características especiais da liderança. Em regiões urbanizadas existe uma adesão mais racional ao programa político. Se minha análise estiver correta, o lulismo sobreviverá sem o Lula. Uma
hipótese é que o lulismo vá desaguar no PT. Essa camada social que a deriu ao Lula pode lentamente começar a votar nos candidatos do PT a prefeito, governador, senador. Vejo indícios de que iss o começou a ocorrer nas eleições municipais de 2008. O PT foi mal nas capitais, mas foi bem nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte. Isso pode sinalizar que o voto da camada de menor renda da sociedade está caminhando para o PT.

ÉPOCA – Dilma Rousseff será a herdeira do lulismo? O que acontecerá em 2010? Singer – Mantidas as condições atuais, a tendência é que, à medida que ficar claro para o eleitor que a Dilma é a candidata de continuidade do lulismo, ela aumentará suas intenções de voto com chances consideráveis de ganhar a eleição.

ÉPOCA – Se o lulismo desaguar no PT, o partido terá de abrir mão de bandeiras históricas de esquerda?
Singer – O PT poderá ser uma fusão de duas forças, o

petismo e o lulismo, que têm projetos com pontos de contato e diferenças. O PT continua sendo o partido do proletariado organizado, sindicalizado, com carteira de trabalho assinada. Pode vir a ser também o partido do subproletariado. Quando a gente vê a força do PT na periferia de São Paulo pode ser a expressão da confluência dessas duas forças.

ÉPOCA – Se essa convergência ocorrer, haverá uma hegemonia do PT?

Singer – Pode ser. É possível que estejamos assistindo a um realinhamento como foi na época do Roosevelt, que trouxe segmentos da classe trabalhadora para o Partido Democrata por cerca de 30 anos.

ÉPOCA – Essa camada que era anti-Lula, antiesquerda e a favor da ordem não teria dificuldades em se associar ao PT?

Singer – Com adaptações de parte a parte parece possível, mas será um processo lento. Não é tão simples porque o PT tem formação ideológica de esquerda e, embora tenha se transformado, mantém a identidade de um partido de esquerda. O PT é herdeiro de uma tradição de crítica ao populismo. Se o partido vier a ser caudatário desse movimento, vai haver o encontro de águas bem diferentes.

ÉPOCA – O que aproxima o lulismo do populismo de Getúlio Vargas?

Singer – Em ambos há uma política de governo voltada para os setores de menor renda. Mas há uma diferença importante. Getúlio Vargas, ao fazer a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criou direitos para o setor urbano da classe trabalhadora, em um país predominantemente rural. Deixou de fora um vasto setor da classe trabalhadora que foi incorporado agora.

ÉPOCA – O lulismo pode prejudicar as instituições democráticas?

Singer – O presidente Lula tomou uma decisão fundamental ao não aceitar a proposta do terceiro mandato. Colocou um ponto final nessa questão. O Brasil sai desse processo com institições democráticas ortalecidas. Há problemas na política partidária, cada vez mais pragmática e menos programática. Isso cria a sensação de que a política diz respeito aos políticos, e não à sociedade.

ÉPOCA – Lula e o PT, em sua estratégia eleitoral, fizeram uma guinada ao centro. A política econômica ortodoxa não tem a ver com esse caminho que o partido já vinha tomando antes de chegar ao poder?

Singer – O PT foi se institucionalizando, mas a ida ao centro é relativa se você olhar o aspecto programático. O partido manteve um programa com mudanças relativamente pequenas. E é isso que faz com que o PT mantenha a identidade de esquerda. Onde houve mudança foi na política de alianças do PT. Antes ele recusava alianças até o ponto
de, em 1989, não querer o apoio do PMDB no segundo turno, sem contrapartida. Hoje o PT dá prioridade à aliança com o PMDB. Isso é compreensível do ponto de vista eleitoral, por causa do tempo de televisão, do tamanho do PMDB. Mas é também um problema porque não se sabe qual é a base programática dessa aliança.

ÉPOCA – Com Dilma na Presidência, crescem as chances de o PT aplicar um programa de governo mais à esquerda?
Singer – Depende da política de alianças. Se você tiver um vice-presidente como o Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), as probabilidades caem muito. Mas o sentimento do PT é ter um governo mais à esquerda.

ÉPOCA – A emergência dos pobres significará a marginalização da classe média?

Singer – A entrada em cena dessa força nova tirou a centralidade das decisões políticas da classe média. Se o lulismo se consolidar, teremos o setor de baixa renda em um campo político e a classe média tradicional em outro. A nova classe média é dúvida. A oposição em 2010 vai fazer tudo para não se isolar dos eleitores de baixa renda. Vai tentar a mágica de convencer os lulistas de que seu candidato é melhor
para dar continuidade ao projeto do que a candidata da situação.

QUEM É
André Singer é jornalista e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Tem 51 anos, é casado e pai de duas filhas

O QUE FEZ
Foi porta-voz da Presidência da República entre 2003 e 2007 e secretário de Imprensa de 2005 a 2007

O QUE PUBLICOU
É autor de Esquerda e direita no eleitorado brasileiro (Edusp, 2000) e de O PT (Publifolha, 2009) e organizador de Sem medo de ser feliz: cenas de campanha (Scritta, 1990)

***

Entrevista do sociólogo Ruda Ricci no jornal Brasil de Fato

1) Qual é a principal marca que o governo Lula deixa na política brasileira e no aspecto social?

R: Na política ele cria um pacto desenvolvimentista que simplesmente dilacerou qualquer possibilidade de oposição e desmontou o já frágil sistema partidário. Trata-se de uma trama das mais inteligentes e bem sucedidas de nossa história republicana que rompe, entretanto, com o ideário dos anos 1980, focado na participação ativa da sociedade civil. Em outras palavras: a criatura se virou contra seu criador. No campo social, não há dúvidas, a principal marca foi a ascensão da nova classe média, voraz consumidora e conservadora nos princípios e valores. Somos um país de classe média, afinal. Vivemos a mesma efervescência dos EUA dos anos 1950. O que tem seu lado evidentemente positivo, mas também está formatando uma bolha de consumo. Algo como uma crise de crescimento.

2) Qual é a contribuição do governo Lula para o pensamento de esquerda no Brasil? Há uma reformulação do ideário de esquerda após a passagem do primeiro operário pela presidência do Brasil?

R: Há uma contribuição para se pensar a alma da política brasileira. Emergiu um líder visceral, tipicamente tupiniquim. Com o que há de pior e melhor do brasileiro, esta civilização ambivalente. A melhor expressão do Brasil é o carnaval, que transgride sem romper com a ordem. Lula expressa justamente isto: moderniza e conserva. Não rompe. Incorpora. Não é exatamente uma contribuição para a esquerda, mas para a política brasileira que desmontou a representação partidária conservadora - não o pensamento conservador - de nosso país e revelou a dificuldade da tradição de esquerda do nosso país em se tornar pública, projeto de massas. Finalmente, Lula é a expressão da nova classe média, é a expressão viva da ascensão social e sucesso dos pobres seculares do país. Sucesso na política, hoje, tem nome. E é justamente isto que a grande imprensa, que escreve para os antigos formadores de opinião, se recusam a entender. Nós, de esquerda, teremos que nos repensar. O lulismo não é um projeto de esquerda, mas coloca questões fundamentais para nós.

3) Bandeiras como a erradicação da miséria e os direitos sociais (sobretudo em programas como o Bolsa Família, Luz para Todos etc.) pareceram quase unânimes nas últimas eleições, esta é uma conquista deste governo?

R: Sim. Arriscaria a dizer que é uma conquista internacional. O constrangimento internacional que a presença de Lula cria é cada vez mais evidente. Ao dizer que "Lula é o cara", Obama expressou este constrangimento. Como se soubesse o caminho. O que é mais interessante é que Lula criou um discurso que, na prática, se fez a partir da conciliação de interesses. Ouvi de Márcio Pochman, em recente seminário, que não é possível alguém ter quase 90% de aprovação nacional sem quebrar ovos. Lula é amigo de todos. A política de transferência de renda não afetou a concentração de renda nacional. Foi uma transferência entre assalariados. Mesmo assim, a aparêncisa foi de mágica ou engajamento. Não sei se foi realmente engajamento. Mas foi uma mágica política.

4) A persistência na aliança com oligarquias poderia ter sido evitada, na sua opinião? Em outras palavras, o governo perdeu a oportunidade de enterrar definitivamente nomes como Sarney e Renan Calheiros?

R: Se fosse um governo de esquerda, minimamente que fosse, é óbvio que poderia ser evitada. Mas aí estaríamos em outro terreno. Não adotaríamos a política de fomento, via BNDES, para grandes empreendimentos, não teríamos substituído a política de reforma agrária por desenvolvimento de territórios, não teríamos criado o Presidencialismo de Coalizão, não teríamos mantido a política tributária regressiva. Seria outro projeto. Os governos Lula foram progressistas do ponto de vista da tradição republicana brasileira, mas esteve anos-luz de um projeto de esquerda.

5) O que o senhor pensa sobre o chamado "lulismo". Se acredita neste fenômeno, acha que ele tende a determinar a política brasileira nos próximos anos?

R: O lulismo é um modelo de gerenciamento do Estado e das políticas públicas. Não é uma ideologia e não gera movimento social. É algo que se vincula à tradição aberta pelo getulismo. Diria que ele completa a modernização conservadora iniciada por Getúlio Vargas. Portanto, trata-se de um paradigma da política nacional e não um mero governo. Deste ponto de vista, penso ser um erro comparar estes últimos oito anos com os governos FHC, Itamar Franco, Collor ou Sarney. Estes foram apenas governos, alguns responsáveis e engajados no desenvolvimento do país, outros nem tanto. O lulismo é mais que um governo. É uma nova organização política, um pacto desenvolvimentista. A oposição tenta reduzir esta importância. Mas os fatos políticos dizem mais que discursos. Afinal, onde está a oposição ao lulismo? Assim como o getulismo foi uma sombra por mais de cinquenta anos, o lulismo o será no próximo período. Isto se a criatura não retornar em 2014.

***

TRES ARTIGOS DO JUREMIR MACHADO

ULTIMAS ENTREVISTAS – 2011

Olhares distintos sobre o mesmo ''mito''

Intelectuais emergentes do PT fazem avaliações divergentes sobre o saldo político dos oito anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva

(Malu Delgado e Alberto Bombig - O Estado de S.Paulo)

Luiz Inácio Lula da Silva despede-se do poder com um catálogo de aliados e críticos, inclusive dentro do próprio PT. Em janeiro de 2003, quando subiu a rampa do Palácio do Planalto para passar à história como o primeiro presidente operário do Brasil, o cientista político André Singer e o sociólogo Chico de Oliveira integravam o staff de intelectuais de esquerda ligados ao PT que ao longo de duas décadas ajudaram a formular as bases e os programas do partido.

Singer, que hoje dedica-se a entender as "razões sociais e ideológicas do Lulismo", seria nomeado porta-voz da Presidência logo em seguida e permaneceria no cargo durante todo o primeiro mandato, desligando-se do governo em 2007 para retomar as atividades acadêmicas.

Oliveira, em outro extremo, romperia com partido que ajudara a fundar quatro meses depois, decepcionado com os rumos do governo. Agora, ao término da Era Lula, ambos fazem ao Estado um balanço, antagônico no conteúdo, do que ficará para a História da passagem do ex-metalúrgico pelo poder.

Para Oliveira, sempre calcado nos ditames do pensamento de esquerda, Lula teve desempenho mediano e não deixará um legado aos trabalhadores brasileiros. Singer, embasado na análise sobre a atração que Lula exerceu às classes menos favorecidas, destaca a incorporação social como sua principal herança.

"O presidente esteve à beira de se tornar um autoritário"

Chico Oliveira, sociólogo aposentado da USP

Qual leitura o sr. faz dos oito anos do presidente Lula?

O balanço geral é mediano. Essa história de "nunca antes neste país" é conversa fiada. O Brasil foi a segunda economia mundial a crescer sustentadamente durante um século. Mas foi um crescimento feito sem nenhuma distribuição de renda. A gestão do presidente Lula não diminuiu desigualdade nenhuma, isso é lenda criada a partir de muita propaganda. O que houve foi uma transferência de renda a partir do governo para os estratos mais pobres. Distribuição ocorre quando existe a mudança da renda de uma classe social para outra. Nesse sentido, não houve nenhum avanço.

O sr. concorda com os que afirmam que Lula é um mito?

Sim, e como acontece em todos os casos o mito é maior do que a realidade. Ele construiu um mito poderoso devido a vários fatores, entre os quais, conta o muito o fato de ele ser de origem pobre. Até hoje o presidente é considerado um operário, mas não pega em uma ferramenta há 50 anos. Isso o ajuda a fomentar uma figura.

E o Bolsa-Família?

Nós fomos educados na ética cristã, que nos impede de sermos indiferentes à fome. Então, ninguém pode ser contra. Agora, politicamente, o programa diz que o crescimento econômico continua sendo excludente, que é preciso algo por fora do salário para dar condições de vida às pessoas. Outro fator grave é que ele é uma regressão, uma volta à política personalista, baseada no favor, algo ruim da tradição brasileira.

André Singer, cientista político e ex-assessor de Lula na Presidência, compara os anos Lula aos de Roosevelt (presidente dos EUA entre 1933 e 1945 e recuperou a economia daquele país). O senhor concorda?

Respeito muito o André como intelectual. Ele elevou o nível de debate no PT. Mas acho que há um equívoco da parte dele. Lula não pegou o País em uma grave crise. Os anos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não foram gloriosos, mas não foram de quebradeira, de jeito nenhum. Roosevelt pegou os EUA no fundo da crise. Além disso, o André se esquece de que Roosevelt acabou com o trabalhismo americano. Entre as grandes democracias do

mundo, a única na qual os trabalhadores não têm um partido é a dos EUA.

O sr. vê traços autocráticos no presidente Lula?

Montado nessa popularidade, ele exagerou. O presidente esteve à beira de se tornar autoritário. Foi além dos limites. Só duas pessoas no século 20 disseram, como ele, que eram a encarnação do povo: Adolf Hitler e Joseph Stalin.

Lula e o PT chegaram ao Planalto fazendo um discurso forte contra a corrupção. O sr. se decepcionou nesse quesito?

O poder absoluto corrompe muito. O presidente do Brasil pode nomear muitos cargos. Não há partido que resista a uma coisa dessas. O PT se perdeu no poder, ficou menor do que o presidente e não consegue impor seu programa. Lula e o PT tem um estilo predatório de administrar o Estado e lidar com as finanças públicas.

Lula foi melhor do que Fernando Henrique Cardoso?

Fui muito amigo do Fernando Henrique durante 12 anos e nos afastamos quando ele virou presidente. Fui revê-lo depois que ele deixou Brasília. Sei quem ele é e já fiz essa comparação. Fernando Henrique fez muito mal ao Estado com as privatizações. Ele, com isso, quebrou a capacidade de o Estado regular a economia, quebrou alguns instrumentos construídos com o sacrifício do povo para que o Estado pudesse intervir na economia. Mas tentou avançar institucionalmente, e essa é a grande diferença entre eles. O Lula não tem uma criação institucional. A República não avançou um milímetro com Lula. O que é celebrado na gestão Lula não se transformou em regra. Getúlio Vargas (ditador e presidente do Brasil de 1930 a 1945 e presidente de 1951 a 1954), quando criou as leis trabalhistas, obrigou as empresas a seguirem as regras da nova legalidade, que significavam uma nova hegemonia. A sociedade caminha pela luta de classes dentro dos caminhos que a hegemonia cria. Não ocorreu isso com Lula.

Mas e o aumento do salário mínimo não é um avanço?

Não, é um processo da economia, nada está garantido. Se amanhã a economia der para trás, o salário mínimo que se dane, não é um avanço. O salário mínimo do Juscelino Kubitschek (presidente entre 1956 e 1961) chegou, em valores de hoje, a R$ 1.500, e caiu porque as forças do trabalho não tiveram capacidade de sustentá-lo e porque logo depois viriam os governos militares. Avanços são direitos. Para ficar na história como um estadista, não apenas como um presidente

popular, Lula deveria ter transformado, por exemplo, o Bolsa-Família em legislação constitucional. Não fez reformas. O Lula não é um estadista, de jeito nenhum. Ele não é aquele que constrói instituições que significam uma nova hegemonia.

O sr. estava entre os fundadores do PT...

Isso de fundador não faz muita diferença. Muita gente estava na fundação do partido (no colégio Sion, em São Paulo, em 1980) e depois nunca mais apareceu. O que interessa é a militância, e eu fui militante.

Como o sr. acha que a era Lula ficará para a História?

Se os historiadores tiverem juízo, ele será lido como o presidente mais privatizante da história. Ele não é estatizante, isso é falso, uma lenda que a imprensa inventou e que ele usa como arma. Ele é privatizante no sentido de estar criando regras para que poucos grupos controlem a economia brasileira, usando o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para isso. Com Lula, nós estamos entrando naquilo que a teoria marxista chamava de capitalismo monopolista de estado, do qual não há volta. Todas as vezes que essas forças crescem, as dos trabalhadores diminuem. É esse país que ele vai legar para a Dilma.

Diante da alta popularidade de Lula, o sr. se arrepende de ter saído do PT?

De jeito nenhum. Esse negócio de popularidade é como maré, vai e volta.

QUEM É

Chico de Oliveira é professor aposentado de sociologia da Universidade de São Paulo, da qual recebeu o título de professor emérito, e foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Entre seus livros, destaca-se Crítica à Razão Dualista.

"Lula deu provas expressivas de apego à democracia"

Andre Singer, doutor em Ciência Política

A vinculação do "subproletariado" a Lula, que o sr. classifica de "lulismo", justificaria, por si só, a alta popularidade em 8 anos?

Não. São dois fenômenos ligados, mas diferentes. De um lado tem essa mudança de base social, que tem a ver com esse processo de realinhamento que começa em 2002 e se completa em 2006 e é caracterizado por essa mudança de perfil da base eleitoral de Lula e do PT: antes muito ligado à classe média e, agora, ao subproletariado (a faixa da população com renda familiar mensal de até dois salários mínimos). A outra coisa é que no segundo mandato os índices de popularidade subiram muito e, evidentemente que quando chegam à proporção a que chegaram atingiram muito mais gente que o subproletariado. O que é característico desse período é o fato de que a candidatura Dilma foi sustentada exatamente por esses eleitores subproletários. A alta popularidade tem, de um lado, essa base fiel que se expressou na votação da Dilma, acrescida de um público de classe média que provavelmente decorre de um grande êxito econômico do governo. O governo conseguiu produzir uma situação de crescimento que parece ser sustentável.

No seu ensaio sobre as raízes sociológicas do lulismo, o sr. menciona que o suporte do subproletariado deu "autonomia bonapartista" a Lula. O presidente foi estadista? Foi democrático?

O bonapartismo tem associação com componentes militares, o que definitivamente não está em questão. Quando eu disse que há uma certa autonomia, é de fato o resultado de uma base social que se articulou a partir do projeto executado no primeiro mandato de maneira que lembra uma passagem do Marx no O 18 Brumário, aquela em que ele diz que no caso da França os camponeses não podiam se auto-organizar enquanto classe. Eles tinham de ser organizados de cima para baixo, por identificação com quem estava no alto. Tem algum grau de semelhança com a situação dos subproletários no Brasil. Quando eu lancei a hipótese de que haveria por parte desse setor uma identificação com o projeto do presidente Lula, eu estava querendo dizer que essa camada se articulou, virou um ator político. É nesse sentido que foi feita a comparação com O 18 Brumário. Eu diria que o presidente deu provas expressivas de apego à democracia, e a maior delas é não ter patrocinado uma emenda em favor do terceiro mandato. Ele poderia ter feito, teria condições políticas para isso. Fez uma opção a favor da alternância do poder.

Um dos aspectos do populismo clássico é a identidade do líder com as massas, sem intermediários - característica de Lula. O presidente resvalou para o populismo em seu governo?

Lentamente, o lulismo está caminhando para o PT. Isso faz com que esse traço de ligação direta não esteja ocorrendo porque há fortalecimento de um partido político. Talvez o que exista é uma certa

continuidade entre o lulismo e o getulismo, continuidade que não pode ser tomada fora do seu contexto. Estaria ligada ao fato de que tal como Getúlio Lula também parece estar incorporando setores que historicamente estavam fora do arranjo social principal, estavam à margem. Embora haja tantas diferenças entre a situação dos anos 50 e a atual, certa gramática política parece que voltou. Não temos elementos suficientes para falar em populismo.

A semelhança entre Vargas e Lula estaria na incorporação de classes excluídas ou há semelhanças entre os dois?

As semelhanças maiores teriam relação com essa incorporação e com o grau de autonomia que esse elemento de incorporação tenha dado a um e a outro. Essa autonomia leva a um componente importante que é a capacidade do presidente de arbitrar o conflito entre as classes.

O presidente Lula soube arbitrar conflitos de classe?

Sem dúvida. Foi um dos traços dos dois mandatos. Ele teve êxito nessa operação delicada. Um bom exemplo é perceber como dentro do governo há o agronegócio e setores que pressionam pela reforma agrária.

O sr. fala da incorporação de duas almas contraditórias ao PT (incorporação ao capital e inclusão social). Essa divisão está na cabeça de Lula?

A impressão que tenho é que ele opera por sínteses. O governo abriu espaço às duas almas.

Qual é o maior legado de Lula?

A incorporação, a inclusão social. O Brasil sempre operou por uma modalidade de permanência das elites com alta dose de exclusão. Esses oito anos abriram a porta, deram os passos iniciais para essa inclusão. Os exemplos são múltiplos, e vão desde o Bolsa-Família até a geração de empregos, passando pelo aumento do salário mínimo, crédito consignado.

Ao deixar o governo como "pai dos pobres", Lula incitou a divisão de classes no País?

Não incita divisão. Se a gente for fazer um balanço, vai prevalecer essa decisão de não promover a radicalização política. A política do governo não é radical, não incita a divisão. Embora não incite, essa

divisão é real. O Brasil é um país muito desigual e foi de fato feita uma política em que favoreceu um setor da sociedade que estava historicamente fora. Esse movimento de inclusão social está produzindo uma certa polarização, que é sociopolítica. Até aqui essa polarização não tem dado sinais de ameaças à democracia. Enquanto isso estiver dentro dos marcos democráticos, não é necessariamente negativo. Há uma polarização com bases sociais. Os atores políticos e o presidente, em particular, não estão incitando uma polarização.

O sr. vê mudanças entre o primeiro e o segundo mandato?

Vejo. Houve uma certa inflexão "desenvolvimentista" no segundo mandato, inflexão à esquerda no sentido de flexibilizar o gasto público.

A crise do mensalão poderia ter custado a reeleição se Lula não tivesse apoio popular?

Poderia. O episódio marcou o afastamento de uma base eleitoral de classe média. Se em lugar de ter esse movimento de novas adesões ao presidente na base da sociedade em 2006 tivesse havido movimento de espraiamento da rejeição, diria que teria marcado um outro destino.

QUEM É

É doutor em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), jornalista, ex-porta-voz (de 2003 a 2007) e ex-secretário de Imprensa (no período de 2005 a 2007) da Presidência da República do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

***

FRASES IMPAGÁVEIS DO LULA

Por Reuters, reuters.com, Atualizado: 1/1/2011 8:31

SAIBA MAIS-Frases inusitadas são marca de Lula na Presidência

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acostumado a mobilizar multidões por meio de seus discursos desde os tempos de líder sindical, disparou frases

memoráveis, e por vezes inesperadas tratando-se de um chefe de Estado, durante seu período na Presidência.

PONTO G

Inauguração da Barragem João Leite (março/2010)

'Eu não quero enganar ninguém, mas não quero ser enganado. É essa relação que o Brasil estabeleceu com o mundo. E é por isso que o Brasil é respeitado. É por isso que o Brasil é importante no G20, é importante no G8, é importante no G13, é importante no G4, é importante no G3. Cria um G que o Brasil está lá dentro. Por isso, não tem país mais preparado para encontrar o ponto G do que o Brasil.'

PALAVRÃO

Em cerimônia no Maranhão (dezembro/2009)

'Eu não quero saber se João Castelo, é do PSDB, eu não quero saber se o outro é do PFL, não quero saber se é do PT, eu quero saber se o povo está na merda e quero tirar o povo da merda que ele ficou. Esse é o dado concreto. Lógico que falei um palavrão aqui e amanhã os comentaristas dos grandes jornais vão dizer que o Lula falou um palavrão. Mas eu tenho consciência de que eles falam mais palavrão que eu todo dia. E eu tenho consciência de como vive o povo pobre desse país. E, por isso, queremos mudar a história desse país.'

PERERECAS

Discurso durante assinatura da ordem de início da duplicação da BR-386, Tabaí-Estrela, e lançamento do edital da duplicação da BR-116 Porto Alegre-Pelotas (julho/2010)

'Eu falei: Hideraldo (presidente do DNIT), eu quero essa obra, bicho! Trabalhe! Bem, eu sei que o túnel está pronto, falta só iluminar o desgramado. Mas parou seis meses - vocês sabem da história - por causa de uma perereca! Seis meses! Seis meses, que acharam uma perereca que achavam que estava em extinção, para-se a obra e coloca-se o Brasil todo a serviço de uma perereca. Nós sabemos da importância das pererecas, mas não pode parar uma obra tão importante como essa do metrô. Agora eu estou sabendo que o anel viário do Rio de Janeiro também está com o mesmo problema da perereca, e é daquelas pequenininhas.'

MULHERES

Discurso em Porto Alegre (julho/2010)

'Eu já sou defensor das mulheres ocuparem espaço na política há muito tempo. Acabou o tempo em que a mulher era tratada como objeto de cama e mesa; acabou o tempo em que a mulher, no mercado de trabalho, era tratada como uma força secundária; acabou o tempo em que a mulher era força auxiliar. A mulher não quer mais viver com um homem por causa de um prato de comida, a mulher quer viver com um homem se ela quiser.'

ÁFRICA

Durante visita à Namibia (novembro/2003)

'Aqui é tudo tão limpinho que nem parece a África.'

CRISE ECONÔMICA

Discurso em Mossoró (julho/2008)

'A imprensa, de vez em quando, fica doida: 'Mas, presidente Lula, e a crise americana?' Perguntem para o Bush. A crise é dele, não é minha."

Entrevista no ABC paulista (outubro/2008)

'Eu estou muito confiante de que a crise Americana, se ela chegar aqui. Ela lá é um tsunami, aqui ela vai chegar uma marolinha, que não dá nem pra esquiar.'

Declaração em Brasília (março/2009)

'É uma crise causada, fomentada, por comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis, que antes da crise parecia que sabia tudo e que agora demonstra não saber nada.'

Cerimônia (dezembro/2008)

'Quando o Mercado teve uma dor de barriga, e não foi uma dor de barriga, foi uma daquelas diarreias insuportáveis, ou seja, quando o mercado teve essa diarreia, quem eles chamaram pra salvá-los? O Estado que eles negaram durante 20 anos.'

MÃE DO PAC

Em discurso no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro (março/2008)

'A Dilma é uma espécie de mãe do PAC, é ela que cuida, é ela que acompanha.'

PRÉ-SAL

Discurso após coleta do primeiro óleo do pré-sal (setembro/2009)

'Eu digo, em todos os lugares aonde vou, que estamos indo tão fundo para procurar petróleo que, qualquer dia, a Petrobras traz um japonesinho na sua broca, e aí vai dar um problema internacional sem precedentes.'

Discurso na Bovespa, na capitalização da Petrobras (setembro/2010)

'Há dez anos eu passava aqui na porta da Bolsa e as pessoas tremiam de medo. 'Onde é que vai esse comedor de capitalismo?'. E exatamente esse comedor de capitalismo deixa a Presidência da República depois de oito anos como o presidente que participou, de forma honrosa, do momento mais auspicioso do capitalismo mundial.

Nunca antes na história da humanidade nós tivemos um processo de capitalização da envergadura da que a nossa Petrobras está fazendo aqui.'

(Por Leonardo Goy e Jeferson Ribeiro)

LEGADO

EDUCAÇÃO: Avanços tímidos perante as necessidades na educação 12-JAN-2011 *Daniel Cara **LEIA MAIS** • ~~Análise: Lula na economia~~ • ~~Análise: O legado de Lula - "Democratização" e protagonismo na política externa~~ • ~~Análise: O governo Lula e a ascensão de classes no Brasil~~ • ~~Análise: Na era Lula, o saldo é positivo~~ • ~~Análise: Um rápido olhar sobre a infraestrutura~~ Comparados a governos anteriores, os dois mandatos do presidente Lula estabeleceram	PNE	LULA

bases importantes para as políticas educacionais. Contudo, se forem contrapostos os indicadores da educação com as necessidades e possibilidades do Brasil, o Governo Lula avançou pouco.

Embora tenha empreendido políticas promissoras para a expansão do número de matrículas, com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federal), os resultados ficaram aquém do esperado e necessário.

A comparação dos dados do Censo Escolar de 2009 e 2010 mostra que o Brasil perdeu mais de 1,2 milhão de matrículas nas redes públicas de educação básica, devido a inúmeros fatores. Em lugar de ganhar matrículas com o Fundeb, em vigor desde 2007, a educação infantil e o ensino médio públicos perderam juntos mais de 65 mil matrículas em um ano. A involução da educação de jovens e adultos foi ainda mais crítica, com redução de mais de 260 mil vagas. Sucessor do Fundef do Governo FHC, que financiava apenas o ensino fundamental, as expectativas quanto à capacidade do Fundeb em expandir rapidamente vagas não se comprovaram até o momento, em grande parte porque a contribuição da União ao fundo ainda é insuficiente.

No combate ao analfabetismo, o Governo Lula foi gravemente lento. Segundo o marco legal brasileiro, ele já deveria estar superado ou com taxa próxima de zero. No entanto, nos dois mandatos de Lula caiu de 11,6% para 9,7% na população acima de 15 anos. Em oito anos, uma queda de 1,9% na taxa de analfabetismo é um desempenho vergonhoso para uma das maiores economias do mundo.

A média dos anos de estudo da população acima de 15 anos também não apresentou boa evolução. Em 2005 os brasileiros estudavam, em média, 7 anos. Em 2009, segundo o IBGE, essa média era de 7,5 anos. Mantido esse ritmo letárgico, o Brasil levará 52 anos para alcançar o patamar de 14 anos obrigatórios de estudo, determinado pela EC 59/2009 (Emenda à Constituição), proposta por Lula.

Segundo dados preliminares do último Censo do Ensino Superior, a combinação entre o ProUni e o Reuni resultou em uma expansão de mais de 2 milhões de matrículas durante o Governo Lula. Hoje o Brasil possui quase 6 milhões de estudantes no ensino superior, sendo 75% destes nas redes privadas. Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), 30% dos jovens de 15 a 24 anos deveriam estar matriculados nesse nível de ensino, no entanto, essa taxa não passa de 15%.

Além do desempenho insuficiente na expansão de matrículas, o Governo Lula não conseguiu um importante salto de qualidade. Nenhuma universidade pública brasileira figura entre as cinquenta melhores do mundo. Além disso, as avaliações nacionais mostram a baixa qualidade praticamente generalizada das instituições privadas de ensino superior.

No âmbito da qualidade da educação básica o Brasil melhorou relativamente, mas pouco em termos reais. Divulgados em dezembro de 2010, os resultados do PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) mostram que embora o país tenha sido o terceiro que mais evoluiu nos últimos 10 anos, na média comparativa permanece muito mal, tendo obtido apenas o 54º lugar entre os 65 países participantes. Contudo, os estudantes das escolas técnicas federais obtiveram desempenho melhor que alunos de países desenvolvidos, ficando com média superior a França, Estados Unidos, Reino

Unido, Dinamarca, Alemanha e Canadá.

As lições a serem aprendidas pelos bons resultados das escolas técnicas federais – fortemente expandidas por Lula – é o que deveria balizar toda a política da educação básica: franca expansão da rede pública com qualidade, baseada em adequado custo-aluno ano, remuneração inicial competitiva aos profissionais do magistério com boa perspectiva de carreira e adequada oferta de recursos educacionais (laboratórios de informática e de ciências, midiatecas, quadras poliesportivas, etc.).

Para disseminar esse padrão de ensino Lula deveria ter empreendido uma inédita parceria entre a União – ente federado que arrecada 53% de toda a receita líquida advinda de tributos –, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Em outras palavras, o Governo Federal deveria ter cumprido a Constituição, auxiliando os demais entes federados em termos técnicos e financeiros, em regime de cooperação.

Para tanto, seria necessário aumentar o orçamento da educação e transferir mais recursos aos outros entes federados. Assim, se o orçamento federal da área foi duplicado em termos reais (considerada a inflação) nos oito anos de Lula, chegando a alcançar R$ 51 bilhões em 2010 (algo em torno de 3% do orçamento da União), deveria subir, no mínimo, mais 2% do PIB, alcançando cerca de R$ 115 bilhões. Desse montante, no mínimo R$ 40 bilhões deveriam ir para o Fundeb, de forma a ampliar vagas e garantir, concomitantemente, um padrão mínimo de qualidade aos estudantes matriculados, conforme os parâmetros do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e incorporado pelo Conselho Nacional de Educação em 2010.

A maior falha do presidente Lula foi não empreender um aumento maciço de recursos na educação, alcançando o patamar de investimentos de 7% do PIB no setor, tal como determinava o PNE 2001-2010 vetado por FHC e com apenas um terço das metas cumpridas no curso dos oito anos de Lula.

Apenas um montante substantivo de recursos para a educação, que denotaria um real grau de prioridade para área, poderia melhorar significativamente os indicadores educacionais, combatendo as gritantes desigualdades existentes no acesso, na permanência e no sucesso escolar, que reproduzem os padrões brasileiros de injustiças.

Na área educacional Lula fez um governo que estabeleceu programas interessantes, mas excessivamente tímidos perante as necessidades do país e suas possibilidades orçamentárias. A gestão Lula não foi capaz de revolucionar a educação brasileira, tal como o fez no combate à miséria. Quiçá a presidente Dilma Rousseff seja capaz.

**Daniel Cara é mestre em Ciência Política (USP) e coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É também diretor da Campanha Global pela Educação e da Clade (Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação). Coordenou o eixo “Financiamento e Controle Social” na Conae (Conferência Nacional de Educação, 2010) e o eixo "Construção do regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tendo como um dos instrumentos o financiamento da educação" na Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica, 2008). Entre 2005 e 2007, como vice-presidente, foi o primeiro membro da sociedade civil a participar da mesa diretora do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude).*

fonte: UOL

~~Política~~| 23/07/2010 | Copyleft

Brasil, de Getúlio a Lula

O governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com forte peso das políticas sociais. De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam até o começo do século XXI vivendo uma circunstância nova, que pode se fechar, como um marcante parênteses ou como ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e a continuidade em um novo patamar da construção de um país justo, democrático, soberano. A análise é de Emir Sader.

Emir Sader

(*) Primeiro texto do livro "Brasil, entre o Passado e o Futuro", organizado por Emir Sader e por Marco Aurélio Garcia, publicado pelas Editoras Boitempo e Perseu Abramo.

O Brasil vive um momento diferenciado da sua história política. Uma história que completará em 2010 suas oito décadas mais importantes até aqui. Desde então, há elementos de continuidade e de ruptura, pelas imensas transformações que o Brasil viveu desde então. Oito décadas em que o país mudou sua fisionomia econômica, social, política e cultural, de forma profunda e irreversível. De país rural se tornou pais urbano, de pais agrícola, país industrializado, de um Estado restrito às elites a um Estado nacional. De país voltado para fora, para um país voltado sobre si mesmo. De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam até o começo do século XXI vivendo uma circunstância nova, que pode se fechar, como um marcante parênteses ou como ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e a continuidade em um novo patamar da construção de um país justo, democrático, soberano.

A ruptura mais importante, até aqui, da nossa história se deu em 1930. Até ali, grandes pactos de elite bloquearam a possibilidade de protagonismo do povo na história do país. A independência, ao contrário dos outros países do continente – com a exceção de Cuba e de Porto Rico -, não se deu pela expulsão dos colonizadores, mas pela primeira expressão do transformismo – no sentido que lhe deu Gramsci – na história brasileira. Ao invés de república, passamos da colônia à monarquia, fomos o país que mais tarde terminou com a escravidão, enquanto se consolidou o domínio do latifúndio no campo. Um pacto de elite que perpetuou os laços com a metrópole colonial, prolongou a escravidão e perpetuou a concentração da propriedade rural.

A crise de 1929 determinou o esgotamento do modelo econômico que tinha orientado toda nossa inserção – como país colonizado – no mercado internacional, como exportadores de matérias primas, quando as grandes potências que controlavam nosso comércio exterior se declararam em crise e reduziram drasticamente suas exportações e importações. Os efeitos foram tão graves que caíram praticamente todos os governos da America Latina – mesmo os progressistas, como o de Yrigoyen, na Argentina.

Desde a maior das rupturas – 1930 – algumas inflexões redirecionaram a história brasileira de maneira significativa, até o presente, dentre as quais a ditadura militar representou o marco divisório desde então. A Revolução de 30 introduziu o novo período, fazendo com que a presidência passasse das mãos de um mandatário – Washington Luis, o último presidente paulista antes de FHC, ambos nascidos no Rio, mas adotados pela elite paulista – que havia afirmado que "A questão social é uma questão de polícia", para um – Getúlio – que fará com que o Estado assuma responsabilidades sobre os direitos sociais e passe a interpelar aos brasileiros, nos seus discursos, como "Trabalhadores do Brasil". O fundamental foi a criação de um Estado nacional, sucedendo a um que era um consórcio das elites econômicas e políticas regionais. Essa foi a maior ruptura progressista, até aqui, da história brasileira.

O Brasil começou a ter um Estado em que passaram a se reconhecer proporções crescentes de brasileiros, mediante políticas sociais, reconhecimento da sindicalização dos trabalhadores, um projeto nacional e um discurso popular, o desenvolvimento econômico como norte fundamental do país. Iniciava-se o período mais prolongado e mais profundo de expansão da economia e de extensão dos direitos sociais que o país conheceu. As oito décadas transcorridas desde então estiveram marcadas por algumas inflexões importantes, desde a que, em 1955, redefine o desenvolvimento, que deixa de ter um caráter expressamente nacional – em que as empresas estatais tinham um papel chave – para o ingresso maciço do capital estrangeiro, com a indústria automobilística passando a ser o carro-chefe do desenvolvimento industrial, chegando a responder, de forma direta ou indireta, por um quarto do PIB brasileiro.

Uma segunda inflexão se deu com o golpe militar de 1964, esta substantiva não apenas no plano econômico, mas também social, com a abertura econômica para os capitais estrangeiros e o arrocho salarial, que são o santo do "milagre econômico", e político, com a

ruptura da continuidade democrática e a passagem a uma ditadura militar. Foi imposta pela força uma ruptura com o processo gradual de democratização social, política, econômica e cultural, passando a predominar um modelo centrado na exportação e consumo de luxo, possibilitado pela feroz repressão aos sindicatos e aos movimentos populares, com a correspondente super-exploração do trabalho.

A redemocratização representou uma ruptura político institucional sem, no entanto, romper com as bases econômicas e sociais do poder monopólico no Brasil. O poder dos bancos, da terra, da grande mídia privada, dos grandes monopólios nacionais e internacionais se fortaleceu, ao invés de serem objetos de democratização. A eleição do primeiro presidente civil depois da ditadura, ao não se dar pelo voto direto, mas pelo Colégio Eleitoral, facilitou uma nova conciliação das elites, fazendo com que o novo regime fosse um produto hibrido do velho e do novo. Passamos a ter uma democracia política sem alma social, sem alterar nosso recorde negativo de pais mais desigual do continente mais desigual do mundo. Isto é, uma democracia formal, nos moldes do liberalismo, assentada sobre a sociedade mais desigual do continente mais desigual do mundo.

Tanto assim que essa democracia foi funcional ao modelo neoliberal – hoje tão execrado nacional e internacionalmente, mas que com FHC ganhou total apoio das elites dominantes brasileiros -, que acentuou a desigualdade social, concentrou ainda mais o poder econômico e fragilizou a democracia reconquistada. FHC sentenciou a inflexão do seu governo: "Viraremos a página do getulismo." Tinha consciência ele de que sem destruir as sobrevivências do Estado nacional, regulador, indutor do desenvolvimento, distribuidor de renda, o neoliberalismo, o reino do mercado, o Estado mínimo, não conseguiriam se impor. Foi sua obra. Fracassou e abriu caminho para o governo Lula, uma era hibrida, composta por continuidades e rupturas, possível até que existisse base material para um amplo arco de alianças que vai do capital financeiro aos pobres da cidade e o campo, que a crise atual coloca em questão.

Depois de termos participado, na década passada, do extenso e radical reino do neoliberalismo neste continente, participamos dos movimentos que, na década atual, rejeitam esse modelo e buscam formas de sua superação. Pela primeira vez, desde os governos de Getúlio, forças do campo popular dirigem, já por dois mandatos consecutivos, o país.

Como isso foi possível, depois de 21 anos de ditadura militar e de mais de uma década de governos neoliberais? Qual o fio condutor que articula o movimento popular brasileiro desde suas origens contemporâneas, na Revolução de 30, passando por estas oito décadas de acontecimentos tão significativos – progressivos e regressivos – até chegar ao complexo período que vivemos?

Da classe contra classe à questão nacional

As origens do movimento popular brasileiro precedem a Revolução de 30, nas origens da

industrialização. Provêm do sindicalismo anarquista, comunista e socialista, que pela primeira vez levantaram no Brasil a necessidade de uma alternativa ao sistema de poder dominante. Suas bandeiras eram diretamente classistas, foram influenciadas pela interpretação da Revolução Russa como uma revolução "operário camponesa" e pelas lutas do movimento operário europeu. Tiveram o grande mérito de dar inicio à organização autônoma do movimento popular, centrado nos trabalhadores imigrantes, que traziam suas experiências e as doutrinas que fundaram a esquerda na Europa. Era uma esquerda urbana, sem raízes no campo, onde residia a grande maioria da população que, além disso, não chegou a elaborar estratégias específicas, assentadas na realidade brasileira. Assim, temas candentes como a da luta contra o latifúndio, contra a dominação externa, o das estratégias nacionais, não eram ainda temas centrais para a esquerda.

A crise de 1929 colocou os primeiros grandes desafios para o movimento popular brasileiro. Como reagir diante do esgotamento do modelo primário-exportador? Que estratégia nacional deveria ser elaborada para organizar as foras populares e constituir um bloco de transformação radical do país? Que posição tomar diante do nacionalismo?

Quem melhor captou a natureza da crise e as alternativas que se colocavam foi o nascente movimento nacionalista e não os partidos da esquerda – em particular o Partido Comunista, o mais importante deles. Este manteve a linha da Internacional Comunista de classe contra classe, subestimando o peso que a questão nacional passaria a ter em países como o nosso, na periferia capitalista. Enquanto que o nacionalismo soube captar o peso da identidade nacional e dos interesses nacionais no processo de industrialização que se iniciava e no marco do ressurgimento com força dos Estados nacionais no plano mundial.

A Revolução de 30 deu inicio ao que seria o movimento popular brasileiro durante as décadas seguintes. Um movimento centrado no nacionalismo como ideologia, em um bloco de forças entre o empresariado brasileiro, o movimento sindical urbano, as classes médias, comandadas pelo novo Estado brasileiro, o primeiro Estado com dimensão e ideologia nacional. Pela primeira vez o Brasil se pensava como nação e dispunha de um projeto nacional.

O modelo hegemônico introduzido pela Revolução de 1930 pode ser caracterizado como um modelo nacional-estatista, em que o impulso ao desenvolvimento se centrava fundamentalmente no Estado e na industrialização, ao mesmo tempo que a organização das classes fundamentais emergentes – empresariado nacional, classes médias e movimento sindical urbano – seria articulado pelo Estado, que incentivava a organização corporativa desses setores, mas vetava sua organização política. Esta estava dada pelo Estado e pela liderança de Getúlio em particular, que encarnavam os interesses da nação.

Essa orientação, aliada à visão classista da esquerda – em particular do Partido Comunista – implicaram num distanciamento inicial entre a esquerda partidária organizada e o movimento nacionalista. Em um segundo momento, na década seguinte, se daria a aproximação que marcou a identidade da esquerda por algumas décadas.

A postura do nacionalismo brasileiro – e latino-americano – diante do liberalismo será outro elemento essencial para definir a identidade do campo popular deste lado do Atlântico. Na Europa, o liberalismo foi a ideologia da burguesia ascendente, que lutava pela livre circulação de mercadorias, contra as travas feudais, sobretudo em relação à compra e venda livres da terra e da força de trabalho. Enquanto que o nacionalismo, numa região que não sofreu dominação externa, assumiu um caráter egoísta, chovinista, da suposta superioridade de uma nação sobre a outra – que seria profundamente explorada nas duas guerras mundiais, como expressão das contradições interimperialistas.

Já na periferia do sistema – e, em particular, na América Latina e no Brasil – o liberalismo foi a ideologia do bloco primário-exportador, cujos interesses se fundamentavam no livre comércio da exportação e da importação. Centrava-se no liberalismo econômico, que não necessariamente se casava com o liberalismo político.

Enquanto que o nacionalismo, pela dominação externa, colonial e imperialista que caracterizou nossa inserção no mercado internacional, teve um caráter de resistência nacional à exploração externa. Foi antiliberal no plano econômico, para proteger o mercado interno e fomentar a industrialização nacional. Mas foi também anti-liberal no plano político – nos casos mais conhecidos, os de Getúlio e Perón -, propondo a predominância da unidade em torno da nação e do Estado em contraposição ao sistema de partidos, que consideravam que dividiria a nação.

Essa posição do nacionalismo latinoamericano fez com que se dissociassem as questões nacional e social - fortemente reivindicadas por ele – e a questão democrática que, sob forma liberal, ficou em mão da direita. O movimento popular, especificamente no caso brasileiro, assumiu a bandeira nacionalista e social, fundada numa aliança de classes entre o grande empresariado nacional, setores das classes medias e o movimento sindical urbano. A direita buscou se opor, fundada em visões democrático-liberais.

O inicio do processo de sindicalização deu inicio ao mais importante processo de organização popular na história brasileira, mas ao restringi-lo apenas aos setores urbanos dos trabalhadores e ao não tocar na estrutura agrária, terminou se perpetuando o poder do latifúndio – mesmo que perdendo a hegemonia para a burguesia industrial ascendente -, separando o destino dos trabalhadores do campo – a imensa maioria dos trabalhadores – dos urbanos, favorecendo a continuação da emigração do campo para as cidades.

A estratégia hegemônica da esquerda se assentava na luta contra o latifúndio e o imperialismo, buscando desbloquear o desenvolvimento econômico, ao considerar que as travas externas e rurais seriam os obstáculos centrais à modernização industrial e ao desenvolvimento econômico e social do país, assim como à afirmação da sua identidade nacional. Essa estratégia considerava que haveria uma primeira etapa de luta nacional e democrática, até que se criassem as condições para uma luta anticapitalista.

Foi um período de extraordinários avanços no desenvolvimento econômico do país, na construção do Estado nacional, na conquista de direitos sociais da população e de elaboração de uma ideologia nacionalista. Coincidiu, primeiro, com a recessão internacional e o refluxo dos investimentos estrangeiros em toda a região – o que favoreceu a estratégia de industrialização pela substituição de importações – e depois com a segunda guerra e a guerra da Coréia. Coincidiu também com o maior ciclo longo expansivo do capitalismo internacional, do qual a industrialização de países da periferia como o Brasil, a Argentina e o México fizeram parte. Assim, de 1930 a 1954 abriu-se um espaço sui generis para o desenvolvimento econômico nacional, funcional ao ciclo expansivo internacional.

O fim da guerra da Coréia representou o retorno com força dos investimentos estrangeiros, particularmente os norte-americanos, estabelecendo um final do ciclo fortemente nacionalista no Brasil e na Argentina. (Não por acaso Getúlio cai em 1954, Perón em 1955). Na metade da década de 1950 chegaram os investimentos na indústria automobilística, que trariam grandes conseqüências para o caráter do desenvolvimento econômico, assim como no plano das forças sociais e do próprio Estado.

Mudou o rumo do desenvolvimento econômico, que continuou a ser o objetivo central do modelo dominante, mas a entrada do capital estrangeiro deslocou para ele – em particular para a indústria automobilística – o eixo central da economia. Com JK, o desenvolvimento passou a primar sobre o seu caráter nacional, a composição da classe operária também se viu alterada, com a imigração maciça de trabalhadores nordestinos para a indústria privada – prioritariamente paulista – em detrimento da empresas estatais e do epicentro econômico e social no Rio de Janeiro.

O movimento popular, no entanto, seguiu fortalecendo-se, tanto com a extensão da sindicalização urbana, quanto com o começo da sindicalização no campo. A polarização política continuou a se dar entre os mesmos blocos, sem refletir ainda a expansão da presença do capital estrangeiro no país.

Esta se fará sentir mais fortemente conforme as articulações para o golpe militar se intensificaram. A derrota do candidato que daria continuidade ao programa getulista – o general Lott – deslocou o bloco dominante, mas a renúncia de Jânio Quadros, ao recolocar a João Goulart na presidência, retomou-a, em uma versão mais popular, por ter a Jango como cabeça de governo. O governo Jango retomou o projeto de Getúlio – teorizado por Celso Furtado em torno das “reformas de base” -, que expressou a formulação mais articulada do projeto do movimento popular naquele período. As medidas anunciadas por Jango no seu ultimo comício – no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro – iam nessa direção: inicio do processo de reforma agrária e limitações na remessa de lucros para o exterior.

O movimento popular brasileiro tinha atingido seu auge de mobilizações, pela extensão e diversidade de suas forças e manifestações. Um governo com um projeto de reformas estruturais da economia, um movimento sindical forte, estendendo-se dos centros urbanos

ao campo, passando a incorporar aos funcionários públicos e a setores das FFAA, grande capacidade de mobilização e combatividade do movimento estudantil, criatividade inédita do conjunto do mundo artístico – cinema novo, bossa nova, teatro político, entre outras expressões. O golpe viria se abater sobre todas as manifestações populares e democráticas acumuladas no país de forma brutal e direta.

O golpe revelava como a grande burguesia brasileira preferia apoiar a ruptura da democracia para consolidar sua aliança com o grande capital internacional e o latifúndio, ao invés de com o movimento popular na direção de aprofundar e estender a democracia no Brasil. Abandonou sua bandeira democrática – em nome da qual pregou e apoiou a o golpe e a ditadura – e se unificou no apoio ao novo regime e às suas políticas econômicas antinacionais.

O golpe militar foi uma das maiores rupturas vividas pela historia brasileira – esta de caráter claramente regressivo. O movimento popular brasileiro havia chegado a seu momento de maior força em toda a sua historia até aquele momento. Pela sua força de massas, pelas direções políticas de caráter nacional que havia construído, pela sua força ideológica e pelos postos ocupados nas esferas de governo, especialmente a nível nacional.

A ditadura golpeou profundamente o campo popular em todas as suas formas de existência: dos sindicatos urbanos aos rurais, das universidades às escolas básicas, dos intelectuais aos artistas, dos jornais cotidianos às revistas, dos parlamentares progressistas aos juízes, das editoras aos teatros e aos produtores de cinema, dos militantes aos simpatizantes da esquerda. Quebrou-se o eixo do campo popular, assim como suas extensas raízes de massa, instalando-se, pela primeira vez em muitas décadas, um Estado antipopular, que golpeava a democracia e o movimento popular em todas as suas dimensões.

Colocava-se um novo desafio para as lutas populares no Brasil: como enfrentar a ditadura, como reivindicar a questão democrática, ao mesmo tempo, que a o enfrentamento da dominação externa e das oligarquias internas?

Da ditadura à democracia

A ditadura militar mudou radicalmente o perfil do movimento popular brasileiro. Já não contava com as organizações de massa legais, ao contrário, tinha que computar a repressão sistemática a qualquer forma de organização – sindical, estudantil, camponesa, cultural. Tinha a questão democrática como central – a luta contra a ditadura se transformava no tema central, que poderia unificar a amplos setores afetados pela repressão. Tinha, ao mesmo tempo, o desafio de como atuar diante do fechamento de praticamente qualquer espaço de luta nos planos econômico, social, político e cultural. As formas de luta apareciam como uma interrogante a responder, da qual se deduziria uma grande quantidade de conseqüências.

A primeira reação da oposição à ditadura foi a de impulsionar a luta clandestina, propugnar

por uma saída radical da ditadura e centrar suas formas de luta nas ações armadas – de forma paralela à vitória das guerrilhas em Cuba e de sua proliferação em outros países do continente, especialmente, Venezuela, Peru, Guatemala, concomitantemente com a resistência dos vietnamitas à invasão norteamericana. O movimento estudantil aparecia como o mais ativo na resistência à ditadura, enquanto se desenvolviam debates na esquerda sobre a natureza do golpe e do novo período político, assim como as formas de luta e seus objetivos, sob forte influencia da Revolução Cubana.

Na primeira etapa, sem movimento social organizado, mas contando com a brutalidade da repressão militar, a reorganização do movimento popular se centrou em torno de núcleos guerrilheiros, que conseguiram, valendo-se do fator surpresa, assestar bons golpes na ditadura – entre seqüestros e troca de prisioneiros, desvios de aviões e outras ações armadas. Passado o efeito surpresa, com o movimento de massas desorganizado, sofrendo os duros golpes da repressão e das políticas econômicas da ditadura, o movimento guerrilheiro acabou sendo cercado e derrotado, concluindo a primeira fase da luta de resistência à ditadura.

Ao mesmo tempo, apoiada na repressão política e econômica, na abertura da economia e atração de capitais estrangeiros, a ditadura lograva retomar a expansão econômica, embora agora com forte contenção do consumo popular, concentrando a realização na esfera alta do consumo e na exportação. A derrota dos grupos guerrilheiros abriu o espaço para a oposição legal. Ao mesmo tempo, o movimento de massas encontrou um novo caminho a partir da resistência do sindicalismo metalúrgico do ABC, que conseguiu quebrar a política de arrocho salarial da ditadura, vigente durante quase década e meia. Ao lado desse consistente movimento, que suscitou ampla solidariedade e projetou novas lideranças populares – a mais expressiva das quais, Lula -, se desenvolveram novos movimentos sociais – de mulheres, de negros, de indígenas, de luta contra a carestia, das comunidades eclesiásticas de base, entre outros -, projetando uma nova fisionomia ao movimento social brasileiro.

Emergiam assim duas vertentes de oposição à ditadura e de luta contra a ditadura: uma, de caráter legal, institucional, hegemonizada por uma concepção democrático-liberal, de restauração dos marcos políticos do regime democrático, com um projeto de reformas econômicas estruturais, centrado no MDB. A outra, com um projeto de construção de uma democracia com caráter social, centrado nos novos movimentos sociais, liderados pelo sindicalismo de base.

A primeira foi claramente hegemônica, durante muito tempo abrigou no seu seio quase todas as correntes opositoras. Os novos movimentos sociais foram os grandes protagonistas na luta de massas, o que deu um caráter popular à resistência à ditadura, enquanto a corrente legal parlamentar lhe impunha o caráter democrático.

A luta contra a ditadura desembocou na luta pela anistia geral e irrestrita e, depois, pela eleição direta para presidente. A hegemonia do setor democrático liberal se consolidou ao

longo da década de 1970, conforme o fim da ditadura foi se configurando como um processo político institucional, de caráter eleitoral. As duas campanhas uniram as forças sociais e políticas, permitindo a constituição de uma ampla força democrática, que acabou conduzindo à transição democrática no final da ditadura. No entanto a hegemonia foi do bloco democrático-liberal, inclusive porque o bloco alternativo não propunha uma saída diferente da ditadura.

O tom diferenciado do movimento popular era a ênfase nas reivindicações sociais, além das transformações políticas, com o fim da ditadura, como seu diferencial. As duas correntes se fortaleciam, sob o influxo da luta antiditatorial – uma com ênfase na esfera política, a outra na esfera social.

Foi um período de fortalecimento do movimento social e do campo popular, com a fundação da CUT, do PT, do MST, além da mobilização popular que precedeu a Assembléia Constituinte – esta mesma uma expressão da força que o movimento democrático havia adquirido. A campanha pelas eleições diretas, as mobilizações sindicais e dos trabalhadores sem terra revelavam como a luta de resistência à ditadura mantinha a iniciativa, com grande respaldo popular.

As maiores mobilizações populares que o Brasil havia conhecido se deram em torno das eleições diretas para presidente da república. Sua derrota, porém, abriu caminho para um novo pacto de elite, quando setores da oposição e setores originários da ditadura se uniram para escolher como candidato não a Ulysses Guimarães – o líder da oposição democrática -, mas um político mais moderado, Tancredo Neves, tendo a um dirigente que até pouco antes era presidente do partido da ditadura, José Sarney, configurando como a democracia nascia como um hibrido entre o novo e o velho.

O governo Sarney foi marcado pelas condições do seu surgimento – depois da morte de Tancredo -, gerando um governo que limitou a transição à democracia como transformação apenas na esfera político-institucional, sem que a democratização tivesse também um caráter econômico, social e cultural.

O período terminou desembocando na primeira eleição direta para presidente da República, quando, porém, a polarização ditadura-democracia havia sido superada – durante o governo Sarney – permitindo que o candidato da direita – Fernando Collor – colocasse na agenda a desqualificação do Estado e da regulação econômica, apontando para a primeira versão do projeto neoliberal no Brasil. O desempenho de Lula nas eleições de 1989 fazia com que o campo popular acreditasse que suas bandeiras essenciais – ética na política e justiça social – constituiriam as propostas fundamentais da plataforma da esquerda. O tema da crise fiscal do Estado e da luta contra a inflação começava a projetar-se, pegando desprevenida a esquerda.

A campanha pelo impeachment de Collor parecia confirmar a vigência do tema da ética na política como central. A campanha eleitoral de 1994 foi protagonizada pelas Caravanas da

Cidadania de Lula, centradas no tema da justiça social, enquanto a escolha do vice na chapa – José Paulo Bisol – complementava os dois eixos da plataforma opositora.

A esquerda foi pega de surpresa porque – como o entorno latinoamericano já demonstrava – a hegemonia neoliberal crescia de forma avassaladora na região. Depois de começar como favorito, Lula foi atropelado pelo Plano Real e pela candidatura de FHC, que conseguiu impor como tema central a luta contra a inflação (a inflação como imposto aos pobres e como desorganizadora da economia), retomando os temas de Collor de forma mais coerente e articulada, para triunfar e fechar o período de transição democrática, com o triunfo da hegemonia neoliberal.

Neoliberalismo: a defensiva do campo popular

A hegemonia do modelo neoliberal veio consolidar o acúmulo de uma série de fatores regressivos em escala mundial: a passagem de um mundo bipolar a um mundo unipolar sob hegemonia imperial norteamericana; a passagem de um ciclo longo expansivo em escala mundial a um ciclo longo recessivo: no Brasil e em outros países da região, regimes de ditadura militar. A hegemonia global do modelo neoliberal consolidou essa relação de forças desfavorável às forças democráticas e populares.

No Brasil o modelo tardou mais para chegar, porque o forte impulso democratizador não apenas favoreceu o fortalecimento do campo popular e de suas organizações, como desembocou na nova Constituição. A própria caracterização do seu presidente, Ulysses Guimarães, de que se tratava de uma "Constituição cidadã", isto é, de afirmação de direitos expropriados pela ditadura e de novos direitos, a colocava na contramão do neoliberalismo, que se constituía numa brutal máquina de expropriação de direitos.

Porém, o governo Sarney limitou a redemocratização ao plano político-jurídico, sem estendê-la aos planos econômico, social, dos meios de comunicação. Seu governo esgotou o impulso democratizante, permitindo que Collor – um político vinculado originalmente à ditadura – impusesse outra polarização, que não aquela entre democracia e ditadura. Conseguiu impor a polarização entre mercado e Estado, como central e assim começou a construiu a hegemonia neoliberal no Brasil – quando ela já se impunha abertamente no México, na Argentina, no Chile, revelando como representava uma onda avassaladora.

A queda de Collor interrompeu essa primeira tentativa de imposição do modelo neoliberal, mas o novo consenso estava instalado, criminalizando o Estado e todas suas formas de regulação. A nomeação de FHC como Ministro de Economia do governo de Itamar Franco e sua posterior eleição como presidente, permitiu consolidar esse novo consenso, mediante o Plano Real, que buscava "virar a página do getulismo" – nas palavras do presidente tucano – e instaurar a era neoliberal no Brasil.

A esquerda ficou presa à sua plataforma tradicional – políticas sociais e ética na política -, sem atacar os temas da crise de um Estado historicamente esgotado e sem propostas para

um novo modelo econômico.. A direita deu a sua solução à crise, colocando o Estado como alvo das transformações no Brasil, centradas na desregulamentação da economia: privatizações, abertura da economia, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento do Estado, substituição do tema do desenvolvimento pelo da estabilidade monetária, entre outros.

Os movimentos populares passaram diretamente à defensiva. Vítimas privilegiadas das novas políticas, mediante o enfraquecimento das políticas sociais, da cassação de direitos sociais, da elevação continua do desemprego e do subemprego, do ataque aos movimentos sociais e a toda a forma de oposição, deixaram à esquerda o dilema de defender um Estado falido ou somar-se às políticas de mercado. Uma situação claramente defensiva, deslocada, com perda de iniciativa, centrada na resistência a um projeto que se apresentava como modernizador e ofensivo contra privilégios, enquanto a esquerda ficava relegada a defender um modelo esgotado, a resistir às modernizações, a resistir, sem dispor de projetos alternativos.

Foi uma virada regressiva de proporções históricas, de alguma forma tão regressiva quanto o golpe militar. Se somavam assim dois períodos regressivos quase seguidos em poucas décadas no Brasil. Ao que se devem somar as transformações, na mesma direção, no cenário internacional e continental, para terminar de configurar um quadro bastante negativo para o campo popular.

A defensiva significa, ao mesmo tempo, que uma situação de confessa inferioridade, assumir a agenda do campo inimigo, ao qual nos opomos, a perda de iniciativa e de uma agenda própria. No Brasil, a resistência popular teve um papel essencial de colocar limites à plena realização dos projetos neoliberais. Primeiro, derrubando a Collor, atrasando os programas neoliberais e, no governo FHC, colocando limites aos processos de privatização. O atraso no processo neoliberal brasileiro também contribuiu para torná-lo um neoliberalismo tardio – FHC triunfa no mesmo ano da primeira grande crise neoliberal no continente, a mexicana – e incompleto.

Depois de um amplo apoio nacional, ao caracterizar a inflação como “um imposto aos pobres” e ao Estado como problema e não como solução, o governo FHC foi perdendo apoio, até não se recuperar da crise de 1999, da qual a própria economia não se recompôs até o final do seu governo. Os dois mandatos de FHC terminavam em derrota eleitoral, mas ele havia logrado mudar a agenda nacional, conseguindo incorporar temas como a estabilidade monetária, na agenda consensual nacional, assim como contribuir para acentuar os elementos pertinentes ao novo modelo: o modo de vida norteamericano, com seu centro no consumo, o individualismo possessivo correspondente, a desqualificação da organização social e política, dos partidos, da esfera estatal. O Brasil era outro ao final da década neoliberal.

O governo Lula ou a quebra do consenso neoliberal

A eleição de Lula é produto do fracasso e da rejeição do governo FHC, da resistência dos movimentos populares e da capacidade de Lula de capitalizar esses fatores para se eleger finalmente presidente. Isso não se dá no bojo de um grande ciclo de mobilizações populares. Os movimentos populares, duramente golpeados pelas políticas neoliberais – entre elas o desemprego e a precarização laboral – pelo ataques ideológicos, políticos e repressivos contra as mobilizações de massa e as suas organizações, pelas viradas ideológicas na sociedade brasileira, haviam passado a uma situação de relativo refluxo.

Apesar de tudo isso, Lula não se havia transformado em favorito para ganhar as eleições, sendo superado, sucessivamente por Roseana Sarney e por Ciro Gomes, até que a crise da candidatura deste deixou em aberto a herança de votos, disputada entre Lula e Serra. Foi nesse momento que a Carta aos brasileiros – em que se tentava debelar o ataque especulativo contra o Brasil, feito pelos capitais especulativos – e o "Lulinha, paz e amor", conseguiram fazer com que Lula passasse do patamar histórico de votos do PT – pouco mais de 30%,- para a cifra que lhe permitiu vencer.

Foi assim uma vitória da rejeição do governo FHC, mas que recebeu como herança não apenas a dura situação econômica, mas também consensos nacionais implantados por anos de neoliberalismo. Sua incorporação, com a Carta aos brasileiros, foi herança desse consenso.

O governo Lula manteve elementos das políticas do governo anterior e rejeitou a outras, configurando um quadro contraditório. Na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um duro ajuste fiscal – de que os superávits primários e a independência de fato do Banco Central são expressões. O governo assumiu formas contraditórias, com políticas sociais e política externa claramente inovadoras, mas com política econômico-financeira e política agrícola tradicional.

O campo popular elegia um governo diretamente vinculado a ele, porém refletindo as contradições desse mesmo governo e do período político em que esse governo foi eleito. Dois momentos foram traumáticos para as relações do governo com sua base popular de apoio: o primeiro, a reforma da previdência, praticamente a primeira iniciativa política do governo, que se chocava diretamente com as posições do movimento social organizado. Isso se dava no marco do ajuste fiscal que primava na primeira fase do governo, em que os contingenciamentos de recursos freavam a realização das políticas sociais em favor da estabilidade monetária, refletida nos superávits primários.

O segundo foi a crise de 2005, em que sob acusações de uso de recursos para compra do apoio de aliados, o governo chegou a ter risco de sofrer acusação de impeachment e assim terminar precocemente a primeira experiência de governo popular em mais de quatro décadas, sob acusações de corrupção, sem ter saído do modelo econômico herdado.

O governo foi resgatado pelas políticas sociais e pelo apoio popular que ela lhe propiciou. A resultante, que permitiu ao governo não apenas superar a crise, como conseguir a reeleição

em 2006 e chegar ao seu sétimo ano de governo – quando FHC tinha 18% de apoio – com apoio superior a 80% e rejeição de 5%, apesar de ter praticamente toda a imprensa feroz e sistematicamente contra.

Como resultante, o governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com forte peso das políticas sociais. Da mesma forma que os governos anteriores, cruzado por uma série de contradições, agora produto mais direto da era da globalização neoliberal.

O povo brasileiro mudou, o campo popular também, o próprio Brasil é outro. Mas há uma linha de continuidade que permite dizer que a lutar de hoje é, no essencial, a mesma de há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído.

A construção de um projeto de nação e de sociedade, é um processo em curso, entrecortado por longos períodos de desarticulação do Estado, de fortalecimento dos interesses externos na nossa economia, de predomínio dos interesses privados no seio do Estado, de importação de formas de vida alheias, de estilos e formas oligárquicas e ditatórias de forjar opinião pública.

Pode-se dizer que as forças que levaram Getúlio ao suicídio, que deram o golpe contra Jango e que se opõem ao governo Lula são as mesmas forças de direita que foram hegemonias durante a ditadura militar e que instauraram e promoveram o neoliberalismo no Brasil. E que sobrevivem no tempo, porque são os mesmos que ganham com a hegemonia do capital financeiro, com o agronegócio, com a mídia oligárquica.

O povo trabalhador é o mesmo. Foram os negros escravos a primeira geração dos trabalhadores brasileiros. A segunda foi de imigrantes europeus, pobres, lutadores sociais. A terceira geração dói a dos nordestinos que emigraram para as cidades do sul, expulsos pela violenta e cruel estrutura agrária brasileira, beneficiária da ausência de reforma agrária.

O futuro do Brasil e do povo brasileiro dependem hoje de se o governo Lula será um parêntesis na dominação das elites tradicionais – as mesmas que produziram o país como o mais injusto e desigual do mundo – ou se o governo Lula é uma ponte para abrir caminho para a saída do modelo neoliberal e o inicio da construção de um país democrático econômica, social, política e culturalmente, soberano e solidário, um país para todos – na continuidade da luta que nos conduziu de Getúlio a Lula.

O Brasil mudou e mudou para melhor, mas nem por isso o governo Lula pôde resolver os principais problemas herdados. Pelo menos o governo colocou os problemas fundamentais a resolver: a hegemonia do capital financeiro, o modelo agrícola e a ditadura da mídia privada. Nas eleições de 2010 se decide não apenas o futuro imediato do Brasil, mas a fisionomia que terá a sociedade brasileira em toda a primeira metade do século. Se há um

retorno das elites tradicionais, responsáveis pelo Brasil ser o país mais desigual do continente mais desigual, ou se dará continuidade e a aprofundará as transformações que levem à construção de um Brasil para todos – democrático, diverso, solidário e soberano.

Brasil para ''inglês ver''

Marcelo de Paiva Abreu

Perry Anderson, professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles e antigo editor da New Left Review, publicou na London Review of Books de 31/3 o artigo Lula"s Brazil (*), recheado de ideias equivocadas e tendenciosas. É importante contestá-lo para evitar que se consolidem análises absurdas. O Brasil que existe de fato pouco tem que ver com o de Anderson, que é um Brasil para "inglês ver".

Do ponto de vista econômico, a análise é totalmente distorcida. Nada há no artigo que indique que a ridícula plataforma econômica que fazia parte do programa do PT até a Carta ao Povo Brasileiro teve influência dominante na deterioração dos indicadores macroeconômicos em 2002. A julgar pelo artigo, foi tudo culpa de seu predecessor. A louvação acrítica do Estado produtor e os lamentos quanto à "desindustrialização" são igualmente patéticos.

No afã de minimizar as consequências do "mensalão" sobre a legitimidade do PT como partido renovador na política brasileira, o autor se escora na menção a práticas fisiológicas empregadas na eleição presidencial de 1998. A assimetria é óbvia. O intuito é desqualificar críticas que possam ser feitas em relação ao naufrágio do partido na fisiologia. Afinal, se as práticas de corrupção política são generalizadas, o PT estava apenas fazendo o que todo mundo fazia. Estamos acertados: não há pecado do lado de baixo do Equador.

Em sintonia com a tentativa de minimizar os respingos do "mensalão" se enquadram seus comentários sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). São na mesma linha da cínica menção de Lula ao provável julgamento do assunto lá por volta de 2050. Embora o STF tenha notórias deficiências, os comentários de Anderson são desatinados: "O que pensar do STF que absolveu Palocci? Daumier teria dificuldades em retratá-lo. Supostamente trataria apenas de questões constitucionais, mas processa, se esta é a palavra correta, 120 mil casos por ano, ou 30 por dia por membro da corte. Advogados transacionam privadamente com juízes e há casos em que, favorecidos por seus veredictos, os abraçam à vista de todos e lhes pagam jantares copiosos em restaurantes sofisticados. Dos 11 atuais

membros do tribunal, 6 deles indicados por Lula, 2 foram condenados por cortes inferiores. Um deles, escolhido por seu primo Collor, fez história ao garantir imunidade a um acusado antes do julgamento, mas foi salvo de remoção pelos seus pares "para preservar a honra da corte". Outro, amigo de Cardoso, apoiou o golpe de 1964 e não pode se jactar nem mesmo de um diploma de bacharel de Direito. Um terceiro, ao votar em julgamento crucial para absolver Palocci, recebeu agradecimentos do presidente por assegurar a governabilidade. Eros Grau, que se aposentou recentemente, foi condenado por tráfico de influência, é um favorito especial de Lula, chamado de "Cupido" por colegas, autor de uma novela pornográfica de quinta categoria, tentou incluir um associado na corte em troca de voto para enterrar o "mensalão"".

Apesar da última afirmação, a saraivada de críticas cheira a tentativa orquestrada de enfraquecer o STF, dificultando um julgamento sério do caso. A truculência do autor certamente ajuda os que temem os resultados do julgamento. E contrasta com a sua leniência persistente em relação ao Executivo.

A severidade dos juízos de Anderson também é claramente atenuada quando se trata de alisar egos de intelectuais alinhados ao PT. Após elogios a gente séria, o autor descamba para elogios a cupinchas seus do calibre de Emir Sader e Márcio Pochmann, cujas atuações no âmbito da Casa de Rui Barbosa (CRB) e do Ipea são de conhecimento público. Curiosamente, a proposta de programa de pesquisas de Sader na CRB era exatamente "O Brasil de Lula".

O artigo está repleto de erros factuais e omissões que a falta de espaço impede listar exaustivamente. Embora muito longo, ele é curiosamente inconclusivo. O autor não consegue superar seu banzo em relação ao recuo da esquerda em escala global nem esconde sua melancolia quando constata que as perspectivas de mudanças radicais no País são modestas. E, no entanto, há razões suficientes para preocupações com a estabilidade do controle político exercido pela atual coalizão governamental. Lula, arguto e carismático, foi capaz, em 2002-2003, de ejetar o estapafúrdio programa econômico do PT, apropriar-se do cerne do programa econômico do predecessor, mobilizar sua veia populista e ampliar o escopo das políticas sociais. Tudo isso em ambiente em que o PT se propunha, com credibilidade, como paradigma para a reconstrução de outros partidos políticos não fisiológicos. O Brasil iria, enfim, ficar sério politicamente. Após o "mensalão", entrou em colapso o PT paradigmático e ganhou espaço o Lula carismático, amparado na inflação baixa e no Bolsa-Família. Mas no segundo mandato houve considerável "flexibilização" da política econômica, que culminou nas atuais dificuldades quanto à aceleração inflacionária e sustentação do crescimento.

O problema hoje é como Dilma Rousseff, sem o carisma do antecessor e em ambiente político dominado pela fisiologia, terá condições de debelar o recrudescimento inflacionário que certamente minará a popularidade do seu governo. Caso fracasse, até mesmo a volta de Lula, o nosso d. Sebastião, poderia ser ameaçada.

DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE, É PROFESSOR TITULAR NO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

(*)

Lula's Brazil

Perry Anderson

Contrary to a well-known English dictum, stoical if self-exonerating, all political lives do not end in failure. In postwar Europe, it is enough to think of Adenauer or De Gasperi, or perhaps even more impressively, Franco. But it is true that, in democratic conditions, to be more popular at the close than at the outset of a prolonged period in office is rare. Rarer still – indeed, virtually unheard of – is for such popularity to reflect, not appeasement or moderation, but a radicalisation in government. Today, there is only one ruler in the world who can claim this achievement, the former worker who in January stepped down as president of Brazil, enjoying the approval of 80 per cent of its citizens. By any criterion, Luiz Inácio da Silva is the most successful politician of his time.

That success has owed much to an exceptional set of personal gifts, a mixture of warm social sensibility and cool political calculation, or – as his successor, Dilma Rousseff, puts it – rational assessment and emotional intelligence, not to speak of lively good humour and personal charm. But it was also, in its origins, inseparable from a major social movement. Lula's rise from worker on the shop-floor to leader of his country was never just an individual triumph: what made it possible was the most remarkable trade-union insurgency of the last third of a century, creating Brazil's first – and still only – modern political party, which became the vehicle of his ascent. The combination of a charismatic personality and a nationwide mass organisation were formidable assets.

Nevertheless, Lula's success was far from a foregone conclusion. Elected in 2002, his regime got off to a dour start, and soon came close to disaster. His first year in office, dominated by the economic legacy of his predecessor, reversed virtually every hope on which the Workers' Party had been founded. Under Fernando Henrique Cardoso, the public debt – nearly half of it denominated in dollars – had doubled, the current account deficit was twice the Latin American average, nominal interest rates were over 20 per cent, and the currency had lost half its value in the run-up to the election. Argentina had just declared the largest sovereign default in history, and Brazil looked – in the eyes of the financial markets – to be on the brink of the same precipice. To restore investor confidence, Lula installed an

unblinkingly orthodox economic team at the Central Bank and Ministry of Finance, which hiked interest rates yet further and cut public investment, to achieve a primary fiscal surplus higher even than the figure the IMF had demanded. For citizens, prices and unemployment rose as growth fell by 50 per cent. But what was bitter medicine for militants was nectar to bond-holders: the spectre of default was banished. Growth resumed in 2004 as exports recovered. Even so the public debt continued to rise, and interest rates were hoisted once more. Adherents of the previous regime, who had smarted under Lula's criticisms of Cardoso, pointed triumphantly to the continuities between the two. For the Partido dos Trabalhadores there was little to boast about.

This was uninspiring enough, but worse was to come. In the spring of 2005, the leader of one of the smaller parties in Congress (there were more than a dozen of these), coming under pressure after one of his henchmen was videotaped pocketing a bribe, hit back with the revelation that the government had been systematically buying the votes of deputies, to the tune of $7000 a month each, to secure majorities in the legislature. In charge of the operation was the head of Lula's cabinet in the presidential palace, José Dirceu, the money coming from illegal funds controlled by the PT and distributed by its treasurer, Delúbio Soares. Within weeks of this bombshell, an aide to the brother of the chairman of the PT, José Genoino, was arrested boarding a flight with 200,000 reais in a suitcase and $100,000 in his underpants. A month later, the manager of Lula's bid for the presidency, Duda Mendonça – a notoriety in the PR world – confessed that the campaign had been financed by slush funds extracted from interested banks and enterprises, in violation of electoral law, and that he himself had been rewarded for his services with secret deposits in an account in the Bahamas. Next it was one of Lula's closest political confidants, the former trade-union leader Luiz Gushiken, under fire for siphoning pension funds for political ends, who was forced to step down as secretary of communications. In a yet darker background lay the unsolved murder in early 2002 of Celso Daniel, mayor of the PT stronghold of Santo André, widely suspected of being a contract killing to do with bribes collected from local bus companies.

The exposure of a broad hinterland of corruption behind Lula's conquest of power, while it came as a demoralising shock to much of the PT's own base, could be put – as it promptly was by loyalists – in historical perspective. Illegal bankrolling of campaigns by hidden donors in exchange for favours was widespread in Brazilian politics: the president of the main opposition party, Cardoso's Social Democrats (PSDB), was caught on the same charge and had to resign. Buying votes in Congress was no novelty. It was well known that Cardoso had greased the palms of deputies from Amazonas to secure the constitutional change that allowed him to run for a second term. The Brazilian legislature had long been a cesspit of venality and opportunism. By the end of Lula's first term, between a third and two-fifths of the deputies in Congress had switched parties; by the end of the second, more than a quarter of both Congress and Senate were under criminal indictment or facing charges. In December, legislators awarded themselves a pay rise of 62 per cent. In 2002, Lula had been

elected with 61 per cent of the popular vote, but the PT got less than a fifth of the seats in Congress, where allies had to be found for the government to command a legislative majority. Dirceu had wanted to make a deal with the largest party of the centre, the PMDB, but this would have meant conceding important ministries. Lula preferred to stitch together a patchwork of smaller parties, whose bargaining power was weaker. But they naturally expected a share of the spoils too, if a lower grade one, and so the backhander – was devised for them.

In cash terms, the corruption from which the PT benefited, and over which it presided, was probably more systematic than that of any predecessor. In absolute terms, Brazilian elections are second only to America's in their costs, and relative to national income can exceed them by a wide margin. In 1996, Clinton spent $43 million to take the White House; in 1994 Cardoso laid out $41 million to secure the Palácio do Planalto, in a country with a per capita GDP less than a sixth that of the US. Unlike Cardoso, who twice sailed to victory on the first ballot as the establishment candidate, and commanded abundant natural – in Brazilian parlance, 'physiological' – allies and placemen in Congress, Lula was a three-time loser when he ran again for the presidency in early 2002, and his party traditionally an object of the deepest suspicion to all who counted economically in the country. To mount that unfavourable gradient, special resources were needed, for which special undertakings had to be given, public and private. So too, with a smaller core of deputies and fewer spontaneous friends in the legislature, to obtain makeshift majorities in Congress the PT was driven to bribe on a bigger scale. Perhaps one could speak of a kind of workers' premium, in corruption as in disinflation: a need to over-satisfy the IMF with an excessive primary surplus to keep the economy on keel, to over-extract and distribute black money to win office and exercise power. That, at least, would have been one line open to defenders of the party. In practice, the more typical mitigation was to point to the personal probity, in some cases the heroic record, of those in charge of disbursements made for organisational, not individual ends. Dirceu, the architect of the modern PT and strategist of Lula's victory, had worked underground for years after returning clandestinely from exile in Cuba. Genoino had been a guerrilla fighter in the jungle, imprisoned and tortured by the generals. Gushiken still lived the modest life of a former trade unionist. They had acted without personal advantage, *les besoins de la cause*.

Such pleas did not move the media. Uniformly hostile to the PT anyway, the Brazilian press went into high gear as the scandal of the damaging detail. Its target now lay wide open. There was no denying that the PT had always claimed to be above the swamp of traditional mores, a fearless enemy of ingrained corruption rather than a hardened practitioner of it. Soon even the distinction between institutional misconduct and individual degeneration was swept away, in spectacular fashion. The single most powerful figure in the government was the minister of finance, Antonio Palocci, a mayor from the interior of São Paulo, who had been the inspiration behind the 'Letter to the Brazilians', Lula's electoral billet-doux to the business community,

and the key broker for the PT's backdoor transactions with banks and construction firms during the campaign. A mediocre former doctor with no particular economic skills, his sub rosa ties to assorted cash-box circles and his rigid orthodoxy in office made him the guarantee of business confidence in the government and toast of the financial press, at home and abroad. Shady deals in his municipal fief of Ribeirão Preto had long been rumoured, though these too could be played down as replenishing only party coffers.

But in early 2006, it emerged that a secluded lakeside mansion in Brasilia had been rented by one of his aides from Ribeirão Preto. There, in scenes out of Buñuel, the sallow features of the finance minister – he looks like a cutpurse in some low-life seicento painting – were to be glimpsed slipping from limousine to portal, to enter a villa where the rooms were equipped only with beds and a side table or two for cash and alcohol. Here discreetly came and went lobbyists and familiars, along with the minister, to enjoy prostitutes and parties, and exchange tips and favours. When news of the brothel came out, cynics could be heard to say that there was no reason for surprise, the capital itself being little more than an enlarged version of the same. Palocci was not in a position to take this line, and made desperate attempts to stifle the affair. Lula, comparing him effusively to Ronaldinho as the star player the team cannot afford to lose, sought by every means to save him, in vain. With his fall in the spring of 2006, the slate of leading politicians around Lula was virtually wiped clean.

The uproar in the media was deafening. In Congress the opposition pressed for one commission of investigation after another. Leading members of the PSDB started to talk of impeaching Lula himself for complicity in the corruption of his entourage. Feeling cornered by this wave of assaults, Lula began to speak in private of appealing to the street if his enemies persisted in trying to depose him. In reality, there was little danger of this, since both Cardoso and Serra, the PSDB mayor of São Paulo, beaten by Lula in 2002 but hoping to become the presidential candidate again for his party later that year, decided it would be better to leave a badly wounded incumbent in office than to risk the emergence of a strong, uncompromised opponent were he to be ousted.

Rarely has a political calculation so misfired. Besieged in the media and mauled in the legislature, Lula had two assets in reserve that not only saved his position, but transformed it. The first was the return of sustained economic improvement. After a period that had seen the worst stagnation of the century – an annual average growth of 1.6 per cent in the 1990s, creeping up no higher than 2.3 per cent in Cardoso's eight years – GDP increased at a clip of 4.3 per cent from 2004 through 2006. The jump was essentially due to external good fortune. These were the years in which Chinese demand for Brazil's two most valuable exports, soya and iron ore, took off, amid a steep general rise in commodity prices. In America, where interest rates were being held artificially low by the Fed to keep the financial bubble in the United States from bursting, the 'Greenspan Put' made a flow of cheap capital imports available to Brazil. As business and jobs picked up, the mood in the country changed. Few voters were disposed to quibble with official claims taking credit for

the improvement. With the upturn, moreover, the state was now collecting larger revenues. These would be critical for the government's second ace.

From the start, Lula had been committed to helping the poor. Accommodation of the rich and powerful would be necessary, but misery had to be tackled more seriously than in the past. His first attempt, a Zero Hunger scheme to assure minimum sustenance to every Brazilian, was a mismanaged fiasco. In his second year, however, consolidating various pre-existent partial schemes and expanding their coverage, he launched the programme that is now indelibly associated with him, the Bolsa Família, a monthly cash transfer to mothers in the lowest income strata, against proof that they are sending their children to school and getting their health checked. The payments are very small – currently $12 per child, or an average $35 a month. But they are made directly by the federal government, cutting out local malversation, and now reach more than 12 million households, a quarter of the population. The effective cost of the programme is a trifle. But its political impact has been huge. This is not only because it has helped, however modestly, to reduce poverty and stimulate demand in the worst afflicted regions of the country. No less important has been the symbolic message it delivers: that the state cares for the lot of every Brazilian, no matter how wretched or downtrodden, as citizens with social rights in their country. Popular identification of Lula with this change became his most unshakeable political asset.

Materially, a succession of substantial increases in the minimum wage was to be of much greater significance. These began just as the corruption scandals were breaking. In 2005, the rise was double that of the previous year in real terms. In the election year of 2006, the rise was still greater. By 2010, the cumulative increase in the rate was 50 per cent. At about $300 a month, it remains well below the earnings of virtually any worker in formal employment. But since pensions are indexed to the minimum wage, its steady increase has directly benefited at least 18 million people – the Statute of the Elderly, passed under Lula, consolidating their gains. Indirectly, too, it has encouraged workers in the informal sector not covered by the official rate, who make up the majority of the Brazilian workforce, to use the minimum as a benchmark to improve what they can get from their employers. Reinforcing these effects was the introduction early on of household purchases to those who had never before had bank accounts, with repayment automatically deducted from monthly wages or pensions. Together, conditional cash transfers, higher minimum wages and novel access to credit set off a sustained rise in popular consumption, and an expansion of the domestic market that finally, after a long drought, created more jobs.

In combination, faster economic growth and broader social transfers have achieved the greatest reduction in poverty in Brazilian history. By some estimates, the number of the poor dropped from around 50 to 30 million in the space of six years, and the number of the destitute by 50 per cent. Half of this dramatic transformation can be attributed to growth, half to social programmes – financed by higher revenues accruing from growth. Nor have such programmes been confined to income support. Since 2005, government spending on

education has trebled and the number of university students doubled. During the 1990s, higher education in Brazil largely ceased to be a public function, with three-quarters of all students going to private universities that enjoyed tax exemption. Astutely, these have been obliged, in exchange for their exemption, to offer scholarship places to students from poor or non-white families who would otherwise never have a chance of getting beyond middle school. However poor the quality of instruction – it is often terrible – the hope of betterment has made the programme, enrolling some 700,000 students to date, a great popular success, sometimes compared for democratising effect to the GI Bill of Rights in postwar America.

In 2006, not all of this had yet been achieved. But more than enough had been done to shield Lula from the battering of his adversaries. Popular opinion was not entirely indifferent to corruption – at the height of the
measured against such appreciable improvements in people's lives, backhanders did not count. By the spring, the political tables had been turned so completely that Serra, looking at the opinion polls, decided he had no chance against Lula, leaving a hapless rival in his party to be thrashed in the presidential election that autumn, when Lula walked away with the same majority as he won four years before, 61 per cent in the second round. This time, however, its social composition differed. Alienated by the
class electorate that had rallied to Lula in 2002 deserted him, while the poor and the elderly voted for him in greater numbers than ever before. His campaign, too, struck a different note. Four years earlier, when its aim had been to reassure doubtful voters, his managers had marketed him as the bearer of 'peace and love' to the country. In 2006 the tone was less saccharine. Brushing aside lapses in the PT of which he had, of course, been unaware, the president launched an aggressive counter-attack on the privatisations of the previous regime, which had enriched a few at the expense of the nation and could be expected to resume if his opponent were elected. There was a gulf between his government and Cardoso's: not a single enterprise had been privatised under Lula. The disposal of public assets, often on the murkiest terms, had never been popular in Brazil. The message struck home.

Buoyed by socio-economic success, and a more hard-hitting political victory, Lula's second mandate was a much more confident affair. He was now not only the undisputed master of popular affection, as the first president to bring a modest well being to so many of his people, but also in complete control of his own administration. His two leading ministers were gone. Palocci – to Lula 'more than a brother' – he might regret personally, but he was no longer required to calm the nerves of overseas investors. Dirceu, a virtuoso of cold political calculation and intrigue, he had never liked and somewhat feared. Their joint elimination freed him for sole command in Brasilia. When, midway through his second term its test came, he handled it with aplomb. The crash of Wall Street in 2008 might be a tsunami in the US, he declared, but in Brazil it would be no more than a 'ripple' – *marolinha*. The phrase was seized on by the press as proof of reckless economic ignorance

and irresponsibility.

But he was as good as his word. Counter-cyclical action was prompt and effective. Despite falling tax revenues, social transfers were increased, reserve requirements were reduced, public investment went up and private consumption was supported. In overcoming the crisis, local banking practices helped. Tight controls, holding multipliers of the monetary base well below US levels, and greater transparency had left Brazilian banks in much better shape than those in the US, protecting the country from the worst of the financial fall-out. But it was concerted, vigorous state policy that pulled the economy round. Lula's optimism was functional: told not to be afraid, Brazilians went out and consumed, and demand held up. By the second quarter of 2009, foreign capital was flowing back into the country, and by the end of the year the crisis was over. As Lula's second mandate came to an end, the economy was posting more than 7 per cent growth, and nature itself was smiling on his rule, with the discovery of huge deposits of offshore oil.

To these domestic successes could be added foreign laurels. The international standing of Brazil has rarely, if ever, corresponded to its size or potential importance. Cardoso had consorted with the Clintons and Blairs of the North, but such company had only discredited him, as a lesser mouthpiece for the guff of the Third Way. Diplomatically, the guideline of his regime was fidelity to the United States. From the outset, Lula steered another course. Without confronting Washington, he gave greater priority to regional solidarity, promoting Mercosur with neighbours to the south, and refusing to cold-shoulder Cuba and Venezuela to the north. The most impressive figure in Lula's cabinet, the foreign minister, Celso Amorim, was soon leading a front of poorer states to thwart Euro-American attempts to ram more 'free trade' – free for the US and EU – arrangements through the WTO at Cancún. As he politely expressed it, 'Cancún will be remembered as the conference that signalled the emergence of a less autocratic multilateral trading system.' If Washington and Brussels have still not succeeded, eight years later, in imposing their will on the less developed world through the abortive Doha Round, credit must first of all go to Brazil.

In his second mandate, Lula would go much further in putting his country on the world stage. By now he was a statesman courted in every region of the world, who no longer had to defer, at least outwardly, to the conventions of the 'international community'. In part this change was due to the increasing weight of Brazil as an economic power. But it also reflected his own aura as the most popular ruler – in both senses of the term, political and social – of the age. Consecration of the new position he had won for his nation came with the formation of the BRIC quartet in 2009, bringing the heads of state of Brazil, Russia, India and China together in one-time Sverdlovsk, with a communiqué calling for a global reserve currency. The following year Lula hosted the BRIC summit in Brazil itself. On paper, the four largest powers outside the Euro-American imperium would appear to represent, if not an alternative, at least some check to its dominion. Yet it is striking that, although Brazil alone of the four is not a major military power, it is so far the only one to have defied the will of the United States on an issue of strategic importance to it: Lula not only recognised

Palestine as a state, but declined to fall in with the blockade of Iran, even inviting Ahmadinejad to Brasilia. For Brazil to do this was virtually a declaration of diplomatic independence. Washington was furious, and the local press beside itself at this breach of Atlantic solidarity. Few voters cared. Under Lula, the nation had emerged as a global power. By the end, his vast popularity was a reflection not only of material betterment, but also of collective pride in the country.

If such is the bald record of this presidency, how is it to be interpreted historically? Three contrasting views hold the field in Brazil. For Cardoso and his followers, still dominant among the intelligentsia and in the media, Lula embodies the most regressive traditions of the continent, his rule just another variant of the demagogic populism of a charismatic leader, contemptuous at once of democracy and civility, purchasing the favour of the masses with charity and flattery. In Brazil this was the disastrous legacy of Getúlio Vargas, a dictator who had returned to power by the ballot-box as 'father of the poor', and committed a melodramatic suicide when the criminality of his regime was exposed. In Argentina, the reign of Perón had been still more ruinous and corrupting. No less manipulative and authoritarian, if on a pettier scale, Lulismo is – Cardoso's verdict – 'a kind of sub-Perónism'. The element of partisan rancour in this description is no mystery: to be so outshone in popular esteem by Lula has gone hard with his predecessor. But more moderately expressed, the basic classification is not uncommon, and can be heard among those who respect the memory of Vargas as well as those who detest it.

Viewed historically, however, comparisons with Vargas, let alone Perón, miss the mark. The differences between their forms of rule and Lula's are fundamental. Not that the great practitioners of populism in Brazil and Argentina were all that alike themselves. Vargas's rhetoric was paternalist and sentimental, Perón's rousing and aggressive, and their relationship to the masses was quite distinct. Vargas built his power on an incorporation of newly urbanised workers into the political system, as passive beneficiaries of his care, with a protective labour law and a gelded unionisation from above. Perón galvanised them as active combatants against oligarchic power, with a mobilisation of proletarian energies in a trade-union militancy that outlived him. The one appealed to lachrymose images of 'the people', while the other called up the anger of
without shirts rather than breeches.

Lula's exercise of power has involved none of all this. His rise was based on a trade-union movement and political party far more modern and democratic than anything Vargas or Perón ever envisaged. But by the time he won the presidency at his fourth attempt, the PT had been largely reduced to an electoral machine. In power, Lula neither mobilised nor even incorporated the electorate that acclaimed him. No new structural forms gave shape to popular life. The signature of his rule was, if anything, demobilisation. The trade unions organised more than 30 per cent of the formal labour force in the 1980s, when he made his name as their most gifted leader. Today, the figure is 17 per cent. The decline preceded his period in office, but was not altered by it. Even the

Fascist-inspired legislation of the most repressive period of Vargas's rule (the Estado Novo), whose deduction and distribution of dues by the state was long and rightly viewed by the PT as a mechanism for sapping union activism, and whose abolition was a key demand of the early 1980s, has been left untouched. Nor, on the other side of the ledger, have the forms of clientelism characteristic of classic populism been reproduced. The Bolsa Família is administered impersonally, clear of capillary systems of patronage. The pattern of rule is quite distinct.

A second interpretation looks to a different parallel. The political scientist André Singer, press secretary to Lula in his first mandate, but an independent and original mind, has pivoted a striking analysis of Lulismo on the psychology of the Brazilian poor. This, he argues, is a sub-proletariat, comprising nearly half – 48 per cent – of the population, that is moved by two principal emotions: hope that the state might moderate inequality, and fear that social movements might create disorder. On Singer's reading, instability is a spectre for the poor, whatever form it takes – armed struggle, price inflation or industrial action. So long as the left failed to understand this, the right captured their votes for conservatism. In 1989, Lula won the prosperous south, but Fernando Collor, brandishing the danger of anarchy, swept the poor to gain a comfortable victory. In 1994 and 1998, Cardoso's throttling of inflation ensured him a still larger margin of the popular vote. In 2002, Lula finally grasped that it was not just builders and bankers who needed reassurance that he would not do anything unduly radical in power, but – even more crucially – street vendors and slum-dwellers too. Only in 2006, however, was a complete reversal of allegiances sealed, as the middle class abandoned him while the sub-proletariat voted for him en masse. When he first ran for office in 1989, Lula took 51.7 per cent of the electorate in the south of the country, and 44.3 per cent in the famished north-east; in 2006, he lost the south at 46.5 per cent, and swept the north-east with 77.1 per cent.

The economic orthodoxy of Lula's first term, and the lesser but continuing caution of his second, were thus more than simple concessions to capital. They answered to the needs of the poor, who, unlike workers in formal employment, cannot defend themselves against inflation and dislike strikes even more than the rich, as a threat to their daily lives. So, coming after Cardoso, Lula cut inflation still further, even as he attended to popular consumption, pioneering a 'new ideological road' with a project combining price stability and expansion of the internal market. In this, Singer suggests, he displayed his sensitivity both to the temperament of the masses and to the political culture of the country at large, each in their own way marked by a long Brazilian tradition of conflict avoidance. Vargas too, until he was under siege at the end, had generally embodied that trait. Lula can thus indeed be regarded in certain respects – in his ability to square the concerns of capital and labour; to exploit favourable external circumstances for internal development; to assert national interests; and above all, to make a connection with the previously inarticulate masses – as Vargas's heir, offering a potent blend of authority and protection as the 'father of the poor' had once done. But in other ways, his popular roots as a penniless immigrant from the

north-east and his unimpeachably democratic commitments gave him far greater legitimacy and credibility as a defender of the people than a wealthy rancher from the south, who left the rural masses essentially untouched in their misery, could ever possess. Lula did not see himself as a descendant of Vargas. The president with whom he identified was Kubitschek, the builder of Brasilia, another optimist who never willingly made an enemy.

For Singer, however, comparison with a much more famous ruler is in order. Might not Lula have become the Brazilian Roosevelt? The genius of FDR was to transform the political landscape with a package of reforms that would eventually lift millions of hard-pressed workers and pinched employees, not to speak of those made jobless by the Slump, into the ranks of the postwar American middle class. Any party that sets in motion upward social mobility on such a scale will dominate the scene for a long time to come, as the Democrats did once the New Deal was underway, though eventually the opposition will adjust to the change and compete on the same ground, as Eisenhower would do in 1952. Presiding over comparable changes, Lula's victories in 2002 and 2006 can be mapped with uncanny closeness onto Roosevelt's of 1932 and 1936: first a large majority, then an avalanche, the popular classes pouring out for the president as the respectable classes turned against him. In prospect could be a Brazilian political cycle just as long, driven by the same dynamics of social ascent.

Glances in the mirror at resemblances with FDR are not new in Brazil. Cardoso also liked to compare his project with that of the great Democratic coalition mustered to the north. Lula may come closer, but the contrasts between the New Deal and his intendancy are still plain. Roosevelt's social reforms were introduced under pressure from below, in a wave of explosive strikes and rolling unionisation. Organised labour became a formidable force from 1934 onwards, which he had to court as much as he could control. No comparable industrial militancy either sustained or challenged Lula (the rural landless attempting such a role were much too weak, their movement easily marginalised). Where Roosevelt confronted a deep slump, which the New Deal never really overcame, and was rescued from its failure only by the onset of the Second World War, Lula rode the crest of a commodities boom in a time of increasing prosperity. Differing in their luck, they differed completely in style too: the aristocrat who rejoiced in the hatred of his enemies, and the labourer who wanted none, could hardly form a greater contrast. Were the ultimate upshot of their rule to be the same, there would seem little immediate connection between causes and effects.

Still, in one point there could be thought a certain likeness. The intensity of the animus against Roosevelt in conservative circles up to the outbreak of the war was out of all proportion to the actual policies of his administration. To all appearances, the same anomaly was to recur in Brazil, where Lula's aversion to conflict was not reciprocated. Anyone whose impressions of his government came from the business press abroad would get a shock from exposure to the local media. Virtually from the start the*Economist* and *Financial Times*
constructive outlook of Lula's presidency, regularly contrasted with the demagogy and

irresponsibility of Chávez's regime in Venezuela: no praise was too high for the statesman who put Brazil on a steady path to capitalist stability and prosperity. The reader of the *Folha* or *Estadão*, not to speak of columns, Brazil was being misgoverned by a crude would-be caudillo without the faintest understanding of economic principles or respect for civil liberties, a standing threat to democracy and property alike.

The degree of venom directed at Lula bore little or no relation to anything he was actually doing. Behind it lay other and deeper grievances. For the media, Lula's popularity meant a loss of power. From 1985 and the end of military rule, it was the owners of the press and television who in practice selected candidates and determined the outcome of elections. The most notorious case was the backing of Collor by the Globo empire, but the coronation of Cardoso by the press, before he had even thrown his hat into the ring, was scarcely less impressive. Lula's direct rapport with the masses broke this circuit, cutting out the media's role in shaping the political scene. For the first time, a ruler did not depend on their proprietors, and they hated him for this. The ferocity of the ensuing campaigns against Lula could not have been sustained, however, without a sympathetic audience. That lay in the country's traditional middle classes, principally but not exclusively based in the big cities, above all São Paulo. The reason for the hostility within this stratum was not loss of power, which it had never possessed, but of status. Not only was the president now an uneducated ex-worker whose poor grammar was legend, but under his rule maids and guards and handymen, riff-raff of any kind, were acquiring consumer goods hitherto the preserve of the educated, and getting above themselves in daily life. To a good many in the middle class, all this grated acutely: the rise of trade unionists and servants meant they were coming down in the world. The result has been an acute outbreak of 'demophobia', as the columnist Elio Gaspari, a spirited critic, has dubbed it. Together, the blending of political chagrin among owners and editors with social resentment among readers made for an often bizarrely vitriolic brew of anti-Lulismo, at odds with any objective sense of class interest.

For, far from doing any harm to the propertied (or credentialed), this was a government that greatly benefited them. Never has capital so prospered as under Lula. It is enough to point to the stock market. Between 2002 and 2010, Bovespa outperformed every other bourse in the world, rocketing by 523 per cent; it now represents the third largest securities-futures-commodities complex on earth. Huge speculative gains accrued to a modern bourgeoisie accustomed to gambling on share prices. For more numerous and risk-averse sectors of the middle class, sky-high interest rates yielded more than satisfactory returns on simple bank deposits. Social transfers have doubled since the 1980s, but payments on the public debt trebled. Outlays on the Bolsa Família totalled a mere 0.5 per cent of GDP. Rentier incomes from the public debt took a massive 6-7 per cent. Fiscal receipts in Brazil are higher than in most other developing countries, at 34 per cent of GDP, largely because of social commitments inscribed in the constitution of 1988 at the high point of the country's democratisation, when the PT was still a rising radical force. But taxes have remained

staggeringly regressive. Those living on less than twice the minimum wage lose half their income to the Treasury, those on 30 times the minimum wage a quarter of theirs. In the countryside, the clearing of vast interior areas of scrub for modern agribusiness, proceeding apace under Lula, has left landownership more concentrated today than it was half a century ago. Urban real estate has moved in the same direction.

Official reports, backed by much statistical analysis and endorsed by sympathetic agencies and journalists abroad, claim not only a major reduction of poverty in Brazil in these years, of which there is absolutely no doubt, but a substantial diminution of inequality, with the Gini index falling from an astronomic 0.58-plus at the start of Lula's term to a merely towering 0.538 at the end of it. In such estimates, from the turning point of 2005 onwards, the incomes of the poorest decile of the population purport to have grown at nearly double the rate of those in the top decile. Best of all, some 25 million people have moved into the ranks of the middle class, henceforward a majority of the nation. For many commentators, domestic and foreign, this is the most hopeful single development of Lula's presidency. It is the ideological pièce de résistance in the glowing accounts of boosters like the Latin American editor of the*Economist*
Brazil as the beacon of a stable capitalist democracy in the 'battle for the soul' of a 'forgotten continent' against dangerous rabble-rousers and extremists. Much of this acclaim rests on an artifice of categorisation, in which someone with an income as low as $7000 a year (pauperism elsewhere) is classified as 'middle class', while according to the same schema the uppermost class – the super-elite of Brazilian society, comprising just 2 per cent of the population – starts at scarcely twice the average per capita income of the world's population. Marcio Pochmann, the head of the country's leading institute of applied economic research, has trenchantly remarked that a more accurate description of the much touted new middle strata would be simply 'the working poor'.

More generally, the belief that inequality in Brazil has significantly declined must be met with scepticism, since not only is it based on data for nominal income that exclude – according to standard statistical rules – 'outliers' at the top of the tail, i.e. the super-rich, but much more fundamentally ignores capital appreciation and concealment of financial gains at the summit of society. As the leading study,
standard household surveys, 'incomes from property are grossly underestimated': 'If the top incomes ignored by surveys experience a large enough relative increase, then the true dynamics of overall inequality may display a rising trend even when survey-based estimates show the opposite result.' So in Brazil it is estimated that between 10,000 and 15,000 families receive the lion's share of the $120 billion annual payments of the public debt (the cost of the Bolsa Família is $6-9 billion), while in the last decade millionaires have multiplied as never before. The explosion of the stock market alone should be warning enough against any naivety on this score. The rich are well aware on which side their bread has been buttered. Unlike the 'economic royalists' attacked by Roosevelt, who detested the New Deal, most Brazilian financiers and industrialists have been warm supporters of Lula's

government. Capital has been not only more lucid about it than the – true – middle class, but also more comfortable with it than with any previous regime: logically enough, since profits have never been higher.

For a third interpretation of Lulismo, these profits must lie at the centre of any realistic analysis of its system of rule. In a series of iconoclastic essays, the sociologist Chico de Oliveira has developed a vision of it in nearly every way antithetical to that of Singer, with whom he remains on good terms despite their political differences (one of the historic founders of the PT, de Oliveira left the party in disgust soon after Singer joined Lula's government).[*] De Oliveira doesn't contest his friend's characterisation of the psychology of the poor, or the improvements in their lot wrought by Lula. The sub-proletariat is as Singer describes it: without resentment of the rich, satisfied with modest and gradual alleviations of its conditions of existence. But his account focuses too narrowly on the relationship between Lula and the mass of his electorate. Missing are two fundamental parameters for an understanding of Lulismo. The first is the moment in the world history of capital at which it came to power. Globalisation has cut off the possibility of an inclusive project of national development of the kind long sought in Brazil, not least by those like Lula himself. The third industrial revolution, based on biological and digital advances that erase the boundary between science and technology, requires investment in research and imposes patents that permit no ready transfer of their results to the periphery of the system – least of all in a country like Brazil, where investment has never, even at the height of developmentalism under Kubitschek in the 1950s, exceeded a low 22 per cent of GDP. Outlays on R&D remain beggarly.

Thus instead of further industrial advance, the consequence for Brazil of the latest wave of technological revolution has been to shift accumulation away from manufacturing to financial transactions and natural-resource extraction, with a very rapid growth in the banking sector, where profits are highest, and in mining and agribusiness for export. The former is an involution, diverting investment from production; the latter a regression, taking Brazil back to earlier cycles of reliance on primary commodities for growth. It was to the dynamic of these sectors that Lulismo had to adjust in coming to terms with capital. Here lay the second parameter. For the result was to transform the structures out of which it had emerged – the party and the trade unions which, after 2002, became the apparatus of power on which it rested. The leadership of the CUT, the principal confederation of labour, was put in charge of the country's largest pension fund. The cadres of the PT colonised the federal administration, where a Brazilian president has the right of nomination to over 20,000 well-paid jobs, far more than the spoils system has ever allowed the executive in America. Now all but completely detached from the working class, this stratum was inexorably sucked into the vortex of financialisation engulfing markets and bureaucracies alike. Trade unionists became managers of some of the biggest concentrations of capital in the country, the scene of ferocious struggles for control or expansion between competing predators. Militants became functionaries enjoying, or abusing, every perquisite of office.

As a new logic of accumulation interlocked with a new incrustation of power, a hybrid social layer was formed – de Oliveira would compare it to the duck-billed platypus, as a sport of the animal kingdom – whose natural habitat was corruption. The unorganised poor of the informal economy had now become Lula's electoral base, and he could not be reproached for that, or for the neo-populism of his relationship to them, unavoidable for Chávez or Kirchner too. But between the leader and the masses lay an apparatus that had become deformed. Missing in Singer's account was a sense of this dark side of Lulismo. What it had achieved was a kind of inverted hegemony. Where, for Gramsci, hegemony in a capitalist social order had been the moral ascendancy of the possessing over the labouring classes, securing the consent of the dominated to their own domination, in Lulismo it was as if the dominated had reversed the formula, achieving the consent of the dominant to their leadership of society, only to ratify the structures of their own exploitation. A more appropriate analogy was not the United States of the New Deal, but the South Africa of Mandela and Mbeki, where the iniquities of apartheid had been overthrown and the masters of society were black, but the rule of capital and its miseries was as implacable as ever. The fate of the poor in Brazil had been a kind of apartheid, and Lula had ended that. But equitable or inclusive progress remained out of reach.

To many, even of those close in political outlook to de Oliveira, this picture is overdrawn, as if the dark side of Lulismo, hard to deny in itself, has in his representation of it become a total eclipse. How has it been received in the PT itself? With scarcely a word. In part, it is often said, he is so personally liked and respected that no one – save Delúbio and Dirceu, who sued him for libel before they were indicted – wants to quarrel with him. A very Brazilian cordiality. But then what of the far more favourable analysis of Singer? There too, virtually no reaction. Converted into a vote-getting machine, the PT has kept most of its militants and mass membership – some 300,000 members took part in its last internal election – but has lost its intellectual wing, and is generally empty of ideas. When the party emerged at the turn of the 1980s, the Brazilian intelligentsia was a vital ferment in the mass movements against the military regime of the time, and played a major role in the politics that followed its withdrawal from the scene. A decade later, when Cardoso took the presidency, it split into two camps bitterly ranged against each other: those who supported his regime, and those who opposed it. The PT was the party of opponents, enjoying the talents of a wide array of the country's most gifted intellectuals. Another ten years on, with Lula in power, disillusionment had set in. Faute de mieux, most of its former lights still vote for it, to keep out the right, but engagement has gone. To all appearances the party could not care less.

Does this matter? In the 1960s, Brazilian culture was a brilliant affair, not only before but even under the military: football not yet expatriate, bossa nova, experimental theatre, *cinema novo*, an indigenous Marxism to rival any in Europe – philosophy, sociology, literature, *Kulturkritik*. By the time the country emerged from the dictatorship in 1985, however, the two forces that had transformed the cultural landscape in the North were

already reshaping it in Brazil too: on the one hand, the modern academy, with its bureaucratisation of careers and specialisation of fields; on the other, the modern fashion and entertainment industry, marketing anything it can touch. Professionalisation, commercialisation: no culture has escaped their yoke. With them, inevitably, comes depoliticisation. But the extent of that varies widely from one society to another. Compared with the Brazil of 50 or 30 years ago, the decline of political energy in cultural life is palpable. Compared with Europe, the grammar of the imaginary can remain vividly political.

In part, this is due to simple continuity of persons and ideas from an earlier epoch, even against a university backdrop duller, if more proficient, than in the past. The doyen of Brazilian literary history, Antonio Candido, a moral-intellectual touchstone for the left, is still a presence at the age of 93. In the next generation, Roberto Schwarz is the finest dialectical critic anywhere in the world since Adorno; Chico Buarque, a perhaps uniquely versatile author at once of songs, plays and novels; de Oliveira, the most original sociological mind in Latin America; Emir Sader, its one radical political thinker of continental vision. Younger figures like Singer or Pochmann are still products of the final stages of the struggle against the dictatorship. In the arts, explosive forms continue to be produced, though they are now far more liable to neutralisation or degradation into entertainment: Paulo Lins's novel *Cidade de Deus*reduced to cinematic pulp by an expert in television ads; José Padilha descending from the bitter documentary truths of
But the maw of the market is not irresistible. The latest literary grenade, Reinaldo Moraes's scabrous novel *Pornopopéia*, which takes it directly as a target, could prove more difficult to digest.

The change in period has found its barometer in what is now the country's best periodical. The monthly *Piauí* was launched in the autumn of 2006, as Lula coasted to his second term. Its editor, Mario Sergio Conti, who comes originally from a Trotskyist left, ran the mass-circulation weekly *Veja* – Brazil's equivalent of
Quitting towards the end of the decade, he used a pre-negotiated sabbatical to write a full inside account of the way the Brazilian media first propelled Collor into the presidency in 1989 and then deposed him in 1992 (Conti himself published in
brought him down). In its sheer narrative drive, span of characters high and low, density of detail, and not least its dramatic dénouement,
by Balzac. Sparing no one – proprietors, commentators or reporters – it broke the fundamental taboo of the press: dog does not eat dog. Retrospective complaints about owners by journalists, on occasion yes. Galleries of the journalists themselves? Belloc's quip remains off-limits. Before *Notícias*
empire which owns *Veja*, who wanted Conti back in his stable, agreed somewhat reluctantly to let him try out a periodical of more intellectual ambition for a smaller readership, without believing it would make him any money. Preparations for the project went ahead, but when Civita saw *Notícias* he cancelled it on the spot.

Five years later Conti, then working as a broadcaster in Paris, met through mutual friends an

heir to one of the greatest banking fortunes in Brazil, João Moreira Salles. A director of more discriminating temperament than his better-known elder brother, Walter, author of such middle-market fare as *Central Station*
backstage during the campaign of 2002,
equally as an admiring tribute to the candidate's vitality and affability, and as a disquieting trailer for the corrosions of power to come. Moreira Salles, who was also thinking of launching a magazine, had heard of Conti's idea, and on talking it over, not only agreed to finance it, but – an unusual arrangement for the millionaire proprietor of a journal – to work for it under Conti. He insisted only that it be edited in Rio, as a counter-weight to the excessive concentration of intellectual life in São Paulo once the capital had moved inland. The magazine that issued from this arrangement is a stylish affair, sometimes seen as a kind of tropical*New Yorker*. But though certainly smart enough, it differs not only in design, printed on matt paper in larger format, but spirit, as its title indicates. Piauí, one of the poorest states of the north-east and a byword for backward provincialism, was chosen as ironic antithesis to Manhattan. Living up unawares to its reputation, the governor of the state in due course descended on the magazine with a substantial escort, and in a very Brazilian scene thanked its editors effusively for conferring such well-merited distinction on it.

Beneath the veneer of worldliness it still affects, what the
mostly a sententious conformism.
compare the gushing portrait of America's ruler offered by the editor of the first (
'This is how it began, the telling of a story that changed America …';
bowed his head in prayer, broke into a broad smile … Three times we all said amen') with the lethal coverage of Brazil's elite by the second.
deadpan profile into an art more ruinous of its subjects than detraction could ever be. Cardoso, Dirceu and Serra have been among the victims, along with Márcio Thomaz Bastos – Lula's reptilian minister of justice until 2007 – and Rousseff's vice-president, Michel Temer. In the same impassive tone, the magazine has excavated some of the ugliest episodes and niches of public life: financial brawls, congressional shenanigans, legal enormities.

Two exposés stand out as calm engravings of Brazilian equity and justice. In a miniature masterpiece, Moreira Salles detailed the fate of the housekeeper who saw Palocci entering his lacustrine brothel in Brasilia. A 24-year-old from Piauí, earning $50 a week, he found his bank account had been broken into by the president of the Federal Savings Bank, one Jorge Mattoso – fresh from a meeting in the presidential palace – looking for evidence that the boy had been paid for his testimony by the opposition. Violation of banking secrecy is a crime in Brazil. An hour later, Mattoso delivered print-outs to Palocci in person at his residence, showing that $10,000 had been deposited in the boy's account. Palocci ordered the federal police, who had the boy under lock and key, to investigate him on suspicion of bribery and false witness. When it emerged that the money had been paid by the boy's father, the owner of a bus company who had until then refused to acknowledge him, in

order to fend off any chance of a paternity suit, he had to be released, and the police brought criminal charges against Palocci and Mattoso. Palocci had to step down as minister, but the attorney-general reduced the charges against him and four years later the Supreme Court acquitted him by five votes to four. Today, this toad squats in power once more, now chief of staff to the new president. The young man he sought to frame never got a job in the city again.

What of the Supreme Federal Tribunal that absolved him? Daumier would have been hard-pressed to depict it. Supposedly concerned with constitutional issues alone, it handles – if that is the right word – some 120,000 cases a year, or 30 a day per member of the court. Lawyers transact with judges in private, and on receiving favourable verdicts, have been known – in full view – to hug, indeed wine and dine, the justices responsible for them. Of the 11 current members of the tribunal, six of them appointed by Lula, two have been convicted of crimes in lower courts. One, appointed by Collor, his cousin, made legal history by guaranteeing immunity to a defendant in advance of his trial, but was saved from removal by his peers to 'preserve the honour of the court'. Another, a friend of Cardoso, supported the military coup of 1964, and could not even boast a law degree. A third, on casting a crucial vote to acquit Palocci, was thanked by the president in person for assuring 'governability'. Just retired is Eros Grau, once convicted of trafficking in influence, a particular favourite of Lula; dubbed 'Cupid' by colleagues, and author of a fifth-rate pornographic novel, he sought to get an associate onto the court in exchange for a vote to bury the *mensalão*.

Scenes like these, not vestiges of an older oligarchic regime, but part and parcel of the new popular-democratic order, preclude complacency about the prospects ahead, without abrogating them. Political and judicial criminality in Brazil, however repellent, is still – its apologists can point out – considerably less than in India, China or Russia, the other BRIC powers with which it is now conventional to compare it. Nor, as last year's presidential election showed again, is corruption a major concern of the masses, although it doesn't go unnoticed at the polls – it was partly responsible for the contest going to a second round. The victory of Dilma Rousseff was certainly, by proxy, Lula's greatest electoral triumph. A figure scarcely known to the population a few months earlier, who had never before confronted a voter, and did not possess a trace of charisma, polled – once chosen by him – not far from Lula's own scores, with a thumping second-round majority of 56 per cent: three million fewer votes than he won in 2006, three million more than in 2002. In Congress, where the PT for the first time became the largest party, and in the Senate, where it also made big gains, she commands the support of more than two-thirds of the legislature in each house – majorities Lula himself never enjoyed.

Rousseff owes her ascent to the vacuum around the presidency left by the scandals that eliminated Palocci and Dirceu as successors. After their fall, she had three advantages over any other possible contender. She was not a product of the PT, which she joined only in 2000, so, lacking any base in the party, from which Lula – publicly at least – had kept his

distance once in the Planalto, posed no threat to him. She was good at something he was not: administration. As minister of energy she had ensured the country did not suffer the blackouts that had so damaged Cardoso's standing in his second term. Finally, she was a woman, around whom it was much easier to wrap the warmth of his own charisma than it would have been with a man. A colleague described the relationship between them, when she became his chief of staff, as not unlike that of father and daughter. In fact they are contemporaries – she is only two years younger than Lula – but the joint campaign they ran in 2010 would have been much more awkward with a male candidate.

In trajectory, not to speak of temperament, the contrasts between them are marked. Rousseff comes from an upper-middle-class family. Her father was a Bulgarian Communist who emigrated to Latin America in the 1930s, and did well in real estate in Belo Horizonte. Sent to good local schools, with private French and piano lessons at home, she was 17 when the military seized power in Brazil. At 19 she was part of a revolutionary underground carrying out armed actions in and around the city. Moving to Rio in 1968, she was involved in one of the most famous raids of the time: the expropriation of a chest containing two and half million dollars from the mistress of the most corrupt of all governors of São Paulo. In 1970 she was caught in São Paulo, tortured, and jailed for three years. On her release, she moved south to Porto Alegre, where her former companion in the underground, now her husband, was imprisoned. When the dictatorship loosened in the late 1970s, she got a job in the statistical bureau of Rio Grande do Sul, re-entering political life affiliated to the party led by Lula's chief rival on the left in the 1980s, Leonel Brizola, and gradually moving up to become secretary for energy under a PT governor. In 2002 Lula noticed her technical capability, and brought her to Brasilia. In political background a guerrilla rather than a trade-union leader, Rousseff, though highly controlled, is more explosive in character than Lula. Observing the way each handled disputes in the energy sector, a leading participant commented: 'He enjoys them like a spectator at a ping-pong game; her style is to hurl the racket.' No one doubts her toughness.

Of her convictions today, there can be less certainty. She came to prominence under Lula during the more radical phase of his government, so in neoliberal perception is associated with the dangers of an insidious statism and nationalism. There is no question that she has robustly defended the regalian rights of the Brazilian state to the reportedly huge deep-sea oil deposits off the country's coast, which multinational companies and domestic capital have been eyeing hungrily. She has promised not only an expansion of the housing and infrastructural programmes begun under Lula, but – a major new commitment – universal health coverage. At her inauguration, she went out of her way to pay tribute to the comrades who had fought the dictatorship as she had done, and fallen in the battle against it. But in restoring Palocci to power as chief of staff, and replacing Amorim as foreign minister by a complaisant envoy to Washington, she has designed her cabinet to reassure business and the United States that they have little to fear from the new administration. Holding down the minimum wage, hiking interest rates and promising tighter controls on

public spending, her first measures look not unlike the orthodox policies of Lula's first years in power.

Might the same parabola, curving towards radicalisation in a subsequent phase, be repeated? Or is the stock of readily available reforms exhausted? By common consent, steady GDP growth of at least 4.5 per cent a year is required to extend the social achievements of Lula's presidency. Though by Chinese or Indian standards this is a modest target, it exceeds the average Brazilian performance so far this century. Buoyant as it is at the moment, the economy is dogged by three deep underlying problems. Its savings rate remains extremely low, at a mere 17 per cent of national income, less than half that of India and a third that of China; so investment has stagnated at under 20 per cent of GDP, with spending on R&D at 1 per cent. Brazilian interest rates, on the other hand (currently over 11 per cent), have long been the highest of any major economy. Designed to curb inflation and attract the foreign capital needed to eke out domestic savings, these rates, combined with export gains and quantitative easing in the US, drove up the real to perilous heights – doubling in value against the dollar under Lula.

Finally, Brazilian trade has become steadily more dependent on agribusiness and mining, where the largest concentrations of domestic capital are to be found, while industry – where multinationals control the most important (automobile) sector – has receded. Between 2002 and 2009, the share of manufactures in Brazilian exports dropped from 55 to 44 per cent, while the share of raw materials soared from 28 to 41 per cent. China, responsible for so much of the prosperity of the Lula years, when it became the country's largest trade partner (by 2009, it was buying 18 times the value of the commodities it purchased from Brazil at the start of the century), is now threatening to swamp it with low-cost manufactures, whose import from the PRC rocketed 60 per cent last year. Historically, countries have achieved high living standards without wide-ranging industrialisation, but these have been sparsely populated settler or sylvan societies with high educational levels – Australia, New Zealand, Finland – exhibiting nothing like Brazil's measures of poverty or demographic profile. Against these can be set Brazil's vast natural resources – as much spare farmland as the US and Russia put together, as much renewable water as the whole of Asia, oil reserves floating the largest IPO in history – and its impressive, if sometimes inhibited, record of state-led enterprise, to which are owed the country's steel and aircraft industries, its breakthroughs in tropical agriculture, and its thriving petroleum giant. The opportunities for faster growth are certainly no less than the obstacles to it.

What balance sheet of the Brazilian experience set in motion under Lula, and still unfolding, is at this point possible? Viewed as a period in the political economy of Brazil, it can be regarded as contiguous with that of Cardoso, a development within the same matrix. Viewed as a social process, on the other hand, it has marked a distinct break. The external conditions for that change were unusually propitious. This was a time in which South America as a whole has been the scene of a shift to the left setting it apart from any other zone of the world. Chávez came to power in Venezuela well before, Kirchner in Argentina

just after, Lula in Brazil. The following year, Tabaré Vázquez took Uruguay for the Frente Amplio. Thereafter, in succession, Bolivia, Ecuador and Paraguay elected the most radical presidents in their history. What lay behind this global exception were two distinguishing features of the region. It was here, under supervision from Chicago and Harvard, that neoliberalism was first introduced and shock therapy applied by Pinochet in Chile and Sánchez de Losada in Bolivia, and that privatisations by Menem in Argentina outdid those in Russia.

But it was here too that the first popular uprising against a neoliberal package erupted, in the *caracazo* that led to the end of the old order in Venezuela. Economically, the parameters of the neoliberal period were rarely rolled back (Venezuela is the exception, since they were never successfully imposed there in the first place). But they were never popular, and their architects fell into a political discredit that their northern counterparts, even today mostly unscathed by 2008, have escaped. Here the other particularity of the region kicked in. Latin America is the only part of the world to have produced a century of radical revolts against the established order, stretching back in more or less unbroken sequence to the Mexican Revolution of 1910. In different periods these have taken different forms, but their underlying impetus has been much the same, and despite every kind of repression or deflection, has yet to be checked: armed insurrections in El Salvador and Brazil in the 1920s; popular front in Chile, peasant risings in Peru in the 1930s; military jacobinism in Argentina in the 1940s; worker militias in Bolivia, expropriations in Guatemala, revolution in Cuba in the 1950s; guerrillas from Colombia to Uruguay in the 1960s; victory at the polls in Chile, on the streets in Nicaragua in the 1970s; civil wars in Central America in the 1980s; overthrow of the oligarchy in Venezuela in the 1990s. The electoral harvest of the new century is a mutation out of the same soil.

The generation that came to power in this period had lived through two kinds of defeat: by the military dictatorships that crushed the left in the aftermath of the Cuban Revolution, and by the free market systems that were in part the price, in part the upshot, of democratisation. These formed a single legacy. Earlier forms of radicalism, political or economic, were ruled out of court by their succession. But there was little real social adhesion to the neoliberal regimes for which the generals had paved the way. When their time ran out, the leaders who came after them respected, pragmatically, the rules the generals had imposed, but could not altogether put aside memories of a more insurgent past, and the loyalties that went with them, still less overlook the constituencies excluded from the new order. Venezuela, which never knew a military dictatorship during the high tide of continental counter-revolution, nor – the two absences were closely connected – a neoliberal stabilisation in its wake, was the exception, Chávez operating in other, more underdetermined conditions.

Brazil, on the other hand, can be taken as the epitome of the general pattern. For most of its history, by reason of language, size and geography, the country was rather isolated from the rest of Latin America. As late as the mid-1960s, Brazilian intellectuals were more likely to

have spent time in France than to have visited any neighbouring society. Once the military tyrannies took over, the common experiences of underground work, imprisonment or exile – Cuba and Mexico the chief refuges – changed this. For the first time, politically active Brazilians were connected in a continental network with their opposite numbers in the Spanish-speaking Americas. The solidarities of that period continue to inhabit the political landscape today among governments of the left, cradling Brazil within a hospitable environment. In a regional dialectic, the differences between them have often worked to mutual advantage, Lula extending a mantle of protective friendship to regimes – Bolivia, Venezuela, Ecuador – more radical than his own, while benefiting in international opinion from favourable comparison of his moderation to their extremism.

In the same period, the international context has been as benign for Brazil as the regional setting. On the one hand, the United States lost concentration as continental overlord once it declared the War on Terror in the Middle East and beyond. With Iraq, Afghanistan, Yemen, Pakistan, Egypt as the frontlines of American strategy, there was little attention to spare for the hemisphere. Bush paid one distracted visit to Brasilia, and Obama is making another this month. There will be effusive greetings for the first mulatto president of the United States, as Brazilians see him, who had their own long ago. But no one thinks the call will be much more than ceremonial. The traditional mechanisms of supervision, still in working order in Cardoso's time, have rusted. Not just the military expeditions to the Orient of the last decade, but the financial bubble preceding and accompanying them, have tilted the relationship between the two states in Brazil's favour. Once the American economy became dependent on ever greater injections of cheap money – first under Clinton and Bush through very low interest rates, now under Obama thanks also to the printing press – the external capital needed to keep the Brazilian economy growing became more and more available, at less and less cost. If the flow now even risks overwhelming the real, that is only another, perverse sign of the alteration in their respective positions. For Brazil, still more decisive has been the ascent of China as a countervailing economic power, the principal market for its two leading exports and the mainstay of its trade balance. The long Chinese boom has affected virtually every part of the world. But Brazil is arguably the country where it has made the greatest difference. As the US dipped and the PRC swelled, the winds allowed passage to a new social direction.

Its upshot remains, for the moment, undecidable. There is no doubt that an emancipation has occurred. But might Brazilian history supply an unsettling analogy? In the late 19th century, slavery was abolished in Brazil virtually without bloodshed, in contrast to the slaughter with which its end, not even originally intended, was accompanied in the United States. But it was not only the cost in life that was low. The cost in property was also low, for emancipation came late, when the slave population was dwindling, and the slave economy in advanced stages of decline. It wasn't a purely elite affair; popular abolitionism took many imaginative initiatives in its quietus. But when it came, slave-owners were not all ruined, and slaves gained legal freedom alone. Socially, the after-effects were modest: principally,

increased white immigration from Europe.

Could there be, mutatis mutandis, some resemblance with the Bolsa Família, *consignado*, minimum wage? Lula liked to say: 'It's cheap and easy to look after the poor.'[‡] Uplifting, or disturbing? In its moral ambiguity might lie one kind of epitaph on his rule. Compared with his predecessors, he had the imagination, born of social identification, to see that the Brazilian state could afford to be more generous to the least well-off, in ways that have made a substantial difference to their lives. But these concessions have come at no cost to the rich or comfortably-off, who in any absolute reckoning have done even better – far better – during these years. Does that really matter, it can be asked: isn't this just the definition of the most desirable of all economic outcomes, a Pareto optimum? Were the pace of growth to falter, however, the descendants of slaves might live out an aftermath not so different from that of emancipation. From the time of its adoption, just after slavery was gone, the Comtean motto inscribed on the banner of the nation –
long been a hope fluttering in the wind. Progress without conflict; distribution without redistribution. How common are they, historically?

Yet perhaps this time it will not be the same. The last decade has not seen any mobilisation of the popular classes in Brazil. The fear of disorder and acceptance of hierarchy, which still set them apart within Latin America, are legacies of slavery. But though material betterment is not social empowerment, one can lead to the other. The sheer electoral weight of the poor, juxtaposed against the sheer scale of economic inequality, not to speak of political injustice, makes Brazil a democracy unlike any society in the North, even those where class tensions were once highest, or the labour movement strongest. The contradiction between the two magnitudes has only just begun to work itself out. Should passive improvement ever become active intervention, the story would have another ending.

[*] For English versions of de Oliveira's essays see
2003) and 42 (November-December 2006)

[‡] 'A coisa mais fácil para … um presidente da República é cuidar dos pobres. Não tem nada mais barato do que cuidar dos pobres.'
March 2010. By then it had become a sort of motto, repeated on many occasions.

O Brasil de Lula e o fatalismo dos fracos

By

admin

– 19 de abril de 2011

Há uma peça solta nas principais análises sobre o legado do ex-presidente. Elas concluem cedo demais que a massa dos subalternos permanecerá passiva… Por Ruy Braga, no ~~Boitempo~~

Este mês de abril, Perry Anderson publicou um longo artigo sobre “O Brasil de Lula” na prestigiosa ~~*London Review of Books*~~
familiaridade com as principais questões nacionais, o historiador inglês soube providenciar para o mundo anglófono uma útil e exitosa síntese de nossas recentes diatribes, especialmente, aquelas relacionadas ao período do “Mensalão”. Por um lado, afora detalhes que desconhecia sobre a história do projeto editorial da revista
nossa cena política são, como não poderia deixar de ser, largamente conhecidas. Por outro, o que realmente me chamou a atenção neste artigo é a conclusão contida no balanço, igualmente bem-sucedido, das principais interpretações a respeito da hegemonia lulista.

Ao longo de boa parte do texto, somos convidados a comparar três das mais paradigmáticas interpretações do “lulismo”: a hipótese do “subperonismo”, avançada por FHC, a hipótese do, digamos assim, “neofordismo” (devido à comparação das duas presidências de Lula àquelas de F. D. Roosevelt), sustentada por André Singer e a hipótese da “hegemonia às avessas”, desenvolvida por Chico de Oliveira. Em suma, se para FHC, Lula encarna, pura e simplesmente, a velha tradição populista latino-americana da manipulação das massas pela liderança carismática, barganhando a adesão popular por meio da caridade pública e da adulação, tanto para Singer, quanto para Oliveira, o lulismo representaria, ao contrário, um fenômeno social inovador. Vejamos…

Singer argumenta que o lulismo seria a expressão ideológica de uma fração de classe social, o subproletariado, que, após o período de redemocratização do país, mover-se-ia no campo político tendo em vista duas preocupações principais: a esperança de que o Estado possa diminuir a desigualdade social e o medo de que os movimentos sociais possam criar desordem política. Chico, ao contrário, entende que a chave-explicativa para a hegemonia lulista deve ser buscada na combinação do atual processo econômico da globalização financeira com o papel político deletério que o “transformismo” da alta burocracia sindical passou a desempenhar no país ao se inserir no jogo pesado do investimento capitalista,

sobretudo, por intermédio do controle político, potencializado pela eleição de Lula em 2002, dos fundos salariais geridos como fundos de investimento.

Para o leitor bem informado, também, aqui, não haveria nenhum motivo para espanto. Estas são, em linhas bastante esquemáticas, as principais interpretações de que dispomos hoje no país acerca do atual momento hegemônico. A surpresa encontra-se não nas diferenças, e estas são abissais, existentes entre FHC, Singer e Chico, mas na suposta convergência entre eles: "Oliveira não contesta a caracterização da psicologia dos pobres empreendida por seu amigo, André Singer, (…). O subproletariado é assim mesmo como Singer descreveu: sem ressentimentos contra os ricos, satisfeito com os alívios modestos e graduais em suas condições de existência." Apesar de não ter sido mencionado por Anderson, podemos, sem muita adjetivação, ampliar este consenso também para FHC.

Se de fato, como aponta corretamente o historiador inglês em outra passagem, "a última década não assistiu a qualquer mobilização das classes populares no Brasil", ainda assim, "o medo da desordem e a aceitação da hierarquia, que mantêm os movimentos populares separados entre si na América Latina" deveriam ser, em primeiro lugar, demonstrados, para, então, podermos interpretá-los
retrato pintado por Anderson, mas, me parece razoável argumentar que, olhando para as pesquisas e resultados eleitorais recentes – além, naturalmente, da (aparente) falta de mobilização das massas trabalhadoras no país -, o subproletariado brasileiro está, ao menos até o presente, "acomodado", ou seja, "satisfeito" com os modestos ganhos que o recente ciclo de relativa desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho proporcionou.

Então, porque aquilo que parece meridianamente claro para as principais interpretações correntes a respeito do lulismo soa ensurdecedoramente desarmônico aos meus ouvidos? Ao ler o artigo de Perry Anderson lembrei-me de uma passagem dos
em que Antonio Gramsci medita sobre as permanentes reviravoltas
"Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era 'paciente' de uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais paciente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era apenas simples 'paciente', simples 'coisa', simples 'irresponsabilidade'? Não, por certo; deve-se aliás sublinhar que o fatalismo não é senão a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real".

Estaria o subproletariado brasileiro realmente "satisfeito"? Se estiver, qual o significado dessa satisfação? Dialogando com os operadores de telemarketing, grupo subproletário pós-fordista que cresce exponencialmente no país desde 1998 – e que, durante o governo Lula, espalhou-se pelo Nordeste, vale observar -, tive várias oportunidades de verificar quão poderosa pode ser a noção de "fatalismo dos fracos como vontade real e ativa" para a análise sociológica crítica e reflexiva a respeito do lulismo. Mesmo Perry Anderson parece concordar com Gramsci quando afirma, ao final de seu referido artigo, que: "O extraordinário peso eleitoral das populações mais pobres, somado à gigantesca escala da desigualdade econômica, para não falar da injustiça política, fazem do Brasil uma

democracia diferente de qualquer outra do Norte, mesmo aquelas onde as tensões de classe foram um dia muito mais altas, ou o movimento dos trabalhadores muito mais forte. A contradição entre essas duas grandezas só agora começa a operar. Caso o progresso passivo se transformasse em intervenção ativa, a história teria um outro final".

Parece-me que o debate sobre o lulismo necessita urgentemente de uma boa dose de reflexão a respeito do "fatalismo dos fracos" a fim de examinar laboriosa e, sobretudo, dialeticamente, o significado racional dessa tal "satisfação" (momentânea) manifestada nas últimas eleições pelo subproletariado brasileiro. Caso contrário, podemos muito bem ser atropelados pela, na expressão do comunista sardo, "atividade empreendedora" dos subalternos. Definitivamente, não seria a primeira vez na história da sociologia…

_

Ruy Braga, professor do Departamento de Sociologia da USP e diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da USP, é autor, entre outros livros, de *sociologia pública* (São Paulo, Alameda, 2009), em coautoria com Michael Burawoy, e *nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* Xamã, 2003). Na Boitempo, coorganizou as coletâneas de ensaios *Degradação real do trabalho virtual* (com Francisco de Oliveira e Cibele Rizek, 2010), sobre a hegemonia lulista. Colabora para o Blog da Boitempo mensalmente, às segundas-feiras]

http://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2011/04/11-04-11_o-brasil-de-lula-e-o-fatalismo-dos-fracos_ruy-braga.jpg

Entrevista - Rudá Ricci

Folha de S. Paulo - 21/02/2011

SOCIÓLOGO DIZ QUE DISCUSSÃO SOBRE SALÁRIO MÍNIMO É O

COMEÇO DE UM LONGO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DOS AJUSTES DO MODELO LULISTA

Inclusão na era Lula deixa bomba-relógio para Dilma desativar

UIRÁ MACHADO
DE SÃO PAULO

A inclusão social pelo consumo ocorrida no governo Lula trouxe para a presidente Dilma Rousseff uma "espécie de bomba-relógio", e a disputa sobre o aumento real do salário mínimo é parte desse problema, afirma o sociólogo Rudá Ricci.
Autor do livro "Lulismo -Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira", Ricci avalia que a manutenção desse processo é o "primeiro grande problema" de Dilma, mais progressista no discurso, mas, de prática, "mais conservadora que Lula".
O sociólogo diz ainda que a presidente se identifica com a classe média tradicional, enquanto Lula é a expressão da nova classe C -segmento que,

para Ricci, não aponta para uma nova divisão de classes. **Folha - O primeiro grande embate de Dilma foi com as centrais sindicais. Quanto desse choque é explicado pela ausência de Lula e pelo estilo da presidente?** Rudá Ricci - Trata-se de uma situação das mais complexas. O movimento sindical brasileiro é, quase todo, sindicalismo de resultados. É negociador por natureza, e não contestador. O reajuste do salário mínimo é um aríete visível e popular, mas que será utilizado para negociações mais amplas. Mas é evidente que o perfil de Dilma, marcado pelo estilo gerencial, influencia nessa relação. Vamos perceber que um gestor público tem que ter jogo de cintura. **A queda de braço em torno do salário mínimo sugere que as centrais sindicais estão retomando pautas antigas?** Não acredito. Minha leitura é que se trata de um movimento de estudo sobre as novas diretrizes governamentais. As centrais sindicais ocuparam um espaço importante no governo, e não apenas uma parceria. **O governo Lula cooptou**		

os movimentos sociais? Em parte. Diria que se trata de um pacto social não explícito. No que tange ao movimento sindical, orienta-se para a construção de um modelo neocorporativo. Não se trata de uma situação clássica de cooptação, mas da convergência de interesses políticos. Não há ingênuos em nenhum dos lados. **Qual o significado simbólico da votação do mínimo?** Essa votação teve o simbolismo de mostrar quão sólida é a base governista no Congresso. Agora, os blocos parlamentares podem se movimentar com mais segurança. Foi a ponta do iceberg de um longo processo de negociação dos ajustes do modelo lulista. Será um processo que dará muito trabalho aos operadores políticos do governo. **Já é possível fazer comparações entre Lula e Dilma no que diz respeito ao trato com os movimentos sociais?** Dilma faz um discurso mais progressista, mas adota uma prática mais conservadora que Lula. Lula é um negociador nato e fala a linguagem da nova classe C, pragmática e, muitas vezes, cínica.		

Dilma é técnica e ascética como a classe média tradicional. Não se trata apenas de um líder carismático e outro racional. Trata-se de empatia política, de qual segmento social é liderado. Mas o Brasil ainda vive uma transição na sua composição social. A classe média tradicional perdeu seu poder de formar opinião num país com mobilidade social enrijecida. Temo que Dilma não tenha "feeling" político para entender esse momento. **Dilma recebe do lulismo alguma herança negativa?** O primeiro grande problema é como conduzirá o financiamento da inclusão social pelo consumo que o lulismo montou. Aí está parte das dificuldades de relacionamento com o mundo do trabalho. **Se a política tributária é regressiva, se a transferência de renda está com seu financiamento no limite e se o lulismo é um pacto pelo estatal-desenvolvimentismo de tipo fordista, conciliando interesses diversos, como resolver a equação?** O aumento do consumo já faz com que 60% da		

população esteja endividada. Criou-se uma expectativa em relação ao aumento real do salário mínimo para o ano seguinte, salvando parte do orçamento familiar. Há uma espécie de bomba-relógio a ser desativada. Esta é a herança: a expectativa de lideranças sociais e da classe C, vorazes consumidores. **O sociólogo Jessé Souza argumenta que não é correto falar em "nova classe média". Como o sr. avalia essa questão?** A série histórica que temos no país e que segue o Critério Brasil [usado em pesquisas de opinião e de mercado para definir classes econômicas] é baseada na estratificação social fundada no poder aquisitivo. Estamos presos, para efeito de análise comparativa, a essa base. Na análise de Jessé Souza, vejo um duplo equívoco. Primeiro, ele não percebe que se trata de uma transição na composição das classes sociais a partir da forte ascensão social dos últimos anos. Estamos falando de mudança de ideário e hábitos no interior das classes, em especial da classe C. Isso já ocorreu outras vezes no país.		

O segundo equívoco é que os conceitos de "ralé" e "batalhador" são impressionistas e partem de um juízo de valor. Batalhador sempre houve no Brasil. Assusta-me essa vertente conservadora de definir o país a partir do empenho individual. **Mas há diferenças em relação à classe média tradicional?** A nova classe C é desconfiada e tem na família seu porto seguro. Afinal, foi sua família que sofreu a pobreza. O conservadorismo aparece como elemento de negação do passado. Essa é a expressão cultural da nova classe C, que obviamente se distingue da classe média tradicional. Mas não temos uma nova divisão de classes, apenas uma nova composição em virtude da ascensão social de momento. **Qual o peso da ascensão da nova classe média na sustentação do lulismo?** Total. O discurso de Lula, e até mesmo a sua imagem, cria forte empatia com essa nova classe média. Lula era a afirmação desses hábitos populares que invadem o mundo das elites e chegam ao cargo máximo do poder público.		

Lula foi e é a expressão maior da ascensão da nova classe C. *** Discurso histórico <~~http://www.rodrigovianna.com.br/tag/discurso-historico~~> Lula no Uruguai: 'Norte pode estar no Sul' Queridos companheiros e companheiras Estou profundamente honrado por ter sido convidado para dirigir-lhes a palavra neste ato de comemoração dos 40 anos da Frente Ampla. Quero iniciar recordando um dezembro de 1993, quando vim pela primeira vez ao Uruguai. Estava me preparando para ser, pela segunda vez, candidato a Presidente da República. Precisei concorrer mais duas vezes para ser eleito! Naquele dezembro de 1993, quando tive a oportunidade de sentir de perto a		

afetuosa hospitalidade deste país, conheci muitos companheiros frenteamplistas, que hoje aqui estão, como os fraternos amigos Tabaré Vázques e Pepe Mujica. Mas conheci, igualmente, um grande companheiro, que não mais está entre nós. Refiro-me ao inesquecível Líber Seregni, a quem presto hoje minha homenagem, como um dos maiores valores da Frente Ampla, da história do Uruguai e de toda a América Latina. Dirigentes e militantes da Frente Ampla, nestas últimas décadas, a Frente Ampla mudou o panorama da política uruguaia, até então dominado por um sistema bi-partidário que não mais correspondia à evolução da sociedade. Sua presença na cena nacional deu à política deste país uma nova qualidade. Sei que seus militantes pagaram muitas vezes um alto preço por sua coerência e determinação durante o regime ditatorial, que infelicitou este país nos anos setenta e oitenta. Mas sei, também, que a Frente foi fator decisivo no processo de democratização política do Uruguai, já muito antes de conquistar a Presidência da República. Suas mobilizações foram fundamentais para impedir que a onda neo-liberal, que se abateu sobre todo nosso continente, prevalecesse no Uruguai.		

Não fosse a luta da Frente Ampla, não fosse a resistência do movimento sindical e dos movimentos sociais, o Estado uruguaio teria sido desmontado pelos insensatos adoradores do mercado. Aqueles senhores que, em grande parte da América Latina, conseguiram privatizar o patrimônio público, desorganizar nossas economias, aumentar a pobreza e comprometer a soberania nacional. Aqui, felizmente, eles não tiveram o êxito que esperavam. Em muitos de nossos países, eles deixaram um rastro de estagnação econômica e exclusão social. Pior do que isso, agravaram a inflação que pretendiam combater e aprofundaram nossa vulnerabilidade externa. O povo uruguaio, com a intervenção crucial da Frente Ampla, não permitiu que isso acontecesse. Que fosse entregue às gerações futuras deste país um Estado raquítico, incapaz de regular democraticamente a economia e de promover o desenvolvimento. Mas nossa região mudou. Hoje, há uma nova América do Sul. Um continente que ergueu a cabeça, libertou-se das tutelas internacionais e resgatou a sua soberania. Um continente que recuperou a		

autoestima e voltou a acreditar em si mesmo, em sua capacidade de tornar-se cada vez mais próspero e justo. Nossos países estão demonstrando na prática que é possível crescer de modo vigoroso e continuado mantendo a inflação baixa. Que é perfeitamente viável crescer distribuindo os frutos da expansão econômica para toda a sociedade. Crescer combatendo a pobreza e a desigualdade. Que esta é, aliás, a forma mais consistente e duradoura de desenvolver-se. A única justa e sustentável. Vocês uruguaios, e nós brasileiros, que tanto nos opusemos às políticas recessivas e excludentes do passado, temos muito o que comemorar. Hoje, vivemos uma nova realidade. Podemos, sem nenhum triunfalismo, festejar o êxito das nossas economias, os extraordinários avanços sociais, a vitalidade de nossas democracias. Não celebramos apenas valores éticos e morais – que constituem obviamente um patrimônio irrenunciável – mas também o acerto de nossa estratégia de desenvolvimento e de nossas políticas públicas emancipadoras, que estão mudando para melhor a vida das classes populares. Ainda falta muito por fazer. Mas as conquistas históricas dos anos recentes		

justificam plenamente a nossa confiança no futuro. Companheiros e Companheiras, como ex-Presidente da República, militante e dirigente do Partido dos Trabalhadores sempre tive uma enorme afinidade com a Frente Ampla. As políticas que Tabaré e Mujica implementaram no Uruguai são muito próximas daquelas que implementei no Brasil e que Dilma Rousseff está desenvolvendo agora. Mas o PT e a Frente Ampla têm muito mais em comum. Alguns já disseram que o PT é, em realidade, uma frente e que a Frente Ampla é um partido. As duas afirmações têm um fundo de verdade. Por uma razão muito simples: tanto a Frente, como o PT, são organizações plurais, profundamente democráticas. Somos capazes de combinar uma indispensável unidade de ação, com a valorização da diversidade e da democracia interna. Abrigamos distintas correntes de pensamento progressista. Respeitamos nossas diferenças ideológicas, mas não abrimos mão, em hipótese alguma, do compromisso com os trabalhadores e o povo pobre. Sabemos que, nas últimas décadas, as grandes correntes de esquerda entraram em crise no		

mundo. Muitos ficaram órfãos de referências político-ideológicas. Nenhuma força progressista esteve imune à crise. Mas nem por isso cruzamos os braços, mergulhando na perplexidade ou na passividade política. Conosco, foi diferente: não abandonamos nossas convicções de base. Para nós, as doutrinas têm a sua importância, mas o principal é o compromisso de vida com o destino dos oprimidos. A esquerda autêntica supera seus desafios participando cada vez mais nas lutas concretas do povo. Nossa bússola são as aspirações populares por uma vida digna. Por isso, fomos capazes de promover, em plena crise das ideologias, reformas sociais tão importantes em nossos países. As esquerdas no Uruguai e no Brasil souberam mudar, mas sem mudar de lado. Também por essa razão, nossas experiências de Governo e nossos partidos são hoje referências, tanto para a América Latina como para outras regiões do mundo. Tudo isso nos impõe responsabilidades redobradas. Precisamos continuar e aprofundar as transformações em nossos países, tendo claro que esse é trabalho para mais de uma geração.		

Mas precisamos também reconstruir o pensamento de esquerda, enfatizando, sobretudo, nosso compromisso inegociável com a democracia. Não queremos dar lições a ninguém. Não buscamos construir paradigmas ou elaborar "modelos". Mas temos a obrigação política e moral de explicitar para o mundo o cerne de nossa experiência histórica. E essa experiência mostra claramente duas coisas. Que não haverá socialismo se ele não for profunda e radicalmente democrático. Tampouco haverá uma autêntica democracia política se não houver uma democracia econômica e social. Essa combinação de democracia política com democracia econômica e social nos dá a chave para formularmos o projeto histórico que queremos construir. É nossa missão dar consistência teórica e política a esse renovado ideal libertário. Tal consistência não virá somente dos livros. Ela surgirá sobretudo da luta dos trabalhadores e de nossa capacidade de refletir sobre os rumos da história. Não poderá ser uma reflexão solitária, menos ainda confinada a um espaço nacional. Mais do que uma constatação, cabe-nos fazer		

um convite, uma convocatória. Nossos partidos – a Frente Ampla, o PT e outras organizações amigas da América Latina – têm de aprofundar sua relação, seu diálogo, para transmitir a outros movimentos o sentido de nossas experiências, com seus méritos, mas também com seus limites. Eu ousaria dizer que há uma grande expectativa nesse sentido, inclusive por parte das esquerdas dos países desenvolvidos, que hoje enfrentam impasses profundos. Aqueles que, sobretudo na Europa, observam o que está ocorrendo em nossa América, começam a dar-se conta, cada vez mais, de que seu Norte pode estar no Sul. Companheiros e companheiras, não poderia deixar de destacar um aspecto fundamental da trajetória da Frente Ampla nestes quarenta anos de sua existência – seu compromisso com a integração sul-americana e latino-americana. José Artigas, máximo líder da independência Oriental, foi um combatente pela liberdade muito além das fronteiras deste país. Seguramente seu exemplo inspirou e continuará inspirando todos os que lutam		

pela pátria grande latino-americana. A Frente Ampla sempre deu contribuições importantes a todas as iniciativas de integração regional, por meio das quais queremos garantir que a América do Sul tenha peso decisivo neste mundo multipolar que se está desenhando. E os resultados desse processo de integração são cada vez mais positivos. No terreno econômico, vivemos um momento muito promissor. Nunca houve tanto comércio entre os países da América do Sul. E o Mercosul, que amanhã completa 20 anos, é a locomotiva dessa expansão, o que só foi possível depois que conseguimos sepultar a proposta da ALCA, que não era de integração soberana, mas de anexação subalterna. De 2003 a 2010, o comércio do Mercosul mais do que triplicou. Os investimentos produtivos conjuntos crescem de modo exponencial. E o que é mais importante: a balança comercial e as relações entre os nossos países estão cada vez mais equilibradas. A integração está beneficiando a todos. Nós, brasileiros, percebemos que só vale a pena o Brasil crescer e se tornar um país mais rico se os países vizinhos, os povos		

irmãos também crescerem e se tornarem mais ricos. Temos consciência de que o caminho da integração não está isento de contradições e eventuais conflitos. Mas estou certo de que saberemos construir instituições aptas a resolvê-los, porque aquilo que nos une é infinitamente mais importante do que aquilo que nos separa. A verdadeira integração não pode ser apenas comercial. A parceria econômica é imprescindível, mas está longe de ser suficiente. A unidade do continente só será efetiva quando as nossas populações se conhecerem melhor, quando os sindicatos se articularem em escala regional, quando as nossas universidades tiverem um intercâmbio cotidiano, quando nossos cientistas estiverem pesquisando juntos, quando as nossas riquíssimas tradições culturais forem de fato compartilhadas. Quando a integração não for apenas dos produtos, ou dos Estados – mas dos povos. Queridos amigos e amigas, permitam-me concluir dirigindo uma palavra à militância da Frente Ampla. Vocês sabem melhor do que eu que a esquerda uruguaia conta com		

dirigentes de grande estatura moral e política. Líderes de extraordinária dignidade e maturidade, de inquebrantável amor ao seu país e ao seu povo. Líderes ouvidos e respeitados em toda a América Latina. Mas conta também com uma admirável militância de base, espalhada por todo o país, sem a qual a trajetória da Frente, com certeza, não seria tão vitoriosa. Feliz do povo que pode dispor de lutadores sociais e políticos tão generosos e tão dedicados ao bem comum. Essa esplêndida militância é a prova de que o sonho igualitário não acabou. De que valeu a pena o sacrifício das gerações que nos precederam. A força da Frente Ampla e de outras alianças populares da região mostra que chegou a vez do nosso continente. O século XXI tem tudo para ser o século da afirmação definitiva da América do Sul. Daquela América do Sul com que sonharam nossos próceres e pela qual deram suas vidas. Uma comunidade de países soberanos, justos e desenvolvidos. Viva a Frente Ampla! Viva a querida República Oriental do Uruguai! Viva a Pátria Grande Latino-		

Americana! O ESTADO DE S. PAULO Luiz Jorge Werneck Vianna:cientista político País vive 'Estado Novo do PT', diz pesquisador Werneck Vianna vê volta de práticas getulistas no governo Lula com esvaziamento da democracia Wilson Tosta Um governo que absorve as representações corporativas de trabalhadores e empresários, com um chefe de Executivo carismático a mediar interesses conflitantes, fortalecido pela crescente centralização do Estado. Qualquer semelhança da administração comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) não é mera coincidência para o cientista político Luiz Jorge Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj).		

Ele vê na forma como Lula age na política e na economia - nesta, com a volta a um certo nacional-desenvolvimentismo, ao lado de gestões financeira e fiscal ortodoxas - ecos do ideário que gerou o trabalhismo brasileiro. E, em tom algo irônico, batiza a formação: 'Estado Novo do PT'. 'É uma metáfora, mas é mais do que uma metáfora', diz. O pesquisador descreve algumas características que vê no 'Estado Novo petista'. Uma é a lentidão para decidir, pela necessidade (e dificuldade) de conciliar interesses em luta em seu interior, evidenciada na crise aérea. Outra, a tendência ao esvaziamento da democracia, seria reforçada pela desmoralização do Legislativo causada pelos sucessivos escândalos. Há ainda a desmobilização social, com a formação de uma ampla clientela com programas como o Bolsa-Família. A popularidade de Lula, diz, mantém os setores antagônicos unidos no Estado. 'Está bom ficar lá dentro.' Mas a formação, opina, tende a se quebrar na sucessão em 2010. Com uma possibilidade: a de as corporações exigirem que o presidente continue. O sr. diz que o Brasil vive um 'Estado Novo do PT'. O que é isso?		

O que a gente vem observando é o uso de recursos políticos que tiveram muita presença em décadas passadas. Sintoma: a representação profissional, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é uma representação de corporações. Outro sintoma: a presença na própria estrutura ministerial de representação das corporações. O ministro Furlan... Não é que ele tenha sido indicado pela corporação dele, era um nome de consenso na corporação que foi indicado, exatamente, para falar por ela. O Rodrigues, lá da Agricultura... É o agronegócio. A presença da CUT e de outras centrais também. Não que a sociedade não esteja representada. Ela não está representada politicamente, está representada através de suas corporações. O senhor acha que isso esvazia a democracia? Tende a. Tende a. Porque o Executivo absorve todas as forças vivas da sociedade. Qual foi a operação que o Estado Novo getuliano fez? Exatamente esta: tudo o que era vivo na sociedade ele trouxe para si. Tal como agora. Trouxe para si e, de cima, formula políticas para a sociedade. Mas não é exagero comparar o atual governo com a ditadura		

do Estado Novo? Eu não disse que há uma reiteração. Inclusive porque vivemos num regime democrático. O presidencialismo de coalizão, que é a forma através da qual este sistema se acopla à representação, ainda incentiva isso. Porque é o Estado que vai aos partidos e seleciona os próceres que vão fazer parte dele. Para onde você olha, só vê Executivo. O parlamento está esvaziado. Mas esse parlamento assim vulnerável interessa ao Executivo. Além do mais, estamos passando por um processo de centralização muito forte no Brasil. Exemplo? O SUS? Entre tantos. A centralização está agora associada a pressões democratizantes. Esse diagnóstico é clássico, é de Alexis de Tocqueville, em A Democracia na América. Ele dizia que a democratização da vida social conduziria ao despotismo burocrático, que leva ao crescente reforço do Estado. Dessa hipótese, estamos encontrando plena confirmação entre nós. Mais um exemplo: a Força Nacional de Segurança. O Conselho Nacional de Justiça... Isso não tem nada a ver com este governo, viu? É um processo que já vinha do governo Fernando Henrique e tem a ver com demandas por democratização.		

O atual Estado trabalha como árbitro, acima das classes, como no populismo? Tento qualificar como um Estado de compromisso, de composição. Em que o presidente da República, segundo suas próprias palavras já ditas na televisão, deixa que os dissídios internos amadureçam e no final arbitra e decide. Isso não leva à paralisia? Temos uma crise aérea há 10 meses... A preservação desse equilíbrio leva a uma certa falta de agilidade na tomada de decisão. Porque tem que compor muitos interesses. A situação já era desastrada. Então, alguma coisa tinha que ser feita, mas nada podia ser feito, porque todos tinham que ser minimamente contemplados. Outro exemplo de demora: a nomeação de Luiz Paulo Conde para Furnas agora... Mas é isso. Não tem jeito. Ou teria jeito, se fosse um governo que assumisse riscos, se ele não assumisse tanto o modelo do Estado Novo. Lula foi eleito em 2002 com forte sentimento de mudança. Agora, se o objetivo é mudança, não pode ter esse modelo, pode? Mudança é contrariar interesses. Sob esse ponto de vista, o governo Lula fracassou. A		

opção foi a do equilíbrio. Equilíbrio para quê? O caminho de mudanças efetivas significava aproximar o País da forma das revoluções. E isso, de outro lado, importaria no governo mobilizando a população em sua defesa. Esse foi o quadro que o partido do governo e o presidente quiseram evitar. O caminho foi governar com o outro, com aquele que tinha sido derrotado. Meirelles no Banco Central, Meirelles e tutti quanti, a estrutura Meirelles. O que era para ser contingente foi se tornando permanente. Agora, isso significou o quê? Este governo do PT, que veio pela esquerda, decapitou os seus adversários, incorporando as suas práticas. Isso explica a paralisia do PSDB? O PSDB ficou morto. Bateram-lhe a carteira da estabilização monetária. A esquerda também foi contemplada, com o tema do justo, a área social do governo. Temporão na Saúde, este Haddad na Educação, o Bolsa-Família... Agora, são todos programas estatalizados. Então, na verdade, o que você tem hoje no País é uma clientela inumerável, longe do cenário de um governo de esquerda que mobiliza e organiza a sociedade. A		

sociedade está desmobilizada e desorganizada. Por isso, vale a pena evocar formas anteriores, modelos anteriores, como o do Estado Novo. É uma metáfora, mas mais que uma metáfora. Alguns recursos, alguns instrumentos de governo, uma certa forma de conceber a política no Brasil, foram readaptados. O PAC seria uma tentativa de retomada do nacional-desenvolvimentismo? E num cenário muito desfavorável, porque é o cenário em que Palocci, Meirelles e tutti quanti já tomaram conta há muito tempo. Mas de qualquer forma essas duas pontas podem conviver. Essa combinação heteróclita foi constitutiva do Estado Novo. Daí que o inventário de idéias e práticas do Estado Novo se tornou muito útil para ser recuperado. O que dá para prever? Esse equilíbrio só é possível a partir da atuação do Lula. Ele tem força, carisma, para segurar essa colcha. Essa federação é boa para todos. Então, o Stédile tem os seus rompantes, mas continua parte do governo. O pessoal do agronegócio tem lá seus problemas com os sem-terra, mas fica, porque está bom ficar lá dentro. Agora, cada um já procura jogar por fora do marco do Estado, sabendo que,		

trazendo força da sociedade, pode conseguir margem de manobra maior. Na medida em que todos começarem a fazer isso, esse equilíbrio vai ficar insuportável. Nem o carisma do Lula vai segurar. Quando isso vai acontecer? Na medida em que formos chegando perto das eleições. Qual é o risco de toda essa situação? É que, chegando a 2010, todos esses envolvidos e mais a vocalização das massas digam: Lula, não saia, que vai ser um inferno. Há quem diga no PT que o governo não tem projeto de mudança, mas de poder... É isso. Mas o Lula não é mais o PT. Agora, entender as exigências de uma vida pública mais assentada, de padrões éticos maiores na população, como um moralismo UDN dos anos 50, eu não aceito. Engraçado, não? É como se estivessem defendendo um governo de estilo soviético até as últimas conseqüências. Só se pensa na substância, nunca se pensa na forma. A forma é importante, a forma democrática é importante. Inclusive a substância, no que tem de mais relevante, no que há de mais seiva nela, vive, corre, pelos sindicatos, pelos partidos políticos. E não por esta representação encarnada no chefe do		

Executivo, no chefe da Nação, como as coisas estão aparecendo hoje. Quem é: Werneck Vianna Graduado em Direito e Ciências Sociais. É mestre em Ciência Política (Iuperj). Tem doutorado em Sociologia (USP). Cursou pós-doutorado em Sociologia do Conhecimento (Università degli Studi di Milano) É professor do Iuperj Ex-militante do PCB, chegou a exilar-se nos anos 70, durante o regime militar (05/08/2007) LULA NO ORIENTE MÉDIO15 mar 2010 **~~Brasil rumo à ONU no início da descolonização norte-americana no Oriente Médio~~** **Categoria: (~~Cultura~~, ~~Política~~) por Cesar Fonseca em 15-03-2010**		

A direita gostaria que Lula estivesse tirando o sapato para entrar na Casa Branca, quando Obama está pedindo para economizar em viagem, para reduzir o déficit público, ou seja, sem dinheiro para bancar a demanda global, com o dólar caindo pelas tabelas. O novo jogo é a estratégia brasileira de fortalecer os mercados internos nos países dos povos mais pobres da periferia, para ditar o novo discurso global, que deixou de se sustentar na estratégia capitalista especulativa que implodiu e levou o sistema ao colapso, abrindo-se para o perigo da hiperinflação e do

seu irmão gêmeo, o nazismo. Lula preenche o vácuo aberto pela implosão imperialista no Oriente Médio e no mundo, bancado pelo dólar detonado no crash de 2008. COMEÇA A DESCOLONIZAÇÃO AMERICANA NA TERRA SANTA. ***O Itamarati joga com competência no cenário global. Os cães ladram e a caravana passa. Lula, para Simon Peres, disse que é preciso outros interlocutores, no Oriente Médio, para além dos que pontuam, atualmente, ou seja, as grandes potências, baleadas na crise global. Esta impõe nova correlação de forças. G-20 é o novo paradigma multilateral.*** ***Os Estados Unidos , detonados pelo déficit público, de um lado, e a Europa, igualmente, de outro, tentando criar o Fundo Monetário Europeu, para não entrar no receituário monetarista do FMI, perderam a capacidade de dar as cartas, da forma em que vinham dando, na base do pensamento imperialista.*** ***A história do Oriente Médio, nos últimos cinqüenta anos, foi fruto***		

das articulações imperialistas. A bancarrota financeira de 2008 jogou tudo para os ares. Não há dinheiro entre os ricos para continuarem dividindo os pobres, ampliando suas dívidas externas a juros compostos como forma de dominação internacional, como destacou Marx. *A bancarrota financeira americana e européia colocou ponto final nas determinações imperialistas, porque os países imperialistas estão monetariamente detonados, com suas moedas correndo perigo de sofrerem colapsos por ataques cambiais, dependentes da saúde dos emergentes, para sobreviverem.* *O desmoronamento das moedas, americana e européia, provoca o movimento de descolonização do Oriente Médio, assim como a emergência do dólar, depois da segunda guerra mundial, provocou a descolonização nos domínios dos impérios franceses e ingleses pelo mundo afora, a fim de dar lugar ao império americano dolarizado, apoiado na produção*		

bélica e espacial, impulsionando economia de guerra. *Keynes falou tudo: "Penso ser incompatível com a democracia capitalista que o governo eleve seus gastos na escala necessária capaz de fazer valer minha tese – a do pleno emprego – , exceto em condições de guerra. Se os Estados Unidos se insensibilizarem para a preparação das armas, aprenderão a conhecer sua força".("A crise da ideologia keynesiana", Lauro Campos, 1980, Ed. Campus).* *O âmago da macroeconomia capitalista-keynesiana, que Roosevelt abraçou, fervorosamente, para tirar os Estados Unidos da crise de 1929, foi a guerra, destaca Lauro. O crash de 2008 é o ponto final da dinâmica da economia de guerra, bancada pela especulação financeira. A descolonização do dólar expressa o esgotamento financeiro do tesouro dos Estados Unidos de continuar bancando o unilateralismo ultra-financeiro, antevisto por Kaustky, antes de romperem os limites da*		

especulação simultaneamente inflacionária-deflacionária. *Lula chega ao Oriente Médio no momento histórico em que se dá o início da descolonização americana por falta absoluta de gás financeiro americano para garantir a economia de guerra judaica, responsável por impulsionar a indústria bélica e espacial americana. Entra em profunda contradição o ESTADO INDUSTRIAL MILITAR AMERICANO, assim formulado por Eisenhower, em 1960, do qual alimentava temores sinistros. Acabou o efeito keynesiano apoiado no dólar sem lastro para reproduzir o capital na guerra. Marx disse que o capitalismo dinamizaria as forças produtivas, entraria em senilidade e passaria a dinamizar as forças destrutivas na guerra, via endividamento público com papel moeda, até rebentar a contradição do Estado financeiro guerreiro. Acabou.* ***Neonacionali***		

smo em cena

Trotski diz que o Populismo é fenômeno da periferia capitalista decorrente da falta de identidade dos partidos com as massas, já que se expressam em cúpulas reacionárias e corruptas, responsáveis por levá-las à adoração de líderes cujos discursos nacionalistas as fascinam.Getulismo, Peronismo, Lulismo.
TERCERA POSICION COM DEMOCRACIA GARANTIDA POR REFORMA ELEITORAL QUE DETERMINA ELEIÇÕES PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS E SIMULTÂNEAS PARA ESCOLHA DOS

CANDIDATOS, COMO ROLOU NA ARGENTINA, NO FINAL DE 2009 ***O discurso da descolonização americana no Oriente Médio tem a cara do discurso lulista, o novo discurso, que é, também, o de Juan Domingo Perón, que, em 1955, na Conferência de Bandung, Indonésia, anteviu as contradições imperialistas no Oriente Médio e na Guerra Fria e pregou o discurso alternativo sul-americano, de fortalecimento dos mercados internos, para possibilitarem arrecadação aos governos, a fim de bancarem os investimentos da burguesia nacional, livrando-a da canga financeira externa. Peron entendeu Marx melhor do que os marxistas, tipo FHC. A direita – brasileira e argentina – é burra, quando não entende que Getúlio Vargas e Perón são a salvação – ou seja, o braço estatal – das burguesias nacionais espoliadas pelo capital financeiro internacional. As condições que levaram o imperialismo***		

americano ao poder mundial, quando Roosevelt articulava a derrota da Alemanha e a destruição dos colonialismos inglês, francês e alemão, na África, na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina – como descreve, brilhantemente, Luiz Alberto Moniz Bandeira, em "Formação do império americano"(Civilização Brasileira) – , exauriram-se no crash de 2008, assim como foram para os ares o poder imperial inglês, na crise de 1929, abrindo espaço ao poder imperial americano no século 20. *Ao detonar a Alemanha, na segunda guerra mundial, com a ajuda da União Soviética, os Estados Unidos detonaram também o colonialismo inglês, francês, belga, alemão, japonês, abrindo espaço para as bases americanas, que ergueram a bandeira de Tio Sam nos mares, nos ares e nas terras, enquanto, internamente, predominava o discurso isolacionista.* *Contradição total.* *As imposições imperiais americanas para instalar*		

Israel no Oriente Médio, detonando a Inglaterra, aliada dos árabes, nas rotas comerciais da região, obrindo-se a um estado de beligerância bancado pela dívida pública americana, assim como ocorreu com o Plano Marshall, para salvar a Europa do comunismo, não podem mais materializar-se em face de um dólar totalmente abatido pelo crash de 2008. *Repete-se a história da poderosa libra, ultrapassada pela moeda de Tio Sam, depois da segunda guerra mundial.* *O Oriente Médio terá que sair do impasse não por meio de bombas. Os limites para expansão do déficit de Tio Sam foram alcançados. Resta a necessidade da integração como fator de reprodução do capital que não reage mais aos esgotados remédios expressos em emissões deficitárias-inflacionárias-deflacionárias. Nesse contexto o juro tem que ser necessariamente negativo.* *Teria que ser reativada a acumulação capitalista na integração comercial, a proposta lulista em marcha, por lá, nesse*		

momento, cujas conseqüência poderão levá-lo ao grande patamar global, a presidência ou a secretaria geral da ONU.

Holocausto monetário à vista

CEGOS EM TIROTEIO. Os europeus estão sem chão. Enxugaram, com seus bancos, a montanha de derivativos dolarizados podres americanos e, agora, estão diante da moeda europeia em frangalhos, fugindo do FMI, tentando criar Fundo Monetário Europeu. Não podem influir nos conflitos do

Oriente Médio pelas mesmas razões que Obama não pode dar as cartas, imperialmente: falta-lhes capacidade de envidamento, sujeitos às corridas especulativas cambiais. Horizontes perdidos no holocausto monetário. ***Emerge necessidade de TERCERA POSICION, antevista por Peron, entre as forças polarizadas, exangues, sem capacidade de encaminhar soluções, no Oriente Médio.*** ***Lula pode levar às Nações Unidas o programa de governo que empreendeu durante segundo mandadto como alternativa à paz mundial por intermédio do combate à fome.*** ***Ficou comprado que os mercados internos da periferia capitalista, quando são fortalecidos, elevam a poupança interna e a arrecadação tributária dos governos, possibilitando-os ampliarem investimentos públicos. A pregação ideologicamente dependente de que o país é carente de poupança interna cai por terra se o consumo interno aumenta e gera renda tributária para bancar investimentos***		

nacionalistas. Ou seja, o jogo é distribuir a renda. Sem a distribuição da renda global, vinga-se a pregação marxista de que o pecado capital do capitalismo é o seu produto intrínseco em forma de crônica insuficiência de consumo que produz a especulação que leva ao crash. *O jogo alternativo lulista de bombar o mercado interno keynesianamente, em vez de jogar nas bombas atômicas, como fazem os países ricos, evitou o crash e ganhou as manchetes mundiais em 2009, tornando o titular do Planalto personalidade global como produto para a solucionática capitalista em crise especulativa, pelo menos por enquanto, já que a areia movedição está em ação destrutiva.* *O montante de dinheiro que a especulação liberou, ao implodir, sufocou o sistema. Sem poderem enxugar o que pariram em excesso, sob pena de desatarem hiper-inflação, os governos dos países ricos estão tendo que garantir juros negativos para evitar enchentes inflacionárias,*		

instaurando a era da eutanásia do rentista. *Não é possível aumentar os juros, porque o capitalismo ficou entre a manutenção do Estado, sob juro baixo, sem poder reproduzir o capital via especulação com títulos públicos, ou a supressão do Estado de forma violenta pela hiper-inflação, como aconteceu na Alemanha, na década de 20/30 do século passado, levando ao nazismo.* *O dólar e o euro sumiriam do mapa, se vigorarem juros positivos na Europa e nos Estados Unidos, ultra-endividados, ameaçados por corridas cambiais especulativas. Os estados nacionais imperialistas financeiramente abalados implodiriam sob juros positivos em nome do combate à enchente monetária, para evitar tsunami inflacionário. O neonazismo e neosocialismo colocariam a cabeça de fora em meio ao desemprego incontrolável.* *Lenin destacou que as instabilidades monetárias são as melhores propagandistas do movimento socialista*		

internacional. As forças produtivas e as relações sociais da produção entram, no cenário da crise monetária, em contradição total, abrindo etapa de revoluções e descolonizações. ***O discurso lulista elaborado pelo Itamarati está sintonizado com a grande contradição que joga os emergentes como pontas de lança na nova correlação de forças. Os oposicionistas gostariam que a diplomacia brasileira seguisse tirando o sapato para entrar na casa dos ricos, quando estes estão totalmente falidos. Viajam na maionese.*** ***Getúlio tinha razão: "A burguesia nacional é burra". Lula veste o paletó linho branco de Oswaldo Aranha para entrar na ERA DE POMPÉIA.*** ~~Nenhum comentário~~ ~~Leia mais~~ 13 mar 2010 **~~Estratégia lulista na terra santa~~** **Categoria: (~~Cultura~~, ~~Política~~) por Cesar Fonseca em 13-03-2010**		

Israel vive o impasse de não poder ser sustentado mais pelos deficits americanos que proporcionaram até agora investimentos em produção bélica e espacial com a qual os judeus dominaram os árabes e mulçulmanos. Precisam da cooperação econômica alternativa, que o Brasil, nova potencia internacional, pode oferecer em forma de incremento dos investimentos produtivos em parceira Brasil-Israel-Palestina, na construção do Estado judaico e do Estado Palestino. O incremento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas no contexto da relação soberana entre estados seria o jogo brasileiro bancado pela parceira Estado-Empresas privadas, fazendo o Brasil avançar na cena global

O presidente Lula pode ser nova representação de

Oswaldo Aranha para trabalhar em favor da paz no Oriente Médio, ganhando repercussão global, por meio de receita brasileira que deu certo para enfrentar a crise capitalista, apostando na promoção simultânea do econômico e do social para tentar alcançar sustentabilidade econômica em meio ao capitalismo de guerra que perde fôlego nos déficits orçamentários dos países ricos. Trata-se, do ponto de vista de Lula, de internacionalizar a economia brasileira, utilizando as		

potentes alavancas das empresas e bancos estatais brasileiros em parcerias com empresas privadas, nacionais e internacionais, para investir no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que prega disseminação de programas sociais para fortalecer os mercados internos, capazes de gerar arrecadação aos governos, possibilitando expansão dos investimentos públicos-privados. Seria novo discurso geo-estratégico-econômico, alternativo ao que implemenaram na região as grandes potencias no pós-		

segunda guerra mundial, criando novo paradigma, dosado pela defesa da integração América do Sul-Oriente Médio. *As grandes potências, depois da guerra, retalharam o Oriente Médio e dividiram seus povos.* *Partilharam terra dos outros para colocá-los em permanente conflito, como foi o caso da Palestina, para assegurar o Estado de Israel, sem fixar, ao mesmo tempo, o Estado Palestino.* *A região não funciona como um saci-pererê.* ***Poder do***		

medo

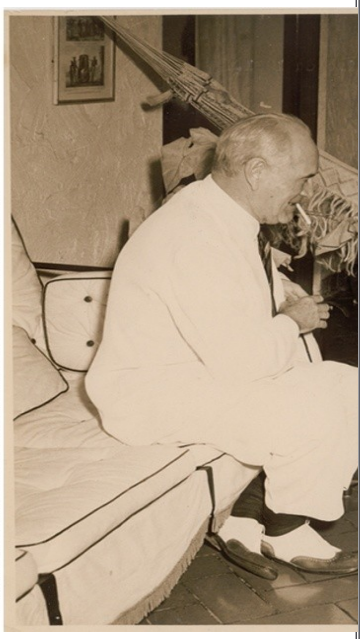
A abertura total do comércio entre Palestina e Israel, ambos em forma de estado soberano, abrindo-se às relações alfandegárias é a proposta brasileira de integração da América do Sul com o Oriente Médio, no instante em que as potências estrangeiras, baleadas pela crise

global, não têm mais condições de bancar o clima de beligerância sustentado pelos gastos deficitários governamentais, oxigênio da corrida especulativa contra as moedas no ambiente de bancarrota financeira global. Os imperialistas separaram os povos pelo medo. O medo, conforme destaca Emmanuel , filósofo espiritualista, é o irmão gêmeo do amor. Este expressa unidade do ser humano. UM são TODOS, TODOS são UM. O ser é o outro em si mesmo. Se se tem consciência e prática dessa realidade, não se é		

possível deixar dominar. Caso contrário, o medo impera, dando razão a Sartre de que o inferno são os outros. Ou seja, a humanidade é dividida pelos interesses que lucram com o predomínio do medo sobre o amor. *Como o ser humano ainda não está sintonizado nessa máxima, que o eleva a um patamar multimensional superior, tem-se que contentar, por enquanto, com a mínima, que é dada pelas relações econômicas sob o capitalismo, responsável por condenar os humanos ao*		

eterno suplício de se conhecer e de se amar pelo comércio e pela guerra, simultaneamente. Israel e Palestina ainda não se acertaram conforme a máxima da economia política estabelecida pelas relações entre estados nacionais. Os líderes dos dois povos se articulam no plano do medo e da guerra, sem o concurso da opção do comércio e da parceria, graças à geopolítica dominante nas cinco últimas décadas da civilização ocidental. ***Discurso sul-***		

americano



Getúlio e Oswaldo Aranha pregaram a relação total entre Estado Palestino e Estado Judaico como fator fundamental de integração entre os povos, a partir da qual seriam abertas possibilidades de participação do Brasil na expansão econômica da

região. A bancarrota financeira internacional, que põe fim à continuidade da interferência imperial americana na região, devido aos elevados deficits orçamentários que ameaçam o dólar , cria novo ambiente capaz de vingar a pregação getulista-aranhista, conduzida, agora, por Lula-Amorim. Lula não tem nada a ver com essa diplomacia da guerra que domina o Oriente Médio. Atuará conforme a diplomacia de Oswaldo Aranha e de Getúlio Vargas que defende o Estado de Israel e, simultaneamente,		

o Estado da Palestina, promovendo sua interação por intermédio das relações econômicas e financeiras, não por intermédio do incremento da economia guerreira instalada em nome do livre comércio. Os americanos e os ingleses, principalmente, armaram a tese, Israel, até os dentes. A tese produziu a antítese: os muçulmanos árabes se articularam para defenderem sua sobrevivência e utilizam a arma que dispõem, o petróleo e o terror político contra o terror bélico e espacial nuclear.		

Trata-se de embate entre tese e antítese que ainda não vislumbrou a síntese por meio dos investimentos produtivos, simplesmente, porque os patrocinadores das divisões entre os dois povos apostaram na eternização da divisão e não na construção da parceria. Dividir para reinar. *O Estado brasileiro, por meio dos seus instrumentos institucionais econômicos e financeiros, que tiraram o país do atoleiro durante a crise global, pode propor a alternativa: capital nacional, ancorado nas reservas*		

petrolíferas do pré-sal, investimentos comuns palestinos-israelenses-brasileiros, tanto em Israel como na Palestina, para fortalecer o incremento econômico bilateral judeu-palestino, configurando interatividade Brasil-Palestina-Israel. *Não houve, desde a fundação de Israel, em 1947, por proposição brasileira, por intermédio do embaixador Oswaldo Aranha, na presidencia da ONU, disposição dos investidores internacionais em atuarem nos territórios palestinos e*		

judaicos. A produção, salvo a de produtos bélicos e espaciais, não prosperou em forma de integração econômica. *O Oriente Médio virou enclave contemporâneo onde o capitalismo global foi impedido de atuar movimentando as forças produtivas e as relações sociais. Uma linha Maginot separa os dois povos, tornando-os prisioneiros de um círculo de giz sem relações de trocas no ambiente de consolidação dos estados nacionais* *O grande impasse, que de problema pode se transformar em solução, é o estresse deficitário*		

total dos Estados Unidos. Perderam a capacidade de bancar dificitariamente o Estado de Israel.

C'est fini

Peron, nos anos da guerra fria, pregou o discurso sul-americano para o Oriente Médio como alternativa às radicalizações políticas. O líder argentino entendia dispor a América

do Sul do fator de equilíbrio entre as forças radicalizadas para fazer valer uma diplomacia alternativa para além das ideologias guerreiras, capaz de dar novo comando a ordem internacional. O fim da divisão internacional do trabalho sob comando do dólar abre perspectivas previstas pela visão peronista em Bandung, Indonésia, 1955. O crash de 2008 jogou por terra a divisão internacional do trabalho do pós-guerra, bancada pelo dólar e pela estratégia econômica americana de gerar déficit		

global para sustentar a demanda mundial, mantendo diferencial favorável de superávit financeiro frente aos déficits fiscais e comerciais. *A senhoriagem paga pelo mundo ao dólar emitido sem lastro durou do pós-guerra até à grande crise de 2008. C'est fini.* *Sem gás financeiro, o tesouro americano passa a correr perigo permanente de sofrer corrida especulativa contra a moeda.* *Warren Buffett, maior especulador americano, é o primeiro a alertar para essa possibilidade desastrosa.* *As quebradeiras*		

dos países emergentes europeus é apenas reflexo do problema maior cuja origem está em Washington, que estimulou a produção ininterrupta de derivativos dolarizados que se espalharam pela Europa, quebrando os bancos e os países em geral, todos deficitários, fragilizando totalmente o euro. Os bancos americanos emitiram os papéis que os bancos europeus espalharam convertendo-os em euros para dinamizar a união européia. O tombo está aí. *Por que os mais ricos da Europa*		

estão querendo criar o fundo monetário europeu? Para não terem que cair nas garras do FMI. Não valerão as regras para todos? Quem acreditou nisso foram os governos ingênuos da Nova República neoliberal brasileira, depois da crise monetária dos anos de 1980, construída para salvar o dólar do precipício. Agora, o dólar pede água de novo, mas o fôlego de Tio Sam, para puxar a taxa de juro, como fez em 1979, de 5% para 17%, enxugando a praça global, acabou. ***Fôlego***		

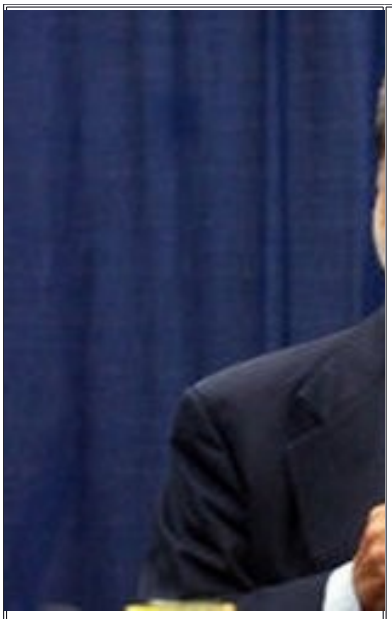
guerreiro esgotado

"Hillary, vai lá e fala pru Bibi que não temos mais grana para bancar as agressões de Israel aos palestinos, a fim de criar ambiente de tensão geral entre nós e os muçulmanos. São os judeus, com essa teimosia de construir esses

muros e assentamentos segregacionistas, que estão tentando fazer o Ahamadinejad de bode expiatório nessa jogada. Vai lá, bela, resolve essa parada! Com isso, ganhamos a próxima eleição com você como minha sucessora. Vai por mim. Deus salve a América." Vale dizer, no hay mais plata potencialmente inflacionária para Israel na proporção em que se dava antes do crash de 2008. O presidente dos Estado Unidos, Barack Obama está tão na pimdaíba que promete cortar gastos com viagens internacionais,		

para ajudar a combater o déficit, que ameaça o dólar! *Sem dispor do dinheiro americano, como os judeus sustentarão a beligerância guerreira contra os palestinos?* *Trata-se de buscar nova alternativa.* *Lula desembarca em Israel e na Palestina no momento do impasse.* *Pode pintar solução proposta por Oswaldo Aranha, tendo o capital brasileiro, ancorado no petróleo, espaço para atuar na coordenação de investimentos que se traduziriam em construção das relações econômicas como*		

salvaguardas para a sobrevivência dos dois povos. Os jornais israelenses recebem o titular do Planalto como apóstolo do diálogo. O cacife lulista, naturalmente, é a capacidade brasileira de alavancar o econômico e o social em plena crise , evitando bancarrota econômica. A oposição torce o nariz. ***Abertura de oportunidades***		



Celso Amorim, Talleyrand brasileiro, diplomata da burguesia nacional sob comando de presidente operário, abre espaço para o capital nacional no cenário global, enquanto a grande mídia tenta taxá-lo de ideológico e anti-pragmático. Getúlio Vargas tinha razão quando chamava os burgueses brasileiros de burros, em 1930.

Tentava salvá-los da bancarrota de 29, queimando café, enquanto era atacado por eles. *O vicio da dependencia externa deixou a burguesia nacional sem personalidade própria,incapaz de entender a lógica do capital impulsionada por um trabalhador com visão de estadista. Gigante da diplomacia nacional-global.* *A parceria Estado-capital privado brasileiros entraria em cena no instante de debilidade máxima da capacidade do tesouro americano de atuar no Oriente Médio.* *O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe*		

Binder, foi claro, em Israel, nessa semana. Não dá mais para garantir a demanda guerreira judaica, que se torna irresistível diante da tentação do governo de Israel em ir em frente com a construção dos assentamentos em Jerusalém oriental, em franca atitude agressiva aos palestinos, incendiando o espírito de guerra entre os muçulmanos. O foco não é Ahamadinejad, mas Benjamin Netanyahu, primeiro ministro israelense. *O lado agressor israelense está tão evidente que Hillary Clinton, na sexta feira,*		

ligou para Bibi, dando basta à agressividade judaica. A Casa Branca sabe que teria imensas dificuldades de sustentar corrida contra o dólar. *Lula chega na Terra Santa em tal contexto dramático de pré-guerra. A estratégia lulista tenderia a ser a mesma de Peron, em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia.* *O discurso sul-americano, disse Peron, soará globalmente, como produto da eqüidistância entre as vozes ideologicamente radicalizadas. O discurso da polarização levou à economia de*		

guerra e ao crash de 2008.
Sem o fôlego fiscal americano, Israel murcharia. A alternativa seria o desenvolvimento econômico regional. O titular do Planalto, de burra cheia, chega com o discurso sul-americano, atrativo ao investidor internacional em escala máxima.

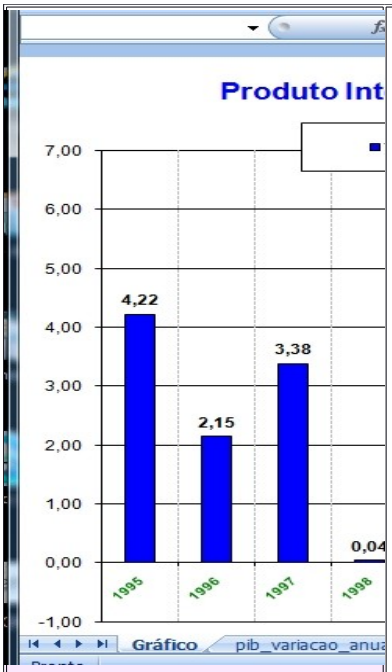
LULA x FHC

~~Comparação Lula x FHC 2 – Dívida pública e PIB~~

Postado por ~~LEN~~ às 12:34 pm
~~Adicionar comentários~~
Jan 092010

Dando sequência a comparação dos governos Lula e FHC, o assunto de mais um post

dessa ~~série~~ é a verificação da variação anual do Produto Interno Bruto e a evolução da relação dívida/PIB desde 1995. Para não ser acusado de inchar o resultado do presidente Lula, estou acrecentando a estimativa de variação do PIB no ano de 2009, com a perspectiva mais pessimista que é a do mercado, com contração de 0,23% em relação ao ano anterior. Podería também usar as perspectivas de variação do PIB para 2010, que tanto o Banco Central quanto o mercado financeiro projetaram para 5%, mas novamente para evitar desqualificações, para efeitos de variação do PIB vão ser usados os índices oficiais de 1995 a 2008 e a estimativa de mercado para 2009. (CLIQUE NAS IMAGENS PARA VER COM MELHOR RESOLUÇÃO). **A Variação do PIB**		



O gráfico mostra como o país cresceu de maneira pífia no período FHC, com dois momentos claros de estagnação entre 1998 e 1999 e entre 2000 e 2002. Em oito anos de governo, seis deles tiveram crescimento abaixo dos 3% e a média aritmética da variação do PIB nos oito anos de governo FHC é de 2,29%, o que significa que ficamos quase uma década sem sair do lugar, sem crescer o suficiente para gerar emprego para tantos brasileiros que chegavam ao mercado de Trabalho. No governo Lula a trajetória de crescimento do país foi retomada, e com exceção do primeiro ano de

governo, contaminado pela crise herdada do governo anterior, e o ano de 2009, que foi de uma das maiores crises financeiras da história, nos outros anos o país mostrou vigor de crescimento não visto desde a década de 70, durante o chamado “milagre brasileiro”. Em três dos 7 anos avaliados o país apresentou variação de PIB superior a 5% (não visto em nenhum momento do governo FHC), alcançou a média de 3,47% de acréscimo do PIB ao ano, em um aumento de 52% em relação ao período anterior, e essa média certamente vai ser aumentada esse ano, pois todas as previsões do PIB apontam para crescimento de ao menos 5%. **Evolução temporal da relação Dívida Pública/PIB**		

O gráfico acima mostra a evolução da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, que é um indicador que mostra a capacidade que um país tem de manter sua dívida pública sob controle, e quanto menor for essa relação mais saudável e vigorosa é uma economia e a confiança do mercado na capacidade desse país de pagar suas dívidas. O gráfico é inequívoco e fala por si só, o clássico “telhadinho de casa” que evidencia que a relação dívida pública só aumentou no governo FHC, saíndo de aproximadamente 30% no início de mandato e elevando até valores astrônomicos superiores a 50% (com pico de 56% em setembro de 2002), em um aumento de

incríveis 72%. Já no período Lula a trajetória inverteu, e só sofreu um pequeno aumento do final de 2008 até o ano passado por causa da crise, mas de qualquer forma sendo reduzida de 50% para os 44,78% de outubro de 2009, último mês avaliado nesse estudo. O decréscimo da relação dívida/PIB foi de 11% nos 7 anos de governo Lula. **Resumindo:**		
Média Crescimento PIB	2,29%	3,47%*
Evolução Relação Dívida/PIB	29,35% – 50,47% -> + 72%	50,47% – 44,78%**-> - 11%

* Média aritmética dos anos 2002 e 2009, levando em consideração estimativa do mercado para 2009, e sem considerar a de 2010.

** Com base na relação dívida pública de Outubro de 2009 (última aferição observada).

FONTE: todos os dados são referentes ao BC-DEPEC do Banco Central do Brasil e compilados pelo ~~Conselho Regional de Economia de São Paulo~~.

Outros posts da série

7. ~~Comparação Lula x FHC 1 - O salário mínimo~~
8. Comparação Lula x FHC 2 - Dívida pública e PIB (This post)
9. ~~Comparação Lula x FHC 3 - Geração de empregos e taxa de desemprego~~
10. ~~Comparação Lula x FHC 4 - Saindo da pobreza~~
11. ~~Comparação Lula x FHC 5 - Indicadores econômicos e de atividade~~
12. ~~Comparação Lula x FHC 6 – Combatendo o desmatamento~~

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

~~Comparação Lula x FHC 1 – O salário mínimo~~

Postado por ~~LEN~~ às 12:01 am ~~Adicionar comentários~~

Jan 082010

Motivado pelo ~~ataque cibernético vergonhoso que o jornalista do DIAP Marcos Verlaine sofreu de Ricardo Noblat e sua claque~~, decidi criar a série: ~~Comparação Lula x FHC~~ para dar continuidade a discussão do post ~~Rebatendo as mentiras da imprensa partidária~~ e seguir com as comparações entre os governo Lula X FHC, que os jornalistas serristas tanto temem e procuram atacar, com as fontes que eles tanto pedem, porque a gente precisa desenhar para esse pessoal entender o que todo brasileiro humilde sabe de cor e salteado sem precisar consultar fonte alguma.

O post de hoje é um comparativo da evolução do salário mínimo nos dois governos, com o aumento real obtido em cada período e a maior cotação de salário mínimo em dolar e em cestas básicas que cada governo conseguiu. Os valores do Dólar no período FHC foram obtidos com data máxima de 07 de janeiro para poder comparar os dois governos em períodos semelhantes e rechaçar a choradeira de sempre que a eleição de 2002 contaminou a cotação da época. A variação da inflação é contada nos dois períodos completos, sendo que a inflação para 2010 é baseada nas projeções do Banco Central. Mais a frente publicaremos outras continuições desse artigo com comparações de outros índices. Abaixo algumas considerações e resumo:

Dados:

- Salário mínimo governo FHC - 01/01/1995= R$ 70,00 - 2002= R$ 200,00 - variação em 8 anos= R$ 130,00 (186%) que subtraídos de uma inflação* de 100, 66%, dá um aumento real de 85,34%;
- Dólar** governo FHC = 01/01/1995 = R$ 0,844 07/01/2002= R$ 2,342;
- Salário Mínimo em Dolar FHC = Melhor cotação- Maio de 1998 = U$ 113,05 (salário R$ 130,00 USD=R$ 1,150);
- Salário mínimo governo Lula = 01/01/2003= R$ 200,00 01/01/2010= R$ 510,00 variação em 8 anos= R$ 310,00 (155%) que subtraídos de uma inflação* de 54,03%*** no período de 2003 a 2010, dá um aumento real de 100,97%;
- Dólar** governo Lula = 01/01/2003 = R$ 3,522 07/01/2010= R$ 1,174;
- Salário Mínimo em Dolar Lula = Melhor cotação- Janeiro de 2010 = U$ 296,17 (salário R$ 510,00 USD=R$ 1,722) .

Por daSilvaEdison

Len,

A relação do mínimo com o valor da cesta básica parece representar melhor o que se passa no cotidiano das pessoas.

Ainda mais quando sabemos que o valor do Dólar foi mantido em patamares artificiais na década passada.

Sugiro então que acrescente na tabela, no item “Salário Mínimo”, mais esse critério de comparação.

Os dados para isso foram publicados recentemente pelo Dieese.

A relação Mínimo/Cesta Básica saiu de 1,2 em 1995 para 1,4 em 2002 e 2,1 agora em 2010.

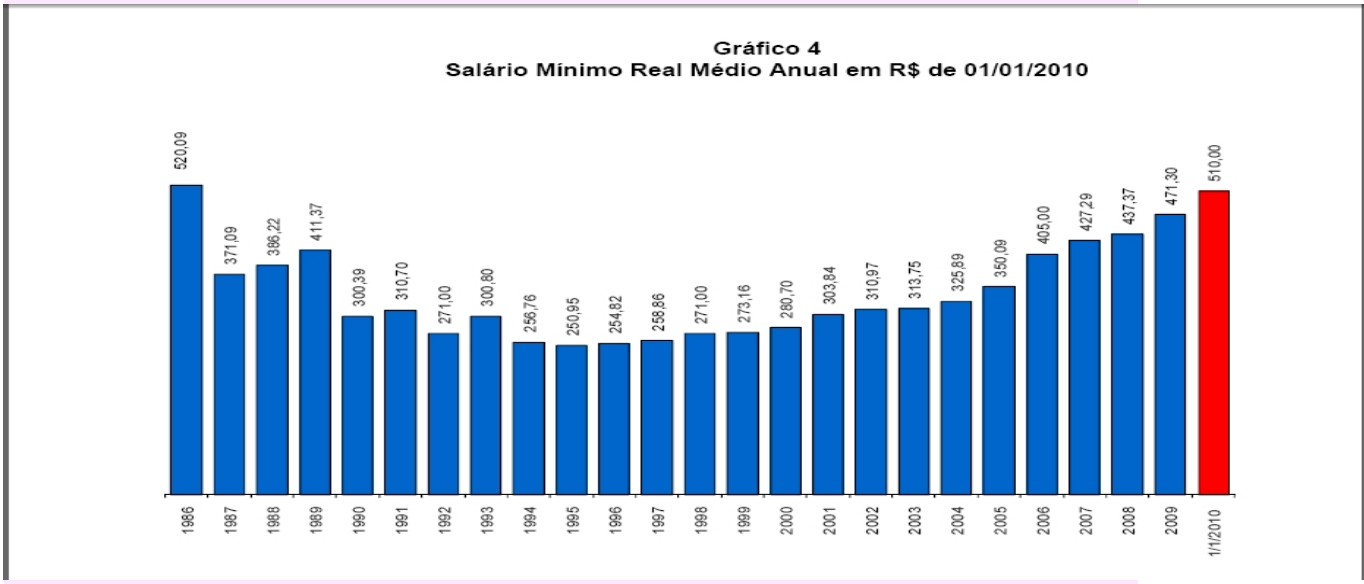
Confira aqui:

~~http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf~~

Relação Salário mínimo / cesta básica (clique na imagem para ver a magem com melhor resolução)

Como podemos ver pelo gráfico do DIEESE, um salário mínimo no início do governo FHC dava para comprar 1,02 cestas básicas, e ao final de 8 anos consguia comprar 1,42 cestas, em um aumento de 39% no poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas. No governo Lula o salário mínimo tem sucessivos aumentos substanciais a partir de 2005, passando a comprar mais de duas cestas básicas em 2009 e se chegando a 2010 ao patamar de compra de 2,17 cestas, o maior quociente desde o início da série histórica em 1979, o que repreenta um aumento do poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas da ordem de 53%.

Salário mínimo ajustado em Reais de jan/2010 (clique na imagem para ver a magem com melhor resolução)



Reajustando os valores da série histórica do salário mínimo para os valores reais de janeiro de 2010 (deflacionados por projeção do ICV – estrato inerior), podemos perceber que o salário de 2010 é o maior desde 1986.

Resumindo:

	Lula	FHC
Maior Salário Mínimo em dólar em 8 anos de governo	U$ 296,17 em janeiro de 2010	U$ 113,05 em Maio de 1998
Variação da relação salário mínimo/cesta básica	1,42 – 2,17 – > 53%	1,02 – 1,42 – > 39%
Ganho Real do Salário (Aumento – Inflação)	101%	85%

Fontes:

Cotação dolar histórica - ~~Banco Central do Brasil~~

Série histórica salário mínimo - ~~Portal Brasil~~

Série histórica inflação IPCA - ~~IBGE~~

Série histórica relação Salário mínimo x cestas básicas – ~~DIEESE~~

*Inflação baseada na série histórica do IPCA do IBGE.

** Dolar – cotação BC venda flutuante ou venda, dependendo da época pesquisada.

*** Com base na última previsão do BC para 2010 com IPCA de 4,5%.

Outros posts da série

7. Comparação Lula x FHC 1 - O salário mínimo (This post)
8. ~~Comparação Lula x FHC 2 - Dívida pública e PIB~~
9. ~~Comparação Lula x FHC 3 - Geração de empregos e taxa de desemprego~~
10. ~~Comparação Lula x FHC 4 - Saindo da pobreza~~
11. ~~Comparação Lula x FHC 5 - Indicadores econômicos e de atividade~~
12. ~~Comparação Lula x FHC 6 – Combatendo o desmatamento~~

~~Comparação Lula x FHC~~, ~~Elio Gaspari~~, ~~Em destaque~~, ~~FHC~~, ~~Noblat~~, ~~PIG~~

10 Respostas to “Comparação Lula x FHC 1 – O salário mínimo”

Comentários (10)

1. **Sbentenar** says:

January 8, 2010 at 8:51 am

- Contra fatos não há argumerntos embora para o PIG contra argumemntod não há fatos. Não esqueçamos que continua fértil o ventre que gerou a coisa imunda(ditadura).

Reply

2. **LEN** says:

January 9, 2010 at 1:38 am

Me parece que eles não tem nem argumentos nem fatos, risos. Valeu por participar Sbentenar, abraços.

Reply

- **LEN** says:

January 10, 2010 at 3:26 am

Você tem razão, a comparação ainda teria sido pior para o FHC porque quando o salário mínimo atingiu patamares maiores em relação ao dólar no governo dele justamente no período da âncora cambial. Já acrescentei a sua correta intervenção.

Acompanho suas opiniões desde 2005 no blog do Noblat e depois no Nassif e outros blogs de política, fico feliz que tenha visitado o nossa casa e contribuido para engrandecer a discussão. Sua participação é sempre benvinda. Abraços.

Aproveito para convidar quem quiser participar mais ativamente como o DasilvaEdson, seja para agregar, seja para discordar, os artigos estão abertos indefinidamente e sempre em construção para quem quiser contriuir.

Reply

3. **daSilvaEdison** says:

January 9, 2010 at 3:22 pm

Len,

A relação do mínimo com o valor da cesta básica parece representar melhor o que se passa no cotidiano das pessoas.
Ainda mais quando sabemos que o valor do Dólar foi mantido em patamares artificiais na década passada.

Sugiro então que acrescente na tabela, no item "Salário Mínimo", mais esse critério de comparação.

Os dados para isso foram publicados recentemente pelo Dieese.
A relação Mínimo/Cesta Básica saiu de 1,2 em 1995 para 1,4 em 2002 e 2,1 agora em 2010.
Confira aqui: http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINI..

E aproveito para cumprimentá-lo pelo trabalho.

Reply

4. **Abbud** says:

March 5, 2010 at 2:19 pm

Ola LEN, não vou comentar nada, apenas deixar que o próprio comparado responda a todos os seus argumentos, da sua séria de comparações:

SEM MEDO DO PASSADO

Fernando Henrique Cardoso

O presidente Lula passa por momentos de euforia que o levam a inventar inimigos e enunciar inverdades. Para ganhar sua guerra imaginária, distorce o ocorrido no governo do antecessor, autoglorifica-se na comparação e sugere que se a oposição ganhar será o caos. Por trás dessas bravatas está o personalismo e o fantasma da intolerância: só eu e os meus somos capazes de tanta glória. Houve quem dissesse “o Estado sou eu”. Lula dirá, o Brasil sou eu! Ecos de um autoritarismo mais chegado à direita.

Lamento que Lula se deixe contaminar por impulsos tão toscos e perigosos. Ele possui méritos de sobra para defender a candidatura que queira. Deu passos adiante no que fora plantado por seus antecessores. Para que, então, baixar o nível da política à dissimulação e à mentira?

A estratégia do petismo-lulista é simples: desconstruir o inimigo principal, o PSDB e FHC (muita honra para um pobre marquês…). Por que seríamos o inimigo principal? Porque podemos ganhar as eleições. Como desconstruir o inimigo? Negando o que de bom foi feito e apossando-se de tudo que dele herdaram como se deles sempre tivesse sido. Onde está a política mais consciente e benéfica para todos? No ralo.

Na campanha haverá um mote – o governo do PSDB foi “neoliberal” – e dois alvos principais: a privatização das estatais e a suposta inação na área social. Os dados dizem outra coisa. Mas os dados, ora os dados… O que conta é repetir a versão conveniente. Há três semanas Lula disse que recebeu um governo estagnado, sem plano de desenvolvimento. Esqueceu-se da estabilidade da moeda, da lei de responsabilidade fiscal, da recuperação do BNDES, da modernização da Petrobras, que triplicou a produção depois do fim do monopólio e, premida pela competição e beneficiada pela flexibilidade, chegou à descoberta do pré-sal. Esqueceu-se do fortalecimento do Banco do Brasil, capitalizado com mais de R$ 6 bilhões e, junto com a Caixa Econômica, libertados da politicagem e recuperados para a execução de políticas de Estado.

Esqueceu-se dos investimentos do programa Avança Brasil, que, com menos alarde e mais eficiência que o PAC, permitiu concluir um número maior de obras essenciais ao país. Esqueceu-se dos ganhos que a privatização do sistema Telebrás trouxe para o povo brasileiro, com a democratização do acesso à internet e aos celulares, do fato de que a Vale privatizada paga mais impostos ao governo do que este jamais recebeu em dividendos quando a empresa era estatal, de que a Embraer, hoje orgulho nacional, só pôde dar o salto que deu depois de privatizada, de que essas empresas continuam em mãos brasileiras, gerando empregos e desenvolvimento no país.

Esqueceu-se de que o país pagou um custo alto por anos de “bravata” do PT e dele próprio. Esqueceu-se de sua responsabilidade e de seu partido pelo temor que tomou conta dos mercados em 2002, quando fomos obrigados a pedir socorro ao FMI – com aval de Lula, diga-se – para que houvesse um colchão de reservas no início do governo seguinte. Esqueceu-se de que foi esse temor que atiçou a inflação e levou seu governo a elevar o superávit primário e os juros às nuvens em 2003, para comprar a confiança dos mercados, mesmo que à custa de tudo que haviam pregado, ele e seu partido, nos anos anteriores.

Os exemplos são inúmeros para desmontar o espantalho petista sobre o suposto “neoliberalismo” peessedebista. Alguns vêm do próprio campo petista. Vejam o que disse o atual presidente do partido, José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobras, citado por Adriano Pires, no Brasil Econômico de 13/1/2010. “Se eu voltar ao parlamento e tiver uma emenda propondo a situação anterior (monopólio), voto contra. Quando foi quebrado o monopólio, a Petrobras produzia 600 mil barris por dia e tinha 6 milhões de barris de reservas. Dez anos depois, produz 1,8 milhão por dia, tem reservas de 13 bilhões. Venceu a realidade, que muitas vezes é bem diferente da idealização que a gente faz dela”.

O outro alvo da distorção petista refere-se à insensibilidade social de quem só se preocuparia com a economia. Os fatos são diferentes: com o Real, a população pobre diminuiu de 35% para 28% do total. A pobreza continuou caindo, com alguma oscilação, até atingir 18% em 2007, fruto do efeito acumulado de políticas sociais e econômicas, entre elas o aumento do salário mínimo. De 1995 a 2002, houve um aumento real de 47,4%; de 2003 a 2009, de 49,5%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores, descontada a inflação, não cresceu espetacularmente no período, salvo entre 1993 e 1997, quando saltou de R$ 800 para aproximadamente R$ 1.200. Hoje se encontra abaixo do nível alcançado nos anos iniciais do Plano Real.

Por fim, os programas de transferência direta de renda (hoje Bolsa-Família), vendidos como uma exclusividade deste governo. Na verdade, eles começaram em um município (Campinas) e no Distrito Federal, estenderam-se para Estados (Goiás) e ganharam abrangência nacional em meu governo. O Bolsa-Escola atingiu cerca de 5 milhões de famílias, às quais o governo atual juntou outras 6 milhões, já com o nome de Bolsa-Família, englobando em uma só bolsa os programas anteriores.

É mentira, portanto, dizer que o PSDB “não olhou para o social”. Não apenas olhou como fez e fez muito nessa área: o SUS saiu do papel à realidade; o programa da aids tornou-se referência mundial; viabilizamos os medicamentos genéricos, sem temor às multinacionais; as equipes de Saúde da Família, pouco mais de 300 em 1994, tornaram-se mais de 16 mil em 2002; o programa “Toda Criança na Escola” trouxe para o Ensino Fundamental quase 100% das crianças de sete a 14 anos. Foi também no governo do PSDB que se pôs em prática a política que assiste hoje a mais de 3 milhões de idosos e deficientes (em 1996, eram apenas 300 mil).

Eleições não se ganham com o retrovisor. O eleitor vota em quem confia e lhe abre um horizonte de esperanças. Mas se o lulismo quiser comparar, sem mentir e sem descontextualizar, a briga é boa. Nada a temer.

~~Reply~~

5. **ANDRE SANTOS** says:

~~April 5, 2010 at 7:29 pm~~

SE FOR OLHAR TODAS AS DIFERENÇAS O QUANTO O GOVERNO LULA E SUPERIOR,FICARIAMOS MESES E MESES AQUI ESCREVENDO, O RESUMIDO E NFATO, FHC,SERRA,ALKIMIN,KASSAB, SAO A DESGRAÇA DO BRASIL, BASTA AQUI CITAR UM UNICO FATO, ESTAMOS CIENTES DE QUE O QUE MOVE O BRASIL SAO AS MONTADORAS DE AUTOMOVEIS , QUE ALIAS COMO PODEMOS

ACOMPANHAR VEM BATENDO RECORDES X RECORDES, ENQUANTO NO GOVERNO COVARDE DO PSDB COMO BASTA REFRESCARMOS A MEMORIA , TODO FIM DE ANO ERA SAGRADO DEMISSOES E FERIAS COLETIVAS , O QUE NOA OCORRE A 8 ANOS, ALIAS O GOVERNO COVARDE DO PSDB QUER DESTRUIR O BRASIL COMO VEM ACABANDO COM SP, COMO PODEMOS ACOMPANHAR NA PESSIMA ADMINISTRACAO DO JE PEDAGIO (SERRA) QUE TEM A CORAGEM DE COLOCAR AQUELA PROPAGANDA NA TELEVISAO INFORMANDO QUE SP POSSUI AS MELHORES RODOVIAS, E CLARO QUE POSSUI PARA SE IR ATE BAURU MISEROS 250 KM (IDA E VOLTA SE GASTA QUASE R$ 100,00 DE PEDAGIO) OU SEJA SE VOCE TIVER UM CARRO POPULAR 4 VIAGENS COMO O QUE SE GASTA COM PEDAGIO DARIA PARA TROCAR TODOS PNEUS DO CARRO, AGORA FALA A VERDADE SERA QUE NAO ROLA ALGUM BENEFICIO PAR AO PSDB, NOSSA PORQUE UM NEGOCIO DE HORA COMO ESSE QUE FOI PASSADO AS CONCESSINARIAS DE PEDAGIO, COM CERTEZA DEVE ROLAR MUITOS PRESENTINHOS $$$$$$$$ $$$$$$$$$$$$$$$$$$$$$

EU SEI QUE O PAVO DE SP E DESPROVIDO DE INTELIGENCIA AGORA ESPERAMOS QUE NAS PROXIMAS ELEIÇOES O RESTO DO PAIS NAO SEJA, PROCURE AO MENOS OLHAR AS DIFERENÇAS QUE SAO INFINITAS, FORA PSDB (FHC NUNCA MAIS)

~~Reply~~

6. **Walter** says:

~~May 21, 2010 at 11:04 am~~

Vamos comparar o que? um destruiu a país e o outro reconstruiu a país! isso é fato, basta lembrarmos que no governo do sr FHC quando anunciava uma crise la nas bermudas nao sei da onde? o Brasil paralizava, tremia, e a inflação subia, virava uma ZONA, ou to mentindo? vejamos a mais recente crise MUNDIAL (diga se EUA) e (EUROPA) quebrou ate o Japao, e o BRASIL sofreu, mas muito menos que esses países(DESENVOLVIDO) isso é fato, e o povo brasileiro deve isso ao LULA e sua administração, hoje o LULA está mediando confronto internacional, participando do G8, etc, na era FHC o mundo nem sabia que ele existia, conseguimos com este presidente que o povo brasileiro seja ao menos respeitados pelo mundo afora, atraves do LULA, vem ai a COPA DO MUNDO, AS OLIMPÍADAS, QUEREM COMPARAR O QUE? e nem vou escrever sobre renda, salarios,educação(ainda é ruim em todo país, mara era pior).

~~Reply~~

7. **Abbud** says:

~~August 17, 2010 at 6:41 pm~~

VAMOS APRENDER A COMPARAR?

Em geral as opiniões de uma parte representativa dos internautas é a maior prova de injustiça, ignorância e insanidade que infelizmente a sociedade brasileira já viveu na história recente, e que ainda por cima representa uma parcela da sociedade que tem acesso a internet, e que teoricamente é a elite do acesso à informação no Brasil.

Gostaria de colocar algumas impressões que julgo importantes.

Primeiro aprovação é uma coisa, comparação e responder quem fez mais e foi melhor para o Brasil é outra completamente diferente.

Aprovar o Governo LULA, significa responder se o Brasil acredita que LULA esta fazendo um bom Governo, já comparar é responder por exemplo, se ao invés de LULA, Alckmin ou Serra estivem no Governo, quem teria melhores resultados? e ai mora a cegueira nacional, fruto da complexidade da avaliação por uma sociedada infelizmente sem capacidade de avaliações complexas.

Para ser didático, comparar LULA com FHC seria o mesmo que comparar Senna com Schummacher, que correram em épocas diferentes, carros diferentes, condições de direção diferentes, e principalmente adversários de níveis totalmente diferentes, uma análise "popular" dos números nos levaria a conclusão de que Schummacher foi muito, mas muito melhor do que Senna, afinal enquanto o então "Deus" do volante ganhou tudo e 7 campeonatos, o "incopetente" Senna apenas 3!

Mas a verdade contextualizada e técnica dos fatos, comprovadas pelos especialistas e a historia recente, nos mostram que Senna foi melhor piloto do que Schummacher.

Como pretende um dia LULA, Schummacher voltou, afinal LULA tem este direito e é um politico profissional, portanto se não se candidatar a nada, não saberá fazer outra coisa na vida.

Mas felizmente a história e o paralelo do mundo da Fórmula 1 hoje nos conta uma versão diferente e mais clara, Schummacher o então "Deus", perde até para o seu jovem companheiro de equipe, e não consegue evitar a ultrapassagem do injustiçado Rubinho, mesmo utilizando de trapaças e sacanagens que seu político análogo também costuma usar!

Abraços

Reply

8. **Eduardo** says:

August 21, 2010 at 11:17 am

Creio que a comparação do Abbud entre Senna e Schumacher não representa a verdade, pois Senna é ainda hoje um piloto muito popular na F1, ou estou errado? Creio que em vários países, principalmente o Principado de Mônaco e Japão, Senna por seu modo de pilotar e de ser, conquistou os amantes deste esporte. Schumacher conquistou sim vários títulos, quebrou vários recordes, porém, sempre teve atitudes impopulares e desleais, o que reduz significativamente o efeito de seus feitos sobre a população em geral.

Deste modo, julgo que a análise comparativa do Abuud não é representativa, pois não é multicritério e não leva em conta fatores relevantes em sua análise tais como, a subjetividade imagética do sujeito, decorrente de posturas, da magnitude das ações e da identificação deste sujeito com os demais, o que além de outros pontos, refletem na popularidade de um em relação ao outro. Popularidade aqui que não deve ser confundida com populismo.

Conclusivamente, poderia dizer que a análise do Abuud é um tanto quanto simplória, pois o exemplo dado sugere que Schumacher é mais popular que Senna.

O inglês Martin Brundle, rival de Senna dos tempos da Fórmula 3 e atual comentarista das provas de F-1 da ITV britânica, diz: "Senna era melhor que Schumacher". Ele tinha mais talento e era muito mais natural, uma pessoa muito mais emotiva que Schumacher", sentencia o ex-piloto.

Existem outros fatores além dos números, recordes, cenários, condições de pilotagem (ou governo), muito mais subjetivos, os quais um comentário simplista não consegue abarcar. Até por que, a análise “popular” na sua grande maioria, não faz usos de números e estatísticas. Na verdade, o alcance dos resultados das ações do governo (projetos, programas, planos) é seduzem a parcela da população considerada “menos esclarecida” (“menos reflexiva”), criando um sentimento de valorização e auto-estima.

Não venha falar de Marketing político no caso Lula x FHC, já que o primeiro contou com um marketing político midiático negativo muito mais forte.

Não utilize de soberba, um povo ignorante pode ser caracterizado como tal, por comentários preconceituosos e, aí sim, ignorantes.

~~Reply~~

○ **Abbud** says:

~~August 26, 2010 at 10:54 pm~~

Olá Eduardo, desculpe por não deixar claro minha analogia.

Apenas quis mostrar de forma didática, que os números descontextualizados não querem dizer nada, e quando utilizamos dos mesmos parametros em uma comparação entre Senna e Schummacher, chegamos a conclusão de que Shummacher foi melhor do que Senna, fato que voce mesmo discordou, apesar de ter utilizado como parâmetro principal a popularidade e a pessoa e não a eficiência técnica, aliás parametro igualmente pobre, portanto o mesmo não pode ser feito entre FHC e LULA de forma descontextualizada e não técnica.

A pergunta é: Quem foi melhor piloto, que conseguiu tirar mais do carro, e que se estivessem correndo a mesma corrida com o mesmo carro chegaria na frente?

Ou: Que Presidente na mesma situação e momento teria feito mais pelo Brasil?

Considerar Popularidade e Personalidade é mais um erro de análise, não precisamos necessariamente de um Presidente Popular e Bom, precisamos de um Bom Presidente para a População! Rubinho como pessoa é melhor do que muitos outros pilotos, mas nem por isso ele é o melhor piloto.

Quanto a ignorância do povo brasileiro não é um preconceito, é uma conclusão particular, o que não é culpa do povo, apenas uma consequência da falta de informação e educação, e que portanto deve ser combatida.

Preconceito é achar que a discordância e o questionamento da lógica popular brasileira é soberba ou preconceito, mas não poderia esperar nada diferente vindo da mesma lógica, presa no ciclo perverso da ignorância.

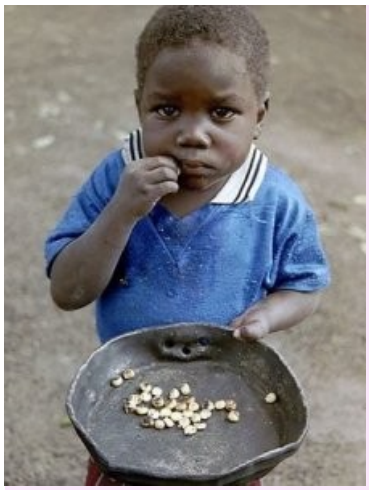
Abraços

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

~~Comparação Lula x FHC 4 – Saindo da pobreza~~

Postado por ~~LEN~~ às 10:00 am ~~Adicionar comentários~~

Jan 122010



A pobreza é a maior de todas as mazelas do nosso país, é a chaga aberta que nos faz lembrar que por mais que o país demonstre essa pujança econômica ainda temos muitas pendências para resolver antes de nos considerarmos uma potência mundial.

Não, não estou querendo salvar o combalido complexo de vira-latas, que é tão difícil de se livrar, esta é apenas uma realidade para a qual não podemos fechar os olhos. Os governantes anteriores trataram os pobres como mão de obra barata e um estorvo para a elite econômica, que preferia quando não tinha que dividir com a “gentalha” o direito de eleger seus governantes. Essa política de governar para os ricos criou um distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, e excluiu os últimos do mercado consumidor, condenando o país a anos de crescimento econômico pífio.

No final do governo do presidente Itamar Franco, com o controle inflacionário, pouco mais de 18% das pessoas miseráveis ultrapassaram a linha da pobreza, e depois de ficar 7 anos estagnada durante o governo FHC sem apresentar melhora, a diminuição da miséria retornou a partir de 2003 e vem mantendo trajetória de queda progressiva desde então.

Redução da Pobreza entre 1993 e 2009 (Clique na imagem para ver com resolução superior)

O gráfico acima mostra que após a queda da pobreza da ordem de 18,47% no final do mandato de Itamar Franco, o governo FHC é marcado pela estagnação da taxa, que sofre nova queda ainda maior a partir de 2003, e vem se confirmando ano a ano segundo dados da série histórica do PNAD,e que só até 2008 já havia sofrido redução de 43%, mostrando como são falaciosos os argumentos de quem afirma que o decréscimo da pobreza é uma constante entre os dois governos. Não é, e esse gráfico prova isso.

Evolução do Rendimento médio mensal do Brasileiro (Clique na imagem para ver com resolução superior)

Outro parâmetro que mostra a diferença de resultados entre os dois governos e que normalmente reflete um certo grau de satisfação pública é o rendimento médio do Brasileiro. Veja o gráfico abaixo:

O gráfico de variação do rendimento médio mensal mostra claramente a queda dos rendimentos dos brasileiros durante todo o governo FHC e depois recuperação durante

Lula. Entre 2003 e 2008 o ganho trabalhista no nordeste chega a 7,3% ao ano, desmentindo a tese que os ganhos se devem apenas as transferencias de renda do “assistencialismo” oficial.

Contribuição de DaSilvaEdison, primeiro no Blog do Luis Nassif e depois aqui:

“Len,

O assunto foge do tema do Post.

Você deve ter visto a entrevista do procurador do candidato José Serra e Consultor do Governo de São Paulo, o Professor Claudio Salm, hoje na FSP.

Antes ele já havia engabelado o Elio Gaspari.

Pois bem, ele faz comparações indevidas.

Para não me alongar, replico abaixo post que deixei há pouco lá no blog do turco:

_____

Nassif,

Tudo bem que o Professor seja procurador do José Serra.

Tudo bem que seja também empregado do Governo de São Paulo.

Mas ele não precisava mourejar de má fé.

Ele toma as PNAD´s e delas retira dados do último estrato da população, os “pobres”.

Supõe-se que tenha tomado por “pobres” aquele universo de brasileiros que na PNAD aparece com rendimento de até dois SM.

Mas tem um detalhezinho.

Ele toma o total de “pobres”, urbanos e **rurais.**

Acontece que ele não poderia fazer isso com as PNAD´s que ele tomou.

Na de 2002 o IBGE deixa muito claro no Rodapé de cada tabelinha:

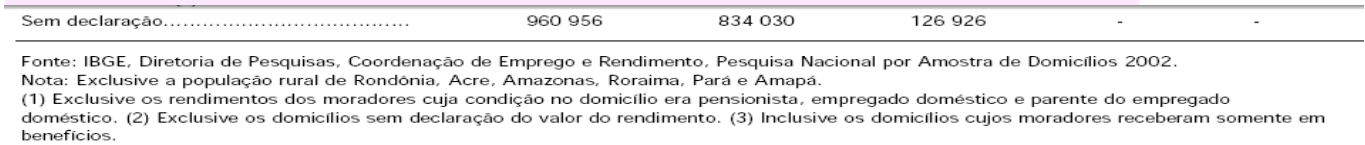
Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É um contingente razoável de “pobres” totalmente desassistidos e que, segundo o Professor, não existiam para as estatísticas do Governo FHC.

Agora, num golpe de mágica, foram acomodados nas costas do Lula.

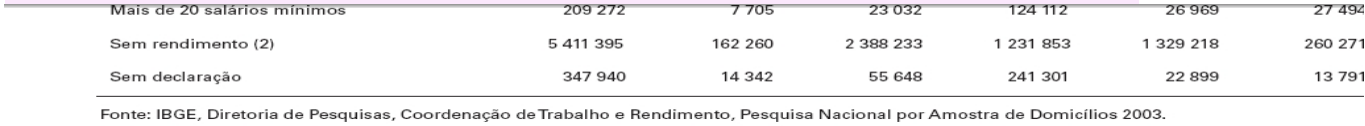
A manobra explica o porquê do Professor se apegar a percentuais e fugir dos números absolutos.”

Comentário: Eu fui verificar o que o DaSilvaEdison coloca e pode ser confirmado nas imagens dos rodapés das tabelas do PNAD 2002 e 2003 representadas abaixo. Até 2002 não eram computadas as populações rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, portanto a partir do momento que são contados no PNAD 2003 acabam por formar um aumento ilusório no contingente de pessoas pobres, mas mesmo com essa discrepância de univesos pesquisados, é possível verificar que foi no governo Lula que a trajetória de redução da pobreza foi retomada ao tirar quase 20 milhões de brasileiros da zona de pobreza até 2008, muito mais do que foi conseguido durante a implantação do Real.



Sem declaração.....	960 956	834 030	126 926	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002.
Nota: Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
(1) Exclusive os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. (2) Exclusive os domicílios sem declaração do valor do rendimento. (3) Inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios.



Mais de 20 salários mínimos	209 272	7 705	23 032	124 112	26 969	27 494
Sem rendimento (2)	5 411 395	162 260	2 388 233	1 231 853	1 329 218	260 271
Sem declaração	347 940	14 342	55 648	241 301	22 899	13 791

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.
(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Referências:

~~PNAD – IBGE~~

Fonte : ~~http://gmpconsult.com.br/blogdolen/?p=1151~~

A Herança Varguista!

Publicado por ~~Marcos Doniseti~~ - ~~http://blogln.ning.com/forum/topics/vargas-e-ptb-eduardo-gomes?xg_source=activity~~

Cada vez mais fica claro o quanto a “Era Vargas” foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Somente para citar algumas das suas realizações mais importantes, nós temos:

1) A CSN, que começou a ser construída em 1942 e sem a qual a industrialização do país não teria sido possível, e que foi a primeira grande siderúrgica brasileira. Antes dela, tínhamos pequenas siderúrgicas espalhadas pelo país, usando de uma tecnologia obsoleta;

2) A Vale do Rio Doce, que foi criada na mesma época da CSN e que quando era estatal já havia se tornado uma das maiores empresas de mineração do mundo;

3) O BNDES, que foi criado pelo governo Vargas em 1952;

4) A Petrobras, que foi criada pelo governo Vargas, junto com o monopólio estatal do petróleo, em 1953;

5) A CLT, adotada em 1942, e que transformou os direitos trabalhistas em um direito permanente no país, sendo fundamental para promover a inclusão social dos trabalhadores naquela época.

6) A criação do PTB, que promoveu a inclusão política dos trabalhadores no cenário nacional, fazendo com que eles se tornassem uma peça decisiva nas disputas políticas, sociais e eleitorais brasileiras do período 1945-1964.

E a importância da herança ‘Varguista’ ficou claro, mais uma vez, nesta crise global, que provocou a derrocada do Neoliberalismo em todo o planeta.

Afinal, quais foram dois dos principais instrumentos utilizados pelo governo Lula para fazer com que o Brasil superasse os efeitos da mesma antes dos outros países? A Petrobras e o BNDES. Ambos, criações varguistas, portanto.

E ao contrário do que se pensa, não foi o Fascismo a principal linha teórica que influenciou o governo Vargas mas, sim, o Corporativismo e o Positivismo. E nenhuma das duas era Fascista. O ‘Estado Novo’ ganhou esse nome devido à influência do governo português de Salazar sobre o governo Vargas. E Salazar era um ditador, mas não era Fascista.

Se bem que temos que fazer uma ressalva importante aqui, que é quando chamamos Vargas de 'Ditador'. Não se trata de negar a repressão e a violência praticadas pelo seu governo durante, e principalmente, a Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Mas, algo que precisa ser devidamente levado em consideração é que, naquele período da história brasileira, não havia, de fato, nenhuma força política ou movimento político, que fosse verdadeira e autenticamente democrático no país. Prestes defendia o modelo do 'Socialismo' soviético, que de democrático não tinha nada. Plínio Salgado era outro líder importante do período e que defendia uma versão brasileira do Fascismo europeu, que era o Integralismo.

Em muitos outros países (na Europa e na América Latina) as Democracias Liberais viviam a sua mais séria crise e muitos duvidavam que ela sobreviveria, devido à ascensão do Socialismo soviético e do Nazi-Fascismo.

Assim, todos os principais líderes e movimentos políticos do período defendiam algum tipo de governo autoritário ou ditatorial, fosse do lado das Esquerdas, fosse do lado das Direitas.

Então, Vargas pode ter sido um 'ditador', mas qualquer outro líder que tivesse chegado ao poder, no Brasil, naquele momento, teria se transformado em um Ditador.

O governo Vargas e a 'Invenção do Trabalhismo'!

- Publicado por ~~Marcos Doniseti~~ em 1 novembro 2009 às 14:31 em ~~Política~~
- ~~Exibir tópicos~~

Atualmente, estou lendo um ótimo livro, que é 'A Invenção do Trabalhismo', de Angela de Castro Gomes.

O livro analisa e mostra como se criou o Trabalhismo brasileiro e para isso volta às origens do movimento operário no país e começa a mostrar como o mesmo se desenvolveu durante a 'Primeira República' ou 'República Velha' (1889-1930), na qual a questão social era tratada apenas como um 'caso de polícia' e durante o qual os governos controlados pelas burguesias agrárias (mais frequentemente chamadas de 'oligarquias') usavam da violência contra todo o movimento operário de então, embora tenha procurado estimular um tipo de sindicalismo apolítico e de caráter mais assistencialista, que foi o 'Sindicalismo Cooperativista'.

Porém, inicialmente, o principal grupo político que atuava junto ao movimento operário era o dos socialistas, que eram muito influenciados pelo movimento operário alemão e francês e que, neste primeiro momento, defendia a participação política dos operários em eleições.

Mas, o fato da 'República Velha' ter se estruturado de maneira a excluir o povo do sistema político (exigindo que os eleitores fossem homens, maiores de idade e alfabetizados, o que excluía a maioria absoluta da população do processo político-eleitoral) acabou contribuindo para o fortalecimento de um outro movimento político junto ao movimento operário, que foi o Anarquismo, que ganhou uma crescente influência entre o operariado, principalmente depois de 1906.

Os anarquistas eram totalmente contrários a participação dos operários em eleições e se propunham a construir um tipo de sociedade no qual não existiria o Estado. Os anarquistas estimulavam a organização dos operários em sindicatos que eram, acima de tudo, instrumentos de luta política e revolucionária, rejeitando qualquer tipo de postura assistencialista por parte do mesmo. Isso entrava em choque com a tradição operária brasileira de, desde o século XIX, se organizar em associações operárias de ajuda mútua que tinham um forte caráter assistencialista. Por isso, os anarquistas sempre tiveram dificuldades em mobilizar e em organizar a maioria dos operários brasileiros da época.

Com o fracasso dos anarquistas em sua tentativa de derrubar os governos da 'República Velha' e em criar um novo tipo de sociedade, o que se deu, principalmente, entre 1917-1919, período no qual a influência anarquista sobre o movimento operário atingiu o seu ponto máximo, e com a repressão cada vez mais forte por parte dos industriais e do governo contra o movimento operário, os anarquistas acabaram se enfraquecendo e diminuíram consideravelmente a sua influência junto ao operariado.

Fica claro que os anarquistas não souberam como reagir ao forte aumento da repressão feita contra o movimento operário. Muitas das suas lideranças acabaram presas e deportadas. E isso abriu caminho para que os comunistas, que haviam criado o PCB (Partido Comunista do Brasil) em 1922, ampliassem fortemente a sua atuação junto aos operários, estimulando a organização dos mesmos em sindicatos, ao mesmo tempo em que se utilizavam, também, do assistencialismo preconizado pelas facções mais moderadas e reformistas do movimento operário.

Assim, a década de 1920 assistiu a um cada vez mais intenso conflito entre comunistas e anarquistas pelo controle do movimento operário e os comunistas irão sair vitoriosos do mesmo, embora a influência anarquista tenha sobrevivido, em menor grau, em parte do movimento.

A crescente mobilização e organização do operariado brasileiro levou a que os industriais e lideranças políticas conservadoras percebessem a necessidade de se repensar a política governamental em relação ao movimento operário. A repressão, apenas, não estava impedindo que o operariado intensificasse o seu processo de lutas, promovendo um número cada vez maior de greves e manifestações.

Fica claro pela leitura do livro de Angela que este foi um dos principais motivos que provocaram a chamada 'Revolução de 30'. Esta foi feita, principalmente, por 'tenentes', operários, industriais,

classes medias urbanas e burguesias agrárias dissidentes que desejavam modificar radicalmente a forma como se tratava a chamada 'questão social' no Brasil, ou seja, os conflitos de classes.

Por isso, o governo de Getúlio Vargas irá promover uma significativa mudança no tratamento da 'questão social'. Em vez de repressão pura e simples, como fazia a 'República Velha', seu governo irá procurar reconhecer direitos sociais e trabalhistas (como o salário mínimo, a jornada de 8 horas diárias, o direito de sindicalização, a limitação à exploração da mão-de-obra infantil e feminima, entre outros) pelos quais os trabalhadores brasileiros já vinham lutando há várias décadas mas que, até então, não haviam sido reconhecidos legalmente e nem colocados em prática.

Simultaneamente, o governo Vargas irá procurar reforçar o controle do Estado sobre o movimento operário. Como? De várias maneiras:

1) Criando o Ministério do Trabalho, em 1931 e cujo primeiro titular foi Lindolfo Collor, avô do futuro presidente e um dos principais líderes políticos gaúchos da época;

2) Estabelecendo que os sindicatos, para poder funcionar, fossem registrados pelo Ministério do Trabalho;

3) Impondo que somente os trabalhadores sindicalizados iriam desfrutar dos direitos sociais e trabalhistas;

4) Reprimindo e expulsando os comunistas e qualquer líder sindical independente do movimento operário, o que gerou intensos conflitos (principalmente até 1935), pois é claro que os comunistas e muitos outros operários resistiram a essa tentativa do Estado de controlar o operariado;

5) Formando líderes sindicais que se submetiam às ordens do governo (os chamados 'pelegos');

6) Criando o Imposto Sindical, pelo qual descontava-se o equivalente a um dia do salário do trabalhador, e que era repassado apenas aos sindicatos que eram registrados no Ministério do Trabalho.

Essa combinação de atendimento à muitas das reivindicações históricas dos trabalhadores com um controle muito mais intenso do movimento operário por parte do Estado foi o principal aspecto da política do governo de Vargas, durando até o período final do Estado Novo e, para Angela, caracteriza um 'Pacto Trabalhista' entre o Estado e o movimento operário.

Num próximo texto irei comentar sobre a parte final do livro de Angela de Castro Gomes, que mostra como o governo Vargas vai procurar articular a criação do Trabalhismo e do PTB através desta política de criação de um 'Pacto Trabalhista' com os operários.

Vargas, Jango e a nova política trabalhista no período 1951-1964!!

- Publicado por ~~Marcos Doniseti~~ em 8 novembro 2009 às 12:21 em ~~Política~~
- ~~Exibir tópicos~~

Vargas, Jango e a política trabalhista no período 1951-1964!

Como já explicitei anteriormente, no tópico intitulado 'A Herança Varguista', o projeto Varguista original visava controlar e tutelar os trabalhadores, submetendo-os ao controle do Estado, e esta foi a política adotada no período 1930-1945.

Porém, Vargas muda essa política quando do seu 2o. governo, já como Presidente democraticamente eleito em 1950, que foi de 1951 a 1954, como é do conhecimento de todos.

Neste segundo governo Vargas, a política em relação aos trabalhadores passará por uma mudança

radical.

E quem implementou esta mudança foi, justamente, Jango, que Vargas escolheu para ser o seu herdeiro político, visto que Jango já era a principal liderança política do PTB gaúcho (depois de Vargas, é claro), era um antigo aliado varguista e as suas famílias eram aliadas de longa data.

Para compreender melhor essa mudança, sugiro a leitura do capítulo 'Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?', publicado no livro "João Goulart: Entre a Memória e a História", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira.

Neste capítulo, mostra-se, claramente, que Vargas encarregou Jango, como Ministro do Trabalho, de adotar uma nova política, visando uma crescente aproximação com os trabalhadores organizados. Entre outros aspectos desta política, estavam:

1) Não intervenção nos sindicatos de trabalhadores, permitindo que estes se organizassem de maneira independente em relação ao Estado, mesmo que tivessem direções controladas pelos comunistas, que eram rivais dos trabalhistas no movimento operário naquele momento;

2) Diálogo e negociações francas e abertas com os trabalhadores, a fim de atender às reivindicações dos mesmos;

3) Recusa do governo Vargas em reprimir a 'Greve dos 300 mil', que ocorreu em S.Paulo, o que jogará o empresariado contra o mesmo;

4) Concessão de um aumento de 100% para o salário mínimo, pelo governo Vargas, em 1954, o que foi um dos principais fatores que colaborou para detonar o movimento golpista contra Getúlio e que resultou na sua morte em Agosto do mesmo ano;

5) Criação da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), com o apoio de Jango e que, legalmente, não poderia existir;

6) Criação, pelo governo Jango, do Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores rurais e que Caio Prado Jr. considerou como sendo mais importante do que a Abolição da Escravidão.

7) Estímulo à sindicalização dos trabalhadores rurais pelo governo Jango;

8) Apoio às lutas das 'Ligas Camponesas' pela Reforma Agrária que era uma das 'Reformas de Base';

9) Adoção, pelo PTB e por Jango (escolhido por Vargas como o seu legítimo herdeiro político), da defesa das 'Reformas de Base', que incluíam, entre outras inúmeras e significativas mudanças, a Lei de Remessas de Lucros para o exterior (foi adotada em 1962), o direito de voto para os analfabetos, o combate ao analfabetismo (programa este que foi comandado pelo Paulo Freire).

Assim, os governos de Vargas (1951-1954) e de Jango (1961-1964) promoveram uma mudança radical nas políticas trabalhistas. No lugar de tutelar e controlar os trabalhadores, os governos democráticos de ambos (1951-1954 e 1961-1954) estimularam a sua organização de maneira independente em relação ao Estado.

Eles não fizeram isso porque eram 'bonzinhos', mas em função do fato de que havia uma crescente capacidade de mobilização e de organização dos trabalhadores e que se processava de maneira cada vez mais independente em relação ao Estado

Tais mudanças caracterizaram um total abandono daquela política anterior, de 'tutela e controle' do movimento operário pelo Estado, e que vigorou no período de 1930-1945, pois a manutenção de tal política num ambiente democrático era totalmente inviável.

Vargas e Jango tiveram a sensibilidade política para perceber isso, daí as mudanças que promoveram na maneira de se relacionar com as classes trabalhadoras, que se organizavam e se mobilizavam cada vez mais.

Vargas, o PTB, Eduardo Gomes, Hugo Borghi e os 'marmiteiros': O que tudo isso tem a ver com a eleição presidencial de 2010??

- Publicado por ~~Marcos Doniseti~~ em 20 novembro 2009 às 13:08 em ~~Política~~
- ~~Exibir tópicos~~

Atualmente, estou lendo o livro 'O Imaginário Trabalhista', de Jorge Ferreira, que analisa a história política do PTB, mas sob o ponto de vista dos seus seguidores, militantes e eleitores, que eram, quase todos, trabalhadores assalariados urbanos.

O livro é excelente e recomento a sua leitura, pois o mesmo mostra, de forma nítida, que aquela história de que o PTB era o 'partido dos pelegos' é totalmente falsa e mentirosa, não passando de uma grotesca manipulação a fim de se apagar da história e da memória brasileiras a luta dos trabalhadores da época pela ampliação dos seus direitos (políticos e sociais), bem como pela construção de uma Nação mais desenvolvida, democrática, soberana, justa e igualitária.

O PTB foi criado em 1945 e pelo próprio Presidente Getúlio Vargas (que tinha um profundo desprezo pelos partidos políticos) para que o mesmo desse sequência às suas realizações, particulamente no campo social e trabalhista, no qual tivemos, entre outras iniciativas, a criação da jornada de 8 horas diárias, a criação da Previdência Social e do salário mínimo, das férias e folgas remuneradas, da licença-maternidade, da restrição ao trabalho infantil, da legalização dos sindicatos de trabalhadores, do direito de greve, entre muitas outras conquistas que as classes trabalhadoras conseguiram obter junto ao governo Vargas.

Sim, tudo isso foi conquistado pelos trabalhadores. Ninguém lhes deu nada. O mérito do governo Vargas foi em reconhecer a justiça destas reivindicações e em transformá-las em Lei, ou seja, em direitos.

Embora isso tenha vindo acompanhado, por parte do governo Vargas, de uma repressão mais intensa (mas que já era promovida pelos governos da época da 'República Velha') ao movimento sindical (o que gerou muitos conflitos, entre 1930 e 1935, entre o governo e os trabalhadores, que resistiam a esta política de 'tutela e controle' que Vargas tentava impor ao movimento operário) o fato é que os trabalhadores brasileiros foram, de fato, muito beneficiados pela legislação social e trabalhista criada pelo governo Vargas.

E foi justamente em função disso que Vargas tornou-se verdadeiramente admirado e respeitado pelos trabalhadores, que viam em sua liderança política a encarnação dos seus direitos. Para os trabalhadores da época o fato de Vargas governar o país era a garantia de que os seus direitos seriam preservados e que não teríamos um retrocesso que levasse à eliminação dos mesmos, o que era pregado abertamente pela UDN. Este, era um partido conservador e direitista que era uma espécie de 'PSDB' daquela época e que era apoiado fortemente pelo grande empresariado, pela Grande Imprensa e pelas classes médias urbanas mais abastadas.

Assim, qualquer semelhança com o atual PSDB não é mera coincidência. Não foi à toa, portanto que, há poucos anos, FHC elogiou Carlos Lacerda (o Eterno Golpista da Direita tupiniquim) e, em seu mais recente artigo (o já famoso texto, devidamente criticado e rebatido por mim aqui na comunidade, e cujo título é 'Para Onde Vamos?'), acusou Lula de querer implantar uma 'República Sindicalista' no país, acusação esta que também foi intensamente feita e repetida pelos udenistas e pela Direita brasileira, no período 1945-1964, contra Vargas e Jango, principalmente.

Mas, com o fim do 'Estado Novo' e a convocação de eleições gerais em 1945, se configurou uma situação que assustou as classes trabalhadoras. O problema é que o candidato favorito para vencer a eleição presidencial daquele ano era, justamente, o candidato da conservadora UDN (União Democrática Nacional).

A UDN de democrática tinha muito pouco, pois o partido vivia pedindo que os militares interferrissem no processo político a fim de derrubar os governos de Vargas, JK e de Jango, organizando vários

Golpes de Estado entre 1945-1964, até que em Março/Abril de 1964 o Golpe de Estado udenista foi vitorioso, infelizmente, e deu início a um período ditatorial de 21 anos, marcado fortemente pela repressão indiscriminada a todo e qualquer movimento social organizado e a movimentos e partidos políticos mais progressistas (PTB, PCB, Ligas Camponesas, movimento sindical e estudantil, entre outros).

E os líderes udenistas atacavam, duramente e o tempo inteiro, toda a legislação social e trabalhista brasileira da época. Isso levou o pânico às classes trabalhadoras, que passou a exigir que Vargas se candidatasse à Presidência da República. Foi neste contexto que surgiu o 'Queremismo', um amplo movimento político e popular que exigia que Vargas continuasse na Presidência da República e que, para isso, pudesse participar da eleição presidencial que se realizaria (mas este é assunto para uma outra mensagem).

Porém, as forças políticas mais conservadoras do país, aliadas às Forças Armadas e lideradas pela UDN e pela Grande Imprensa, se uniram e em 29/10/1945 derrubaram Vargas da Presidência, mesmo depois deste ter se recusado a lançar a sua candidatura presidencial.

Com isso, a eleição presidencial de 1945 foi disputada entre 3 candidatos: o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), o General Eurico G. Dutra (do PSD, outro partido de origem varguista e que reunia os seus seguidores mais conservadores e com forte penetração em todo o país, principalmente nas áreas mais pobres e atrasadas... O PSD era uma espécie de 'PMDB' da época) e Yedo Fiúza, do PCB (Partido Comunista do Brasil).

Após ser derrubado da Presidência da República, Vargas se retirou para a sua fazenda em São Borja e ficou em profundo silêncio político, recusando-se a interferir na campanha presidencial em favor de qualquer candidato.

Mas, a campanha se desenrolou de forma que ameaçava toda a obra política e social construída por Vargas entre 1930-1945, pois o udenista Eduardo Gomes era o favorito para vencer a eleição. E os udenistas não perdoavam Vargas, atacando-o duramente, inclusive ameaçando até em expulsá-lo do país caso fossem os vitoriosos das eleições.

Foi nestas circunstâncias que um dos principais líderes e criadores do PTB, Hugo Borghi, ficou sabendo que o brigadeiro Eduardo Gomes havia dito num comício que não precisava do voto da 'malta' para se eleger Presidente da República. E um dos significados da palavra 'malta', Borghi descobriu, era justamente 'marmiteiro'.

Daí, Borghi, astutamente, fez um discurso em uma cadeia de rádio, que teve um grande impacto, dizendo que Eduardo Gomes não gostava dos marmiteiros, dos que trabalham e dos que lutam.

Isso gerou uma maciça campanha popular em que centenas de milhares de trabalhadores saíram às ruas de todo o país atacando Eduardo Gomes e defendendo a sua honra e a sua dignidade como trabalhadores. A marmita, com isso, se transformou num poderoso símbolo político, conferindo uma identidade comum a milhões de trabalhadores assalariados de todo o Brasil.

Em São Paulo, na época, chegou a ocorrer uma gigantesca manifestação popular (com a presença de 500 mil pessoas) em que os trabalhadores levaram panelas e marmitas e, na qual, protestavam contra o preconceito e a discriminação com que foram tratados pelo candidato da UDN.

Desta maneira, Eduardo Gomes ficou com a desagradável imagem de ser um candidato preconceituoso e elitista, que não gostava dos trabalhadores e que seria contra os direitos destes. A imagem, a julgar por todos os ataques que a UDN fazia contra Vargas e contra a legislação trabalhista e todo o preconceito que as elites udenistas demonstravam possuir em relação aos trabalhadores (que eram chamados pela Grande Imprensa conservadora de 'bêbados, arruaceiros' e outras denominações bem pouco lisonjeiras), era mais do que justificada, aliás.

Na reta final da campanha, Borghi também conseguiu convencer Vargas a apoiar a candidatura presidencial de Dutra, o que ele se recusava a fazer até aquele momento, pois considerava Dutra um traidor, pois o general foi um dos principais líderes do Golpe de Estado que havia derrubado Vargas da Presidência da República no final de Outubro daquele mesmo ano.

Mas, os argumentos de Borghi (de que a vitória do Brigadeiro ameaçaria a manutenção da legislação social e trabalhista criada na Era Varguista) e os duríssimos ataques desferidos pela UDN contra Vargas, levaram o líder trabalhista a dizer aos trabalhadores que votassem em Dutra.

Este, cuja candidatura, até aquele momento, não empolgara ninguém e que não tinha carisma ou empatia alguma com os trabalhadores, acabou vitorioso, obtendo 55% dos votos, contra 35% do candidato udenista.

O general Dutra era tão desligado e distante do mundo dos trabalhadores que, numa certa ocasião, quando foi convidado para discursar para os mesmos num sindicato, ele ficou o tempo inteiro falando sobre a grandeza das Forças Armadas brasileiras, sobre as realizações do Duque de Caxias e do Marechal Deodoro e não pronunciou uma vez sequer a palavra 'trabalhadores'.

Foi este candidato que Vargas conseguiu eleger Presidente em 03/12/1945...

Logo, o apoio declarado de Vargas acabou fazendo toda a diferença e garantiu a vitória de Dutra na eleição presidencial daquele ano.

Portanto, e ao contrário do que se diz por aí, um governante (ou ex-governante, como era o caso de Vargas em Dezembro de 1945) extremamente popular consegue, sim, transferir popularidade para um candidato ou candidata que ele venha a apoiar e, com isso, mudar o resultado final da disputa.

Este mais um motivo para que eu venha a acreditar na possibilidade de vitória de Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2010. E tenho várias razões para acreditar nesta vitória.

Vamos à elas:

1) O Presidente Lula é, tal como Vargas, extremamente popular, e tem um índice de aprovação pessoal de 81%, um recorde na história recente do país;

2) O governo Lula também é responsável por uma sensível melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos mais pobres, tal como Vargas também foi;

3) Os setores populares não irão querer ver tais conquistas e melhorias ameaçadas por uma eventual candidatura de oposição conservadora (seja ela qual for) e que sempre atacou o governo Lula, bem como aos seus principais programas sociais. Exemplo: basta ver que o então PFL, atual DEM, entrou com uma ação no STF para acabar com o ProUni e que os tucanos e democratas sempre chamaram o Bolsa-Família de 'esmola, bolsa-cachaça e bolsa-vagabundo';

4) As críticas e ataques aos programas sociais e às políticas do governo Lula que beneficiaram aos mais pobres e aos trabalhadores (outros exemplos: Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Pronaf, aumentos reais para o salário mínimo, Luz Para Todos, etc) irão fazer com que o povo brasileiro eleja Dilma, a fim de que esta dê continuidade a tais programas.

Assim, votar em Dilma, em 2010, terá o mesmo simbolismo que votar em Dutra em 1945.

Ambos os atos representam o desejo de continuidade das obras e programas de dois governantes extremamente populares, Vargas e Lula, e que passaram a ser, por isso, muito admirados e respeitados pelos mais pobres e pelos trabalhadores em geral em suas respectivas épocas.

5) O Presidente Lula participará intensamente da campanha eleitoral, visando eleger Dilma, tal como o ex-Presidente Vargas também deu um apoio decisivo para que Dutra fosse eleito Presidente em 1945.

É Dilma Presidente 2010!

Beneficiados por Lula, ruralistas rejeitam Dilma

Letra
A- A+

Mauro Zanatta *

Adital -

Nem mesmo a melhora relativa da infraestrutura e da logística nos Estados que são grandes produtores agrícolas, a renegociação de suas dívidas ou a agressiva política de subsídios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram suficientes para diminuir a rejeição rural a sua candidata, a ex-ministra Dilma Rousseff.

Somados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, onde Dilma perdeu no primeiro turno, mais Goiás e Rio Grande do Sul, onde ela ganhou por uma margem inferior a média nacional e o interior de São Paulo, 62,6% dos celeiros agrícolas do país votaram contra a candidata petista. Ainda não entendi como esse conservadorismo cega o produtor", critica o senador eleito Blairo Maggi (PR-MT), uma das principais lideranças do setor. Segundo ele, os benefícios concedidos aos produtores não sensibilizaram diretamente os moradores das pequenas cidades nesses Estados.

Serra derrota Dilma no cinturão agrícola do país

Os eleitores de boa parte dos maiores "celeiros" do país votaram contra a candidata Dilma Rousseff (PT) no primeiro turno. Domicílio de um eleitorado mais conservador, os pujantes interiores rurais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Santa Catarina foram mais sensíveis à mistura de política com temas religiosos, disseminada na internet e em rodas de conversa pelo país, optando pelo tucano José Serra.

A defesa de temas polêmicos como o direito ao aborto, feita por Dilma em uma sabatina de 2007, e a suposta menção da candidata ligando sua eleição a Jesus Cristo amplificaram a rejeição iniciada com o escândalo da quebra de sigilo fiscal de políticos tucanos por um petista. A reprovação acabou cristalizada pelas denúncias de corrupção e nepotismo que derrubaram a então ministra Erenice Guerra da Casa Civil.

Esses cinco Estados do "cinturão agrícola" respondem por 30% do PIB rural do país. Quando somada a Goiás e Rio Grande do Sul, onde Dilma ganhou por uma margem inferior ao resultado nacional, essa fatia sobe a 46,5%. Se somados a São Paulo, cujo interior vocaliza uma forte restrição ao PT, seriam 62,6% do PIB rural a rejeitar Dilma Rousseff - a petista perdeu por 40,6% a 37,3% para Serra, uma diferença de 783 mil votos.

Aliados do governo apontam que faltou a Dilma Rousseff "realmente entender", por meio de ações, e não apenas com discursos, "questões vitais" como a garantia da segurança jurídica no campo. Entre as principais preocupações, estão as alterações nas legislações ambiental, trabalhista, tributária, indígena e quilombola. Ameaças de alterações radicais nos critérios para a reforma agrária e a revisão de índices de produtividade no campo ainda tiram o sono do setor rural.

Nem mesmo a melhoria relativa da infraestrutura e da logística nos Estados do "cinturão agrícola", as três renegociações das dívidas rurais ou a agressiva política de subsídios nos oito anos de governo Lula foram suficientes para conter essa rejeição no campo.

"Ainda não entendi como esse conservadorismo cega o produtor. Tivemos tantos avanços com o Lula e, mesmo assim, não há reconhecimento", critica o ex-governador e senador eleito Blairo Maggi (PR-MT. Uma das principais lideranças do setor, Maggi avalia que os amplos benefícios aos produtores não foram "transferidos" diretamente aos moradores dessas pequenas cidades. "Temos que ver que um benefício pretérito não

conta. O que vale são as perspectivas futuras", avalia o analista político Antonio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Mesmo com o reconhecimento de Maggi, em Rondonópolis, seu domicílio eleitoral, Dilma ganhou por apenas 8,7 mil votos em um universo de 106,7 mil eleitores. Em Matupá, terra do novo governador Silval Barbosa (PMDB), afilhado de Maggi, a candidata do PT perdeu de José Serra por 51,1% a 44,7%. "Vamos ter que reverter isso com muito trabalho e pé na estrada", admitiu o novo senador, que acompanhou Silval na reunião dos aliados com Dilma Rousseff.

Os analistas têm outras explicações para o voto contra Dilma. "Eles podem ter deixado para o segundo turno para barganhar como se fez em 2006", lembra Queiroz, do Diap. Naquela eleição, o presidente Lula perdeu para Geraldo Alckmin nos dois turnos. Mas a diferença caiu de 233 mil para apenas 8,8 mil votos. "A bancada ruralista virá maior em quantidade e qualidade. E essa perda dos ambientalistas pode ser compensada na negociação com Marina Silva para o segundo turno", avalia Queiroz. O cientista político Edélcio Vigna corrobora a tese ao afirmar que os ruralistas terão menos poder em questões ideológicas importantes que serão debatidas no Congresso. "Dilma e Serra vão ter que fazer concessões aos ambientalistas em temas como Código Florestal, trabalho escravo, questões indígenas e trabalhistas", diz o analista do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

* Valor Econômico

Adital - ~~http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=51509~~

Governo Brasil Wiki

De Governo Brasil Wiki

Para quem quer abandonar o uso do achômetro nestas próximas eleições. Comparações entre governos feitas apenas com dados reais de instituições respeitáveis. Declarações reais, gravadas e disponibilizadas em vídeo. Entrevistas, leis e artigos com suas fontes claramente citadas. Pare de acreditar nas bobagens da propaganda e veja a informação real.

Se você encontrar algum erro ou tiver alguma contribuição, deixe sua mensagem na página de ~~Sugestões~~ - apenas sugestões com fontes devidamente citadas serão aceitas. As páginas principais estão com edição bloqueada para evitar vandalismo devido à natureza política das informações.

As estatísticas aqui apresentadas são selecionadas principalmente por aparecerem em propaganda eleitoral ou material de divulgação de partidos de forma errada e sem citação de fontes. Para mais informações, acesse diretamente os sites do ~~IBGE~~, ~~IPEA~~ e outras fontes citadas abaixo.

IMPORTANTE: Para acessar as fontes originais das informações citadas caso você não seja cadastrado no Wikia, basta clicar no link e, na página que surgir, clicar em skip this ad. Isto é uma configuração padrão do Wikia e desaparece para quem é cadastrado.

Resumo visual das estatísticas (detalhes e links para as fontes de dados seguem abaixo):

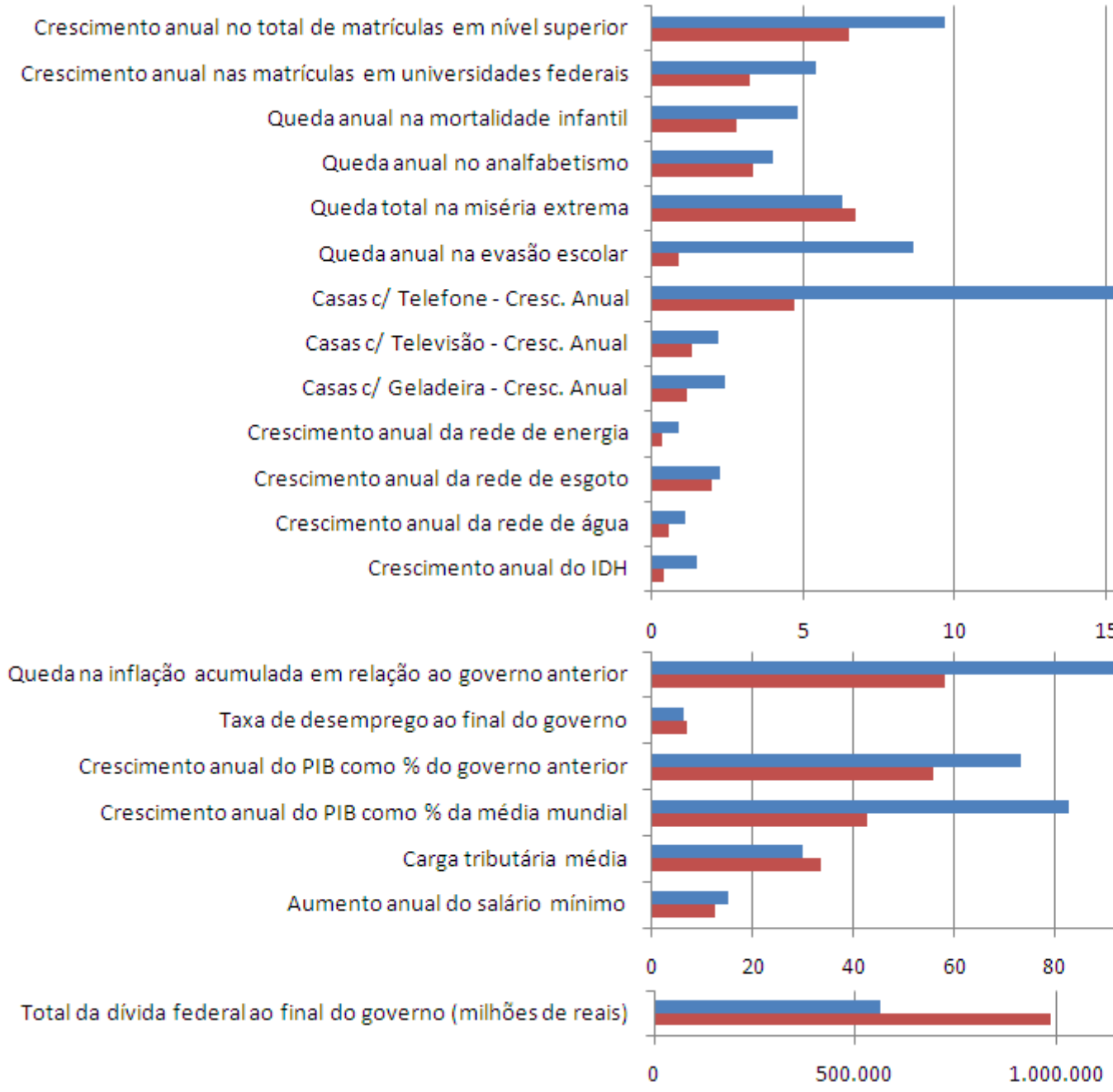


Tabela de conteúdo

[~~mostrar~~]

~~1 Estatísticas de Nível de Vida~~

1.1 Índice de Desenvolvimento Humano

1.2 Acesso à Rede de água

1.3 Acesso à Rede de esgoto

1.4 Acesso à Energia elétrica

1.5 Porcentagem de Domicílios com geladeira

1.6 Porcentagem de Domicílios com televisão

1.7 Porcentagem de Domicílios com telefone

1.8 Mortalidade infantil

1.9 Taxa de pobreza

2 Estatísticas de Acesso à Educação

2.1 Evasão escolar

2.2 Acesso à universidade

2.3 Índice de analfabetismo

2.4 Universidades Federais

3 Estatísticas de Desenvolvimento Econômico

3.1 Salário mínimo

3.2 Carga tributária

3.3 Taxa de crescimento econômico:

3.4 Nível de desemprego:

3.5 Inflação ao consumidor

3.6 Dívida pública federal

4 Mapa de desempenho dos governos

5 Inconsistências nas Posições Políticas

5.1 Aborto

5.2 Bolsa Família

5.3 Aliados

5.4 Privatizações

Estatísticas de Nível de Vida

Artigo Principal: Estatísticas de Nível de Vida

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano, um dos principais indicadores do nível de vida da população de um país, cresceu muito mais durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula. Isto significa que a qualidade de vida do povo Brasileiro melhorou de forma mais acelerada no governo anterior que no governo atual.

Fonte: ~~Dados oficiais da ONU~~

De 1995 a 2000 (FHC) cresceu 7,62% ou 1,48% ao ano

De 2000 a 2007 (Lula) cresceu 2,91% ou 0,41% ao ano

Brasil só superou o crescimento médio mundial de 1995 a 2000

Lula aproveita-se de um pouco do crescimento da época FHC nesta comparação devido à esparsidade dos dados

Acesso à Rede de água

O percentual de domicílios com acesso à rede de água potável encanada, condição praticamente básica à dignidade humana nos dias atuais, cresceu de forma muito mais rápida durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 42,09% em número absoluto ou 4,49% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 9,33% em proporção do total ou 1,12% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) cresceu 19,22% em número absoluto ou 3,58% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 4,02% em proporção do total ou 0,57% ao ano

Acesso à Rede de esgoto

A quantidade de domicílios com acesso à rede de escoamento de esgoto, critério essencial para a qualidade de vida da população, cresceu de forma mais rápida durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 55,16% em número absoluto ou 5,65% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 19,23% em proporção do total ou 2,22% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) cresceu 29,52% em número absoluto ou 5,31% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 14,62% em proporção do total ou 1,97% ao ano

Acesso à Energia elétrica

O percentual de domicílios com acesso à rede elétrica, outro critério essencial para a obtenção de um bom nível de qualidade de vida, cresceu muito mais rápido durante o governo anterior que no governo atual.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 7,44% ou 0,90% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 2,48% ou 0,35% ao ano

Porcentagem de Domicílios com geladeira

O refrigerador tornou-se item essencial para a família. Mesmo assim, ainda existem domicílios que não possuem este eletrodoméstico. A proporção de domicílios com geladeira cresceu muito mais rápido durante o governo Fernando Henrique que no governo posterior.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 20,75% ou 2,39% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 8,30% ou 1,15% ao ano

Porcentagem de Domicílios com televisão

Aparelho televisor, mesmo não sendo essencial à sobrevivência, é de grande importância para o tempo de lazer da população, influenciando assim a qualidade de vida. Acesso à televisão cresceu mais rápido no governo anterior que no governo atual, apesar da às vezes dramática diminuição nos preços.

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 18,73% ou 2,17% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 6,66% ou 1,30% ao ano

Preços de TVs despencaram no governo Lula

Porcentagem de Domicílios com telefone

O telefone tornou-se um item essencial à qualidade de vida do cidadão. Antes considerado um bem de difícil acesso, após a privatização do setor sua disponibilidade cresceu vertiginosamente. A tabela abaixo resume os dados de crescimento no acesso a linhas telefônicas nos últimos governos.

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) cresceu 224,21% ou 15,84% ao ano

De 2002 a 2009 (Lula) cresceu 37,82% ou 4,69% ao ano

Mortalidade infantil

A alta mortalidade infantil era um dos problemas mais trágicos do Brasil. Felizmente, a estabilidade e o desenvolvimento tem permitido uma queda progressiva no número de crianças que morrem antes de completar um ano de idade. A queda neste número foi, no entanto, muito mais pronunciada durante o governo Fernando Henrique que durante o governo Lula.

Fontes: ~~Dados oficiais do DataSUS~~, ~~Portal ODM~~

De 1997 a 2002 (FHC) caiu 21,94% ou 4,83% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) caiu 20,16% ou 2,78% ao ano

Taxa de pobreza

A taxa de extrema pobreza indica, segundo o IPEA, o 'percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa.' Já a taxa de pobreza indica, também segundo o IPEA, o ' Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza.'

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

De 1994 a 2002 (FHC), a taxa de extrema pobreza caiu um total de 6,28%, com uma variação de -30,98%.

De 2002 a 2009 (Lula), a taxa de extrema pobreza caiu um total de 6,71%, com uma variação de -47,96%.

De 1994 a 2002 (FHC), a taxa de pobreza caiu um total de 8,58%, com uma variação de -19,96%.

De 2002 a 2009 (Lula), a taxa de pobreza caiu um total de 12,98%, com uma variação de -37,73%.

Estatísticas de Acesso à Educação

Artigo Principal: ~~Estatísticas de Acesso à Educação~~

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Evasão escolar

Evasão escolar é algo extremamente preocupante em qualquer sociedade, principalmente na idade normalmente associada ao ensino secundário - que pode fazer uma diferença crucial na vida de uma pessoa. Enquanto o número de crianças de idade entre 15 e 17 anos que não frequentavam a escola caiu dramaticamente durante o governo Fernando Henrique, este número permaneceu preocupantemente estável durante o governo Lula.

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~

De 1994 a 2002 (FHC) variou -51,44% ou -8,63% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) variou -4,32% ou -0,88% ao ano

Acesso à universidade

Acesso à universidade é uma medida clara do desenvolvimento da educação em um país. Segundo o censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira fornece dados a respeito.

Fonte: ~~Censo da Educação Superior do INEP~~

De 1995 a 2002 (FHC) o número de matrículas em instituições federais cresceu 44,65% ou 5,42% ao ano

De 2002 a 2008 (Lula) o número de matrículas em instituições federais cresceu 20,97% ou 3,22% ao ano

De 1994 a 2002 (FHC) o número total de matrículas no ensino superior cresceu 109,50% ou 9,69% ao ano

De 2002 a 2008 (Lula) o número total de matrículas no ensino superior cresceu 45,98% ou 6,51% ao ano

Índice de analfabetismo

O índice de analfabetismo indica o percentual da população total, acima de 15 anos de idade, que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

De 1995 a 2002 (FHC) caiu 27,77%% ou 3,99% ao ano

De 2002 a 2007 (Lula) caiu 15,60% ou 3,33%% ao ano

Universidades Federais

Artigo Principal: ~~Universidades Federais~~

Duas universidades federais foram criadas durante o governo Fernando Henrique, e três foram criadas durante o governo Lula. Mais detalhes no artigo ~~Universidades Federais~~

Estatísticas de Desenvolvimento Econômico

Artigo Principal: ~~Estatísticas de Desenvolvimento Econômico~~

Dados são informados até o ano mais recente de publicação dos mesmos pelos institutos responsáveis por sua manutenção.

Quando os anos não fecham com o início e fim dos governos há um hiato na divulgação de estatísticas e o ano mais próximo é utilizado.

Se alguém tiver dados mais recentes, de fontes confiáveis, por favor me envie.

Salário mínimo

Fontes: ~~Medida Provisória 566/1994~~, ~~Medida Provisória 35/2002~~, ~~Lei 1.255 de 2010~~

De 1994 a 2002 (FHC) o salário mínimo cresceu 208,68% ou 15,13% ao ano

De 2002 a 2010 (Lula) o salário mínimo cresceu 155,00% ou 12,41% ao ano

Carga tributária

Fonte: ~~Dados oficiais do IBGE~~, ~~Dados oficiais do IBGE~~

Carga média de 1994 a 2002 (FHC) de 30,07%, carga tributária em 2002 de 32,35%

Carga média de 2002 a 2007 (Lula) de 33,47%, carga tributária em 2007 de 34,70%

Taxa de crescimento econômico:

Fontes: ~~Dados oficiais do Banco Central do Brasil~~, ~~Dados oficiais do Fundo Monetário Internacional~~

Crescimento mundial durante governo FHC: 24,27% ou 2,75% ao ano

Crescimento mundial durante governo Lula: 74,46% ou 8,27% ao ano

Crescimento do Brasil no governo FHC: 19,74% ou 2,28% ao ano ou 82,77% da média mundial

Crescimento do Brasil no governo Lula: 27,66% ou 3,55% ao ano ou 42,91% da média mundial

Durante o governo Lula, o Brasil cresceu muito menos que o resto do mundo

Durante o governo FHC, o Brasil cresceu apenas um pouco abaixo da taxa média do resto do mundo

Crescimento no governo Collor/Itamar: 6,75% ou 1,31% ao ano

Evolução no governo FHC em relação à média anterior: 73,33%

Evolução no governo Lula em relação à média anterior: 55,88%

Mesmo havendo maior crescimento absoluto no governo Lula, a TAXA anual média de crescimento da economia CRESCEU muito mais no governo FHC que no governo Lula

Nível de desemprego:

Fontes: ~~Dados oficiais do IBGE até 2002~~, ~~Dados oficiais do IBGE pós 2002~~

Final do governo FHC (dez/2002): 6,17%

Final do governo Lula (set/2010): 6,9%

Há uma descontinuidade nos dados, o que impede uma comparação direta

A principal mudança é a alteração da idade mínima de 15 para 10 anos

Definição anterior de desocupado: População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trababalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.)

Definição atual de desocupado: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

Inflação ao consumidor

Fonte: ~~Banco Central do Brasil - Calculadora do Cidadão~~

Inflação acumulada de 1990 a 1994 (Collor/Itamar): 41.941.718,61%

Inflação acumulada de 1995 a 2002 (FHC): 114,43%, ou 0,00028% do acumulado anterior. Queda de 99,99972% em relação ao governo anterior.

Inflação acumulada de 2003 a 2010 (Lula): 47,72%, ou 41,71% do acumulado anterior. Queda de 58,29% em relação ao governo anterior.

Queda na inflação acumulada foi muito maior no governo FHC que no governo Lula

Fernando Henrique, como Ministro da Fazenda, implantou o Plano Real, que controlou a hiperinflação

Governo FHC consolidou a estabilidade do plano real

Dívida pública federal

Fonte: ~~Dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada~~

Dívida pública federal ao final do governo FHC (12/2002): R$ 560.828.810.000,00

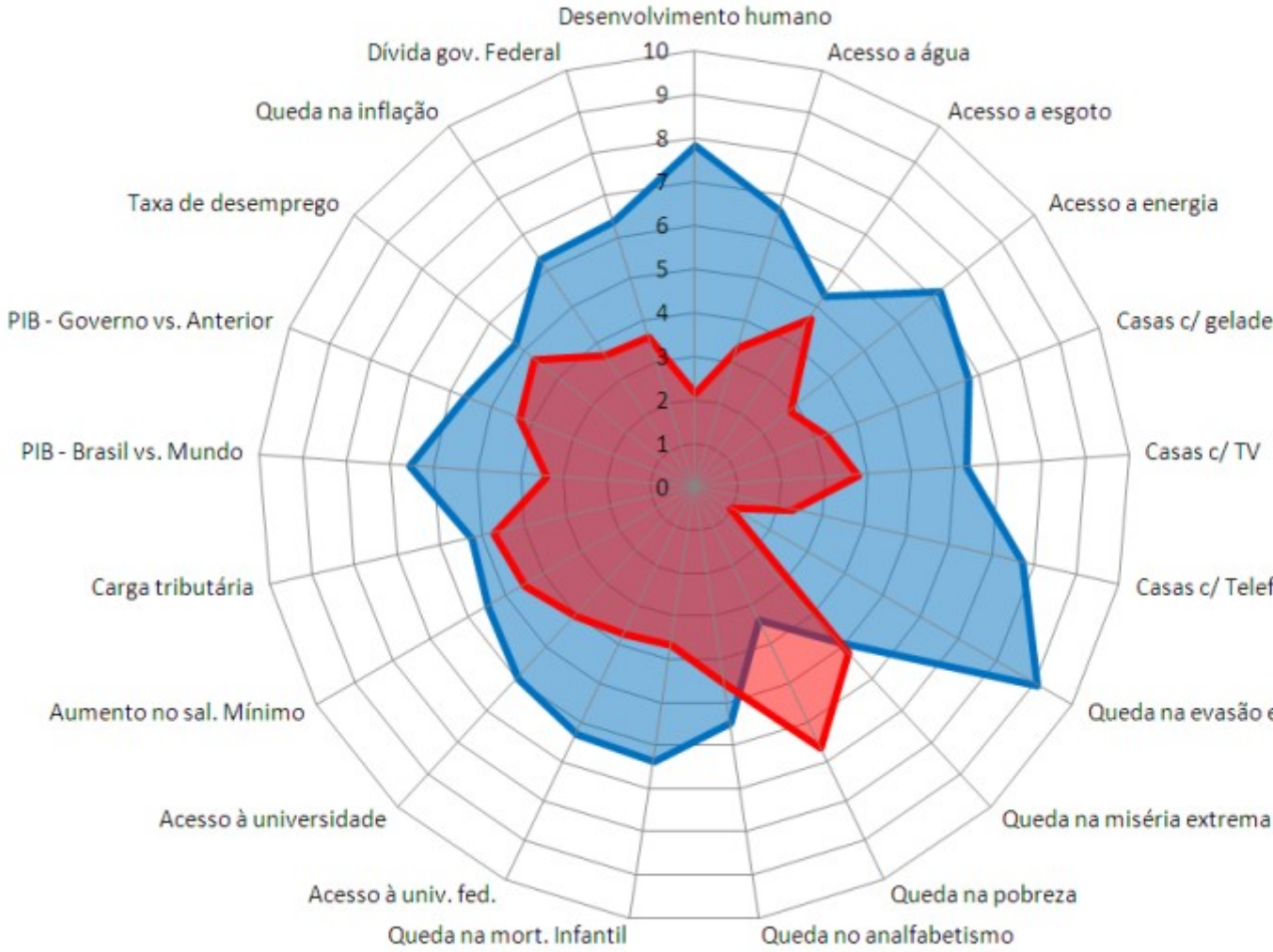
Dívida pública federal ao final do governo Lula (10/2010): R$ 985.808.530.000,00

A dívida pública federal líquida ao final do governo Lula é quase o dobro da dívida ao final do governo Fernando Henrique

Mapa de desempenho dos governos

O mapa a seguir indica o desempenho relativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula em todos os quesitos levantados até o momento pelo Governo Brasil Wiki. Os valores foram normalizados para melhor visualização, através da fórmula:

$$Nota_{gov} = Ind_{gov} \times \left(\frac{10}{\sum_{k=1}^{N} Ind_k} \right)$$



Inconsistências nas Posições Políticas

Declarações claras pelos próprios agentes políticos do partido.

Aborto

Dilma é a favor do aborto: Vídeo de declaração de Dilma no YouTube

PT suspendeu direitos de filiado por lutar contra legalização: Artigo sobre filiado ao PT suspenso por lutar contra legalização do aborto

Bolsa Família

Bolsa Família é unificação de programas sociais do governo FHC: Texto oficial da lei que cria o Bolsa Família

Idéia de unir os programas anteriores foi do PSDB: Vídeo da solenidade de lançamento do programa no YouTube

Lula era contra os programas sociais: Vídeo de Lula discursando contra programas sociais que foram consolidados no Bolsa Família no YouTube

Aliados

Lula ataca Plano Real e atuais aliados: Vídeo de declarações de Lula no YouTube atacando Plano Real e atuais aliados

Blog da Dilma chama Marina de "traíra": Google Cache de página do Blog da Dilma chamando Marina de "traíra", Matéria na Folha de São Paulo

Contradições de Lula - atacando e depois defendendo Collor: Vídeo com declarações gravadas de Lula no YouTube

Ciro Gomes, novo coordenador da campanha de Dilma, ataca o PT e o PMDB: Vídeo de declarações de Ciro Gomes no YouTube

Privatizações

Fontes: Ministério do Planejamento - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Terrestres

De acordo com dados oficiais do Ministério do Planejamento, um total de seis empresas foram privatizadas durante o governo Lula:

Banco do Estado do Maranhão S.A.

BEM-SG

BEM-VTV

BEM-DTVM

Banco do Estado do Ceará S.A.

BEC-DTVM

Além disso, segundo dados oficiais da Agência Nacional de Transportes Terrestres, durante o governo Lula foram firmados acordos de concessão de 3281,4 Km de estradas, efetivamente privatizando esta extensão da rede rodoviária federal. Foram criadas, assim, 36 praças de pedágio, com tarifas de até R$ 9,70.

Rodovia	Trecho	Extensão	Praças de Pedágio

BR-116/PR/SC	Curitiba – Div. SC/RS	412,70 Km	5
BR-376/PR - BR-101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,33 Km	5
BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt)	401,60 Km	6
BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,10 Km	8
BR-393/RJ	Div.MG/RJ – Entroncamento com a Via Dutra	200,40 Km	3
BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Div.RJ/ES	320,10 Km	5
BR-153/SP	Div.MG/SP – Div. SP/PR	321,60 Km	4
BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana	554,10 Km	
	BR – 324 – Salvador – Feira	113,20 Km	
	BR – 526 / BR – 324 / BA 528	9,30 Km	
	BA – 528 / BA – 526 / Aratu	4,00 Km	

Obtida de "http://pt-br.governobrasil.wikia.com/wiki/Governo_Brasil_Wiki"

Categorias: Inconsistências nas Posições Políticas | Estatísticas de Nível de Vida | Estatísticas de Crescimento Econômico

Improve Governo Brasil Wiki by editing this page

Rodrigobarni made an edit on 15 de outubro de 2010

Histórico

Alterações relacionadas

Link permanente

Páginas afluentes

FONTE : http://pt-br.governobrasil.wikia.com/wiki/Governo_Brasil_Wiki?t=Governo+Brasil+Wiki

View random page

Reporte um problema

Compartilhe este artigo

Dê nota